

ISSN 1679-3625

# CIDADES

Grupo de Estudos Urbanos – GEU

Volume 5  
Número 8  
Julho a dezembro de 2008



**CIDADES**  
REVISTA CIENTÍFICA  
VOLUME 5 - NÚMERO 8 - 2008

**Coordenação Editorial**

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP

**Editor deste número temático**

Ana Fani Alessandri Carlos – USP

**Comissão Editorial**

Grupo de Estudos Urbanos (GEU)

Ana Fani Alessandri Carlos – USP

Jan Bitoun – UFPE

Marcelo Lopes de Souza – UFRJ

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP

Maurício de Almeida Abreu – UFRJ

Pedro de Almeida Vasconcelos – UFBA

Roberto Lobato Corrêa – UFRJ

Silvana Maria Pintaudi – UNESP

**Conselho Científico**

Amélia Luisa Damiani – USP

Ana Clara Torres Ribeiro – UFRJ

Arlete Moysés Rodrigues – UNICAMP

Carles Carreras – Universidad de Barcelona

Horacio Capel – Universidad de Barcelona

José Alberto Rio Fernandes – Universidade do Porto

José Aldemir de Oliveira – UFAM

José Borzachiello da Silva – UFCE

Leila Christina Dias – UFSC

Maria Adélia Aparecida de Souza – USP

Odette Carvalho de Lima Seabra – USP

Paulo César da Costa Gomes – UFRJ

Suzana Pasternak – USP

**Secretaria**

Igor Catalão

Érica Ferreira

**Home-page**

William Ribeiro da Silva

**Assinaturas**

Carlos Roberto Loboda

Érica Ferreira

**Apoio**

Márcio José Catelan

**Capa**

Caio Beltrão Sposito

**Revisão de língua portuguesa**

Maria Luísa Santos Abreu

Alvina Rotta

**Conferência da revisão**  
Igor Catalão  
Maria Encarnação Beltrão Sposito

**Normalização bibliográfica**  
Igor Catalão

**Projeto gráfico e diagramação**  
Zap design

**Impressão gráfica**  
Bartira

**Tiragem**  
800 exemplares

Publicação semestral sob responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos – GEU

Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. 19060-900. Presidente Prudente  
Estado de São Paulo, Brasil  
(Correspondência postal aos cuidados de Maria Encarnação Beltrão Sposito)  
Telefone (18) 3229 5375 Fax (18) 3221 8212

**[www.cidadesrevista.com.br](http://www.cidadesrevista.com.br)**

Informações e envio de textos: [cidadesrevista@cidadesrevista.com.br](mailto:cidadesrevista@cidadesrevista.com.br)  
Assinaturas: [assinaturas@cidadesrevista.com.br](mailto:assinaturas@cidadesrevista.com.br)

Solicita-se permuta / Se solicita intercambio / We ask for exchange  
On demande l'échange / Si richiede lo scambo / Man bittet um Austausch

CIDADES: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos – Vol.1, n.1, 2004–  
Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004–  
v. 5., n. 8; 23 cm., il.

Semestral  
2008, v.5, n. 8  
ISSN 1679-3625

I. Grupo de Estudos Urbanos

CDD (18.ed.): 910.13

CDU: 911.3

**EDITORIA EXPRESSÃO POPULAR**

Rua Abolição, 197 - Bela Vista  
CEP 01319-010 – São Paulo-SP

Fone/Fax: (11) 3112-0941  
[vendas@expressaopopular.com.br](mailto:vendas@expressaopopular.com.br)  
[www.expressaopopular.com.br](http://www.expressaopopular.com.br)

# SUMÁRIO

EDITORIAL..... 181

## APRESENTAÇÃO

URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE: UM DESAFIO À REFLEXÃO ..... 183

*Ana Fani Alessandri Carlos*

## DOSSIÊ TEMÁTICO

A ATUALIZAÇÃO TÉCNICA DO URBANO..... 189

The technical updating of the urban

*Ana Clara Torres Ribeiro*

SOCIEDADE URBANA E URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE:  
ELEMENTOS PARA A DISCUSSÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA  
DA CIDADE CONTEMPORÂNEA..... 215

Urban society and the urbanization of society: elements for a discussion of the contemporary city

*Danilo Volochko*

ESPAÇO-TEMPO E URBANIZAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES  
SOBRE A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA ..... 243

Space, time and urbanization: some thoughts on Brazilian urbanization

*Ester Limonad*

CULTURES ET MANIERES D'HABITER EN FRANCE HIER ET AUJOURD'HUI 263

Cultures and forms of living in France, yesterday and today

*Jean-Pierre Goubert*

AS CIDADES MÉDIAS E A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA..... 277

Intermediate cities and contemporary urbanization

*Oscar Sobarzo*

URBANIZAÇÃO LITORÂNEA E VILEGIATURA MARÍTIMA NAS METRÓPOLES NORDESTINAS BRASILEIRAS .....	293
Coastal urbanization and the growth of maritime second homes in the metropolises of northeastern Brazil	
<i>Eustógio Wanderley Correia Dantas</i>	
<i>Alexandre Queiroz Pereira</i>	
<i>Andrea de Castro Panizza</i>	
TEMAS DIVERSOS	
URBANISMO CONTEMPORÂNEO E MORFOLOGIA URBANA NAS CIDADES DO NORTE DE PORTUGAL (1852-1926) .....	329
Contemporary urbanism and urban morphology in the cities of northern Portugal (1852-1926)	
<i>Mário Gonçalves Fernandes</i>	
PARTICIPAÇÃO, COTIDIANO E IDENTIDADE NA PERIFERIA DE PORTO ALEGRE .....	355
Participation, everyday life and identity in a peripheral area of Porto Alegre	
<i>Ana Elisa Sparano Fontoura</i>	
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E REDUÇÃO DO PAPEL DO ESTADO .....	385
Community participation and the decreasing role of the State	
<i>Clovis Ultramarini</i>	
<i>Samira Kauchakje</i>	
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....	417

## EDITORIAL

Aqui está o número 8, volume 5 da revista CIDADES. Nele, o leitor encontra excelente material, que versa sobre o tema “A URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE”.

Se tomarmos esse título em seu sentido menor, pode nos parecer que estamos diante de um tema genérico ou abrangente demais. A oportunidade desse debate está, no entanto, no seu grau de complexidade, o que nos exige esforço de aprofundamento, bem como capacidade de articular teoria e empiria, ciência e filosofia, vida e arte.

Seis autores, a partir de diferentes perspectivas, ainda que haja intersecções entre elas, voltam-se ao tema para nos oferecer material qualificado para reflexão, debate, crítica e superação dos paradigmas com os quais temos trabalhado.

Na apresentação que nos oferece, Ana Fani Alessandri Carlos, responsável pela direção editorial desse tema, introduz o debate e mostra as principais contribuições de cada autor. Seu trabalho foi realizado na direção de que os textos de CIDADES possam oferecer, aos pesquisadores e estudiosos do urbano e da cidade, não apenas resultados de pesquisa, mas novos pontos de vista, perspectivas, olhares e enfoques, a partir dos quais se possa compreender a sociedade urbana.

Além dos artigos que compõem o tema deste número, temos mais três contribuições que ampliam as oportunidades do leitor de conhecer o que vem sendo realizado em diferentes instituições de pesquisa e áreas de formação intelectual e profissional.

Mário Gonçalves Fernandes, da Universidade do Porto, apresenta texto que trata da influência de decreto-lei de 1864 sobre o urbanismo português, tomando como referência a morfologia urbana das cidades do norte de Portugal. Nesse texto, determinações históricas são analisadas, a partir das cidades atuais. Assim, passado e presente articulam-se para que se possam compreender as relações entre espaço e tempo no processo de urbanização.

Analisando as relações entre participação, cotidiano e identidade, Ana Elisa Sparano Fontoura, mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, volta seu olhar para a periferia de Porto Alegre. A experiência vivida pelos moradores de três vilas irregulares compõe o quadro de referência a partir do qual a participação popular, seja na associação de moradores, seja no orçamento participativo, é o fio condutor para se compreender a construção de suas identidades.

O tema da participação também é objeto do artigo de Clóvis Ultramari e Samira Kauchakje, da Universidade Católica do Paraná. A gestão urbana é observada tomando-se como referência a ampliação da participação comunitária e da descentralização político-administrativa, vislumbrando-se possível redução do papel do Estado. A referência para essa análise é o Assentamento Moradias Pantanal, integrante do perímetro urbano de Curitiba, localizado no sul da cidade.

Na expectativa de que a revista CIDADES esteja agora mais acessível, com a distribuição da Editora Expressão Popular desde o número anterior, esperamos que os textos sejam lidos e debatidos em diversas situações de trabalho intelectual, bem como em diferentes fóruns.

Em nome da Comissão Editorial desta revista, vinculada ao Grupo de Estudos Urbanos (GEU), agradeço o trabalho realizado pela editora temática deste número e destaco a excelência de todos os textos nele contidos.

Vamos à leitura!

Maria Encarnação Beltrão Sposito  
Coordenação Editorial de CIDADES

## APRESENTAÇÃO

### URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE: UM DESAFIO À REFLEXÃO

Os textos apresentados neste número, inspirados pelo desafio de pensar a urbanização da sociedade, refletem sobre a “condição contemporânea” num mundo “tendencialmente urbano”, ressaltando que o urbano é o modo como a reprodução do espaço se realiza na contemporaneidade, como realidade e possibilidade. Os estudos apontam para a necessidade, em primeiro lugar, de desvendar a realidade visível, que vem sendo apresentada como caótica num mundo em crise que, em sua dimensão socioespacial, desafia a compreensão dos geógrafos frente às profundas mudanças no espaço e no tempo. Em segundo lugar, de pensar os novos conteúdos da urbanização, superando as análises que a restringem a uma questão quantitativa, referente ao aumento do número dos habitantes nas cidades e aglomerações urbanas ou da extensão físico-territorial do fenômeno urbano.

O processo de urbanização envolve, sobretudo, um movimento, apontado por Lefebvre e sinalizado por Limonad, no qual, da posição de induzida pela industrialização, ela torna-se, num determinado momento da história, indutora de uma nova realidade, em que o fenômeno ultrapassa a fábrica e o processo produtivo, para tomar a vida (os espaços-tempos de sua realização) em suas múltiplas dimensões. Trata-se de um movimento que amplia e supera a produção como decorrência das necessidades do processo de valorização na fábrica para um momento em que a reprodução capitalista se realiza em outras esferas, como as do cotidiano, por exemplo. Nesse sentido, deparamo-nos com outra escala dessa reprodução, ou seja, a das relações sociais de produção no seio da reprodução da sociedade.

É importante destacar, como assinala Volochko, que os novos conteúdos da urbanização contemporânea revelam-se como uma problemática socioespacial,

na qual novos temas se justapõem, ou se aprofundam os já existentes, superando/criando contradições, convidando-nos à reflexão.

O assunto, por sua vez, aponta necessariamente para um devir, tendo em vista a tendência constitutiva da sociedade conforme afirma Ribeiro, ao citar Milton Santos, para quem:

Diferentemente dos que apostam no presente amplificado, ansiosos pela eternização da forma dominante de produzir, [o autor] convida à reflexão da passagem do presente ao futuro. Uma reflexão que implica no estudo das forças e interesses sociais que criam e se apropriam da técnica, detendo o poder de comandar a atualização do urbano.

Propõe-se, portanto, pensar o fenômeno urbano em sua totalidade, e em movimento contraditório de reprodução em direção ao possível, o que nos coloca a necessidade de considerá-lo em sua virtualidade. Isto é, a urbanização da sociedade é também uma possibilidade aberta pelo processo de urbanização que, ao se desenvolver, tende a se expandir espacial e socialmente pelo planeta, produzindo um espaço que lhe é próprio e um modo de vida marcado por relações que tendem a superpor-se às relações tradicionais, ora transformando-as radicalmente, ora permitindo que se mantenham como fundamento de novas interações. Por isso mesmo, a realidade urbana se apresenta como “inacabamento” e, ao mesmo tempo, voltada para o mundial; significa também que estamos diante da constituição de um par dialético: espaço mundializado/sociedade urbana mundial.

A extensão do capitalismo impõe, hoje, uma nova velocidade às mudanças, apoiada numa aliança entre os setores econômicos e o Estado, que assume importância fundamental na constituição de um espaço voltado prioritariamente às necessidades da reprodução, propiciando a infra-estrutura física, os instrumentos fiscais e a política monetária para que a valorização do capital, como fonte de crescimento, se realize plenamente. A sociedade urbana tende a generalizar-se pelo processo de mundialização, o que dá um novo sentido à produção *lato sensu*, enquanto o espaço tende a se criar na escala mundial.

A constituição do “urbano” que, aos poucos, penetra todos os espaços – tempos da vida no planeta – modifica-os e os reúne em torno de uma mesma estratégia, aquela da reprodução da sociedade capitalista, gerando novos conflitos e propondo outro projeto de sociedade.

Desse modo, numa primeira aproximação, podemos afirmar que o conteúdo do urbano é a complexidade e o aumento das relações de todos os tipos,

como condição, meio e produto da reprodução da sociedade – dimensão em que elementos novos redefinem os conteúdos da urbanização ao mesmo tempo em que nos deparamos com o aprofundamento (ou a constituição) de novas contradições, sem que as antigas estejam definitivamente superadas.

É nesse contexto que o tema “urbanização da sociedade” enfoca o **urbano** como elemento definidor da sociedade contemporânea, o que implica a necessidade de pensar seus novos conteúdos tendo como referência a tendência à constituição da sociedade urbana e suas novas formas de produção espacial. Aponta-se, assim, para a importância do urbano como elemento fundamental para a compreensão do mundo moderno, bem como para a necessidade de pensar o urbano numa articulação com uma nova prática. Desse modo, o raciocínio engloba e supera a escala da cidade, enfocando um espaço mais amplo, na medida em que o conceito de urbano vai além do de cidade, de modo a pensar a abrangência do processo de **reprodução da sociedade** e de sua orientação.

Assim, a urbanização requer novos conteúdos explicativos diante de um transbordamento da cidade, da implosão do centro e das mudanças radicais no tempo – não só aquele definido nos termos da produção de mercadorias, mas o esgarçamento das relações sociais – percebido através das novas relações que o cidadão estabelece com o outro nos espaços públicos e na vida cotidiana que é determinada por novas mediações como a televisão e a internet, entre outras.

O momento atual da reprodução da sociedade capitalista modifica o ato de habitar, impõe novas relações entre os indivíduos e deteriora o sentido da cidadania, fazendo emergir novas lutas que emanam das mudanças nas formas do habitar, subvertendo as relações entre os cidadãos que moram nas cidades, como decorrência do aprofundamento das desigualdades, conforme aponta Goubert. Numa escala espacial mais ampla, redefinem-se as relações cidade-campo, bem como as da rede urbana, segundo assinala Sobarzo.

O desafio é, sobretudo, teórico-metodológico e refere-se à potência dos caminhos adotados como momentos constitutivos da explicação de uma realidade aberta e, em movimento, requerendo a reavaliação de categorias de análise, redefinições de antigas contradições, e emergências de novas, no processo mais amplo da reprodução das relações sociais. As novas relações espaço-tempo, redefinindo a vida cotidiana, fazem com que outras formas espaciais adquiram novo sentido, como apontado por Dantas em sua reflexão sobre a absorção do litoral ao processo de reprodução da base social.

Este número de CIDADES não seria possível sem a participação dos colegas que aceitaram essa tarefa e se debruçaram sobre o tema, para deleite do leitor que por ele se interessa.

Ana Fani Alessandri Carlos

# **DOSSIÊ TEMÁTICO**



# A ATUALIZAÇÃO TÉCNICA DO URBANO

**ANA CLARA TORRES RIBEIRO**

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pesquisadora do CNPq e da FAPERJ

ana\_ribeiro@uol.com.br

## **RESUMO**

O texto reflete os impactos das inovações tecnológicas na experiência urbana contemporânea, destacando os nexos entre técnica e ação, entre poder e informação e entre apropriação do espaço e racionalização da vida coletiva. Nesta reflexão, é atribuída especial atenção a características da ação dominante, que hoje (re)configura o urbano genérico através do alargamento da arena da produção; da multiplicação de produtos financeiros; da difusão de parâmetros para a identidade “ajustada” ao presente e dos extensores materiais e imateriais da nova economia. O texto, que sistematiza ainda alguns desafios da pesquisa social, apóia-se na geografia crítica, em teorias da ação e em registros de sintomas e vestígios da mudança cultural que acompanha a última modernidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Técnica. Tempo Social. Ação Social. Instituição Social.

## THE TECHNICAL UPDATING OF THE URBAN

### **ABSTRACT**

The text reflects the impact of technological innovations in the contemporary urban experience, featuring the relations between technique and action, between power and information and between spatial appropriation and rationalization of collective life. Special emphasis is given to certain characteristics of dominant action, which now reshape the (re)arrangement of the urban by means of the widening of the production arena; of the multiplication of financial products; of the diffusion of parameters of identity that are “adjusted” to present time and to the material and immaterial dimensions of the new

economy. The text calls attention to some current challenges of social research and is supported by critical geography, by theories of action and by some manifestations of cultural change that characterize late modernity.

**KEY WORDS:** Technique. Social time. Social action. Social institution.

Só os peixes  
sagrados  
conhecem  
o rumo  
das águas  
santas

(Sonia Cintra, "Curso")

## **SOBRE O PRESENTE**

A redução da capacidade integradora do capitalismo, que foi historicamente garantida e ampliada pelas lutas sociais, conduz ao ocaso das grandes narrativas, como demonstra a rarefação das citações do progresso e do desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que aparecem os custos sociais do recuo do Estado no controle do mercado, afirmam-se identidades sociais e lugares antes subordinados e oprimidos pelos modelos dominantes de integração social. Assim, aumentam as formas de exclusão social e, simultaneamente, ganham visibilidade sujeitos sociais até recentemente, como afirmou José Nun (1989), relegados ao fundo da cena política, que se sabe ser, sobretudo, urbana.

Tanto a fragilização dos mecanismos de integração social, relacionada ao desinteresse pela legitimação do exercício do poder, quanto a conquista de posições na cena política por sujeitos sociais antes secundarizados pressionam a vida coletiva em direção ao presente, configurando uma conjugação de processos que, pautados pela urgência, alteram o ritmo da experiência urbana. Nessas circunstâncias, a marcação do tempo por décadas, que se constitui numa referência usual da ação do Estado, transforma-se numa marcação cada vez mais curta que, chegando à precisão digital, difunde o anseio pelo instantâneo.

Surge uma nova sincronização de tempos sociais e, por conseqüência, novas maneiras de fazer tecido social. Como explicou Norbert Elias (1998), a sincronização de ações sempre implica em algum tipo de convenção, já que o tempo, como orquestrador das interações sociais, é uma invenção da própria

vida em sociedade. Indubitavelmente, a sincronização que atualiza o urbano se constitui num elemento central das condições gerais da produção contemporânea.

Os movimentos da presentificação são seletivos e relacionais. Esses movimentos atingem, pelas características da economia e dos projetos políticos, diferentes camadas ou estratos das experiências sociais e dos acúmulos técnicos existentes nos lugares. Nas palavras de Milton Santos: “Cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica” (SANTOS, 1996, p. 138).

Acredito que a história como sujeito da técnica corresponde, para o autor, à condição humana, que conjuga a vida prática à busca do sentido da existência. Diferentemente dos que apostam no presente amplificado, ansiosos pela eternização da forma dominante de produzir, Milton Santos, ao valorizar o sentido do devir, convida à reflexão da passagem do presente ao futuro. Uma reflexão que implica no estudo das forças e interesses sociais que criam e se apropriam da técnica, detendo o poder de comandar a atualização do urbano.

O novo meio técnico – formado por comunicação e informática, por linguagens e equipamentos – ultrapassa a função de sustentáculo da ação humana, por ser intrinsecamente ação. Por esse motivo, a sua natureza é estratégica e, virtualmente, instituinte. Esse meio emite, junto com a informação, exigências e ordens. Em consequência, o desvendamento de outros usos sociais da (e para a) técnica constitui-se num dos maiores desafios enfrentados pelos que procuram por projetos para a defesa de um futuro melhor.

Essa busca tem demandado a abertura de um intenso diálogo entre as ciências sociais e a técnica, que ultrapassa a razão instrumental. Trata-se do investimento em uma episteme que dialogue com a técnica, mas que preserve princípios fundamentais das ciências sociais (CASANOVA, 2006). Entre esses princípios, estão a defesa do sujeito da ação (BADIOU, 1994), apoiada na liberdade como valor irredutível (SARTRE, 1967 [1957]; LEFEBVRE, 1991), e a resistência frente a processos que resultem na reificação da vida coletiva, aumentando a alienação.

As ações dominantes, que se apropriam do novo meio técnico, geram novas desigualdades e exclusões sociais, como demonstram a militarização da vida

cotidiana, as velhas e novas formas de adoecimento, o aumento da segurança privada, os custos sociais da especulação financeira e a escalada da violência. Esse elenco de fatos e processos indica conteúdos da atualização do urbano imposta pelos que controlam a globalização da economia. Esse controle, que aciona monitoramento da ação e *feedback*, transforma interações sociais que constroem parte relevante da vida cotidiana.

Cabe acrescentar que as desigualdades e as exclusões, diagnosticadas em importantes retratos das condições de vida urbana, não esgotam a pesquisa da dinâmica social. Nesta pesquisa, é necessário reconhecer as forças sociais e políticas que se apropriam do espaço herdado (SANTOS, 1996) e das potencialidades da técnica. É necessário, em acréscimo, reconhecer as contradições sociais que dinamizam a economia e a política. Para isso, é indispensável preservar, na análise dos dados do presente, a autonomia relativa da ação frente à técnica.

## **SOBRE O URBANO**

Como ensinou Henri Lefebvre (1969), o urbano transcende a grande cidade produzida pela evolução das relações sociais que sustenta a expansão do capitalismo. Apoiado, num primeiro momento, na periferização das classes populares que denuncia limites da experiência urbana, o estudo do urbano genérico incluiu o acompanhamento de mudanças nas condições gerais de produção e o tratamento dos temas das migrações e da atração exercida pelas “luzes da cidade”. Em todas essas facetas do urbano, foi reconhecida, por diferentes disciplinas envolvidas no campo dos estudos urbanos, a influência da divisão social do trabalho, da modernização do campo, da industrialização e da técnica e da organização do consumo.

Esse reconhecimento permitiu compreender que a concentração urbana na história do capitalismo, articulada aos vetores da modernização na escala mundial, resulta da condensação física de condições técnicas e sociais de produção, dos investimentos públicos e da mais valia (HARVEY, 1980). Uma concentração que, para os países centrais, dependeu do controle exercido sobre economias periféricas, de origem colonial ou não. Porém, raramente são registrados e contabilizados os custos sociais da beleza e da vitalidade cultural que singularizam as verdadeiras metrópoles mundiais, do passado e do presente. Nas palavras de Marx e Engels (1963 [1848], p. 26):

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estebelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

A dinâmica do capitalismo é acumulativa e, ao mesmo tempo, dispersa e multiescalar. A manutenção dessa dinâmica depende da articulação, através de meios sempre renovados, da cidade excepcional, condensadora dos valores culturais da modernidade, ao urbano genérico (LEFEBVRE, 1969). Os sintomas e sinais (VOVELLE, 1997) dessa articulação nem sempre repousam em grandes estruturas físicas ou práticas administrativas regulares. Ao contrário, podem estar limitados à cruz cravada na praia distante ou ao pequeno porto que viabiliza a exploração de populações nativas e, a devastação de florestas e culturas. A plena apreensão histórico-simbólica desses processos encontra-se, ao meu ver, na obra deslumbrante e trágica de Orozco e Guayasamin.

Na atualidade, os espaços concentradores da riqueza, construídos ao longo da história da modernidade, sofrem severas ameaças no que concerne à manutenção de suas funções econômicas e políticas, em decorrência de mudanças radicais na forma dominante de produzir (LOJKINE, 1986) e nas metas de instituições responsáveis pelas condições gerais de produção e pela administração das contradições sociais (LOJKINE, 2005), com destaque para o Estado e as agências multilaterais de desenvolvimento.

O rápido alargamento da arena da produção e a onipresença de produtos financeiros nos fluxos de consumo descartam, atualmente, segmentos antes valorizados da materialidade urbana e da força de trabalho. Esse descarte possibilita o sobrelucro na medida em que cria a demanda por inovações técnicas, administrativas e espaciais, como exemplificam a terceirização, a logística, o *just in time*, os novos centros de negócios, as torres da competitividade global (LIMONAD, 2006) e os condomínios que refazem as periferias urbanas e privatizam a natureza (POLLI, 2006).

Os conteúdos culturais do urbano genérico têm sido movidos, nas últimas décadas, pelo encadeamento, mediado pela técnica, entre diferentes recursos e formas de trabalho. Nessa dinâmica, a produção estratégica da escassez transforma os extensores da urbanidade, criando os fundamentos do atual período histórico, que denomino de última modernidade. A velocidade que caracteriza a frente de inovações pode ser indicada através da pergunta: quem precisava até ontem de um celular ou de um GPS?

Por sua vez, os extensores materiais e imateriais da experiência urbana apóiam a difusão de práticas e métodos que destroem, fragmentam e ressignificam elementos do modelo urbano-industrial de desenvolvimento. A última modernidade, que surge da crise de acumulação dos anos 70, potencializa o ativismo que anima os fluxos de informação, bens e pessoas, impulsionando a destruição de heranças culturais e materiais e o envelhecimento de parte relevante das condições gerais de produção condensadas na grande cidade.

Para as regiões mantidas periféricas, são outros, agora, os produtos (ou recursos) que podem ser ofertados aos circuitos dominantes da produção, como os associados aos grãos, à paisagem, à biodiversidade e às diferenças culturais. Já para as regiões que comandam a globalização da economia, surge o desafio da manutenção das rédeas de uma produção crescentemente complexa e instável. Como preencher as brechas sociais e fraturas espaciais abertas pela atualização técnica e administrativa do urbano genérico?

Ao predomínio dos fluxos, soma-se a face ativa da técnica na emergência de um período em que as mediações socioculturais da produção e do consumo interferem em modos consolidados de vida. Espraia-se a rede urbana na escala nacional, atribuindo a cidades médias o papel de sustentáculo da modernização do território (SPOSITO et al, 2006), como exemplificam os núcleos urbanos do agronegócio (BERNARDES e FREIRE FILHO, 2006), enquanto a própria experiência urbana se traduz em ação informada, crédito e técnica.

A flexibilidade que caracteriza o novo meio transforma, também, sentidos da experiência urbana. Entre as transformações mais incisivas, estão a domesticação e a personalização da própria técnica e, como resultado, a hibridação das esferas da produção e do consumo. Essa hibridação agiliza o mercado e sustenta a hegemonia do capital financeiro, viabilizando a dissolução relativa da regionalização proposta pelo urbanismo racionalista, e da divisão territorial do trabalho orientada pelo planejamento centralizado no Estado.

Compete-se por funções e inventam-se funções numa espacialidade marcada por profundas desigualdades sociais. Esse movimento atualizador da experiência urbana, como não poderia deixar de ser, cria novas relações entre indivíduo e sociedade. E mais, o próprio indivíduo tem sido atualizado pela combinação de diferentes linguagens e pelos fluxos de informação. Não se trata somente de um período marcado pelo individualismo e pelo consumismo, como reconhecido por tantos críticos do neoliberalismo. A mudança cultural

contemporânea traz, juntamente com o fortalecimento dessas ideologias, a produção social de novas individualidades.

Nessa produção, a técnica personalizada transforma o indivíduo atualizado numa espécie de missionário da última modernidade, que anima o urbano genérico. Hoje, estão em disputa os sentidos da ação desse indivíduo. Essa disputa acontece, com nitidez, entre aqueles que operacionalizam a expansão do mercado globalizado e os que anseiam por uma sociedade mais justa. Um estudo aprofundado dos fóruns mundiais, que incluísse as cidades que os abrigam, como uma vez proposto pelo sociólogo Enrique Mazzei ao Grupo de Trabalho Desenvolvimento Urbano do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), poderia permitir o conhecimento dos nexos entre vida urbana e redes, e movimentos sociais mobilizados por essa disputa.

O indivíduo da última modernidade, subjetivamente acelerado e antenado com o mundo, é um difusor da urbanidade que corresponde à atual fase do capitalismo. Conectado a redes sociais, esse missionário também é um artífice de redes, cabendo acrescentar que são as redes que podem garantir a sua presença em territórios até há pouco tempo atrás imunes ao urbano. Atuante em áreas indígenas e santuários naturais ou em interação com populações tradicionais, o novo indivíduo colabora na renovação do urbano genérico, mesmo que renegue a metrópole e embrenhe-se na natureza.

Esse indivíduo transporta consigo, ainda que inconscientemente, determinantes da ação oriundos da experiência urbana. Como tão bem exposto por Sonia Barrios (1986, p. 06): “mais que a libertação da ação social com respeito ao meio físico, o que se observa na realidade é a substituição das restrições impostas pelo espaço natural por aquelas que derivam do espaço modificado”. Essas palavras suscitam a reflexão de fenômenos culturais que se ocultam sob a ideologia da técnica. A tecnologia não é neutra, por mais que se apresente como flexível e multiuso, e a liberdade não emana diretamente da técnica.

Daí a relevância política da articulação teórica entre técnica e ação. Se existe uma relação, que gostaria de denominar genética, entre técnica e espaço, existe uma relação, igualmente genética, entre tempo e ação. Nessa direção, recordo que Milton Santos (1996), ao propor que o espaço seja compreendido como sistemas técnicos e sistemas de ações, também afirmou a indissociabilidade entre espaço e tempo. A essa orientação teórica, ousou acrescentar que, em sua autonomia relativa, as ações podem criar sistematicidades incertas e tenta-

tivas quando enredam lugares na dinâmica da última modernidade, incluindo partes dos sistemas do passado que ainda condicionam o presente e restringem o leque dos futuros possíveis (SANTOS, 1977).

Cria-se, assim, a instabilidade que caracteriza os difusos vetores da última modernidade e da nova modernização, entre os quais não pode ser esquecida a face desbravadora da linguagem televisiva. Eis um relato de um ponto extremo do fio:

O pólo tinha um gerador que alimentava sua estrutura e algumas casas. Uma delas tinha televisão. Foi impressionante ver o efeito hipnótico da televisão sobre as crianças indígenas. Mesmo sem entender quase nada de português, elas ficavam vidradas na tela, vendo desenho, futebol ou o Faustão (ADDOR, 2008, p. 20).

Esse relato atualiza análises feitas, nos anos 1970 e 80, para a área concentrada do país (Cf. MILANESI, 1985). Como um aventureiro no oceano de imagens, aquele que navega nas redes de comunicação, mesmo que apenas como espectador, recebe um convite para que experimente um “outro mundo”, portador de laivos do sagrado. Esse convite transfere-se, no momento, para outras telas, igualmente hipnóticas, como as que fazem a festa da infância e da juventude em tantas *lan houses* de áreas populares.

A transcendência da grande cidade acontece, no atual período histórico, dissolvendo a distinção entre escalas, como indica o conceito de cidade-região, criado para o estudo da urbanização dispersa (SOJA, 2006). Realiza-se, ainda, pelo espraiamento de ações (atitudes, estratégias e projetos) tecnicamente informadas e sustentadas. Esse espraiamento, por vezes quase aleatório, só se esgota ao encontrar barreiras culturais e político-militares intransponíveis ou quando os sinais de satélite se tornam excessivamente fracos.

A nova técnica condensa ação e torna possível a ação (EGLER, 2007), fazendo com que qualquer elemento da história dos lugares ou da natureza possa ser identificado como recurso econômico ou ponto de apoio para a extensão de redes sociais. Sem dúvida, os vetores da última modernidade caracterizam-se pela flexibilidade, pela fluidez e pelo destaque da cognição. Essas características, porém, não impedem que esses vetores tragam rigidez (SANTOS, 1996) e alienação, como indicam os muitos instrumentos de controle do trabalho colocados à disposição da administração pública e privada e o extraordinário volume dos objetos urbanos da última modernidade.

## SOBRE A TÉCNICA

O novo meio técnico revolve contextos e relações sociais, alterando objetivos (missões?) institucionais e alterando o teor da sociabilidade. Por seus elementos intrínsecos, esse meio acelera a transformação da psicosfera (SANTOS, 1996), permitindo que a ação – efetiva ou potencial – encubra os interesses que comandam a mudança na composição orgânica do capital, do território e da urbanidade.

Lembro, neste ponto, algumas experiências pessoais. Hoje é sábado. As mensagens, em meu computador, exigem resposta e ainda não consegui apagar (deletar?) as que se acumularam no *anti-spam*. Junto com isso, quando tento abrir a máquina, aparece o anúncio da impressora, tentando me vender cartuchos de sua marca, e a solicitação da empresa produtora de *softwares* para que informe qualquer tipo de dificuldade no uso do programa. Esses chamados criam um encadeamento prático de gestos aleatórios com a produção, que pode transformar qualquer uso da técnica em trabalho gratuito.

Em direção similar, recorro o envolvimento da clientela dos bancos em serviços que antes valorizavam o trabalhador. Prossigo com os episódios pessoais. Procurando concentrar a minha atenção na escrita deste texto, sou interrompida pelo telemarketing e pelo celular, sempre portador de pseudo-urgências. Ao lado disso, recebo uma quantidade atordoante de propaganda pelo correio, misturada à correspondência que de fato importa. Essas pressões simultâneas não garantem sincronicidade, eficácia ou conectividade. Ao contrário, dizem da perda de sentido da ação e de impedimentos à reflexão, principalmente para os que carregam, para as suas tarefas, um excesso de memória.

Atualmente, para garantir o direito à reflexão, é necessário resistir a mitos, ou fábulas como disse Milton Santos (2000), que se reproduzem no presente amplificado e recusar a pressão do instantâneo. Entre as fábulas, lembro a promessa de que a internet reduziria o consumo de papel. Eis mais um prognóstico equivocado, como demonstram a expansão da monocultura para a produção da celulose e o deslocamento de sua fabricação, poluente e esterilizante, para as periferias do capitalismo.

Quem disse, ainda, que a indústria de alta tecnologia é limpa? Somente os que desconhecem, ou desejam desconhecer, a dinâmica dos circuitos produtivos (BARRIOS, 1986). Hoje, generaliza-se a impressão doméstica, remoçando o xerox dos textos jamais lidos. E interroga-se o lugar que será o depósito final das carcaças de equipamentos superados e das baterias de celulares.

Sem dúvida, não existem caminhos fáceis para o futuro, por mais que os termos facilidade e facilitador freqüentem os manuais da nova gestão. As facilidades, trazidas pela técnica, mesclam-se a contra-racionalidades, ameaçando reter a consciência dos fins nos enredamentos dos meios (equipamentos e linguagens). Como acreditar que, pela natureza informacional dos meios, a última modernidade possa ser associada, sem maiores obstáculos, a uma sociedade da inteligência ou do conhecimento?

Longe das grandes sínteses, tão próximas das grandes narrativas, penso ser necessário estudar atentamente processos e contextos que condensam a mudança nas relações societárias, sendo essa uma tarefa das mais difíceis. O cumprimento dessa tarefa exige o encontro de critérios para o recorte de fenômenos submetidos à intensa mutação do seu ritmo e sentido, tanto para o senso comum como para a ciência. Como construir objetos de pesquisa na velocidade necessária à observação de partes que se afastam de anteriores sistemas e que não apontam para uma efetiva repactuação das relações sociais?

Essa tarefa, que é mais árdua nas periferias (SANTOS, 1993), envolve o uso de lentes que, voltadas para o futuro, não omitam o passado que está sendo ressignificado no presente. De outra forma, torna-se impossível apreender conteúdos culturais da vida urbana atingidos (ou destruídos) por projetos de requalificação e revitalização de áreas selecionadas da grande cidade ou analisar a maneira como o território tem sido transformado em matéria-prima de novos desenhos das políticas públicas (FAVARETO, 2006).

Na mesma direção, acrescento que, sem o uso dessas lentes, que são multifocais e não simplesmente bifocais, o discurso da mudança tende a adquirir uma linearidade, de cunho catastrofista ou não, afastada do real dinamismo da ação. Frente à instabilidade do presente, penso que a pesquisa projetiva pode ser realizada, com proveito, através da elaboração de sínteses provisórias, que viabilizem a formulação de conceitos, e através de crônicas tentativas da mudança sociocultural. A seguir, brinco um pouco com essa proposta.

## **A INFORMÁTICA E A COMUNICAÇÃO COMO INSTITUIÇÕES SOCIAIS**

Peter L. Berger e Brigitte Berger (1977) esclarecem, através da reflexão da linguagem, o que é uma instituição social. Como recurso de exposição, elencam

suas características fundamentais: a exterioridade, que faz com que a instituição seja experimentada pelo indivíduo como algo, de alguma forma, irrecorrível; a objetividade, que conforma a apreensão da vida social, permitindo o seu reconhecimento como uma realidade quase óbvia; a coercitividade e, portanto, a capacidade de se impor sobre a vontade individual, gerando obediência; a autoridade moral, que decorre da capacidade detida pela instituição social de estabelecer os valores que orientam o comportamento aceito e a punição do desvio; a historicidade, relacionada à definição do que deve permanecer ou mudar.

Em palavras dos autores: “A linguagem (e, de fato, geralmente o mundo das instituições) pode ser concebida como um grande rio que flui através do tempo. Aqueles que por um momento viajam, por suas águas, ou vivem às suas margens, continuamente atiram pedras nele” (BERGER e BERGER, 1977, p. 198). Essa imagem, bela e contundente, esclarece a articulação essencial entre instituição e linguagem na condução da vida social. É a linguagem que compromete, na manutenção e atualização de instituições, até mesmo aqueles que se encontram à margem ou distantes do *mainstream*.

Afinal, são poucos os que conseguem se tornar experimentadores conscientes de linguagens (valores e conceitos); o que faz com que a maioria alimente, diariamente, a corrente principal da comunicação contemporânea, em sua capacidade de institucionalizar relações sociais. Basta, para isso, ser um receptor acrítico do marketing e de mensagens das agências que buscam administrar o consumo. Compreende-se, assim, que a linguagem, esse magnífico mecanismo de elaboração do tecido social, é instituição e, simultaneamente, constrói instituições.

Com apoio nessa breve referência à análise sociológica da instituição social, posso dizer que vislumbrei a informática, em seus vínculos com a comunicação, como instituição social quando uma jovem pesquisadora da equipe do laboratório que coordeno reclamou, de forma incisiva, de que o sistema estava lento, muito lento. A sua revolta me surpreendeu por contrastar com o seu comportamento habitual e com a existência de outras carências, ao meu ver, mais lesivas de nossas condições de trabalho, relacionadas à alimentação e ao transporte.

Nesse caso, não havia nenhuma demanda concreta a ser respondida rapidamente, o que me levou a dizer à pesquisadora que se tranqüilizasse e fosse ler um livro enquanto aguardava a resposta da máquina. Essa alternativa, entretanto, simplesmente inexistia, já que a rapidez esperada na execução da

tarefa inviabilizou a alternância de ritmo mental indispensável à aceitação da atividade sugerida. Naquele momento, compreendi que me encontrava frente a uma norma social inculcada e internalizada, ainda que pouco clara, cujo cumprimento traria conforto e segurança.

Da obediência a essa norma, dependia o esperado ajuste ao contexto social. Alertada por esse episódio, iniciei a observação sistemática de outros processos indicativos da afirmação da informática e da comunicação por ela permitida como instituições sociais e, portanto, como uma técnica que ultrapassa a sua face instrumental, por traduzir-se em valores culturais e na codificação de comportamentos esperáveis.

Após o início da redação deste texto, encontrei uma compreensão similar dos desafios do presente, incluindo a comunicação como instituição social, em artigo de Rodolfo Gomez (2007) dedicado à reflexão das atuais relações entre cidade, espaço público e movimentos sociais na América Latina. Esse autor aciona, o que é relevante para este texto, a instituição social como recurso analítico necessário à compreensão da estranha simbiose, que refaz a cena urbana, entre efervescência política e limites da transformação social, materializados na adoção (e na aceitação) do modelo dominante de cidade, que esvazia o espaço público.

De fato, a técnica, na atual fase do capitalismo, é portadora de potencialidades que superam as exigências do trabalho e do consumo. Essas potencialidades aparecem, também, como exterioridade e coerção: atualize-se, informe-se, seja rápido, conecte-se, comunique-se, interaja. Assumindo funções no ordenamento da vida cotidiana, a técnica comparece como sinalização do compromisso dos pais com os filhos – “Já até comprei um computador para ele...” –, como motivo para o orgulho familiar – “O meu neto, que só tem cinco anos, é muito melhor do que eu com o computador!” – e como demonstração de uma vida bem administrada – “Agora pesquise preços e só faço compras de mercado pelo computador”.

Nessas frases, tão freqüentemente ouvidas, a emanação de valores realizada por outras instituições sociais, como a família, soma-se às ordens transmitidas pela (e através da) própria técnica. Dessa maneira, os fios condutores da ação, conectados a representações sociais, são embaralhados à simbologia da técnica. Experimenta-se, por conseguinte, uma transformação nos processos de socialização que incorpora a pedagogia da técnica. Como transformar pela vontade

política, como propôs Maria Adélia de Souza (2000), essa pedagogia numa pedagogia cidadã?

Convém destacar, em acréscimo, que as funções pedagógicas exercidas pela técnica interferem na socialização e na sociabilidade. A nova técnica surge associada ao *upgrade* de maneiras de fazer e pensar, ao mesmo tempo em que pressiona e filtra a influência exercida por instituições responsáveis pela transmissão intergeracional de valores e conhecimento. Desse modo, tem sido estimulado um agenciamento difuso e tentativo que penetra e modifica a estruturação das relações sociais.

Esse outro agenciamento propõe uma navegação, liberada de bússolas e cartas, num espaço social concebido como sem fronteiras. O poder de convencimento dessa idealização do espaço social apóia, ao meu ver, a difusão, nas instituições sociais, do espírito empreendedor, que corresponde a uma versão atualizada do espírito de aventura. Instaure-se, através da técnica, uma representação do espaço social que o afirma como infinito e acessível ao indivíduo tecnicamente qualificado. Essa representação pressiona os lugares (TUAN, 1983) e, dessa maneira, fundamentos culturais de modos de vida.

Essa representação do espaço tanto fragiliza instituições quanto anima um celeiro de processos instituintes, ainda que parciais e efêmeros, como indicam as múltiplas denominações religiosas e o rápido giro dos holofotes da promoção estratégica de lugares. Recobrando a superfície da experiência social de encanto e sedução, esse outro agenciamento também possibilita que instituições tradicionais sejam simbolicamente acomodadas ao presente, o que explica a força do conservadorismo político que, não raramente, tem acompanhado a mudança cultural em contextos concentradores das inovações tecnológicas (JEUDY, 2005; GOMEZ, 2007).

## URBANO GENÉRICO: TÉCNICA E PRÁTICAS SOCIAIS

Aparecem, nos contextos que concentram a inovação, vetores do futuro que apontam para rupturas radicais com o passado, como destacam os analistas que focalizam a desinstitucionalização das relações sociais (DUBET, 1998). Porém, existem outros vetores que revolvem o passado, abrigando-o e preservando-o em novos enredamentos práticos e discursivos. Apesar do aumento da insegurança, florescem, no presente, os que afirmam possuir bússola e carta ou, como antes se dizia, régua e compasso. O novo arauto de caminhos para o

moderno tende a personificar a técnica, seja esta o *data show*, a cirurgia plástica, a moda ou a técnica de mediação de conflitos sociais.

Esse tipo social, uma vez sistematizado pelo marketing, veicula normas sociais através do seu código comportamental, apresentando-se como porto seguro para rentáveis formas de qualificação profissional. Sintetiza, ainda, o prestígio e a distinção, oferecendo-se como biombo atrás do qual se ocultam a incerteza e o medo. Esse biombo, materializado em telões de eventos ou no monitor de computadores domésticos, retém a consciência da fragilidade do tecido urbano, da superficialização das relações sociais e dos processos de exclusão social.

Cito, neste momento, mais alguns episódios que indico como sintomas da mudança cultural em curso; uma mudança que tem sido estrategicamente conduzida em direção ao desejo pelo consumo personalizado, mesmo que o prestígio e a distinção alcançados por essa forma de consumo, que inclui o consumo de técnica, aproxime-se perigosamente do mimetismo e da subalternidade. É esse perigo que aparece no marketing urbano, quando a cidade revitalizada e requalificada faz lembrar, por vezes, aquela senhora que abriu mão de sua personalidade por temer o envelhecimento (RIBEIRO, 1991).

O primeiro episódio refere-se a um encontro marcado em instalações da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) na Praia Vermelha. Os que deveriam se encontrar se limitaram a uma combinação superficial do lugar, a ser completada através de celulares. Um frágil compromisso para aquele que não dispõe do aparelho ou que sofre o incômodo de uma bateria descarregada. É um frágil lugar, que perde o seu encanto como um especial abrigo do encontro. Abandona-se o esforço de descrição do lugar – que acionaria lembranças e, talvez, até narrativas – pela praticidade do gesto mediado pela técnica. Sem dúvida, existe uma crescente eficácia na vida cotidiana mas, também, ocorre a perda de outras maneiras de ser eficiente.

Esse episódio, por indicar o caráter apenas aproximativo de relações que se reproduzem no dia-a-dia, estimula a citação de palavras de Luiz Fernando Veríssimo, que deixam transparecer a prevalência do aleatório, do apenas possível e do incerto: “[...] se contribuí para criar o gosto pela leitura em alguém, se ajudei nesse bom combate, então viva eu. Só não sei bem o que dizer quando elogiam um texto meu que está na Internet, pois na maioria dos casos não é meu. Mas agradeço em nome do autor escondido”

(VERÍSSIMO, 2008, p. 27). Nesse caso, a relação não é apenas insegura e tentativa. Ela simplesmente é uma delicada invenção, dada a inexistência do tecido social.

Um outro episódio é aquele em que um casal, de mãos dadas, não se olha e nem se beija, envolvido em conversa com outros através de celulares. Essa é uma cena que se reproduz nos restaurantes e nas salas de espera dos aeroportos. A escolha do próximo episódio destaca exatamente este não-lugar, o aeroporto. Quem não observou que as salas de espera, desse e de outros serviços, foram tomadas por uma fala ininterrupta? Em meio à insegurança provocada pelo esvaziamento identitário no não-lugar, o indivíduo da última modernidade mantém uma conversa minuciosa, aparentemente desnecessária, com a família, colegas e conhecidos. Trata-se quase da procura por um testemunho da relevância de sua existência.

Essa fala, banal e insistente, pode ser interpretada, ainda, como uma tentativa de domesticação do não-lugar, no âmago do esgarçamento de vínculos sociais. Nessa mesma direção, num quarto episódio, uma jovem disse-me, na Europa, que nunca se sentiu tão controlada pela família, cuja presença cotidiana ocorria através do *skype* e de uma *webcam*. O uso da tecnologia de comunicação, estimulado e legitimado pela distância física e baixo custo, possibilitava, neste episódio, um grau de monitoramento da vida cotidiana anteriormente inaceitável ou inatingível. Algo similar ocorre com o uso familiar de celulares, facilitado pelo pré-pago e estimulado pelo registro de ligações feitas e recebidas.

A combinação de força instituinte e plasticidade que caracteriza essa tecnologia contribui para a aceitação dos investimentos públicos que sustentam a expansão do novo meio geográfico. Uma combinação que orienta, simultaneamente, ações de governo e a identificação de novos mercados. Na legitimação desses investimentos, contribuem os discursos que acompanham a nova técnica. Esses discursos recorrem, continuamente, à oposição entre controle (ordem, segurança) e descontrole (anomia, barbárie) no exame do ambiente em que se inscrevem a administração pública, a firma, a instituição social e, finalmente, o indivíduo. Esses discursos sustentam, para bem além das fronteiras da grande cidade, a expansão da frente de atividades articulada pelos novos serviços. Ao absorver facilmente outras dicotomias – tais como previsão *versus* irresponsabilidade ou compromisso *versus* descaso –, essa oposição oferece-se como uma

poderosa âncora ideológica para projetos que prometem bem-estar nas violentas metrópoles da última modernidade.

No extremo, os termos em que essa promessa tem sido cumprida podem ser lidos no seguinte texto:

Injetado com seringa ou pistola de vacina sob a pele de empresários, executivos, banqueiros e respectivos familiares (os sequestráveis da cidade), o microchip, pouco maior que um grão de arroz, é alimentado pelo organismo do usuário monitorado 24 horas por dia [...]. A central de controle e processamento de dados fica na América do Norte e a R.C.I. First Security Intelligence Advising [...] evita dar informações [...] sobre os clientes (ZIBORDI, 2008, p. 13).

Não desejo, com os episódios e as citações aqui destacados, desconhecer avanços sociais permitidos pela nova técnica, que incluem a amplificação da capacidade convocatória de relevantes movimentos sociais. O posicionamento antitécnica estimula a difusão de um conservador discurso antiurbano, que desconhece a potência da obra coletiva (LEFEBVRE, 1969) e descobertas trazidas por mudanças escalares nas interações sociais permitidas pelo novo meio geográfico. Mas, seria ingênuo secundarizar o fato de que a técnica tem dono e que, por essa razão, amolda-se, com mais docilidade, aos seus desígnios.

Concretamente, é impossível ignorar que se paga muito caro por recursos técnicos, jamais totalmente usados, concebidos, originalmente, para os gestores de grandes corporações. Esses recursos, desenvolvidos através de investimentos já fartamente amortizados e remunerados, são comercializados, nas diferentes periferias do mundo, colados a instrumentos que respondem a reais exigências da ação. Como há tanto tempo disseram Marx e Engels (1963 [1848]), as condições técnicas de produção possibilitam a satisfação de necessidades coletivas; porém, as relações sociais de produção o impedem, inclusive pela permanente imposição de novas necessidades. Efetivamente, apenas o movimento das contradições sociais poderá vir a permitir um uso generoso da técnica e não a decantada benignidade da própria técnica.

Na atual fase do capitalismo, a retenção da potencialidade transformadora da técnica impõe a reflexão dos modos de consumo que modelam o cotidiano, envolvendo uma grande parcela das formas contemporâneas de especialização do capital. A complexificação das sociedades capitalistas – induzida pela hegemonia do capital financeiro, pelo aprofundamento da divisão social do trabalho e pelas potencialidades do novo meio geográfico – expressa-se, com

especial nitidez, através das frações de capital inscritas na reprodução social, como demonstra a privatização da saúde, da educação e da previdência.

Com o estímulo da técnica, práticas de consumo têm sido transformadas num ativo apêndice da produção, na medida em que o consumidor é incorporado, de forma operacional e utilitária, na gestão do capital. Essa incorporação viabiliza a previsão de investimentos num cenário de grandes incertezas. A incorporação do consumidor à produção não ocorre apenas pela sedução exercida pelo marketing; apóia-se, também, nos novos papéis assumidos pelo consumidor, como o de informante dos seus desejos e carências, e como espoliado pelos arranjos entre capital comercial e capital financeiro. Um indicador simples desses arranjos encontra-se no fato de o preço à vista e a prazo de muitas mercadorias ser, com grande frequência, exatamente o mesmo.

Esse fato mostra que a negociação face-a-face, que predominava na sociabilidade criada pelo comércio, impulsionadora da vida espontânea das ruas, tem sido gradualmente substituída por outras negociações, mais reservadas e distantes das formas imediatas de interação social. Os limites da fábrica foram radicalmente ultrapassados a partir dos anos 1960, como afirmaram analistas dos movimentos sociais urbanos que reconheceram a relevância política da esfera da reprodução social. Ainda estão sendo rompidos os limites da loja, da escola e da clínica, cada vez mais envolvidas por redes financeiras e comunicacionais e, em acréscimo, pelas produtivas redes formadas pela terceirização e pelo *franchising*.

Substituindo o funcionário ou o empregado, surgiram a precária figura do associado e do cooperativado nas grandes redes de comércio e nas versões informacionais do trabalho a domicílio, essa velha forma de exploração do trabalhador do início do capitalismo, para não citar o uso estratégico da categoria universitário, incorporada aos shoppings ou a programas de auditório das redes abertas de televisão. Transformam-se elementos simbólicos da estratificação social e conteúdos do trabalho, modificando os extensores do urbano. O trabalhador do telemarketing ou do 0800 pode estar em qualquer lugar, principalmente quando não existem barreiras lingüísticas. Como disse Ricardo Antunes (2007, p. 19):

[...] se no passado o operariado taylorista/fordista era dominante [...], hoje você tem os trabalhadores do telemarketing com 70 por cento, 80 por cento da

classe trabalhadora feminina, os trabalhadores dos supermercados, ou seja, uma ampliação imensa da classe trabalhadora nos serviços e uma ampliação dos setores industriais nas periferias: as grandes empresas dos Estados Unidos pularam o muro e estão no México.

Existe uma nova proletarização, além de uma nova pobreza, indicando que os determinantes de classe da experiência urbana permanecem ativos, mesmo que os recursos da nova técnica criem a idéia de que predomina a tendência a relações sociais horizontalizadas. Nesse sentido, não existe uniformização planetária, ao contrário, e não existe exatamente pensamento único, por mais que o neoliberalismo se constitua no paradigma da atual fase do capitalismo.

O movimento das contradições, que particularizam as formações sociais, impede que uma única ideologia se transforme em norte seguro das práticas econômicas e políticas hegemônicas, até porque são necessários acordos internos às classes dominantes – que possuem diferentes origens geo-históricas e interesses – e um certo nível de atendimento das reivindicações sociais. A esses condicionantes da dominação, devem ser acrescentados os processos, acima citados, de atualização de instituições sociais tradicionais, envolvidas na coesão social, cuja atuação se distancia da obediência às diretrizes neoliberais.

Ao contrário de uma única diretriz, os processos de atualização das sociedades capitalistas seccionam e mobilizam o senso comum, impedindo a fixação de discursos que não guardem algum nível de correspondência com a experiência cotidiana ou com a praticidade que orienta a luta imediata pela sobrevivência. São essas demandas do senso comum que podem ser reconhecidas no seguinte depoimento de um jovem morador de um loteamento popular de São Gonçalo (RJ), recolhido por Denise Maria Antunes Cordeiro (2008):

É cruel prá cacete. Tem mercado de trabalho pro jovem? Não tem, cara. É um negócio meio estranho, sabe? [...] Você vê tantas coisas fecharem, a rotatividade muito alta, você vê essa onda de telemarketing, por exemplo, é uma rotatividade alta, sei lá, é estranho, a pessoa não tem uma oportunidade. Aqui tem uma música do Gabriel Pensador que fala: 'aquilo que o mundo me pede não é o que o mundo me dá'.

Os determinantes de classe da experiência urbana resistem ao predomínio de relações horizontais de cooperação sobre as relações verticais de controle, exploração e dominação. Portanto, a relativa homogeneização produzida pelas redes técnicas não pode ser corretamente interpretada como uma promessa de igual-

dade social. Pela inexistência de garantias de direitos relacionados ao novo meio geográfico, a experimentação da técnica está condicionada por mecanismos de controle e pela escassez relativa que preserva hierarquias sociais e fundamentos da ordem dominante, ou melhor, da ordem urbana e da ordem do urbano.

Amplia-se a potência transformadora do meio geográfico; porém, são raras as verdadeiras inversões das hierarquias sociais, que também são espaciais. É a dialética permanência-mudança que emerge nos processos citados pela socióloga Alice Lourenço em depoimento sobre a sua experiência como operadora de telemarketing.

Sim, havia muito mais mulheres que homens [...] a maioria era de classe popular como eu, com segundo grau completo e alguns com nível superior [...]. O Tempo Médio de Atendimento (TMA) era o principal meio de controle mas, não o único. Pelo TMA, nosso atendimento ao cliente não deveria ultrapassar três minutos [...] Como volta e meia me sensibilizava com os casos, meu TMA era sempre alto. Minha supervisora [...] dizia que, se a minha produtividade continuasse assim, seria difícil me manter no trabalho [...]. Outras duas formas de controle eram a gravação do meu atendimento [...] e a ligação de alguém da empresa se passando por cliente [...]. O que mais ficou na minha mente [...] era como a supervisora me chamava a atenção em relação ao tal ‘sorriso na voz’, que a gente tinha que colocar na hora de atender ao cliente (entrevista realizada março de 2008).

Esse depoimento apóia a reflexão da distância entre aparência e essência no trabalho realizado através das redes que formam (e são agilizadas) pelo novo meio geográfico. A sensibilidade e a empatia, exigidas pelas interações sociais, são subordinadas à produtividade esperada por firmas que dependem da reprodução ampliada dessas mesmas interações. O “sorriso na voz”, forma muito particular da aparência, é separado estrategicamente da emoção, transformando-se numa propriedade desejável do “produto”.

Por outro lado, o monitoramento do tempo – este mecanismo indispensável da produção do mais trabalho e, logo, do lucro – condensa fortemente o sentido estratégico e operacional da nova técnica, sendo esta a principal alavanca da absorção do comércio e dos serviços na racionalidade que orienta a produção de mercadorias. Essa mesma racionalidade, que condiciona a ação, tende a ser absorvida nas interações sociais em geral, pressionando-as em direção a uma espécie de produtividade societária superficial.

Na mesma direção, a interatividade, enaltecida pelo discurso da técnica, modifica conteúdos das interações sociais, trazendo a ameaça do enxugamento

de seu sentido aberto e tentativo. Essa é uma estranha linha de reflexão, uma vez que as qualidades do novo meio geográfico parecem indicar justamente o contrário, ou seja, a total liberdade frente aos entraves que até o momento reteram as interações sociais. Mas, até que ponto essa idéia pode ser comprada por seu valor de face?

### **SistematiCIDADES**

A interatividade parece corresponder, fundamentalmente, à ação racional dirigida a fins (WEBER, 1997 [1922]), o que se coaduna com a própria natureza da técnica. Isso não impede que o novo meio, propício à ação pelo teor da sua composição tecnológica, seja apropriado por diferentes racionalidades, sustentadas por valores culturais antagônicos. Evidentemente, essa possibilidade existe, como demonstram diferentes formas de organização social que atingiram a escala mundial.

No entanto, é preciso dar um passo adiante e, além de indicar essa possibilidade, refletir os obstáculos que impedem a redução das desigualdades socio-territoriais. Neste texto, procurei indicar esses obstáculos com base no teor da atualização técnica do urbano que caracteriza a última modernidade. Nestas conclusões, acrescento que os processos que resultam na atualização técnica do urbano genérico se inscrevem num espaço herdado (SANTOS, 1996) configurado por sucessivas modernizações parciais da economia e do território.

A lembrança da parcialidade do moderno, que caracteriza a história do país, justifica a preocupação com o possível predomínio de usos conservadores da técnica, isto é, com modernizações que reproduzam cortes elitistas nas ações favorecidas pelo novo meio geográfico. Esses riscos são crescentes pelos impactos da aceleração dos sistemas de ações e pelos estímulos à competitividade e ultrapassam os custos sociais da fragmentação do espaço herdado, por também existirem em modelos e ideários que conduzem a modernização do território.

Tornou-se banal a referência a atores sociais nos modelos concebidos para a gestão urbana e o desenvolvimento local, o que é condizente com as propriedades da técnica. Sem negar a pertinência dessa referência, penso que esses modelos são, em geral, inspirados pelo pensamento operacional e pragmático, o que inclui a reiteração de uma noção de sistema que se encontra em grande parte superada. O esvaziamento da força explicativa dessa noção decorre das

incertezas que acompanham a última modernidade, expandidas pela quebra de compromissos político-ideológicos com a integração social. É essa quebra que aparece na redução do planejamento à escala da gestão; da justiça social a uma pontual e incerta igualdade de oportunidades e da cidadania às políticas compensatórias.

Pela intensidade e pelo alcance das mudanças socioculturais, penso ser inútil ir para trás e recorrer a leituras que defendam a integração social segundo parâmetros institucionais historicamente superados. Existem, na atual conjuntura, novos interesses, contradições sociais e sentidos da ação. É necessário desvendá-los para disputar poder e conceber formas de vida coletiva mais igualitárias e justas. Nesse sentido, enfatizo que a relevância alcançada pela ação demonstra que o poder se encontra concentrado nas mãos daqueles que detém a capacidade, em conjunturas cada vez mais curtas, de “fazer sistemas”.

A compreensão dessa capacidade – que articula energias sociais, valores culturais, investimentos financeiros, marketing e logística territoriais e gestão ótima de recursos na criação de mercados e suportes da ação política – exige a recusa de qualquer tentativa de naturalização dos sistemas sociais. Nas ciências sociais, essa recusa implica na busca de uma completa superação das abordagens funcionalistas e estruturalistas da totalidade em movimento; no reconhecimento e estudo da complexidade e na valorização teórico-analítica da cognição (DUPUY, 1996).

A centralidade da ação transforma sistemas em sistematicidades, isto é, em capacidade de gerar e administrar sistemas instáveis. Essa capacidade pode chegar ao ponto de incluir a exigência de uma destruição planejada desses mesmos sistemas, sendo assim recriada a instabilidade que garante o dinamismo da economia e da política. É essa a grande inovação do presente, que não pode ser descrita, e muito menos analisada, através de noções que apenas anunciem a existência de uma nova forma do velho, como sugere a noção de reestruturação urbana.

O isolamento estratégico de partes de sistemas anteriores – para o seu empresariamento ou para a garantia de maior leveza e produtividade em novos sistemas – desestabiliza a experiência urbana, transformando-a em um mapa construído por segmentações de práticas horizontais e verticais reproduzíveis em diferentes espaço-temporalidades, desde que estejam dadas as condições materiais e imateriais que viabilizam a ação sistematizadora, que é sempre es-

tratégica; sendo necessário acrescentar que essas condições são criadas pela ruptura de modos de vida alavancados pela nova técnica.

Essa grande inovação aparece, de forma mais ou menos consistente, nos atuais estudos, realizados pelas diferentes ciências sociais, de contextos, lugares, sítios, nichos. Essa mesma valorização, com outros propósitos, surge nas metodologias da gestão empresarial e urbana. Entretanto, dificilmente essas metodologias oferecerão o “mapa da mina” e, muito menos, indicarão os caminhos para uma real sistematicidade de “baixo para cima”, como proposto por Milton Santos (2000).

Esses caminhos dependem da configuração de sujeitos coletivos com estratégias autônomas e de aportes em conhecimento que exigem que as ciências sociais resistam à tentação, gerada pelo agravamento da crise societária, de leituras passadistas da vida coletiva, o que tem ocorrido pelo esquecimento da reflexão crítica antes feita do Estado capitalista e, no nível local, das formas primárias de controle social. Essas leituras, ao invés de valorizarem culturas tradicionais ou defenderem conquistas sociais, podem retardar o desvendamento de percursos e veredas para a elaboração coletiva da obra – que, como propôs Lefebvre (1969), transcende o produto e a mercadoria – no âmago das condições técnicas e sociais do urbano genérico.

Como José Nun (1989) permite compreender, para que emerja a sistematicidade “de baixo”, é necessário ouvir as múltiplas vozes do protesto e da reivindicação e reconhecer diferenças identitárias, diferentes saberes e carências que se traduzem em oposição à sistematicidade dominante. Também é indispensável, como afirmaram Milton Santos (2000) e Pablo Gonzalez Casanova (2006), conhecer, profundamente, as transformações no meio geográfico e nas formas de realização da vida social.

Para isso, as ciências sociais precisam dialogar com as ciências que desvendam (e constroem) as lógicas que regem as relações sociedade-espço na atual fase do capitalismo. Esse diálogo, que também depende do reconhecimento do valor prático do senso comum e de saberes ancestrais, poderá vir a permitir a elaboração de um outro mapa cognitivo, no qual a ação que resiste à técnica corporificada poderá levar ao uso da técnica para a defesa do sujeito corporificado (RIBEIRO, 2000), que é aquele sujeito de direitos que sintetiza a liberdade, que impulsiona a experiência do singular, e a consciência do universal, que é indissociável do compartilhamento solidário da frágil condição humana.

## REFERÊNCIAS

- ADDOR, Felipe. Pelo rio, nem lá, nem aqui. *Piauí*, São Paulo/Rio de Janeiro, n. 16, s/p, jan., 2008. Disponível em: <[http://www.revistapiaui.com.br/edicao\\_16/artigo\\_458/Pelo\\_rio\\_nem\\_la\\_nem\\_aqui\\_.aspx](http://www.revistapiaui.com.br/edicao_16/artigo_458/Pelo_rio_nem_la_nem_aqui_.aspx)>. Acesso em: 15 jun. 2008.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho x capital: 'berrar não adianta'. *Caros Amigos*, São Paulo, v. 10, n. 120, p. 18-21, mar., 2007. Entrevista concedida a Juliana Sassi.
- BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SANTOS, Milton (Org.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986. P. 1-27.
- BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, Marialice; MARTINS, José de Souza (Org.). *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977. P. 193-199.
- BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (Org.). *Geografias da soja: BR-163, fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006.
- CASANOVA, Pablo González. *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- CINTRA, Sonia. *Travessia, traversia*. Jundiaí: Editora In House, 2006.
- CORDEIRO, Denise Maria Antunes. *Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades*. 2008. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. *Contemporaneidade e Educação*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 27-33, mar., 1988.
- DUPUY, Jean-Pierre. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- EGLER, Tamara Tania Cohen. *Ciberpólis: redes no governo da cidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FAVARETO, Arilson da Silva. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial*. 2006. 220 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa (Interunidades) de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GOMEZ, Rodolfo. Ciudad, espacio público y movimientos sociales: entre la crítica y la internalización de las normas de funcionamiento social e institucional. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA – ALAS, 26., 13-18 ago. 2007, Guadalajara. *Anais...* Guadalajara: CUCSH/Universidad de Guadalajara, 2007.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- JEUDY, Henri Pierre. *O espelho da cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- \_\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

- LIMONAD, Ester. Paris em chamas: arquitetura ou revolução? *Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 11, n. 644, s/p, 10 abr., 2006. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/b3w-644.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2008.
- LOJKINE, Jean. *La classe ouvrière en mutations*. Paris : Messidor/Éditions Sociales, 1986.
- \_\_\_\_\_. *L'adieu à la classe moyenne*. Paris: La Dispute, 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963 [1848].
- MILANESI, Luís. *O paraíso via Embratel*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- NUN, José. *La rebelión del coro: estudios sobre la racionalidad política y el sentido común*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.
- POLLI, Simone Aparecida. *Curitiba, metrópole corporativa: fronteiras da desigualdade*. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. O espetáculo urbano no Rio de Janeiro. In: COLLOQUE INTERNATIONAL GRANDES MÉTROPOLES D'AFRIQUE ET D'AMÉRIQUE LATINE, 1., 27-29 nov. 1991, Toulouse. *Anais...* Toulouse: Université de Toulouse, 1991.
- \_\_\_\_\_. Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 82-86, jan.-abr, 2000.
- \_\_\_\_\_. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, set.-dez., 2005.
- SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. *Contexto*, São Paulo, n. 4, p. 31-44, nov., 1977.
- \_\_\_\_\_. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Monica (Org.). *O novo mapa do mundo: fim de século e globalização*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993. P. 15-22.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967 [1957].
- SOJA, Edward W. Algumas consideraciones sobre el concepto de ciudades-región globales. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 9-44, ago.-dez, 2006.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Pedagogia cidadã e tecnologia da informação: um projeto piloto para a periferia sul da cidade de São Paulo. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. P. 221-233.
- SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- VERÍSSIMO, Luiz Fernando. Um solo delicioso. *Caros Amigos*, São Paulo, v. 11, n. 130, p. 26-33, jan., 2008. Entrevista concedida a Ana Luiza Moulatlet et al.
- VOVELLE, Michel. *Imagens e imaginário na História: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1997 [1922].
- ZIBORDI, Marcos. São Paulo, 454 anos. Meus pêsames. *Caros Amigos*, São Paulo, v. 11, n. 130, p. 12-15, jan., 2008.

Recebido em: 22/04/2008

Aceito em: 30/07/2008



# SOCIEDADE URBANA E URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE: ELEMENTOS PARA A DISCUSSÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

DANILO VOLOCHKO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana  
Universidade de São Paulo  
dvolochko@usp.br

## RESUMO

Este artigo elenca alguns elementos teóricos que podem contribuir para a análise da problemática da urbanização da sociedade, vista através de uma preocupação metodológica que busca superar/criticar uma noção de urbanização *stricto sensu*. Por outro lado, o que chamamos de urbanização da sociedade *lato sensu* – processo, aliás, indissociável de uma urbanização do espaço – circunscreve em si um horizonte analítico frágil porque demasiadamente aberto, fazendo-se necessário estabelecer algumas mediações, entre as quais destacamos os conceitos de sociedade urbana e metrópole. Esses conceitos potencializam a abordagem sobre a urbanização da sociedade contemporânea, estabelecendo alguns nexos entre modernização, capitalismo financeiro e produção de uma problemática espacial e urbana contemporânea.

**PALVRAS-CHAVE:** Sociedade urbana. Urbanização da sociedade. Produção do espaço. Capitalismo financeiro. Metrópole.

URBAN SOCIETY AND THE URBANIZATION OF SOCIETY:  
ELEMENTS FOR A DISCUSSION OF THE CONTEMPORARY CITY

## ABSTRACT

This article discusses some theoretical elements for the analysis of the urbanization of society; the objective here is methodological and aimed at criticizing what we consider to be a restricted understanding of urbanization. Urbanization of society, which is an inseparable process of the urbanization of space,

circumscribes, in fact, a weak analytical horizon. Given the broad scale of the concept, it demands some theoretical mediations and these are provided by the concepts of urban society and of metropolis. These concepts give strength to the analysis of contemporary society and establish the necessary connections between modernization, financial capitalism and the spatial/urban production of space.

**KEY-WORDS:** Urban society. Urbanization of society. Production of space. Financial capitalism. Metropolis.

### **OBSERVAÇÕES INICIAIS: URBANIZAÇÃO *STRICTO SENSU***

No curso de sua urbanização, muitas cidades brasileiras conheceram uma gama de processos saídos do seu próprio crescimento e desenvolvimento a partir da industrialização. Entre esses processos, poderíamos mencionar a metropolização, a suburbanização, a periferação, a expansão de loteamentos irregulares, a autoconstrução das periferias, a favelização, o encorticiamento do centro. Diante das sempre renovadas estratégias (inclusive internacionais) de acumulação, a urbanização contemporânea abriga novos conteúdos e novas formas; por exemplo, uma relativa desindustrialização e desconcentração industrial da metrópole de São Paulo articulada ao recrudescimento do setor terciário da economia, configurando uma urbanização que aprofunda, incluindo novos elementos, muitos daqueles processos anteriores. É particularmente marcante nos dias de hoje a proliferação da segregação e das auto-segregações, a continuidade da espoliação urbana e da expulsão das populações empobrecidas para os limites do urbano, bem como o domínio crescente do capital financeiro que, apoiado pelo Estado, vem coordenando o setor imobiliário na produção de uma urbanização como possibilidade de reprodução dos seus negócios.

Esses processos constituíram/constituem a urbanização brasileira como uma problemática ao mesmo tempo social e espacial e, nessa condição, revelam que a urbanização da sociedade – como processo e como temática – define inexoravelmente uma problemática espacial, a qual tentaremos abordar. Contudo, antes de mergulharmos na discussão sobre a urbanização da sociedade e a problemática espacial contemporânea, julgamos necessário esquadrihar algumas observações. A primeira delas remete ao fato de que, tendo em vista que a realidade socioespacial – objeto de análise dos geógrafos – define um

processo contínuo de transformações, o desvendamento teórico dessa realidade clama por uma apreensão metodológica que seja capaz de captar seu sentido mais amplo, seus fundamentos e seu movimento tendencial. Assim, desenha-se o problema metodológico como um primeiro desafio às análises sobre a urbanização contemporânea: premissas metodológicas que tomam elementos caros às inteligibilidades analíticas das ciências exatas e biológicas – tais como linearidade, equilíbrio, sistemas, modelos, índices –, impregnados em diversos trabalhos na Geografia e fora dela, devem ser objeto de uma ampla revisão crítica para que sejam superados. De fato, a urbanização foi e ainda é muitas vezes tratada a partir de tais premissas, sendo encarada como crescimento quantitativo do tecido urbano, o que engendrou e engendra o que chamamos de uma compreensão *stricto sensu* da urbanização. Tais abordagens raramente constroem uma totalidade analítica que não seja a somatória e a descrição de tudo o que há no interior da cidade ou da metrópole, suas funções, seus setores, suas características. Subjacente a tais abordagens está a idéia de que o próprio capitalismo, enquanto sistema social, gera desequilíbrios que podem e devem ser equilibrados para que a cidade e a sociedade funcionem normalmente.

Nesse sentido, trabalhos como “Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo”, “Cidade em Pedacos” (SPOSATI, 1996 e 2001 respectivamente), “Atlas da Exclusão Social no Brasil” (POCHMANN e AMORIM, 2004), “São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais” (MARQUES e TORRES, 2004) apontam na direção acima, permitindo-nos situá-los no plano de um conhecimento produzido com um claro objetivo: o de ser aplicável, ou seja, o de servir para instrumentalizar intervenções concretas na realidade a fim de melhorá-la. Assim, esse tipo de análise delinea os contornos do Estado por meio da elaboração de um saber tecnicizado que emerge do interior de programas de planejamento governamental (de esquerda!), que fundamentam uma racionalidade que estipula metodologias de mensuração para a formulação de políticas públicas, cujas metas buscam a distribuição equitativa da riqueza no espaço urbano para compensar ou atenuar as chamadas desigualdades socioterritoriais. Parece implícita às idéias de fragmentação e inclusão/exclusão presentes nesses textos uma compreensão de que há uma coerência perdida pela metrópole, e que deve ser retomada: a unidade de uma identificação e de uma apropriação da cidade como um todo pelos seus habitantes; apropriação esta confundida com o acesso aos equipamentos urbanos dentro de rígidos limites

administrativos (distritos, subprefeituras). Tal viés freqüentemente esvazia o sentido contraditório da produção (conflituosa) do espaço, situando o debate sobre a urbanização em um patamar afeito a ideologias que legitimam a ação estatista.

Some-se a isso uma profusão de tipologias e nomenclaturas classificatórias das cidades contemporâneas a partir de padrões morfológicos como, por exemplo, a “cidade compacta” em contraposição a uma “cidade (ou a uma urbanização) dispersa”. Esses tratamentos, até onde pudemos constatar, dificilmente ultrapassam o plano da forma, da materialidade aparente, muitas vezes renegando o debate sobre os conteúdos complexos e dinâmicos responsáveis pela produção das diversas formas espaciais e paisagens urbanas das cidades contemporâneas. Acima de tudo, as importantes modificações na morfologia urbana das cidades e metrópoles assinalam mudanças no plano dos processos socioespaciais, os quais devem ser amplamente investigados. Sublinhamos, portanto, que pensar a urbanização da sociedade contemporânea não implica apenas em estipular padrões regulares e comparar modelos de assentamentos urbanos, mas sim de buscar reconhecer a complexidade do processo de urbanização em um país periférico e subdesenvolvido como o Brasil, que apresenta uma imbricação contraditória de elementos exógenos e endógenos, arcaicos e modernos, que redundam em uma urbanização marcada por desigualdades cada vez mais acentuadas. Isso nos confere um ângulo particular de análise a partir de um campo próprio de complexidades: a urbanização da sociedade vista através da problemática espacial e urbana contemporânea no Brasil.

Portanto, aqueles que se debruçam sobre o entendimento dessa problemática se deparam com o fato inequívoco de que o movimento da realidade urbana tende sempre a escapar, no espaço-tempo, da prática cotidiana das sociedades, do movimento de sua apreensão teórica. Se aceitamos que somente através da manifestação fenomênica é possível apreender objetivamente a realidade, admitimos que esta sempre se antecipa à teoria, ao conceito, tornando-os relativos e datados, reforçando uma vez mais a necessidade de uma leitura metodológica que comporte as virtualidades: uma projeção, um projeto. O aspecto banal, mas freqüentemente esquecido, de que o objeto de pesquisa na área da Geografia Humana é, por excelência, social frustra um eventual sentido nomotético que o explique, apresentando o objeto analítico como um campo contraditório de determinações e possibilidades que compõem uma complexidade aberta, dinâmica e dialética.

Nesse sentido, o processo de urbanização da sociedade conduz nossa reflexão a fundamentar-se na idéia de que sua compreensão supõe o tratamento dos conflitos que escondem/revelam as contradições da produção do espaço. Entre as contradições desse processo, destacamos o fato de que a cidade, produzida coletivamente – portanto socialmente – só é apropriada privadamente (cf. CARLOS, 1991), o que nos apresenta algumas categorias básicas da sociedade capitalista em uma relação contraditória: o trabalho, o valor e a propriedade privada (da terra). A urbanização contemporânea atualiza as contradições ao estendê-las e aprofundá-las no bojo do processo de reprodução socioespacial, impondo concretamente – no plano da prática cotidiana – dinâmicas que devem ser tratadas como questões teórico-metodológicas no âmbito da pesquisa em Geografia Urbana. Portanto, o reconhecimento das contradições oferece um quadro de análise que procura superar a urbanização *stricto sensu* ao iluminar o processo de urbanização da sociedade *lato sensu* em si como um processo contraditório. Isso encoraja uma compreensão dialética – que é crítica e radical – apta a desfetichizar as representações espaciais do poder do Estado e de um conhecimento que reduz a problemática da urbanização ao mero crescimento caótico ou ao consumo dos equipamentos urbanos, os quais devem ser ordenados e planejados. Com efeito, a cidade é mais que um simples assentamento populacional e a urbanização é mais do que o seu crescimento quantitativo. Feitas essas observações iniciais, caminemos rumo à tentativa de elucidar a urbanização da sociedade a partir de uma perspectiva e de uma preocupação teórico-metodológica.

### **URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE LATO SENSU**

A abrangência de uma reflexão possível sobre a temática da urbanização da sociedade circunscreve uma dificuldade metodológica preliminar: o fenômeno urbano *in totum*, considerado ele mesmo um objeto de análise, estende e prolonga demasiadamente o espaço e o tempo do horizonte analítico. Essa dificuldade metodológica advém da relação mais ampla existente entre o processo genérico de urbanização e a própria humanização do homem em seu devir civilizatório, a qual, no limite, vincula decisivamente a urbanização à constituição da própria historicidade humana. Em relação a isso, diversas abordagens – entre elas a geográfica, a histórica, a sociológica, a arqueológica – constituem uma verdadeira miríade de possibilidades teóricas, mas particu-

larmente aquelas de cunho antropológico e etnológico enfocam mais de perto a relação entre o surgimento dos assentamentos urbanos e o desenvolvimento sociocultural das sociedades humanas. Darcy Ribeiro (1983) identifica continuidades e descontinuidades que marcam a evolução humana do ponto de vista de um processo civilizatório diacrônico (não evolutivo). Esse autor considera os argumentos gerais de Gordon Childe (1951) – que segue, por sua vez, as linhas mestras de Lewis H. Morgan –, que escreve que existiriam “três revoluções que se confundem com o processo de humanização que fez o homem transcender da escala zoológica para situar-se no plano da conduta cultural: Revolução Agrícola, Revolução Urbana e Revolução Industrial”. Ainda segundo Childe (apud RIBEIRO, 1983, p. 32), “a Revolução Urbana rompe com a Alta Barbárie inaugurando a Civilização”.

De acordo com essas abordagens, à Revolução Urbana corresponderiam transformações profundas nos contingenciamentos do homem como espécie em sua relação com a natureza – cuja dominação é iniciada com a Revolução Neolítica –, mas principalmente em relação ao que é chamado de “sistema associativo”, que diz respeito aos modos de regulação das relações humanas, e ao “sistema ideológico”, concernente à comunicação simbólica, à linguagem, às crenças e aos valores. Ribeiro (1983, p. 73) escreve em relação à Revolução Urbana:

Seus motores foram uma acumulação de inovações técnicas que ampliaram progressivamente a eficácia produtiva do trabalho humano, provocando alterações institucionais nos modos de relação entre os homens para a produção e nas formas de distribuição dos produtos do trabalho.

Ribeiro (1983, p. 74) escreve que a produção de excedentes de alimentos permitiu desligar grandes contingentes humanos da atividade de subsistência, inaugurando formas mais complexas de divisão social do trabalho através da especialização artesanal e do comércio, propiciando uma estratificação ocupacional e uma organização política que levou à concentração de riquezas, principalmente nas cidades. Outra alteração central nesse momento é a mudança no regime de propriedade que, de coletiva ou comunal – “das primitivas comunidades agrícolas igualitárias e das hordas pastoris nômades” (RIBEIRO, 1983, p. 75) –, passa a ser individual, possibilitando o acúmulo de bens não apenas para a ostentação, mas como um instrumento utilizável na produção contínua de mais riqueza (RIBEIRO, 1983, p. 76). Sobre esse conjunto de mudanças, Lewis Mumford (1998, p. 614) escreve que:

Em virtude da sua concentração de energia física e cultural, a cidade acelerou o ritmo do intercuro humano e traduziu seus produtos em formas que podiam ser armazenadas e reproduzidas. Por meio de seus documentos, de sua história escrita e de seus hábitos ordenados de associação, a cidade aumentou o âmbito de todas as atividades humanas, estendendo-as no tempo, para diante e para trás.

A cidade cumpre assim um papel central na possibilidade da realização da própria historicidade ao produzir formas duradouras, sejam elas físicas ou não, como atesta o nascimento da Filosofia e da Política na *citê* grega. Ao mesmo tempo, ao propiciar “um estilo de vida voltado para o futuro, pleno de elá expansionista informado por um poder explícito que, conquanto deificador da tradição, permitia o cultivo de certo espírito de indagação”, “a cidade transferiu a forma de solidariedade da igualdade familiar clânica para o vínculo cívico” (RIBEIRO, 1983, p. 82 e 87). Por fim, Ribeiro (1983, p. 77) escreve que “Lewis MORGAN acentuou esta transmutação, chamando *societas* ao antigo modelo de vida social, *civitas* ao novo”, percebendo com isso a configuração do próprio Estado através da implantação do domínio político sobre um território e sua relação com o início da vida urbana.

A urbanização da sociedade *in totum* nos permitiria pensar, sobretudo, em um desdobramento espacial das sociedades humanas enquanto um processo geral de desenvolvimento de mediações e abstrações, entre as quais a cidade ela mesma se coloca muito cedo. Destarte, não seria a própria urbanização uma mediação, aliás francamente espacial, na relação entre o homem e a natureza, que permite ao primeiro criar sua existência concreta e seu mundo cultural (abstrato) e histórico, portanto humano, face à sua condição animal? Essas considerações evidenciam parte de uma concepção *lato sensu* sobre a urbanização da sociedade, mas também colocam obstáculos para o desenvolvimento da questão, já que torna um tanto impertinente e até superficial a discussão sobre “A Urbanização” fora de um espaço e de um tempo determinados. De tal modo que “A Urbanização”, tomada genericamente, parece levar inexoravelmente o pensamento a um labirinto analítico cujas saídas parecem ser a vagueza da generalização ou a limitação dos recortes particulares.

A partir dessa dificuldade, defrontamo-nos com as seguintes questões: como situar teoricamente a urbanização da sociedade de modo a não reduzi-la nem esgarçá-la? Quando se fala em urbanização da sociedade, de que sociedade se está tratando e em qual período? Que elementos poderíamos considerar como sendo propriamente da urbanização como processo civilizatório? Quais

questões são repostas pela sociedade contemporânea para o tema e para a problemática da urbanização? O que é do *continuum* da urbanização nos termos da humanização do homem e o que a ameaça desse ponto de vista? Ao refletirmos sobre como a Geografia poderia contribuir nesse debate, indagamos: que papel o espaço desempenha no processo de urbanização da sociedade? Do ponto de vista do método, questionamos: como construir, a partir da idéia de urbanização da sociedade, uma totalidade aberta e móvel? Buscaremos, a seguir, trabalhar um pouco mais essas questões, evidentemente sem a pretensão de resolvê-las por inteiro.

### **DA URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE À SOCIEDADE URBANA: TENDÊNCIA, MEDIAÇÃO E TOTALIDADE**

A Revolução Urbana de que tratam os antropólogos e os historiadores se aproxima ao mesmo tempo em que se afasta da problemática que estamos circunscrevendo. A Revolução Urbana, tal como apresentada naquelas abordagens, permite-nos situar retrospectivamente uma categoria trans-histórica que já perdura ao menos seis milênios: a cidade. Mas como não se trata de apresentar uma trajetória *ab ovo* da cidade neste texto, buscaremos situar os limites e as possibilidades teóricas desse objeto através das continuidades e descontinuidades reais impostas por uma determinação: a cidade da sociedade de hoje. Como hipótese, pensamos que o sentido da cidade hoje nos permite pensar o sentido da urbanização presente, passada e futura; em outras palavras, ao reconhecermos a cidade como categoria de análise trans-histórica, torna-se possível entender o sentido das transformações vividas e produzidas pela sociedade contemporânea. Assim, consideramos que a cidade e o urbano foram capazes de definir, no plano da prática concreta das sociedades, uma totalidade trans-histórica, a partir da qual podemos examinar os processos sociais contemporâneos que requalificam a cidade e o urbano e que, por conseguinte, dão novos e atuais conteúdos à urbanização da sociedade.

É nesse sentido que derivamos um recorte metodológico da problemática da urbanização da sociedade *lato sensu*: a constituição e o desenvolvimento da **sociedade urbana**. O termo sociedade urbana foi criado pelo filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1991, 1999) para designar um objeto ao mesmo tempo prático e teórico, real e virtual, que se desdobra da hipótese da urbanização completa da sociedade. A industrialização, para Lefebvre, conduziu a cida-

de a um processo de implosão-explosão, que resultou na sua extensão espacial desmesurada e fragmentada. Entretanto, para esse autor (LEFEBVRE, 1999, p. 17), nesse momento “o tecido urbano não designa mais apenas o sentido estrito de um domínio edificado nas cidades, ele passa a expressar o conjunto mais amplo das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo”, a ponto de deslocar a oposição histórica entre cidade-campo para a contradição centro-periferia. O urbano gesta-se no seio dessa cidade estilhaçada em pedaços mais ou menos homogêneos, mais ou menos hierarquizados. Seguindo esse raciocínio, a indústria, elemento que induz e transforma a urbanização, passa a ser por ela comandada, estabelecendo os termos da urbanização da sociedade contemporânea (explosão da cidade constituída no ritmo da história) *pari passu* com os termos da centralidade e da generalização do capital como relação social dominante. Sobre isso, Lefebvre (1991, p. 7; 21) escreve que:

[...] a prodigiosa expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, do ‘mundo da mercadoria’ que vai resultar da industrialização, implica uma mudança radical [...] a indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana, até destruí-la pela prática e pela ideologia [...] a industrialização se comporta como um poder negativo da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial [...] a realidade urbana, na e por sua própria destruição, faz-se reconhecer como realidade sócio-econômica.

Tomando como ponto de partida tais idéias, podemos dizer que o conceito de sociedade urbana de Lefebvre estabelece uma mediação importante entre o processo de urbanização da sociedade *lato sensu* e o processo de urbanização da sociedade contemporânea. Nesse sentido, diríamos que a **urbanização da sociedade (*lato sensu*) abre a via que culmina na sociedade urbana**. Logo, podemos dizer que a Revolução Urbana a que se refere Lefebvre coincide com uma “zona crítica” em relação àquele conceito de Revolução Urbana do ponto de vista do processo civilizatório do homem. Ela trata de um ponto de inflexão bastante claro: o momento em que a cidade política passa a ser dominada pelas trocas, em um contínuo desenrolar das abstrações. Indo mais além, podemos interpretar o conceito de sociedade urbana, dialeticamente, como a negação da cidade pela urbanização generalizada. Como isso é possível? O urbano, produto e conceito saído da industrialização, revela como a cidade foi sendo conquistada pela racionalidade do valor de troca, que inclusive tornou a urbanização uma importante força produtiva baseada na valorização do solo da

cidade. Nesse contexto, situamos a entrada irrefutável do espaço na reprodução da sociedade capitalista, processo no qual o espaço urbano aparece ao mesmo tempo como uma condição, um meio e um produto (cf. CARLOS, 1986) da reprodução social.

A cidade industrial continua a tomada da cidade política que já vinha sendo realizada secularmente pela cidade comercial, chegando a dominá-las definitivamente, a ponto de estabelecer um “*point of no return*”: a sociedade urbana. Este conceito ilumina o espaço como um elemento da reprodução e o urbano como seu conteúdo e sua forma concretos. Lefebvre trata, em sua obra, a relação entre cidade-urbano, considerando, grosso modo, a cidade como uma ordem próxima – da vida cotidiana – e o urbano como uma ordem distante – das relações mais amplas da sociedade, do modo de produção capitalista, do Estado. Atribui, a certa altura, uma positividade à cidade e uma negatividade ao urbano, porque este nasce como destruição do sentido da obra pertencente àquela, portanto nasce como o outro da obra, do uso e da apropriação do espaço da cidade: o urbano surge como uma espacialização da forma da troca, do valor. Mas, para aquele autor, a relação não se estabelece em termos de uma oposição lógica entre cidade-urbano e sim como uma relação dialética, o que possibilita a ele identificar no urbano e na sociedade urbana uma negatividade da negatividade, isto é, um terceiro termo emergente: a possibilidade do novo e da superação (virtual) da situação posta.

É nesse sentido que podemos afirmar que o urbano nunca esteve tão presente e tão ausente como no mundo moderno. Maduro e incipiente, crise e possibilidade, o urbano explode dialeticamente como processo de urbanização enquanto mal se forma do ponto de vista civilizatório. Mas, afinal, como a urbanização aparece nos dias de hoje? Muitos geógrafos têm se dedicado a responder essa questão. Maria Encarnação Sposito (1999), ao trabalhar a temática da urbanização da sociedade, identifica o par cidade-urbanização como um importante caminho para o desvendamento teórico da questão. Assim, a autora afirma que atualmente há um duplo movimento que redimensiona o par cidade-urbanização: ampliação dos papéis urbanos e extensão dos tecidos urbanos (SPOSITO, 1999, p. 83). Com isso, Sposito define a cidade como uma forma espacial, uma expressão material do processo de urbanização (*lato sensu*), propondo, em última análise, uma relação de forma-conteúdo ao par cidade-urbano, na qual este último é entendido como uma “territorialidade extensiva

da cidade”. Essas idéias nos ajudam a refletir sobre a indissociabilidade existente entre urbanização da sociedade e urbanização do espaço, mas também levantam alguns questionamentos: poderia a relação cidade-urbanização definir uma relação rígida entre forma-conteúdo? A cidade não seria uma forma e **também** um conteúdo, assim como o urbano também seria ao mesmo tempo um conteúdo e uma forma?

Nessa direção, pensamos que a cidade poderia ser entendida enquanto uma categoria espaço-temporal mais ou menos bem definida historicamente e o urbano, enquanto uma categoria correlata que impõe um outro espaço-tempo: a exacerbação da espacialidade sobre a temporalidade; exacerbação esta produzida pelas mudanças na articulação entre os planos do social, do econômico e do político no processo de reprodução socioespacial contemporâneo. Se a cidade, categoria trans-histórica, revela uma forma espacial, revela também um conteúdo social, uma ordem próxima, uma prática cotidiana, um habitar, o que define uma relação espaço-tempo. Essas idéias situam nossa **hipótese** de que a **cidade**, além de propor uma relação indissociável de forma-conteúdo, define uma relação espaço-tempo que põe em evidência a **temporalidade como indutora da espacialidade**. Contrariamente, o urbano e a urbanização, também definidores de uma forma espacial e de um conteúdo social, apresentam uma relação espaço-tempo diferente daquela da cidade. Assim, o **urbano** como processo (de urbanização) e constituição da sociedade urbana define uma relação espaço-tempo que exacerba a **espacialidade como indutora da temporalidade**. E a categoria de análise que melhor nos possibilita pensar nessa hipótese qualificadora do mundo contemporâneo seria a **metrópole, entendida aqui como produto da urbanização da sociedade, mas de uma sociedade (já) urbana**.

A partir desse raciocínio, deslocamos, ou melhor, reposicionamos a problemática da urbanização da sociedade por meio dos conceitos de sociedade urbana e de metrópole. Esses conceitos se colocam como mediações para pensarmos a urbanização (*lato sensu*) da sociedade e a cidade hoje, compondo uma atualização e uma totalização dessas categorias vindas de uma temporalidade mais ampla. Contudo, ao pensarmos a sociedade urbana e a metrópole não podemos imaginar que as categorias de urbanização da sociedade *lato sensu* e cidade estejam ausentes, pois, pelo contrário, essas constituíram e constituem internamente aquelas. Desse modo, tomamos o problema da urbanização da

sociedade do ponto de vista da constituição da chamada contemporaneidade, termo um tanto lacunar que será pensado a partir de um eixo que abarca as características mais atuais da espacialidade produzida pela sociedade urbana na metrópole e os nexos que qualificam a reprodução social pelo menos desde as duas últimas décadas. Para isso, faz-se necessário acatar e discutir, ainda que brevemente, as idéias de modernidade e modernização, para que, em seguida, possamos pontuar uma breve reflexão sobre suas conseqüências e particularidades para o caso da urbanização da sociedade brasileira. Isto se faz necessário porque, segundo Lefebvre (1999, p. 28):

[...] essa hipótese teórica [...] não poderia levar a esquecer que a entrada na sociedade urbana e as modalidades da urbanização dependem das características da sociedade considerada no curso da industrialização (se neocapitalista ou socialista, em pleno crescimento econômico ou já altamente técnica). As diferentes formas de entrada na sociedade urbana, as implicações e conseqüências dessas diferenças iniciais, fazem parte da problemática concernente ao fenômeno urbano ou ao “urbano”.

## **MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO, CAPITALISMO E URBANIZAÇÃO**

O autor Marshall Berman (1986, p. 15) sumariza brilhantemente aquilo que ele entende como sendo a modernidade:

[...] existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. Designarei esse conjunto de experiências como ‘modernidade’. A modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia.

Esse autor nos permite ainda identificar uma série de características sociais, políticas, econômicas, culturais e subjetivas que marcariam o que seria o mundo moderno, entre elas: a mudança de nossa imagem no universo, o advento do industrialismo e da industrialização da produção, a aceleração do tempo, o acirramento das lutas de classe, a explosão demográfica, o crescimento urbano, o desenvolvimento dos sistemas de comunicação de massa, o fortalecimento dos Estados nacionais, a proliferação de movimentos sociais, a formação de um mercado capitalista mundial, entre outras características. Acima de tudo, a modernidade marcaria para Berman a quebra das referências vindas da his-

tória – como entrevemos na lapidar sentença marxiana tornada título do livro: *Tudo o que é sólido desmancha no ar* –, protagonizando a morte de Deus e o niilismo (com Friedrich Nietzsche) além do aparecimento do indivíduo (com Sigmund Freud) e com ele a possibilidade do individualismo e das ascensões liberais (políticas e comportamentais) no processo geral de fortalecimento e reprodução do capitalismo.

Podemos depreender daí que a modernização potencializa e acelera a proposta da modernidade que caminhava desde pelos menos a Revolução Francesa no final do século XVIII. Sob não poucos aspectos (como, por exemplo, na pintura os movimentos cubista e surrealista), a modernização do final do século XIX e início do século XX negou as tradições, muitas vezes jogando fora toda a história para que o novo pudesse se estabelecer permanentemente como o eterno. Ao desprezar a história, a modernidade e mais ainda a modernização acabaram jogando fora a duracão e, com ela, a própria cidade se atrofia em urbano, em urbanização. Enquanto a sociedade urbana de Lefebvre tem que ver com o processo de modernização, segundo Berman iniciado no século XX, a cidade e a urbanização da sociedade *lato sensu* têm que ver com o processo de humanização do homem no curso do seu processo civilizatório e histórico. Assim, a sociedade urbana, como produto da modernização e reprodução capitalista, produz a metrópole como realidade e como conceito. Acerca disso, Willi Bolle (2000, p. 18) escreve que:

A fisiognomia benjaminiana da grande cidade é entendida como um paradigma de reflexão sobre o fenômeno contraditório da Modernidade. Observa-se, nos séculos XIX e XX, o choque entre, de um lado, os ideais da “modernização” e do “progresso” e, do outro, o atraso e a barbárie reais: com relação à população mundial, aumentaram a pobreza e a miséria, graves problemas econômicos continuam sem solução, os valores do humanismo caíram em descrédito, e em toda parte observa-se uma decadência da ética política e um aumento da violência e da destruição.

Mais do que isso, podemos dizer que, historicamente, o desenvolvimento da modernidade apoiou-se francamente na urbanização da sociedade (e do espaço), irmanando-a com o desenvolvimento do capitalismo burguês e dos Estados nacionais. O urbano e a metrópole ganham vida quando o movimento moderno acelera-se em modernização no início do século XX, até o ponto em que deturpa a cidade até chegar à urbanização (tendencialmente) completa e mundial da sociedade e do espaço. Com isso, vislumbramos a validade do con-

ceito já mencionado de sociedade urbana de Lefebvre como um modo importante de se analisar as relações contraditórias entre o processo de modernização e a urbanização da sociedade *latu sensu*.

Relativamente à problemática espacial contemporânea, que emerge quando da constituição contraditória da sociedade urbana (do urbano e da metrópole) no seio do movimento de urbanização da sociedade (*latu sensu*), são bastante elucidativas as considerações dos geógrafos norte-americanos David Harvey (1990, 1993, 2004) e Edward Soja (1993), particularmente no debate sobre a relação entre o capitalismo contemporâneo e a produção da urbanização. Soja (1993, p. 19) propõe uma “re teorização transformadora das relações entre a história, a geografia e a modernidade”, buscando reafirmar o espaço na teoria social crítica. Segundo seus próprios dizeres (SOJA, 1993, p. 36; 37):

A modernização pode ser diretamente vinculada aos muitos processos ‘objetivos’ diferentes de mudança estrutural que foram associados à capacidade do capitalismo de se desenvolver e sobreviver, de reproduzir com êxito suas relações sociais fundamentais de produção e suas divisões características do trabalho, a despeito das tendências endógenas para crises debilitadoras [...]. A modernização [...] é um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas concretas, uma mudança da natureza e da experiência da modernidade que decorre [...] da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção.

Esse autor associa, portanto, as relações espaço-tempo no movimento da história com o desenvolvimento dos modos de produção, o que nos faz lembrar mais uma vez Lefebvre, que afirma que cada modo de produção, cada sociedade, produziu um espaço a sua imagem e semelhança. Com isso, Soja (1993, p. 118) chega à formulação de que a cidade se torna, no mundo contemporâneo, o ponto de controle da reprodução da sociedade capitalista em termos da força-de-trabalho, da troca e dos padrões de consumo, entendendo que a espacialização, como um momento essencial do desenvolvimento histórico do capitalismo, esteve quase invisível às análises marxistas durante muito tempo (SOJA, 1993, p. 123).

De modo semelhante, Harvey chama a atenção para um processo de compressão do tempo-espaço na pós-modernidade que estaria relacionado ao movimento de passagem do regime de acumulação fordista para aquele denominado de acumulação flexível, em seus impactos para o espaço e para o tempo. O núcleo do seu raciocínio está apoiado na teoria das crises, e remete ao processo

inerentemente crítico da acumulação capitalista diante das tentativas de solução de suas contradições internas. Nesse sentido, para Harvey (2004), haveria uma necessidade histórica de um constante rearranjo ou de uma ordenação espaço-temporal para lidar com as crises do capitalismo, particularmente das crises de sobreacumulação, nas quais, grosso modo, a elevada disponibilidade de capital não encontra mais formas lucrativas de reprodução. Segundo o autor, a expansão geográfica e a reorganização espacial seriam uma opção à sobreacumulação. Assim, com auxílio do poder do Estado – que garante estruturas institucionais como a lei, a propriedade privada como direito e os contratos como forma jurídica das relações (HARVEY, 2004) – a acumulação capitalista produz o que o autor chama de desenvolvimento geográfico desigual, que busca, a partir de “uma ampla centralização do capital, o domínio por meio do *poder financeiro*, economias de escala e posições de mercado” (HARVEY, 2004, p. 85). Assim, para Harvey (2004, p. 87-88), “a paisagem geográfica da atividade capitalista está eivada de contradições entre a competição e o monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização que advêm dos processos moleculares de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo”.

Evidentemente, a centralidade da cidade nesse processo não se resume aos aspectos que a apresentam como o *locus* privilegiado da acumulação do capital. Segundo as idéias de Carlos, a reprodução da sociedade inteira (não só do capital) passa pelo ato de produzir o espaço, sendo que a problemática espacial contemporânea se revela especificamente urbana. Inúmeros conflitos emergem daí, entre eles salientamos a contradição entre a **valorização** – que envolve a propriedade privada da terra e o espaço-tempo da troca – e a **apropriação** – que envolve o habitar como espaço-tempo do uso. Mas examinemos mais de perto como a ascensão do capital financeiro, produto da modernização capitalista, adquire grande centralidade na reprodução de “configurações geográficas urbanizadas”.

## FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A hipótese da qual partem François Chesnais (1996, 2005) e outros economistas (entre eles FIORI e TAVARES, 1997; FIORI, 1999) assenta-se no fato de que o capital financeiro incrementa a colocação do dinheiro como representante autônomo do valor, como capital fictício, instalando um novo regime de acumulação do capitalismo contemporâneo. A equação D-D', presente nas

operações de crédito, aponta nessa direção e sintetiza o fato de que, criado para acelerar a circulação do capital e garantir as metamorfoses da mercadoria, o crédito parece instaurar uma circulação própria que funciona em um patamar acima do processo de circulação real das mercadorias. Karl Marx escreve em *O capital* (1988, p. 279, apud DAMIANI, 2006, p. 55-56):

Em D-D' temos a forma irracional do capital, a inversão e reificação das relações de produção em sua potência mais elevada: a figura portadora de juros, a figura simples do capital, na qual este é pressuposto de seu próprio processo de reprodução; a capacidade do dinheiro, respectivamente de mercadoria, de valorizar seu próprio valor – a mistificação do capital em sua forma mais crua.

Como sugere Amélia Luisa Damiani (2006, p. 43), o circuito do crédito faz “[circular] uma quantidade de dinheiro sem os parâmetros do valor da produção, que muitas vezes se torna mais vantajoso que a produção em si, caracterizando assim a formação de capital fictício (estágio avançado de reprodução de sua natureza abstrata)”. Segundo Marx (apud DAMIANI, 2006, p. 55) “o dinheiro como tal já é potencialmente valor que se valoriza, e como tal é emprestado”, tornando-se uma “propriedade do dinheiro criar valor, proporcionar juros, assim como uma pereira é dar peras”. Essa naturalização da qualidade do dinheiro em gerar valor por si só existe porque o dinheiro é potencialmente capital e, por isso, ganha a virtude fantasmagórica de “criar” valor, o que só pode ocorrer quando a abstração da relação de valor está suficientemente desenvolvida concretamente na sociedade através das trocas. Temos assim que o capital fictício potencializa a qualidade da posição do dinheiro em gerar mais dinheiro sem aparentes mediações reais. Se o crédito não gera mais-valia, possibilita a atividade produtiva que, por seu turno, é geradora de mais-valia, colocando a virtualidade do crédito em criar valor e por isso cobrar juros. Então o crédito (na forma genérica das finanças) está a tal ponto captando uma parcela desproporcional daquilo que seria sua cota proporcional da taxa de mais-valia produzida na esfera da relação capital-trabalho que ele passa a ser um fim em si mesmo e, assim, mantém a relação fetichizada e abstrata D-D', que aparece como a forma social mais acabada da valorização capitalista atualmente.

Harvey (2004) entende esse processo a partir do que ele chama de processos moleculares de acumulação do capital articulados à lógica territorial expansionista do Estado, que se realizam através de uma dupla expansão das finanças internacionais e das estruturas institucionais defendidas a ferro e fogo

pelas potências capitalistas\*. É assim que ele afirma que os excedentes de capital e de força de trabalho num território devem ser transferidos para outro para que encontrem uma aplicação lucrativa antes que se desvalorizem. O que está na base desse argumento é a idéia de circuitos do capital e a transferência que ocorre de um circuito para outro em tempos de crise. As desvalorizações de ativos em um circuito, escreve Harvey (2004, p. 98), pode configurar as novas bases para a acumulação futura, tornando o lado negativo da acumulação – a desvalorização – uma oportunidade para que uma nova onda de valorização ocorra. É justamente nesse processo que adquire centralidade o recurso ao sistema de crédito e aos inúmeros instrumentos financeiros (ações, fundos, títulos de dívida, securitizações) como possibilidade de reproduzir o capital excedente dos países ricos através do lucro com as desvalorizações nos países pobres.

Como processo inerentemente crítico, o capital, para acumular cada vez mais, se vê obrigado a negar suas acumulações pretéritas para que sempre possa instituir uma nova e primitiva acumulação na qual o espaço ganha importância (cf. SANTOS, 2006). Para que a acumulação interminável seja possível, diz Harvey, uma nova ordenação espaço-temporal deve ser produzida, o que se realiza realizando a interminável acumulação do poder político. Nessa direção, Harvey afirma (2004, p. 118) que o capitalismo atual atualiza e dá continuidade a uma acumulação primitiva através do roubo (desposseção) como motor da acumulação. Sobre as formas atuais de acumulação, Harvey (2004, p. 122-123) afirma:

O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lênin, Hilferding e Luxemburgo observaram [...], grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, [...] a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições [...] que reduzem populações inteiras [...] a prisioneiros da dívida [...], tudo isso são características centrais do capitalismo contemporâneo.

Percebe-se que a desvalorização se torna condição, meio e produto da valorização, e que ambas formam um jogo sustentado pelo Estado que garante que as crises não se generalizem e desencadeiem um colapso geral (cf. CARLOS, 2001). Como resultado, temos que, para a sociedade urbana implicada na reprodução do capitalismo contemporâneo, a produção do espaço e da própria urbanização

---

\* O Acordo de Breton Woods e a criação do FMI são exemplos desse processo.

aparecem como fonte de valorização financeira. Uma certa acumulação primitiva do espaço (cf. DAMIANI, 2006; SANTOS, 2006) surgiria então como um dos momentos da acumulação capitalista hoje que, segundo entendemos, se faz nos termos de desposseções fundiárias ou por meio da capitalização (urbanização) de terrenos descapitalizados (desurbanizados). Este último processo aponta para a mais nova forma de produção do espaço urbano e significa que, para além da produção de um capital fixo (infra-estruturas nos territórios), o capital financeiro investe na produção mais banal e generalizada: a produção de cidades inteiras, de moradias e bairros residenciais a áreas comerciais. Assim, espaços antes adormecidos (cf. ROBIRA, 2005) passam a integrar o movimento de valorização fundiária, que faz com que o capital financeiro, além de lucrar com os empreendimentos imobiliários, especule com o preço das ações das empresas incorporadoras por meio dos seus bancos de terrenos.

Esse movimento geral de financeirização da economia capitalista é importante porque irá balizar as novas formas de produção imobiliária da urbanização do espaço em cidades como São Paulo, conforme veremos mais adiante. Mas, para chegarmos a esse ponto com alguma responsabilidade, devemos construir primeiramente algumas mediações que passam pela consideração de alguns elementos da historicidade da urbanização do Brasil, particularmente da cidade de São Paulo, que consideramos pressupostos do desenvolvimento dos processos mais atuais.

## **ELEMENTOS DA HISTORICIDADE DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA CIDADE DE SÃO PAULO**

O processo de urbanização no Brasil tem sido amplamente tratado por inúmeros estudiosos, entre os quais destacamos a contribuição do geógrafo Milton Santos. Segundo as idéias gerais desse autor, só podemos pensar a urbanização da sociedade brasileira tendo em vista o já assinalado processo de modernização, que ocorre no país somente após a Segunda Guerra Mundial. É nesse contexto que o território brasileiro, a par do processo de desenvolvimento industrial – levado a efeito em grande medida pelos governos Getúlio Vargas e pelo desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek – começará a ser integrado em um plano e em uma escala nacionais. Santos, contudo, faz uma diferenciação entre o processo de urbanização da sociedade e o processo de urbanização do território (SANTOS, 1994, p. 125):

Estaríamos, agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território. A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos.

O que leva Santos a separar a urbanização da sociedade da urbanização do território parece ser um recurso analítico que procura enfatizar uma mudança mais significativa, associada ao desenvolvimento daquilo que chamou de meio técnico-científico e informacional. O que faz com que ele possa distinguir entre um Brasil urbano e outro não-urbano é então o grau de intensidade do meio técnico-científico, cuja presença tornaria mais vigoroso o processo de urbanização do território e, por conseguinte, da sociedade. Assim, Santos (1994, p. 105) escreve que:

Se as precedentes vagas de modernização davam-se, no Terceiro Mundo (e no Brasil também), não apenas com defasagens, mas com difusão limitada, tanto na sociedade quanto no território, a modernização atual, baseada na revolução técnico-científica e, paralelamente, nas transformações estruturais das bases econômicas e sociais do sistema capitalista, conhece difusão mais rápida e mais ampla, tanto na vida social quanto na configuração espacial.

Esse processo de urbanização brasileira, seja da sociedade, seja do território (ou de ambos) será pensado aqui através de dois momentos da cidade de São Paulo: o primeiro recupera o trajeto que vai da cidade a sua constituição como metrópole, tendo por mediação a industrialização, e o segundo problematiza o tema da urbanização da sociedade à luz dos novos conteúdos e formas urbanas. Dito isso, a configuração urbana da cidade de São Paulo como metrópole é iniciada no momento em que desponta a atividade de produção industrial no país, nas primeiras décadas do século XX. A industrialização exerceu um papel importante porque fez com que o Brasil, principalmente a partir dos anos 1950, se transformasse rapidamente de um país predominantemente agrário em um país virtualmente urbano (cf. DEÁK e SCHIFFER, 2004, p. 11), trazendo inúmeras transformações para as cidades, como o acelerado processo de crescimento populacional.

O processo de constituição industrial da cidade de São Paulo, responsável pela indução acelerada do seu crescimento e de sua urbanização, tem sua gênese, no entanto, em uma acumulação ainda originária de uma atividade agrária: a produção cafeeira voltada à exportação. O crescimento urbano de São Paulo

esteve ligado tanto à geografia das estruturas de circulação e fluidez das mercadorias no território paulista voltadas originariamente à atividade cafeeira quanto a outras mudanças socioeconômicas, como a disponibilização de capitais para investimentos, fruto do assalariamento que foi liberando a necessidade de imobilização de recursos para a compra e venda dos escravos (cf. BRITO, 2000). Essa disponibilidade de capital, de acordo com Brito, foi importante para tornar, gradativamente, os imóveis urbanos importantes opções para investimentos.

Adriano Botelho (2005) chama a atenção para o que Juergen Richard Langenbuch (1968) caracterizou como os primeiros sinais em relação à perspectiva de valorização do solo urbano na cidade de São Paulo: o desmembramento, via loteamentos, das antigas chácaras que circundavam a área central. Seguindo as idéias de Brito (2000), a própria industrialização nascente fez com que houvesse um crescimento demográfico e econômico através do aumento das atividades comerciais, em parte decorrentes da instalação na cidade tanto da crescente mão-de-obra imigrante quanto dos proprietários rurais. Segundo Brito (2000, apud BOTELHO, 2005), esse movimento de concentração populacional pressionou o aumento da demanda geral por imóveis, sejam eles pequenos e distantes (para os operários), sejam espaçosos, suntuosos e próximos do centro (para as elites do café e da indústria em ascensão). Nesse sentido, ainda de acordo com as idéias de Brito, os negócios com imóveis passam a figurar inclusive como aplicação segura em relação à oscilação da economia cafeeira – muito suscetível aos preços internacionais –, denotando a formação do caráter da terra urbana como reserva de valor naquele momento. Muito cedo observamos, para aquela autora, a formação e a prematura consolidação de um mercado imobiliário e fundiário na cidade de São Paulo, constituído por negócios envolvendo a construção e comercialização de casas operárias e palacetes, estabelecimentos comerciais e industriais, bem como de loteamentos de antigas glebas. A cidade do café caminha para configurar-se em grande metrópole industrial já em meados dos anos 1960, apoiando fortemente sua expansão espacial na dinâmica de valorização/desvalorização fundiária.

## **PROBLEMÁTICAS ESPACIAL E URBANA DA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA**

A partir das considerações feitas, perguntamos: como a urbanização contemporânea da sociedade (urbana) se reflete na produção das cidades brasi-

leiras? Que elementos, presentes na produção contemporânea do espaço das nossas cidades, nos permitem avaliar os rumos que vêm sendo tomados pelo processo mais amplo de urbanização da sociedade? Podemos observar que, de modo geral, a partir da década de 1970, e mais profundamente a partir da década de 1980, a cidade de São Paulo, principal aglomeração urbano-industrial do Brasil, passa a ser invadida pela reprodução em vários planos, marcando uma passagem da hegemonia de uma economia industrial para a hegemonia de uma economia financeirizada (cf. CARLOS, 2004). Essa passagem – que não é absoluta – acarreta a produção de novas formas de produção capitalista do espaço nas metrópoles e cidades, formas estas mais complexas e segundo lógicas crescentemente internacionais.

O recente processo de abertura de capital das maiores incorporadoras do país na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) reforça a aproximação entre o setor imobiliário e o capital financeiro. De um lado, há a procura por fontes alternativas de captação de recursos visando ao aumento da base de capital e a continuidade dos investimentos imobiliários; de outro, o processo demonstra o crescente interesse das finanças em aplicar na produção do espaço. Empecilhos ao setor imobiliário na cidade de São Paulo, como a raridade de terrenos para a incorporação, surgem como um elemento importante na criação de novas centralidades/pólos/fronteiras de valorização fundiária através da construção de grandes empreendimentos nas áreas periféricas das regiões metropolitanas, no interior do estado e em outras metrópoles brasileiras. A estratégia atual das incorporadoras está assentada na diversificação dos seus investimentos do ponto de vista socioeconômico, o que conforma uma nova morfologia da urbanização engendrada por um novo arranjo espaço-temporal que atualiza/acelera o movimento reprodutivo das finanças.

Assim, admitimos a hipótese de que a produção da urbanização contemporânea expande a acumulação fundiária urbana através da valorização imobiliária de áreas desvalorizadas, valorizando com isso as finanças internacionais – que investem nas incorporadoras através de aquisições acionárias. Podemos pensar, baseados nas idéias de Mariana Fix (2007), que o setor imobiliário paulistano conjuga uma acumulação local (famílias tradicionais do café e da indústria) com uma acumulação mundial. A partir daí, tal dinâmica se realiza encontrando saídas espaciais para sua reprodução, ou “novas rodadas de investimentos” (cf. SANTOS, 2006) que abandonam a contigüidade do tecido

metropolitano e provocam um “salto” para acumular em outras cidades/áreas urbanas e metropolitanas, transformando pedaços do território nacional e das periferias metropolitanas em espaços produtivos. Assim, a acumulação contemporânea envolveria não apenas a destruição criativa das formas espaciais (HARVEY, 2004), mas a própria urbanização/capitalização de áreas desurbanizadas/descapitalizadas (nem por isso não-capitalistas).

O caso do Bairro Novo Cotia, megaconjunto habitacional com quase 2.400 moradias sendo construídas em área periférica da cidade de Cotia (na Região Metropolitana de São Paulo) pela empresa Bairro Novo – uma *joint venture* entre a Gafisa e a Odebrecht –, coloca-se como paradigmático desse processo. Voltado a atender populações de rendimentos baixos, esse empreendimento revela uma nova complexidade da reprodução espacial do capitalismo, que se dá através de uma valorização da terra urbana das periferias da metrópole como momento necessário à acumulação financeira global, já que os investidores internacionais exercem um comando de tais empresas via composições acionárias. Em Cotia, a Bairro Novo está construindo em um terreno com área total de 436.513 m<sup>2</sup>, sendo que o empreendimento será lançado em cinco fases, a primeira das quais ocorreu em dezembro de 2007 e contabilizou rapidamente a venda das primeiras 500 unidades, entre casas e apartamentos. Segundo o presidente da Bairro Novo, Roberto Senna, a estratégia de atuação da empresa é diferente daquelas incorporadoras que já estão atuando no mercado de baixa renda, como Tenda, MRV, Fit (da própria Gafisa) e Living (da Cyrela). O modelo a seguir é o mexicano e envolverá a urbanização de áreas periféricas nas grandes metrópoles para a construção de “condomínios-cidade” de até 10.000 casas e apartamentos. Vale destacar um outro elemento financeiro que tem auxiliado a “descida na pirâmide demográfica brasileira” dos negócios imobiliários: as novas possibilidades de crédito e financiamento aos mutuários. No caso do Bairro Novo Cotia, foi firmada uma parceria com o Banco ABN Amro/Real que possibilitará o financiamento, via recursos do FGTS, de 90% da compra do imóvel em até 25 anos a taxas de juros reduzidas, sem parcelas intermediárias e sem necessidade de comprovação de rendimento \*\*.

\* Palavras de Wilson Amaral, presidente da Gafisa S.A., em: <http://web.infomoney.com.br>.

\*\* O comprador inicia o financiamento com prestações de cerca de R\$ 200,00 até as chaves, e a partir de R\$ 400,00 após a entrega.

O quadro 1 a seguir ilustra as características dos novos empreendimentos residenciais em andamento na metrópole de São Paulo:

Quadro 1 – Megaemprendimentos residenciais  
na metrópole de São Paulo – 2008

Local	Realização (Empresa)	Área (m <sup>2</sup> )	Unidades	Moradores	Andamento
Osasco	Tiner (Portugal)	404.000	5.180	20.720	previsto
Osasco	Camargo Corrêa / Rodobens	57.000	1.728	6.912	iniciado
Cotia	Gafisa / Odebrecht	436.000	2.386	9.554	iniciado
Caieiras	Camargo Corrêa / HM Eng.	5.203.000	20.000	80.000	previsto
Interlagos	Tiner (Portugal)	203.000	1.700	6.800	lançado
Interlagos	Tiner (Portugal)	Indisponível	1.500	6.000	lançado
Itaquera	Inpar	160.000	2.100	8.400	previsto

Fonte: diversos sítios consultados na internet / Elaboração: Danilo Volochko

Um primeiro aspecto chama a atenção quando examinado o quadro anterior: as grandes proporções das áreas que vêm sendo adquiridas. Outra característica se refere à localização desses terrenos, que só poderiam situar-se (pelo seu tamanho) em áreas periféricas, semi-ocupadas, desvalorizadas pelo entorno que geralmente se apresenta ocupado por habitações precárias como autoconstruções e favelas. Um terceiro elemento que aparece nesses megaemprendimentos é o número elevado de unidades habitacionais a serem construídas, acima de mil, duas mil e até com dezenas de milhares de unidades. Esses novos empreendimentos apontam para uma série de novos processos em curso, tanto do ponto de vista da produção lógica do espaço quanto das formas de habitar a metrópole. Com eles, desenha-se a produção de uma nova morfologia urbana, marcada pela produção capitalista da periferia através da construção de megaconjuntos residenciais voltados à população de mais baixos rendimentos. Esses novos conteúdos nos suscitam algumas indagações. Do ponto de vista da reprodução capitalista, estaríamos diante do fato de que o desenvolvimento urbano de grandes glebas desurbanizadas na periferia metropolitana vêm se tornando uma atividade central devido ao aumento da velocidade de realização dos ciclos imobiliários possibilitado pela tecnologia e padronização construtivas que dão uma escala mais ampla aos empreendimentos imobiliários? A incorporação

para o desenvolvimento urbano em grande escala de projetos com milhares de unidades residenciais proporciona vantagens para o setor imobiliário: preços baratos dos terrenos, produção de materiais no canteiro de obras, projetos modulares, ciclo curto de construção, economias de escala. Nessa situação, a valorização e a rentabilidade do solo urbano da periferia pode ser vista como uma nova fronteira da acumulação do capitalismo contemporâneo?

Essa dinâmica de produção de habitação geral pelo mercado vem sendo propagandeada como uma solução para o problema do chamado déficit habitacional brasileiro. Mas essa dinâmica, ao “resolver” o problema do acesso à moradia de muitos, provavelmente imporá seu conteúdo à vida social: uma nova segregação, já que tais “bairros planejados” são, em sua maioria, gigantescos condomínios fechados. Assim, o capital propicia o valor de uso e a casa própria, mas, dialeticamente, o faz nos seus termos, gerindo tais comunidades – inclusive participando e liderando as associações de moradores – e instituindo suas negatividades inerentes aos modos de sociabilidade e apropriação privada do espaço na cidade. Haverá apropriação e uso efetivo do espaço nessa nova morfologia produzida pelo capital, os megaconjuntos habitados por comunidades da própria periferia? Essa forma de urbanização contemporânea exerce um domínio social ampliado, através da territorialização, via propriedade privada do solo, de um tipo de urbanização calcado na fragmentação/hierarquização/homegeneização dos espaços da habitação, condicionados por práticas de segregação baseadas na separação de usos, monotonia, identidade funcional (cf. JACOBS, 2000). O resultado é a produção de uma nova urbanização do espaço que impõe novos conteúdos para a urbanização da sociedade (urbana) ao propor novas práticas socioespaciais, já que põe populações da própria periferia em uma relação diferente com o lugar que habitam.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA NOVA URBANIZAÇÃO DA SOCIEDADE (URBANA)?**

Através dessas novas modalidades de urbanização da sociedade (urbana), verificamos que tais formas de expansão do tecido urbano, enquanto uma urbanização *stricto sensu*, são organizadas por novos conteúdos socioespaciais da reprodução da sociedade urbana sob a centralidade da economia, particularmente da economia financeira. O tema da urbanização da sociedade exige cuidados, observações e mediações. Ele não pode ser pensado apenas em abstrato, devendo-

se levar em conta as formas particulares que esse processo assume em diferentes países e sociedades. Por outro lado, as particularidades devem ser articuladas, do ponto de vista do método, por uma totalidade trans-histórica aberta: a cidade.

Para os propósitos da discussão sobre a urbanização da sociedade (urbana), tomamos, neste texto, a seguinte retrospectiva genérica para a categoria cidade: a inflexão da cidade política para a cidade mercantil e para a cidade industrial, bem como a passagem da modernidade à modernização ou pós-modernidade (início do século XX), que inaugura a sociedade urbana. Evidentemente cada momento dessa historicidade genérica e descontinua da cidade manifesta espacialmente diversas particularidades de acordo com a sociedade considerada e seu contexto. A dificuldade está em situar a categoria cidade hoje, para que seja possível a reflexão sobre a urbanização da sociedade (*lato sensu*), tendo em vista a realidade e o conceito de sociedade urbana. Frente a isso, analisamos a urbanização contemporânea da metrópole de São Paulo, comandada pela mundialização financeira que tem lugar a partir da década de 1980, o que nos permitiu pontuar alguns processos contemporâneos da produção do espaço. Trata-se de uma urbanização que tende a obedecer aos nexos de um espaço-tempo global: o da reprodução do capitalismo.

Porém, continuamos a perguntar: em que termos a categoria cidade se colocou e se coloca quando pensamos o Brasil? Sobre isso, podemos dizer que se o fenômeno urbano aparece na história do Brasil já desde muito cedo, um primórdio de urbanização mais intensa ocorre somente a partir do século XVIII (com a mineração), em um processo ligado à acumulação colonial externa da Europa. No último quartel do século XIX, a urbanização avança ligada ao ciclo do café – voltado à exportação e ao comércio internacional –, permitindo certa acumulação nas cidades do Sudeste e particularmente em São Paulo, o que participa no advento da industrialização a partir da década de 1940. A industrialização brasileira, que articula a instalação de indústrias multinacionais com a formação de grupos industriais nacionais, induz fortemente o crescimento e a urbanização de cidades como São Paulo, mas parece ter sido hegemônica na última década pela financeirização, ligada às estratégias de uma “nova rodada de acumulação” dos países centrais, através dos seus investimentos internacionais, particularmente nos chamados “mercados emergentes”.

Esses processos nos lembram da necessidade de se considerar o processo de urbanização da sociedade (urbana) no Brasil em seus nexos com os motores da acumulação econômica mundial que, muitas vezes, definiram ciclos de acumulação e crise econômica interna (ouro, café, indústria). Mas o fundamental é que o processo de urbanização da sociedade e do espaço no Brasil se desenvolve fortemente quando já se vislumbra a constituição do urbano, da sociedade urbana, da espacialidade indutora de uma temporalidade comandada pelos movimentos de **reprodução** mundial do capital. Diante disso, indagamos: estaríamos vivendo hoje um novo ciclo, agora financeiro, de acumulação econômica capaz de definir uma nova urbanização? Poderá a cidade – categoria trans-histórica e teórica – ser dialeticamente conquistada através da sua negação, a urbanização? Quais mediações o Brasil propõe, enquanto país capitalista periférico, para a reflexão sobre a urbanização da sociedade? De que modo a conquista da cidade na metrópole poderia ocorrer? Quais são as forças latentes na metrópole que nos permitiriam iniciar essa retomada?

Por fim, anunciamos a seguinte questão (que exige uma outra ordem de considerações, um novo movimento do pensamento, no limite, requer um outro texto): poderíamos dizer que a sociedade urbana, produto da história capitalista, se revela ao mesmo tempo (e dialeticamente) como impossibilidade/possibilidade de superação de uma urbanização *stricto sensu* rumo a uma nova ou a uma outra urbanização da sociedade? Pensamos, nessa ótica, que a abertura de uma tal via (real e analítica) poderia iluminar as possibilidades de superação da desumanização orquestrada pelos poderes e pelas estratégias reprodutivas do capital e do Estado no espaço. Tal via de superação teria lugar pela negação das negatividades da metrópole e do urbano, potencializando as pequenas resistências cotidianas em torno da edificação da cidade como lugar da centralidade social e lúdica do habitar, do uso, da apropriação, em poucas palavras, através da luta pela transformação da metrópole e do urbano em espaço-tempo do devir civilizatório do homem. Para encerrar, faço minhas as palavras de Mumford (1998, p. 618):

A tarefa da cidade vindoura é [...] colocar as maiores preocupações do homem no centro de todas as suas atividades; é unir os fragmentos dispersos da personalidade humana, transformando homens artificialmente mutilados – burocratas, especialistas, peritos, agentes despersionalizados – em seres humanos completos, reparando os danos que foram causados pela divisão vocacional, pela segregação social.

## REFERÊNCIAS

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 2000.
- BOTELHO, Adriano. *O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado de moradia na cidade de São Paulo*. 2005. 345 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BRITO, Mônica Silveira. *A participação da iniciativa privada na produção do espaço urbano: São Paulo, 1890 a 1911*. 2000. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do Espaço Urbano*. 1986. 437 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- \_\_\_\_\_. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004. P. 51-83.
- \_\_\_\_\_. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 1991.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François (Org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CHILDE, V Gordon. *Evolución de la Sociedad*. Madrid: Ciencia Nueva, 1951.
- DAMIANI, Amélia Luisa (Coord.). *O Futuro do trabalho: elementos para a discussão das taxas de mais-valia e de lucro*. São Paulo: AGB/SP, Labur/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2006.
- DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2004.
- FIORI, José Luiz (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FIORI, José Luiz; TAVARES, Maria da Conceição (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FIX, Mariana. *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.

- \_\_\_\_\_. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- MARQUES, Eduardo César; TORRES, Aroldo (Org.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (Org.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.
- RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização; etapas da evolução sócio-cultural*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- ROBIRA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas – espaços colonizados. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carles (Org.) *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005. P. 09-20.
- SANTOS, César Ricardo Simoni. *Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço*. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, p. 101-122, jan.-jul., 2006.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HICITEC, 1994.
- SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- SPOSATI, Aldaíza (Coord.). *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996.
- SPOSATI, Aldaíza. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. P. 83-99.

Recebido em: 14/08/2008

Aceito em: 25/09/2008

# **ESPAÇO-TEMPO E URBANIZAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA**

**ESTER LIMONAD**

Departamento de Geografia  
Universidade Federal Fluminense  
ester\_limonad@yahoo.com

## **RESUMO**

Para entender a urbanização brasileira hoje é necessário um olhar que perceba as diferenças, a diversidade das transformações, os distintos ritmos e transite entre distintas escalas de análise. Uma vez que a urbanização hoje está intrinsecamente ligada à estruturação do território, compreendendo a reprodução dos meios de produção, a reprodução da força de trabalho e da família, e por conseguinte a distribuição espacial da população e das atividades produtivas. É nessa quadro que se desenvolve o presente ensaio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço. Tempo. Urbanização. Brasil.

SPACE, TIME AND URBANIZATION:  
SOME THOUGHTS ON BRAZILIAN URBANIZATION

## **ABSTRACT**

To understand current Brazilian urbanization trends, one must take account of a multitude of differences, such as the diversity of rhythms and of rates of change and the varying intersection of the scales of analysis. Urbanization is now intrinsically linked to the structuration of territory and comprises the reproduction of the means of production, the reproduction of the labor force and of the family and, consequently, also the spatial distribution of population and of productive activities.

**KEY-WORDS:** Space. Time. Urbanization. Brazil.

Este ensaio consiste de algumas ponderações referentes à urbanização contemporânea brasileira com base em leituras da obra de Henri Lefebvre (1969, 1991) e de outros autores, que procuram amarrar os resultados e as considerações de pesquisas diversas conduzidas com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1997 no âmbito da Geografia.

Como geógrafos, temos por preocupação estudar o espaço social e, por vezes, nos esquecemos do tempo, embora, de fato, tempo e espaço, espaço e tempo não podem ser pensados e entendidos um sem o outro. Ambos são construções sociais. Se cada sociedade produz o seu próprio espaço e uma concepção própria desse espaço, o mesmo vale para o tempo e seu significado social. Assim, há alguns anos, há menos de meio século, rural e urbano, campo e cidade constituíam coisas distintas e possuíam um significado inerente em termos do que representavam. Cada um com um espaço, um tempo, uma paisagem própria, com ritmos específicos, principalmente após as duas primeiras revoluções industriais. Então a duração do dia se estendeu além do pôr-do-sol e a vida urbana ganhou um outro ritmo, uma outra temporalidade, enquanto, no campo, continuou a prevalecer, ao menos durante algum tempo, o tempo regulado pelos ciclos da natureza: dia e noite, primavera, verão, outono e inverno. Então, a cidade era algo claramente perceptível e a discussão referente à sua definição girava em torno de sua dimensão, de sua extensão, de sua população.

Essa questão preocupou geógrafos e cientistas sociais de distintas correntes epistemológicas. A quantidade de habitantes residentes em um aglomerado constituiria uma referência em si mesma para definir o que seria uma cidade. A cidade e o urbano, por conseguinte, se definiriam a partir de quantidades e não a partir de uma qualidade. A partir de objetos (infra-estruturas, edificações) e de densidades demográficas, mas logo esse tipo de definição se mostrou extremamente limitado.

Muitos, porém, ainda persistem em buscar diferenciar urbano e rural a partir de quantidades e não de qualidades, uma vez que o avanço da urbanização, devido à carência de outros indicadores, continua a ser avaliado, ao menos estatisticamente, a partir da relação entre população urbana e rural, da existência de equipamentos e serviços, e inclusive com base no padrão de consumo da população. Por isso, não há um consenso e há diversos problemas de interpretação decorrentes das diferentes definições e parâmetros adotados, que envolvem desde questões de escala a questões de dimensão.

População urbana e rural, assim, são definidas *a priori* a partir de uma localização espacial, por vezes com base em um raio geométrico arbitrariamente definido.

A classe social, por sua vez, pode definir-se a partir de sua posição e situação de classe, de suas formas de consumo ou, em uma perspectiva crítica, com base em sua relação com os meios de produção e sua inserção nas relações sociais de produção. Contrapõem-se, assim, dois vieses teóricos distintos: um primeiro, por assim dizer, de inspiração weberiana e um segundo, de inspiração marxista. A cidade, enquanto comunidade urbana, *städtische Gemeinschaft*, na perspectiva weberiana, é um fenômeno datado, que surge com os privilégios que se estabelecem com o surgimento da burguesia. Diz Weber (1967, p. 88):

Portanto, um estamento de burgueses como titular desses privilégios, constitui a característica da cidade no sentido político. Avaliadas por esse padrão, só em parte as cidades da Idade Média ocidental eram “comunidades urbanas” e as do século XVIII numa parte mínima. Porém as da Ásia, talvez com exceções isoladas, não o foram, ou só embrionariamente.

Isso permite a Max Weber datar e diferenciar a cidade que surge com o advento da burguesia comercial das aglomerações que a precederam.

É essa visão datada que alimenta, em parte, a reflexão estruturalista de inspiração althusseriana das décadas de 1970/80. Esse enfoque permite aos estruturalistas formularem que a cidade é um produto do capitalismo, do modo de produção capitalista. Por conseguinte, a cidade seria um produto por excelência decorrente da industrialização.

Lefebvre (1969), por sua vez, inicia sua reflexão sobre a urbanização contrapondo exatamente esse par, industrialização e urbanização, e questiona: quem é o indutor? Quem é o induzido? Coloca em xeque, assim, a perspectiva estruturalista de que a cidade seria um produto próprio, específico do capitalismo e de um estamento de classe: a burguesia. Insere assim a perspectiva de mudança de qualidade da urbanização, o que lhe permite não limitar o fenômeno a um único modo de produção: o capitalista, nem a um único tempo histórico.

Pontuar essa discussão é essencial, não só para situar as controvérsias sobre a questão urbana entre 1960 e 1980, mas para refletir sobre a urbanização contemporânea e os rumos que assume no mundo atual e em particular no Brasil.

A concepção do que é urbano e rural mudou de caráter nos últimos anos. Não há mais como pensar as cidades e o urbano apenas a partir de quantidades e muito menos a partir da localização espacial da população e do consumo, ainda mais considerando que a terceira revolução industrial teve por corolário

uma reorganização não só dos processos de trabalho e de produção, mas a conformação de um novo espaço social adequado às necessidades que ora se impõem para a reprodução social.

O novo modelo de produção flexível, assim como aqueles que o precederam, requer um espaço e um tempo adequados para suprir as necessidades de reprodução social, dos meios de produção, da força de trabalho e da família. Assim, como a cidade do capitalismo industrial possui um caráter distinto da cidade do capitalismo industrial, o mesmo se pode dizer da cidade e da urbanização contemporâneas.

Mas não é apenas a cidade que conquista um novo caráter; é o processo de formação das cidades, de tornar urbano, é a urbanização que ganha uma nova dimensão, enquanto processo geral de organização das atividades produtivas e da distribuição espacial da população.

A urbanização contemporânea extravasa o marco construído, deixa de estar limitada à cidade e conquista a escala territorial. Passa-se, assim, da etapa de urbanização da sociedade para a da urbanização do território. Na contemporaneidade, rural e urbano, campo e cidade tornam-se indistintos, muito embora permaneçam e se aprofundem os conflitos entre urbanidade e ruralidade, entre tempo rápido e tempo lento.

Portanto, para entender a urbanização hoje, faz-se necessário um olhar renovado. Um olhar que perceba as diferenças, a diversidade das transformações e os distintos ritmos. Um olhar que transite entre distintas escalas de análise, uma vez que a urbanização hoje está intrinsecamente ligada à estruturação do território, compreendendo a reprodução dos meios de produção, a reprodução da força de trabalho e da família e, por conseguinte, a distribuição espacial da população e das atividades produtivas no território (LEFEBVRE, 1991).

E é isso que vamos tentar esboçar aqui.

A última passagem de milênio tem por traço característico o fato de o mundo haver-se tornado mais urbano. Nunca na história da humanidade, tantos viveram em áreas urbanas, urbanizadas ou caracterizadas como tal. Embora os parâmetros de classificação do que seja rural e urbano variem de país para país, autores do Ocidente ao Oriente admitem não apenas estar em curso uma crescente urbanização, como também apontam para um aumento da dispersão dos assentamentos habitacionais e das instalações produtivas e dos serviços. Esses movimentos de redistribuição espacial da população, de reorganização e

relocalização espacial das atividades produtivas tendem a transformar a configuração territorial prévia, historicamente construída, ao destruírem, reconstruírem e estabelecerem outras interações sobre o espaço social.

Resultam daí novas formas de urbanização, que avançam e se estendem de forma fragmentada pelo território, através de aglomerações dispersas ao longo de grandes eixos e artérias. Configura-se, assim, uma nova urdidura do espaço social, com uma urbanização esgarçada, como já assinalava Lefebvre (1969), que deixa de estar restrita aos limites da cidade e conquista a escala territorial. Emergem “novas” regiões e formas de regionalização, em que há um deslocamento não só espacial, mas principalmente em termos hierárquicos, dos centros, pólos e das áreas em desenvolvimento.

Que urbanização é essa? Qual o seu caráter e teor? Quais os seus condicionantes? Essas são algumas indagações que norteiam o presente ensaio. Tais preocupações têm por base a observação da emergência de novas formas de organização do espaço urbano em várias áreas do Brasil e do mundo com traços similares. As particularidades e similaridades dessas tendências de urbanização e organização do espaço social, se não configuram novas formas na urbanização brasileira, representam ao menos a consolidação de experiências e casos observados nas duas últimas décadas. No caso do Brasil, tais tendências vão ao encontro da tese, prevalecente na década de 1980, de uma crescente metropolização e concentração urbana *vis-à-vis* a um esvaziamento demográfico do interior.

No intuito de subsidiar a compreensão do sentido que ora assume a urbanização e estruturação territorial no Brasil, buscar-se-á, aqui, conjugar a reflexão sobre os processos socioespaciais desencadeados pela III Revolução Industrial com a emergência de novas formas espaciais de distribuição e organização das atividades produtivas e de distribuição espacial da população. Nesse sentido, primeiro, é feita uma breve exposição sobre as condições presentes impostas pela reestruturação produtiva e pela globalização. A seguir, abordam-se as formas que ora assumem os assentamentos urbanos (loteamentos, aglomerados, condomínios etc.) para se poder proceder a algumas considerações sobre as características atuais da urbanização no Brasil.

## I

Sem dúvida, o capitalismo ingressou em uma nova etapa. Os últimos vinte anos foram marcados por transformações no âmbito do Estado e da produção,

com a emergência do neoliberalismo e o advento da III Revolução Industrial (informacional, gerencial, biotecnológica).

Estabeleceram-se, assim, novas demandas e necessidades para a reprodução da totalidade, que compreende a reprodução inter-relacionada de todas as esferas da vida social, que afetam não somente a esfera da reprodução do capital e dos meios de produção, mas também, e principalmente, a esfera da reprodução da força de trabalho e a reprodução da família (LEFEBVRE, 1991):

– Na esfera de reprodução do capital e dos meios de produção, ocorreram transformações no espaço de produção através da realocização das plantas industriais e da reorganização da produção. Resultou daí uma nova divisão internacional e social do trabalho.

– Na esfera da reprodução da força de trabalho, verificou-se uma desregulamentação das relações de trabalho e o estabelecimento de novas relações industriais.

– Na esfera de reprodução da família, o espaço de vida, do cotidiano, alterou-se devido à redistribuição espacial da população, ao desenvolvimento do meio técnico-científico e às novas condições gerais de produção.

A reprodução de cada uma dessas esferas da vida social requer um espaço social condizente com suas necessidades históricas de reprodução. Um espaço que congregue condições gerais condizentes com o grau de desenvolvimento do meio técnico-científico. Assim, diferentes grupos corporativos, instituições e atores sociais entram em confronto para garantir a satisfação de suas condições gerais de re-produção. Essas disputas pelo espaço social traduzem-se enquanto movimentos de redistribuição espacial da população e das atividades produtivas em várias escalas. A extensificação desses movimentos resulta, por um lado, em um aumento dos impactos ambientais, em razão do crescente consumo extensivo do território e dos recursos naturais. Por outro lado, esses movimentos de redistribuição e realocização tendem a gerar novas formas de organização e de segmentação espacial da produção e da população, ao mesmo tempo em que configuram novas territorialidades e permitem novos arranjos socioespaciais com a emergência de novas formas urbanas e a constituição de novas redes de interações socioespaciais que contribuem para conformar novas regionalizações.

Embora essas transformações se manifestem de forma similar em diferentes lugares, não podem ser compreendidas de forma determinista, como um resultado inevitável de tais ou quais condicionantes.

O problema é deveras mais complexo, uma vez que compreende o envolvimento de distintos atores sociais em confronto, bem como abrange as particularidades, construídas historicamente, de cada formação socioespacial.

Há que se considerar, ainda, que junto com a globalização da economia, mundialização da cultura, dos padrões de consumo e dos modos de vida, há uma globalização da pobreza, da miséria e da violência. E, embora haja uma crescente homogeneização dos lugares, com a formação de lugares globais, não-lugares, persistem um tecido social heterogêneo e um espaço social onde imperam a diversidade e a desigualdade, ambas necessárias e intrínsecas ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Se antes a concentração de riqueza e o desenvolvimento econômico e social ocorriam com base em continuidades e contigüidades espaciais, tomando emprestadas algumas proposições de Santos (1994, 1996), pode-se dizer que agora as possibilidades de desenvolvimento e de acumulação de capital estão fundadas em continuidades e contigüidades temporais, em articulações verticais e horizontais.

As condições gerais gestadas pela revolução informacional permitem uma descontinuidade espacial das atividades produtivas no território, como se houvera um descolamento das pré-condições anteriores, vigentes durante o fordismo-taylorismo. Verifica-se assim, por parte dos distintos atores e agentes sociais, tanto um movimento de reorganização espacial com novos arranjos socioespaciais quanto novos desafios para o desenvolvimento local e regional, lado a lado com uma ampliação dos problemas ambientais, conforme as indústrias saem das grandes cidades e rumam para o interior e para outras partes do país – como vem ocorrendo desde meados da década de 1990 no Sudeste brasileiro (ver a esse respeito LENCIONI, 2004; EGLER, 2004; LIMONAD, 2004).

Tal reorganização espacial é intrínseca e necessária à própria existência do capitalismo, que se dilui, recria e emerge sempre de suas próprias cinzas como se fora uma mitológica fênix, conforme já assinalava Marx em 1848, no “Manifesto do Partido Comunista”, na célebre passagem “tudo que é sólido desmancha no ar”. Essa (re)estruturação e essa (dis)solução do espaço social alteram e afetam as formas de distribuição espacial da população, das atividades produtivas, enfim a urbanização e a industrialização. Contribuem, assim, para uma (re)estruturação do espaço social.

As novas indústrias, pelo fato de serem intensivas em capital e tecnologias de informação e comunicação, com emprego reduzido de mão de obra, podem localizar-se fora dos grandes centros urbanos, em áreas sem tradição industrial – o que lhes propicia uma força de trabalho com baixo nível de organização sindical. As novas implantações industriais, principalmente as de grande e médio porte, passam a ser feitas preferencialmente em áreas semi-rurais ou periféricas aos grandes centros urbanos, fora das áreas e centros urbano-industriais tradicionais – o que tem levado a uma desconcentração das plantas industriais, mas não das sedes, nas capitais do Sudeste do Brasil, e a uma dispersão industrial em diversas áreas do território nacional, conformando as chamadas “ilhas de prosperidade”. Ocorre assim, uma desconcentração espacial das atividades produtivas que é acompanhada por uma crescente centralização administrativa e financeira nas principais regiões metropolitanas, com destaque para São Paulo (LENCIONI, 2004).

Com a reestruturação produtiva, a globalização e as novas formas de organização da produção e do trabalho, o capital conquistou uma maior mobilidade espacial e geográfica, uma vez que a distribuição espacial das fábricas conquistou uma flexibilidade que não possuía antes. Flexibilidade e inovações que facultaram uma especialização e dispersão espacial das unidades produtivas articuladas globalmente (HARVEY, 1989; OFFE, 1984). Assim, ao invés da produção estandardizada de multinacionais organizadas verticalmente em cachos, de maneira similar em diversos países, destinada a atender mercados locais, regionais e nacionais, a produção passa a se organizar através de redes de empresas, em interações horizontais e verticais, articuladas local e globalmente situadas em um único país orientadas para atender ao mercado mundial. Exemplos não faltam: apenas a título de ilustração cabe citar os casos da Whirlpool-Brastemp – com quatro unidades produtivas na América Latina; da Volkswagen de Ônibus e Caminhões – com uma única unidade produtiva, em Resende, no Brasil, e outras mais em outros setores produtivos.

Prevalece hoje uma especialização funcional e uma divisão técnica do trabalho não só dentro das fábricas, mas entre fábricas de uma mesma empresa. Isso resulta em uma divisão territorial do trabalho e em uma especialização espacial e funcional de diferentes setores de uma mesma empresa. Em decorrência, a produção de determinados produtos passa a ser feita em localizações únicas específicas e é direcionada para atingir amplas faixas do mercado internacional, com a perda dos vínculos locais e regionais. Soma-se a isso a transnacionalização das grandes

empresas que, por sua vez, converte-se em mais um fator que compromete a referida coerência territorial, uma vez que, enquanto frutos da interpenetração e do cruzamento de capitais de diferentes empresas e nacionalidades, deixam de ter qualquer compromisso com seus países de origem. O que conta agora é manter a taxa de lucro e não lealdades nacionais ou regionais.

O *lean management* (administração enxuta) é acompanhado pelo *downsizing* (redução da massa de trabalhadores). Em decorrência, têm-se, como já é notória, a desregulamentação das relações de trabalho, o aumento do desemprego estrutural, o que acarreta um empobrecimento dos trabalhadores, e um enfraquecimento dos organismos sindicais. Com isso, inicia-se uma nova etapa no conflito de classes e nas disputas locais e regionais pelas melhores localizações.

## II

Observa-se, então, nas duas últimas décadas, em diversas partes do território nacional\*, a intensificação da:

- extensão e expansão das malhas urbanas das grandes cidades conformando cidades-regiões, conforme caracterizado por Scott e colaboradores (1991).
- urbanização dispersa em diversos pontos no território, conformando uma rede urbana como se fora um tecido esgarçado (LEFEBVRE, 1969), em uma ocupação do tipo que se encontra na região de Dortmund-Essen-Bochum no norte da Alemanha.
- urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994) ou de uma suburbanização (LIMONAD, 1996) enquanto ocupação do território com um modo de vida e atividades urbanas.

De fato, em decorrência da difusão dessa urbanização dispersa tende a haver uma separação radical entre os espaços de residência, consumo e trabalho. Isso se materializa espacialmente através da:

- difusão de condomínios fechados para as classes média e alta, localizados nas proximidades de vias de tráfego, tanto nas periferias metropolitanas (Alphaville em São Paulo, Barra da Tijuca e Vargem Grande no Rio de Janeiro,

---

\* Como mostram os estudos sobre a dispersão urbana no Médio Paraíba (LIMONAD, 2002), na região Serrana Fluminense (RANDOLPH, 2005, 2007, etc ), no eixo sul de Belo Horizonte (COSTA, 2006) e em outras áreas do Brasil (ver a respeito ANJOS, 2007; CAIADO, 2007; CARPINTERO, 2007; CLEMENTINO, 2007; DIOGENES, 2007; SPÓSITO, 2007; STROHAECKER; TOLDO, 2007 entre outros).

Pilar em Buenos Aires). Resulta daí uma distribuição dispersa no espaço periférico das áreas metropolitanas e uma ocupação das periferias pelas classes mais abastadas, em uma inversão do padrão anterior.

- dispersão de condomínios fechados para as classes média e alta nas áreas rurais com amenidades ou vocação turística (Petrópolis e Teresópolis no Rio de Janeiro, Cotia e Embu em São Paulo, Camacari em Salvador. E, para não ficar só no Brasil, podemos citar a região de Gorki no entorno de Moscou).

- multiplicação de loteamentos residenciais em áreas rurais, destinados a trabalhadores urbanos nas áreas da franja metropolitana ou nos distritos mais distantes das sedes municipais situadas em áreas dinâmicas do interior (Várzea das Moças em Niterói, Campos Elísios em Duque de Caxias, assim como em diversos distritos de Petrópolis, Barra Mansa, Resende, Cachoeiras de Macacu no Estado do Rio de Janeiro etc.).

- dispersão espacial de trabalhadores com a multiplicação de núcleos-dormitório e proliferação de núcleos de favelas em diversos distritos próximos aos grandes eixos viários nas áreas economicamente dinâmicas.

- concentração espacial de migrantes rurais nas sedes municipais, enquanto patamar migratório, com a formação de periferias favelizadas ou empobrecidas em áreas com baixa diversidade econômica e predomínio do setor primário.

Essa dispersão espacial da população, que antes caracterizamos como uma suburbanização em escala espacial, sói ser acompanhada por uma:

- difusão espacial e geográfica de hipermercados, shoppings e centros de entretenimento, não só em diversos pontos das regiões metropolitanas, mas também em áreas de turismo-veraneio – como em Petrópolis (RJ), no Guarujá (SP), em Búzios (RJ), entre outras. Formatos, projetados e direcionados para atender às distintas classes de renda. Assim, entre um Carrefour e outro há uma diferenciação nos produtos e marcas ofertados, assim como lojas existentes nos shoppings e na programação dos conjuntos de Cinemark e Multiplex.

- instalação de equipamentos de ensino e saúde nas proximidades das novas aglomerações urbanas de alta e média renda. Proliferação de instituições de nível superior privadas, de fácil ingresso, em áreas periféricas de diversas capitais e cidades médias.

- deslocalização industrial das aglomerações urbanas de médio e grande porte, com a manutenção das sedes administrativas e financeiras nos grandes centros urbanos.

No caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como em outras regiões metropolitanas, essa redistribuição espacial da população, das atividades produtivas e dos serviços é acompanhada por uma tendência à desconcentração demográfica e das atividades econômicas. Apenas a título de exemplo, cabe ressaltar que, nas duas últimas décadas, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro registrou taxas de crescimento geométrico ao redor de 1% a.a. (IBGE, 1991; 2000). Apesar da queda no crescimento demográfico, a permanência das sedes das grandes empresas nessas duas cidades contribui para que mantenham sua hegemonia econômica e financeira.

Porém, embora a Região Metropolitana do Rio de Janeiro mantenha a característica da concentração massiva de população e atividades econômicas de ponta, e permaneça, enquanto espaço privilegiado da produção do conhecimento técnico e científico e das instâncias de decisão política, temos como contraponto um avanço de certas áreas do interior. Avanço este que não passa necessariamente pela metrópole e se contrapõe à visão de uma metrópole hegemônica e onipresente, a controlar e comandar tudo o que ocorre. Tal visão tende até certo ponto a fetichizar a metrópole e quase torná-la um sujeito.

Se a metrópole chega a todas as partes, isso não se dá, necessariamente, ao mesmo tempo, com o mesmo impacto, significado e extensão. Se as grandes metrópoles são por excelência o lugar das relações econômicas e sociais e constituem o contraponto à formação de outros pólos urbanos importantes, o que confirma sua presença e requalifica seu papel no contexto regional, isso deve ser relativizado, uma vez que os dados, não só demográfico-quantitativos, apontam para uma tendência de crescimento maior da região em detrimento da metrópole.

O que se verifica hoje, em escala regional, de maneiras diversas, é a ampliação espacial de processos de exclusão social e econômica. A dispersão multipolarizada da produção e o empobrecimento de crescentes parcelas da população têm propiciado a emergência de novas modalidades de distribuição da população.

Como interpretar essas tendências?

### III

Harvey (1985) contribui, em parte, nesse sentido ao discutir a mobilidade espacial e setorial da força de trabalho. Em particular, no que se refere à evasão de trabalhadores de bacias de emprego consolidadas para outras áreas

e atividades quando as condições impostas pelo capital não os satisfazem, seja em termos de salários diretos, indiretos etc. aliadas à impossibilidade e/ou inexistência de movimentos reivindicativos. Pode-se dizer que, nessas situações, o trabalho procura se antepor ao capital através das chamadas estratégias de sobrevivência, ao buscar situar-se estrategicamente frente aos focos de trabalho, que ganham uma configuração distinta a nível regional. Enquanto, nas grandes e médias cidades, os trabalhadores dirigem-se para as favelas, periferias e loteamentos clandestinos por não lhes restar outra opção, em escala regional, em áreas onde as atividades produtivas se encontram dispersas em vários focos, os trabalhadores procuram localizar seu espaço de vida em posição estratégica frente aos focos de emprego, o que lhes possibilita aumentar sua mobilidade ocupacional, recorrer a diversas opções e transitar entre diferentes setores de atividade.

A adaptação às novas condições, todavia, se faz de forma desigual e heterogênea em diferentes lugares e tempos – e gera disparidades e descompassos territoriais e regionais. As diferentes áreas contíguas ou não, a nível territorial (de Estados-nação), a nível regional ou sub-regional desenvolvem-se desigual e combinadamente. Essas disparidades e descompassos já foram objeto de vários estudos da Economia e Geografia Regional. Porém, tal heterogeneidade de espaços e níveis de desenvolvimento faz parte da essência da acumulação capitalista em escala ampliada.

Porém a produção (social) do espaço, de uma geografia localizada materialmente, está relacionada historicamente à reprodução da sociedade, que abrange os meios de produção desta sociedade, e à reprodução biológica – a reprodução do cotidiano (LEFEBVRE, 1991, p. 38). A novidade que o capitalismo introduz nesse esquema é a reprodução da força de trabalho. Portanto, hoje, para se apreender dialeticamente a produção (social) do espaço, é necessário se debruçar de forma articulada sobre os distintos momentos da reprodução social.

De fato, a combinação dessas três esferas de (re)produção social combinadas e em disputa por localizações privilegiadas permite apreender certos aspectos da produção do espaço (social) que tendem a formar lugares de caráter urbano, ou seja, constituem, em última análise, parte dos fundamentos do processo de urbanização e de estruturação do território (vide a respeito PRED, 1985; SOJA, 1993).

Durante a hegemonia do fordismo-taylorismo, a urbanização, longe de ser um processo autônomo, era parte integrante e essencial da produção do espaço pelo capitalismo (vide a este respeito HARVEY, 1982 e SOJA, 1983), ao mesmo tempo em que obstaculizava seu desenvolvimento num movimento dialético, como mostram os trabalhos relativos à renda fundiária urbana (LAMARCHE, 1977; TOPALOV, 1980; SMOLKA, 1987, entre outros). Se, durante o capitalismo competitivo, pouca importância foi atribuída às cidades e ao contexto urbano, isso mudou de figura com a reprodução ampliada, a globalização da economia e o desenvolvimento do meio técnico-científico – empregado aqui no sentido que lhe foi conferido por Santos (1994) – que intensificou a concentração de capital nos centros industriais e gerou uma pressão crescente por parte do capital e da força de trabalho por investimentos em infra-estrutura, melhoria da habitação, serviços, equipamentos urbanos etc. Era necessário, então, reorganizar o espaço urbano e tornar as cidades e as redes e os sistemas urbanos eficazes tanto para implementar a acumulação de capital quanto para apaziguar a inquietação social. Nesse sentido, o Estado desempenhou um papel chave no (re)planejamento das cidades e em sua adequação às novas necessidades que se antepunham ao desenvolvimento do capitalismo.

A vinculação do espaço, em geral, e do espaço urbano, em particular – no caso sua manifestação material a cidade –, apenas à produção, segundo Lefebvre, implicaria apenas na reprodução dos meios de produção e na reprodução de parcelas da força de trabalho necessárias à reprodução do capital e seriam adequadas a uma análise do capitalismo competitivo do século XIX e não à atual etapa. Desde então, as condições gerais se transformaram. Hoje, o sistema capitalista deve garantir sempre, além da reprodução dos meios de produção, a reprodução das relações sociais de produção, efetivadas através da totalidade do espaço (LEFEBVRE, 1976, p. 33), na medida em que compreendem a reprodução do cotidiano em novos e antigos espaços, perpassados por diferentes tempos históricos – simultaneidades.

Em virtude da fragmentação da urbanização contemporânea, espaços “naturais” são apropriados para fins residenciais ou industriais; grupos sociais e atividades produtivas são des e reterritorializados. A deslocalização das atividades produtivas e o fato de hoje não haver necessariamente uma coincidência entre a inserção produtiva e o local de residência da população (vide LIMONAD, 1996 e SANTOS e SILVEIRA, 2001), ao mesmo tempo em que contribui para

a urbanização conquistar a escala territorial e ultrapassar os limites da cidade, gera problemas dentro e fora das áreas urbanas.

Apesar das limitações das proposições da Escola de Chicago e de seu estigma culturalista, não se pode negar, com as devidas reservas metodológicas, a atualidade de Wirth. Primeiro, ao desvincular o urbano do caráter quantitativo e, segundo, ao perceber que o “modo de vida urbano” estendeu-se para além dos limites das cidades, conforme a passagem a seguir:

O grau em que o mundo contemporâneo poderá ser chamado de ‘urbano’ não é medido inteira ou precisamente pela proporção total que habita as cidades. [...] Os desenvolvimentos tecnológicos no transporte e na comunicação [...] acentuaram o papel das cidades [...] e estenderam enormemente o modo de vida urbano para além dos limites da própria cidade (WIRTH, 1967, p. 98-100).

Essas colocações elaboradas em 1938, em um viés de cultura enquanto *folk*, inseridas em uma concepção metodológica crítica, ganham um novo significado e tornam-se extremamente contemporâneas, em particular no atual momento de globalização cultural, social e econômica.

Tornar urbano/urbanizar implica introduzir no espaço algo que antes não existia, pela ação dos homens (RANDOLPH e LIMONAD, 1986; LIMONAD, 1991; 2000): em transformar as relações sociais de produção, organizar esse espaço de forma particular, em um modo de vida cotidiano, não apenas como cultura, mas enquanto satisfação de necessidades intrínsecas ao viver no urbano, enquanto relações cotidianas que os homens travam entre si e o meio em que vivem, enquanto estratégias de reprodução e sobrevivência, que configuram as condições de vida de largas parcelas de população. O que aponta a necessidade de resgatar criticamente a categoria “modo de vida” e a conveniência de levantar algumas considerações que nos permitam avançar em nossa reflexão, para o que abrimos um parêntese aqui.

A categoria “modo de vida” fetichizada tende a excluir a categoria trabalho. Entretanto, podemos pensá-la de uma forma mais ampliada. Para tanto, necessitamos de articulá-la com a “condição de existência” e o “quadro de vida”.

Inicialmente, pode-se dizer que a “condição de existência” configura-se de maneira específica em cada modo de produção e se define mediante o tipo e o grau de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, formal ou informal. Refere-se, pois, diretamente à situação material dos indivíduos e conforma seu quadro de possibilidades e de desenvolvimento de suas potencialidades.

Já o “quadro de vida”, por sua vez, concerne ao nível de satisfação das necessidades básicas e às possibilidades ao alcance dos indivíduos, em relação direta com a situação material dos indivíduos, com o seu rendimento; assim, é determinado a partir da “condição de existência”.

O “modo de vida” é parte da cultura do indivíduo, de seu conhecimento intuitivo e de seus valores. Ou seja, conforma a vida cotidiana. Para Heller (1972, p. 18-19) o homem nasce inserido em sua cotidianidade e amadurece ao adquirir todas as habilidades imprescindíveis para a vida cotidiana da sociedade (camada social) em questão. Sua assimilação da manipulação das coisas é sinônima da assimilação das relações sociais. E, se a assimilação da manipulação das coisas (do domínio da natureza e das mediações sociais) é condição de amadurecimento do homem, o mesmo se pode dizer das formas de intercâmbio e comunicação social. O homem, assim, amadurece quando é capaz de se manter autonomamente no mundo das integrações maiores, de orientar-se em sistemas que não possuem a dimensão do grupo, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e de mover este mesmo ambiente. Dessa forma, a vida cotidiana não está “fora da história”, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social. Portanto, o “modo de vida” está relacionado com a forma com que o indivíduo assimila, absorve e manipula as coisas, em certo grau determina sua relação com o mundo.

O “modo de vida” refere-se, então, à inserção sociocultural dos indivíduos no sistema. Ao conformar a vida cotidiana, torna-se parte das condições objetivas materiais da vida dos indivíduos, de sua situação material e inserção no mercado de trabalho, integra, assim, a “condição de existência” e o “quadro de vida”, conformando-as e sendo por elas conformado. Pode-se, então, falar de um modo de vida cotidiano, não apenas como cultura, mas também enquanto satisfação de necessidades básicas (“quadro de vida”), enquanto relações cotidianas que os homens travam entre si e o meio em que vivem, enquanto estratégias de reprodução e sobrevivência (“condição de existência”), que configuram as condições de vida de largas parcelas de população, enquanto modo de produzir e reproduzir as relações sociais de produção no cotidiano, enquanto uma das expressões no cotidiano do modo de produção.

As novas condições da urbanização indicam que a urbanização hoje se estende além do assim chamado ambiente “construído” – a cidade – ao difundir-se como um modo de vida urbano, definido a partir da inserção dos indiví-

duos no processo produtivo e não tão somente enquanto uma cultura urbana, conforme a proposição de Louis Wirth. O caráter urbano, assim, tende a se descolar da vida na aglomeração, na cidade, e ganha o território.

O termo urbanização extensiva adotado por Monte-Mór (1994) parece adequado para caracterizar a espacialidade do fenômeno. Não obstante, a idéia de suburbanização (LIMONAD, 1996) caracteriza, primeiro, o caráter periférico dessa urbanização em relação às diversas aglomerações existentes e, segundo, o caráter carente dessa urbanização que, muitas vezes, não é acompanhada por uma expansão das redes de infra-estrutura e serviços, o que acaba por lhe conferir uma certa precariedade. De fato, há que se pensar, inclusive em novas formas de solucionar o acesso a equipamentos e serviços, uma vez que ora nos defrontamos com um tecido urbano esgarçado e cada vez mais extensivo – haja vista a região urbana do eixo de Brasília-Anapólis-Goiânia, analisada por Arraes (2003), Carpintero (2007) e Clementino (2007).

Cabe questionar, enfim, em que medida essa “nova ordem”, que emerge em áreas específicas do território nacional, constitui um fenômeno volátil, instável e passageiro. Será essa nova ordem territorial uma ordem de “não-lugares”, de meros implantes e enclaves que podem ser removidos a qualquer instante? Ou será a expressão de uma mudança mais duradoura da formação de “novos” lugares?

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Francisco Antonio dos. Dispersão urbana no litoral de Santa Catarina. In: REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007. P. 341-354.
- ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Regiões Puras e Impuras. *GEOgraphia*, Niterói, v. 5, n. 10, p. 125-134, jul.-dez., 2003.
- CARPINTERO, Antônio Carlos. Brasília: algumas notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano. In: REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007. P. 213-230.
- CLEMENTINO, Lucie. Novas Ocupações Urbanas no Distrito Federal: algumas considerações. In: REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007. P. 231-240.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura; COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (Org.). *Novas periferias metropolitanas – a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidade no eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte e FAPEMIG, 2006.

DIOGENES, Beatriz Helena Nogueira. Crescimento urbano e mudanças na área metropolitana de Fortaleza. In: REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2007. P. 313-340.

EGLER, Claudio Antonio Gonçalves. Sudeste Brasileiro: a institucionalidade da questão regional. LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). *Brasil Século XXI, por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad/CNPq, 2004. P. 93-102.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

\_\_\_\_\_. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 6-35, jun.-set., 1982.

\_\_\_\_\_. The geopolitics of capitalism. In: GREGORY, Derek; URRY, John (Ed.). *Social relations and spatial structures*. London: Mac Millan/Cambridge, 1985. P. 128-163.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1991.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000.

LAMARCHE, François. Property, development and the economic foundations of the urban question. In: PICKVANCE, Chris (Ed.). *Urban Sociology: critical essays*. London: Tavistock, 1977. P. 85-118.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

\_\_\_\_\_. *Espacio y política*. Barcelona: Península, 1976.

\_\_\_\_\_. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LENCIONI, Sandra. Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no Estado de São Paulo. LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). *Brasil Século XXI, por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad/CNPq, 2004. P. 67-77.

LIMONAD, Ester. Así camina lo urbano: El Derrotero. *Revista Interamericana de Planificación (SIAP)*, Guatemala, v. 24, n. 95, p. 96-115, jul.-set., 1991.

\_\_\_\_\_. *Os lugares da urbanização: o caso do interior fluminense*. 1996. 247 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-27042005-162418/>>. Acesso: 15 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. A cidade na pós-modernidade: entre a ficção e a realidade. *GEOgraphia*, Niterói, v. 2, n. 3, p. 89-110, jan.-jun., 2000.

\_\_\_\_\_. Multipolar urbanisation patterns in south Rio de Janeiro: from competition or cooperation to co-competition. In: MARKOWSKI, Tadeusz; MARSZAL, Tadeusz (Ed.). *Polycentric metropolitan regions – new concepts and experiences*. Varsóvia: Polish Academy of Sciences, 2001. P.143-158. V. 11.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: uma nova relação capital-interior? In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Rui (Org.). *Brasil, Século XXI – por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004. P. 78-92.

LIMONAD, Ester; RANDOLPH, Rainer. Cidade e lugar: sua representação e apropriação ideológica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Salvador, v. 3, n. 5, p. 11-24, mai., 2001. Disponível em: <[http://www.anpur.org.br/revistas/ANPUR\\_v5.pdf](http://www.anpur.org.br/revistas/ANPUR_v5.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2008.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ ANPUR, 1994. P.169-181.

OFFE, Claus. *Disorganized Capitalism*. Massachusetts: MIT Press, 1984.

PRED, Allan. The social becomes spatial, the spatial becomes the social: enclosures, social change and the becoming of places in skane. In: GREGORY, Derek; URRY, J. (Ed.). *Social relations and spatial structures*. London: Mac Millan/Cambridge, 1985. P. 337-365.

RANDOLPH, Rainer. Distribuição espacial do crescimento populacional dentro e fora da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista de Economia Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 28-33, jun., 2007.

\_\_\_\_\_. Utopia burguesa ou revolução urbana? Transformações da organização territorial e novas formas urbanas em áreas peri-metropolitanas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., Salvador, 2005. *Anais...* Salvador: ANPUR, 2005.

RANDOLPH, Rainer; LIMONAD, Ester. Balanço quantitativo da produção técnico-científica em planejamento regional, urbano e habitacional (1980/86): Síntese do Documento Preliminar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1., Nova Friburgo, 1986. *Anais...* Nova Friburgo: ANPUR, 1986.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo – globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil, território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, Allen J.; AGNEW, John; SOJA, Edward W.; STORPER, Michael. Cidades regiões globais. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 17, n. 41, p. 11-25, 1991.

SMOLKA, Martin O. O capital incorporador em seus momentos de valorização. *Cadernos do IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 41-78, jan.-abr., 1987.

SOJA, Edward W. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, Bertha; HAESBAERT, Rogério; SILVEIRA, Carmen (Org.). *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. P. 22-74.

\_\_\_\_\_. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas de produção do espaço urbano no Estado de São Paulo. In: REIS, Nestor Goulart.; TANAKA, Marta Soban (Org.). *Brasil, estudos sobre a dispersão urbana*. São Paulo: FAUUSP/FAPEESP, 2007. P. 7-28.

STROHAECKER, Tânia Marques; TOLDO JR., Elírio E. O litoral norte do Rio Grande do Sul como um pólo de sustentabilidade ambiental do Brasil Meridional. *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 11, n. 245(39), 1 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24539.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

TOPALOV, Christian. *La urbanización capitalista*. México: Península, 1980.

WEBER, Max. Conceitos e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967 [1938]. P. 73-96.

WIRTH, Louis. O Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967 [1938]. P. 97-122.

Recebido em: 07/07/2008

Aceito em: 05/09/2008



# CULTURES ET MANIERES D'HABITER EN FRANCE HIER ET AUJOURD'HUI

**JEAN-PIERRE GOUBERT**

Centre de Recherches Historiques  
École des Hautes Études en Sciences Sociales  
goubertjpg@aol.com

## RESUME

La comparaison entre les cultures et les manières d'habiter, hier et aujourd'hui, présentée dans cet article, permet une lecture des changements par lesquels passe le monde contemporain, marqué par une urbanisation sans ville. Le traitement de ce thème se justifie face à l'accélération du cours de l'histoire, face au mouvement récent mais irréversible de la mondialisation galopante, face à l'accroissement des inégalités sociales ; les cultures d'hier et d'aujourd'hui – les unes inscrites dans la durée, dans l'ordre divin ou social et dans le respect de l'ordre, les autres en proie à l'instabilité, à la précarité, à la diversification sinon à la menace xénophobe – apportent des réponses distinctes lorsque l'on considère les manières d'habiter. Au cours de cette analyse dans la longue durée des manières d'habiter, des éléments sont présentés, pour comprendre les différences culturelles et par là les manières d'habiter jusqu'au XV<sup>e</sup> siècle, du XVI<sup>e</sup> au XIX<sup>e</sup> et enfin, dans le « temps présent ».

**MOTS CLES :** Culture. Habitation. France.

## CULTURAS E MODOS DE HABITAR NA FRANÇA ONTEM E HOJE

### RESUMO

Por meio da comparação entre as culturas e modos de se habitar na França, 'hoje' e 'ontem', efetua-se, neste artigo, uma leitura das mudanças pelas quais passa o mundo contemporâneo, marcado por uma urbanização sem cidade. O tratamento dessa temática justifica-se face à aceleração do curso da história, face ao movimento recente, mas irreversível, da mundialização galopante, face ao au-

mento das desigualdades sociais; as culturas de ontem e de hoje – umas inscritas na duração, na ordem divina ou social e dentro do respeito da ordem, as outras vítimas da instabilidade, da precariedade, da diversificação até mesmo da ameaça xenofóbica – trazem respostas distintas quando se consideram as formas de habitar. Analisando as formas de se habitar, na longa duração, apresentam-se os elementos para se compreender as diferenças culturais e, portanto, de modos de se habitar até o século XV, do XVI ao XIX, e no ‘tempo presente’.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura. Habitação. França.

## CULTURES AND FORMS OF LIVING IN FRANCE, YESTERDAY AND TODAY

### ABSTRACT

The comparison between cultures and forms of living, presently and in the past, allows one to better comprehend the changes that are affecting France, where urbanization is increasingly independent of the city itself. Such discussion is justified by the acceleration of the course of history, by the recent, fast and irreversible trend toward globalization and by the increase in social inequalities. Past and present cultures – some of them inscribed in different *durées*, in divine or social order and in the obedience of established norms; others affected by instability, by insecurity, even by xenophobic threats – provide distinctive answers when we consider the forms of living. Using the scale of the *longue durée*, we are able to understand cultural differences and, therefore, the different forms of living that prevailed in France up to the fifteenth century and from the sixteenth to the nineteenth centuries, as well as those that characterize the “present time”.

**KEY WORDS:** Culture. Housing. Forms of living. France.

La mondialisation actuelle, lorsqu'elle touche un vieux et riche pays comme la France, contribue-t-elle à briser cultures et manières d'habiter ? Et les caractéristiques pluriculturelles et pluriethniques présentes, typiques d'une métropole post coloniale ont-elles pour conséquence d'engendrer une rupture entre un hier qui s'éloigne à pas de géant et une post-modernité en proie au néo-libéralisme ambiant ? Assistons-nous dès lors à une rupture entre un avant

et après, à une crise qui va les séparant, tandis que le « modèle social » tendrait à s'effilochoer ?

Les événements, dans les banlieues dites sensibles, d'octobre – novembre 2005 ont constitué un élément de réponse à la double question des cultures et des manières d'habiter. Dans cette mesure, ils peuvent faire figure de « révélateur ». Longtemps durant, la France a été un pays pétri de traditions, marqué par le sceau chrétien, paysan et agraire : jusque vers 1930, sa population est restée majoritairement rurale. De ce fait, elle s'inscrivait dans la « longue durée ». Or, depuis 30 ans, une mutation brutale s'est produite dans « le temps social », soit en deux (ou trois) générations. Les difficultés rencontrées à cette époque étaient liées au déclin du secteur secondaire, autrefois grand employeur de main-d'œuvre peu ou pas qualifiée, conjointement avec l'arrivée de jeunes générations nombreuses sur le marché du travail. Cette mutation eut un aspect économique et social. Une autre difficulté tint aussi, lié à l'intégration problématique de certains descendants d'immigrés issus du Maghreb et d'Afrique noire. Par voie de conséquence, le logement des groupes sociaux les moins favorisés, devenu un problème d'urgence reçut une solution peu ou pas satisfaisante à moyen terme : la construction, de type industriel, de grands ensembles collectifs à la périphérie des noyaux urbains anciens, ainsi que de « villes nouvelles », par exemple dans la région parisienne. La « mixité sociale », voulue par différents gouvernements, connut davantage d'échecs que de réussites. Et la cohabitation de groupes socialement, ethniquement et confessionnellement distincts posa certains problèmes et les posent plus encore aujourd'hui.

Plus proche de nous, le « temps présent », connaît la montée des intégrismes, les luttes entre bandes rivales et une xénophobie croissante bien que minoritaire. A tel point que certaines banlieues difficiles échappent à l'autorité de l'Etat, de ses institutions et des services publics et privés. La dégradation des logements collectifs illustre cette partition du territoire en deux sous-ensembles : l'un favorisé, l'autre défavorisé. Une urbanisation sans ville s'est produite, en France comme dans d'autres pays. Soient un tissu social qui se déchire, un espace bâti qui se mite, mais aussi une hostilité, sinon des affrontements entre communautés et quartiers. La mondialisation, sans qu'elle doive être diabolisée, est-elle responsable de cette situation de fait ? Si le niveau de vie moyen a augmenté depuis 20 ou 30 ans, si les écarts sociaux entre les plus riches et les plus pauvres se sont accrus, le partage inégalitaire dû à l'accès au savoir, à la formation et à la santé consti-

tue-t-il la cause de la crise observée à l'automne 2005 ? Et cette crise n'est-elle qu'un épiphénomène passager, ou bien est-elle le signe annonciateur de difficultés durables ? Toujours est-il qu'une inquiétude aux formes multiples s'est faite jour. Inquiétude face à l'emploi, face à la sécurité, face aux retraites, non seulement pour les seniors mais pour la jeune génération, face aux événements internationaux (Irak), face au réchauffement climatique, face au logement, de plus en plus coûteux et éloigné du lieu de travail.

Dans ces conditions, les manières d'habiter, devenues aussi dissemblables du fait de la conjoncture, sont-elles en mesure d'assurer un abri, un gîte et un nid, c'est-à-dire de fournir un « habiter » au sens ontologique ? Un abri ? C'est sans compter avec le bruit, l'air pollué, la promiscuité entre générations et entre voisins de cultures différentes, aux rythmes, aux rites et aux fêtes religieuses distincts. Un gîte ? C'est oublier que pour dormir, pour se reposer, pour récupérer des stress de la vie de travail, il faudrait ne pas avoir à se préoccuper des corvées du quotidien, principalement dévolues à la femme, épouse et mère ; il ne faudrait pas non plus avoir à se soucier du loyer, des factures d'eau, de gaz, d'électricité, d'essence en un temps où elles augmentent beaucoup plus vite que les salaires. Un nid ? Ce serait oublier la question de la sécurité, de la violence, des mésententes conjugales, des divorces, des rivalités de succession, de la course à la consommation sans cesse croissantes typique de l'ère post-moderne : téléphone, portable, ordinateur, four à micro-ondes, voiture, télévision, alimentation, vêtements bcbg (bon chic bon genre).

Face à l'accélération du cours de l'histoire, face au mouvement récent mais irréversible de la mondialisation galopante, face à l'accroissement des inégalités sociales, les cultures d'hier et d'aujourd'hui, les unes inscrites dans la durée, dans l'ordre divin ou social et dans le respect de l'ordre, les autres en proie à l'instabilité, à la précarité, à la diversification sinon à la menace xénophobe apportent des réponses distinctes lorsque l'on considère les manières d'habiter. Pour l'historien, leur comparaison s'impose, soit une comparaison délicate, car il faut se méfier du passéisme, tout comme du misérabilisme et de l'historicisme.

Mettre en relation l'histoire d'hier et celle d'aujourd'hui constitue une première difficulté. Elle tient, pour partie, à ce que la documentation et l'historiographie du sujet se limitent le plus souvent à une étude du progrès matériel, du confort, des aspects techniques de l'habitation. Or, pour savoir comment les contemporains ressentaient leurs manières d'habiter, force est de faire appel

à des sources qualitatives, par exemple littéraires, lorsqu'elles émanent de la partie érudite, élitare de la société ; ou encore des archives (inventaires après décès), ou enfin des entretiens (archives orales).

Dans ces conditions, la seule issue possible, à mon sens, consiste, avec ou malgré notre esprit et notre imagination d'aujourd'hui, à tenter de décrypter les codes culturels et de les relier aux manières d'habiter en les référant à des temporalités distinctes et à des situations spécifiques.

Malgré ou à cause de ces difficultés, il m'échoit à présent de proposer un essai plutôt que de pratiquer, classiquement, une étude sur le thème en question.

### **LES NORMES D'AUTREFOIS : LA LONGUE DURÉE**

Il était une fois, (autrefois) prévalait pour l'immense majorité la maison-pièce unique à la fois lieu de travail de travail et de résidence. Couverte de chaume, dotée de murs de torchis et d'un sol en terre battue, elle constituait cependant un abri contre les intempéries et contre les animaux sauvages. Peu spacieuse, peu éclairée, peu ou mal chauffée, elle contenait un foyer, source du feu et de la lumière, au mieux une cheminée dans laquelle cuisait la marmite. Pas d'assiettes, mais quelques écuelles en terre ; peu de couverts, toujours en bois. Une table longue avec ses deux bancs. Un seul lit commun souvent sans draps ni couvertures, jonché de paille. Un dressoir plutôt qu'un buffet, pour ranger les quelques ustensiles de cuisine. Parfois, pas toujours, un coffre ou un bahut pour y garder quelques hardes. Un bougeoir pour tout éclairage, hormis le feu de la cheminée et le jour qui passait par une ou deux fenêtres et par la porte.

Bien entendu, il s'agissait d'une mesure construite non pas par des architectes, mais par les paysans eux-mêmes qui s'improvisaient maçons. Dans ces conditions, la promiscuité était de règle : le lit individuel ou conjugal et le berceau étaient inconnus. Les gens couchaient, avec leurs vêtements (de jour) dans la paille dans le même grand lit : parents, enfants, grands-parents aussi, du moins quand il avaient survécu, ce qui était assez rarement le cas. Pour lors, les fonctions assignées à la maison variaient selon les moments de la journée et de la nuit, selon l'heure solaire et chrétienne, en l'absence d'horloge privée.

Pour ceux qui avaient la chance de posséder une vache ou bien quelques chèvres, point d'étable séparée. Les animaux dormaient sous le même toit, la même pièce derrière une barrière en bois.

A titre de décoration seul un crucifix, ou bien une image pieuse de la Vierge ou d'un(e) saint(e), ou bien encore un rameau béni, tous signes d'insertion dans la catholicité et de soumission à la volonté divine.

Assurément, la demeure des privilégiés de la naissance et de la fortune était fort différente. Elle était vaste et se composait de plusieurs pièces. Ses murs étaient de brique ou de pierre, le toit d'ardoises ou de tuiles. La décoration, les meubles, les ustensiles multiples, voire artistiques. Des tapisseries ornaient les murs. Les pièces à vivre et les pièces à dormir étaient séparées. La domesticité était nombreuse, qui remplissait les corvées au quotidien.

Pourtant, là aussi, le chauffage était loin d'être confortable et la spécialisation des pièces se faisait dans le temps plutôt que dans l'espace. Le seigneur donnait audience, rendait justice, donnait ses ordres dans la grand'salle, de préférence le matin ou en soirée. Entre temps, s'il n'était pas à la chasse ou à la guerre, il faisait apporter les tréteaux et les pieds de la table que l'on dressait. De même, les riches citadins de la riche Bourgogne ou de la Toscane, laissaient le soin à leur valet d'amener une « cuve-baignoire » dans leur chambre à coucher. Une cuve-baignoire qu'on avait emplie d'eau chaude, chauffée dans la cheminée. Un bain que l'on prenait nu et en commun, par couple aussi avant le « combat amoureux », au pied du lit face à l'âtre, en présence des domestiques ; car, longtemps durant, ils ne furent pas considérés comme des personnes à part entière mais comme des « objets », nourrices mises à part. Il en allait de même pour les petits enfants, dont la majorité était appelée au Ciel avant l'âge d'un ou deux ans. A telle enseigne que les premiers berceaux n'apparaissent guère qu'au XV<sup>ème</sup> siècle dans la haute société.

Dans ce type de civilisation, espace public et espace privé ne coïncident ni l'individualisation des corps ni la spécialisation spatiale des pièces de la maison ne sont alors la norme obligée, pas plus que ne l'est la famille étroite ou conjugale. L'habitude est de vivre en communauté, soumis à l'autorité de Dieu et à celle du maître des lieux. Aussi point de révolte contre l'ordre établi dans la mesure où il est conçu, voulu par Dieu. Chacun, chacune est à la place où l'a mis(e) le Créateur.

### **Les transformations de la norme (XVI<sup>ème</sup> – XIX<sup>ème</sup> siècles)**

Au cours du XVI<sup>ème</sup> siècle, à l'époque de la Renaissance (française), les normes culturelles et les manières d'habiter connaissent de profondes transfor-

mations, du moins dans les élites. Jusqu'alors le monde, la Terre, l'ordre établi par la chrétienté paraissent immanents et, de ce fait immuables. Mais, cette fois, des changements profonds et simultanés interviennent. Le soleil ne tourne plus autour de la terre ; la terre n'est plus un disque plat. Des terres inconnues, des continents entiers et nouveaux apparaissent peu à peu. Des civilisations réputées « exotiques » et « sauvages » aussi !

La redécouverte des auteurs antiques, grecs et latins, la lecture critique des textes sacrés (Bible), l'intérêt suscité par la statuaire et par l'architecture antique à partir des premières trouvailles archéologiques (Pompéi), l'intérêt suscité par l'anatomie du corps humain (Vésale, Michel Ange) créent un espace culturel distinct de celui de l'époque antérieure. Une première révolution, de type humaniste et présocratique se donne libre cours et engendre la fréquente opposition de l'Église catholique. Un processus de professionnalisation peut, alors voir le jour, parce que les savoirs et les techniques se diversifient. Tout comme les médecins, les architectes, autrefois préoccupés uniquement d'architecture militaire, y participent. La période antérieure au XVI<sup>ème</sup> siècle est baptisée Moyen Age, âge gothique, âge quelque peu barbare ! Désormais, des architectes commencent à s'intéresser à des habitations civiles, à des habitations de particuliers. Leur clientèle, il est vrai, est exclusivement constituée par les membres de l'aristocratie urbaine, principalement au XVII<sup>ème</sup> et XVIII<sup>ème</sup> siècles, notamment à Paris et dans les capitales provinciales. Une évolution se fait jour. D'abord limitée à l'espace d'apparat et aux façades, majestueuses et géométriques. L'architecture civile, dans ses traités, conquiert l'espace privé au XVIII<sup>ème</sup> siècle. Les aisances, la commodité représentent la nouveauté du jour.

A mesure que se font jour l'individualisme au XVIII<sup>ème</sup> siècle, l'affect familial, l'autonomisation du couple et des enfants, la pudeur à laquelle exhorte le concile de Trente (début du XVII<sup>ème</sup> siècle), la reconnaissance des domestiques comme des personnes même si c'est de second rang, la promiscuité apparaît gênante, sinon dangereuse, entre sexes, générations, maîtres et serviteurs. Dans ces conditions, les manières d'habiter, du moins pour les privilégiés, tendent à se modifier, la norme dominante aidant. Aussi les professionnels sont appelés à la rescousse. Ils viennent édicter les règles nouvelles propres aux manières d'habiter. Désormais, la disposition des pièces, leurs usages sont fixés de manière spatiale et non plus temporelle. Un code culturel, des manières d'habiter sont établis. Deux espaces coexistent qui sont séparés : un espace public, c'est-à-dire

de jour, pourvu au moins d'un salon et d'une salle à manger ; un espace privé, c'est-à-dire de nuit, dévolu à l'intimité.

Ainsi, la garde-robe n'est plus le lieu où l'on rangeait ses vêtements ni celui où on faisait sa toilette, ni celui où dormaient les domestiques, ni celui où l'on s'asseyait sur sa chaise percée. Elle est devenue « lieux à l'anglaise » ou « garde-robes hydrauliques » au fil du XVIII<sup>ème</sup> siècle ; et cela au même moment où se construisaient séparément, les premières salles de bain, comme au petit Trianon.

Désormais aussi, la règle veut que les pièces ne se situent plus en enfilade, mais qu'elles communiquent par un couloir. Pareil couloir permet ainsi aux maîtres de séparer le va-et-vient des domestiques des pièces où ils vivent et où ils reçoivent. Une sonnette suffit à les appeler. Désormais aussi, Madame ne reçoit plus dans la ruelle de sa chambre, mais au salon. Désormais toujours, le lit conjugal, quitte le mur pour s'installer au milieu de la chambre. Central, il symbolise la bienséance bourgeoise du XIX<sup>ème</sup> siècle.

Désormais enfin, le corps dénudé se lave tout entier, à l'abri des regards, dans la salle de bains. En conséquence, le terme de confort entre dans le langage cultivé et fait son apparition dans le Dictionnaire de l'Académie française (1842).

## **LE TEMPS PRESENT : DIVERSIFICATION OU FRACTURE ?**

La société française, en notre début de XXI<sup>ème</sup> siècle, en ce qui concerne les manières d'habiter, reste encore tributaire du code culturel issu des XVIII<sup>ème</sup> et XIX<sup>ème</sup> siècles, même si l'hédonisme, l'industrialisation du cadre bâti et la société de consommation ont fait leur œuvre. Avec le XIX<sup>ème</sup> siècle se trouve posée la question du logement, soit un habitat collectif, sain et peu coûteux, en principe. Les réformistes hygiénistes l'appellent de leurs vœux, afin que le confort de l'habitat se démocratise, et que, ce faisant, il contribue à moraliser des classes populaires, souvent réputées dangereuses pour l'ordre établi. Afin de retenir chez lui l'ouvrier, afin de stabiliser sa famille, l'accent est mis sur la nécessaire diffusion du progrès dans les habitations populaires : eau courante, gaz, électricité, chauffage, éclairage. A partir de 1860, se crée le type de la petite maison ouvrière, souvent avec l'appui intéressé du patronat industriel (charbon, sidérurgie, textile, Mulhouse, Roubaix, Nancy).

Dès lors se livre une course au « progrès pour tous », avec l'intervention et l'aide de l'État-Providence (H.B.M. : 1894 ; H.L.M. : 1950).. Le cadre bâti se

standardise, le plan des appartements et des maisons aussi. L'uniformité de l'habitat collectif succède à sa diversité régionale, laquelle devient un attrait touristique pour les privilégiés. Les architectes construisent, à la périphérie des villes, des cités de transit, puis des barres et des tours (les premières vers 1920, mais surtout vers 1960 - 70), contenant chacune, plusieurs centaines sinon plusieurs milliers de logements techniquement modernes, mais monotones et sans âme. L'urbanisation sans ville s'étend. Le logement-nécessité supplante le logement-tradition pour la majorité de la population. Vers 1990, nombre de « cités » sont dégradées. Certaines communes entreprennent de les réhabiliter, comme à Marseille (le « Petit Séminaire »). Une expérience y a lieu : des architectes et des sociologues prennent en compte les souhaits des habitants, en majorité des immigrés d'origine maghrébine. Des transformations ont lieu, non seulement pour les façades ou pour les portes et les cages d'escalier, mais aussi relatives à l'aménagement intérieur des appartements. On permet alors aux habitants d'exprimer leur « identité » en changeant l'allure des pièces (arcades) qui sont décorées par les locataires avec des tables basses et des tapis ou des sofas de type maghrébin.

Toutefois, les expériences de ce genre s'avèrent rarissimes. Dans l'immense majorité des cas, pareille reconnaissance d'une identité culturelle originale ne voit pas le jour. Bien au contraire. Tant et si bien que non seulement la mixité sociale d'il y a 20 ou 30 ans tend à disparaître, pour être remplacée par le regroupement ethnique. De ce fait coexistent des tours ou des barres composées les unes de Français d'origine maghrébine, les autres originaires d'Afrique noire, sans oublier le quartier chinois situé dans le XIII<sup>ème</sup> arrondissement de Paris ou bien le quartier indo-pakistanaï dans le X<sup>ème</sup>, ou encore les quartiers peuplés d'Arabes dans le XX<sup>ème</sup>.

Chaque « cité » HLM, chaque quartier urbain possède ses gangs, ses cultures, ses religions, ses langues, ses argots, ses coutumes. L'identité du groupe s'avère composite ; s'y télécospent des éléments traditionnels et d'autres post-modernes. Ils donnent vie à des manières d'habiter plus ou moins originales, avec leurs symboles, par exemple les tapis ou la théière, leurs rituels, par exemple celui de Pessah ou du Ramadan, leurs fêtes (comme l'Aïd-el-kébir ou la rupture du jeûne, comme le nouvel An chinois le 18 mars), leur alimentation (viande casher pour les Juifs, halal pour les Musulmans).

Les logements, les appartement sont souvent surpeuplés, leurs façades et leurs abords mal ou pas entretenus. Et leurs caves servent de repaires à des trafics en

tout genre, dont celui de la drogue. Un « business » illégal vient compenser le manque de moyens, le chômage ou la précarité de l'emploi. Pourvus de la nationalité française depuis 15 à 20 ans, « les jeunes des banlieues difficiles » ne bénéficient pas, à commencer par leur habitat, de la citoyenneté pleine et entière. Ainsi s'explique leur mouvement de révolte d'octobre et novembre 2005. Relégués aux marges de la société comme à l'extérieur de la cité, en particulier à cause de la ségrégation sociospatiale du logement, tiraillés entre une identité propre à leur pays d'origine et les attraits de la société de consommation, leurs manières d'habiter et de vivre leur condition traduisent un mal-être et une insatisfaction qui peut les faire verser durablement dans la violence. Dans la mesure où ils ne trouvent pas dans leur logement un cadre de qualité, leur vie sociale se situe à l'extérieur de la cité HLM : sur les places et dans les rues, en bas des tours, dans les cages d'escalier. Autrement dit, l'espace privé ne remplit pas ses fonctions.

Dans cette perspective, il apparaît que, lorsque les liens entre cultures, familles, groupes et manières d'habiter sont distendus sinon rompus, un écart grandissant se fait jour entre les aspirations et les moyens. Les gouvernements successifs de la France, depuis 60 ans ou environ, ont été confrontés au problème du logement et, en particulier, du logement social. Il a été traité dans l'urgence, au moindre coût, en ne se posant que la question de la quantité de logements et non pas celle de sa qualité de vie pour les habitants concernés. Dans ces conditions, la standardisation industrielle, l'accroissement des écarts sociaux, l'augmentation considérable du prix des terrains à bâtir, la fabrication de « Villes nouvelles » (?!) n'ont pas permis l'éclosion de manières d'habiter, liées à une ou plusieurs cultures, qui aient satisfait les différents habitants.

Assurément, il est difficile de conclure de façon générale ; et cela d'autant que l'on ne dispose pas d'études ou d'enquêtes autres que quantitatives, par exemple sur la distribution des éléments du confort technique. Tout ce que l'on peut avancer sans trop de risques, c'est que l'imagination, la ruse, le désir d'aménager l'habitation sont loin d'être absents, qu'il s'agisse de personnes pauvres, riches ou aisées ou bien encore de professionnels comme des architectes, des architectes d'intérieur, des banistes ou des cuisinistes.

Conférer une identité à une habitation témoigne du tissu familial. Un moyen d'en rendre compte consiste, tout simplement à observer les transformations intervenues dans une maison ou dans un appartement à la suite d'une vente ou d'un changement de propriétaires ou de locataires. Souvent, en raison

du prix du m<sup>2</sup>, il s'agit d'agrandir la superficie disponible, par exemple en ajoutant une pièce prise sur un ancien grenier ou bien d'acheter des lits superposés pour une chambre d'enfants, lorsque la famille s'agrandit. Ou bien encore, c'est la distribution des pièces qui change si l'appartement s'avère trop petit. Une chambre remplace l'ancienne cuisine ; et, dans la salle à manger, on installe une (petite) cuisine à l'américaine. Ou bien le garage attenant au pavillon est remplacé par la cuisine, tandis que la voiture s'exile dans l'allée ou dans la rue. Ou bien encore, un sous-sol doté du chauffage et de fenêtres est transformé en chambre ou en bibliothèque – bureau. Ou bien encore, les combles sont aménagés, par exemple lorsque la famille s'agrandit.

Dans une autre perspective, celle de la distribution des pièces et de la décoration de l'espace habité, c'est la culture des habitants qui se donne à lire : modernisme technologique, souci d'ergonomie, par exemple dans la cuisine (four à micro-ondes). Mais aussi présence esthétique ou éthique de fleurs, de plantes vertes, de signes religieux, de meubles, de tableaux, de gravures, de photos de famille, de glaces, de vitrines. Place réservée à la télévision, à la bibliothèque, à la chaîne hi-fi ou encore à l'ordinateur. Choix des tissus et des couleurs pour les rideaux, les papiers peints, la moquette, les tapis de sol, construction d'une véranda. Qu'elle soit horizontale dans un appartement ou verticale dans une maison, la distribution des pièces de jour et des pièces de nuit ne change habituellement pas. Pour l'historien que je suis, ce qui est souvent le plus intéressant, ce sont les aménagements résultant de la traversée du temps par un appartement ou par une maison ancienne, vieux d'un ou de deux siècles : arrivée de l'eau courante, de l'éclairage au gaz puis à l'électricité, construction d'une salle de bains dans un bout de couloir, mise au jour de poutres au plafond dans un appartement ancien.

Il convient de souligner que les manières d'habiter sont en relation plus ou moins directe avec l'époque considérée, avec la hiérarchie sociale, avec le type de famille(s), et avec la culture unique ou plurielle propre aux habitants. Les traditions anciennes sont encore vivantes dans une population restreinte au groupe des privilégiés. Mais, de plus en plus, ce qui caractérise les manières d'habiter actuelles, c'est la difficulté de trouver un logement qui réponde aux aspirations des habitants, c'est-à-dire la maison individuelle dont on est propriétaire, soit le rêve de 90 % des Français. En fait, les contraintes dominent et font que l'habitation est située à la périphérie des agglomérations urbaines. Apparue il y a plus d'un siècle en France et devenue la règle depuis 2 ou 3 décennies, la périurbanité des grands ensembles

collectifs et des banlieues manifeste les transformations d'une société devenant de plus en plus inégalitaire, dépourvue trop souvent de liens sociaux, en proie aux clivages ethniques. Dans ces conditions, les manières d'habiter se diversifient et se prolétarisent pour un grand nombre. La ségrégation sociospatiale, le surpeuplement de beaucoup de logements, la montée des familles monoparentales et recomposées font que, même dans un pays globalement riche, les manières d'habiter ne procurent pas suffisamment de quiétude, sinon de joie de vivre. En somme, la diversification des manières d'habiter à une époque de mondialisation à outrance, d'américanisation des modes de vie et de la course à la consommation manifeste la situation complexe et les difficultés de la majorité dans une société française en proie à l'inquiétude face aux mutations de son époque. Américanisation, traditions ancestrales et manifestations de la post-modernité s'entrechoquent, ce dont rendent compte les manières d'habiter, de se nourrir, de se vêtir, de travailler, d'occuper ses loisirs. Jamais, peut-être dans l'histoire de la France, les cultures n'ont été aussi différentes en France ni les manières d'habiter. Jamais peut-être non plus, la société française n'a été aussi inégalitaire et autant pluriethnique et pluri religieuse. Cette diversité peut s'exprimer en quelques chiffres : 3 millions de mal-logés, 90 000 SDF (Sans Domicile Fixe), 3 millions de Français musulmans, moins de la moitié de la population qui se dit catholique ; 22 % de jeunes chômeurs (18 – 25 ans) ; 55 % de retraités de plus de 53 ans. Dans ces conditions habiter – au sens ontologique – pose problème. Les manières d'habiter liées à des cultures distinctes ou plurielles témoignent de la difficulté à vivre une post-modernité, où coexistent des traditions différentes et une culture de l'efficacité immédiate, dénuée de projection à moyen ou long terme.

La comparaison annoncée entre les trois temps de l'Histoire – longue durée, temps social, temps présent – suggère un découpage, selon trois inflexions fortes. A la longue durée correspond un code culturel des manières d'habiter établi sur un fond religieux, sur la priorité accordée au temps, sur la prééminence de la communauté sur l'individu, sur l'indistinction entre espace privé et espace public, espace de travail inclus. De cette époque lointaine subsistent chez une minorité de catholiques (pratiquants) actuels la croyance et la pratique d'une culture de l'habiter dite traditionnelle : couple, enfants, familles religieusement unies, vivant dans un logement sanctuarisé, pourvu d'un crucifix, avec messe et repas dominical à l'appui, et doté du confort moderne, souvent situé dans un quartier ou dans une banlieue bourgeoise (Neuilly, Versailles, Meudon).

Au temps social (1975 – 2000) correspondent plusieurs types d'habitats et de manières d'habiter, liés à la position dans la hiérarchie sociale et à une culture le plus fréquemment d'origine chrétienne ou juive, mais aussi musulmane politiquement et socialement diversifiée : habitat collectif aidé, petits pavillons de banlieue, appartements du secteur privé. Il s'agit de 2 générations, celle du « baby-boom » et celle de l'après-68. Les manières d'habiter y sont diverses, les unes quasi traditionnelles, les autres plus hédonistes, sinon libertaires. Les enfants du baby-boom sont devenus grands-parents, ceux de l'après-68 parents. Le plus souvent rangés, pour certains embourgeoisés, leurs manières d'habiter, eu égard à leur position sociale, visent à faire de l'habitation un lieu de sociabilité et de quiétude ; et cela dans la mesure où ils affrontent les difficultés du quotidien et s'ils connaissent des échecs dans leur vie conjugale, parentale ou professionnelle.

Au temps présent (2000 – 2007) correspond toute la gamme des situations et des manières d'habiter liées à diverses cultures, à des inégalités sociales fortes, à la périurbanisation et à la précarité de l'emploi et du logement pour un grand nombre, à la sécurité et à la prospérité chez une minorité.

Que ce soit autrefois, hier ou aujourd'hui, le logement est signe de hiérarchie sociale, de distinction, de valeur-marchandise. Ce sont là autant de constantes. Quant à ce qui change, ce sont les codes culturels, et donc les habitations, leurs conceptions, leurs distributions, leur confort, leurs manières d'être vécues, appréciées ou dépréciées.

Quant à l'avenir, comment le percevoir, l'apercevoir, le dessiner ? Si les manières d'habiter, quelles qu'elles soient, ne correspondent plus un jour à des formes de sanctuarisation, si les codes culturels s'entrechoquent, si le tissu social se déchire, si les écarts sociaux s'accroissent entre les nantis et les autres, alors que les cultures ne méritent plus ce titre ; et cela dans la mesure où elles s'inscrivent dans l'immédiateté et non plus dans la durée. Hora fugit (le temps passe) assurément, mais n'est-ce pas nous qui passons ? A trop nous précipiter dans l'action, dans le mouvement, dans les tourbillons, dans l'écume des jours, ne risquons-nous pas de perdre de vue l'essentiel : notre soif d'identité et de stabilité évolutive ?

Recebido em: 02/04/2008

Aceito em: 03/06/2008



# AS CIDADES MÉDIAS E A URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

OSCAR SOBARZO

Departamento de Geografia  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
oscar.sobarzo@ufrgs.br

## RESUMO

A reflexão apresentada neste artigo centra-se no entendimento das cidades médias no atual momento da urbanização. Primeiramente, destacam-se as dificuldades para alcançar uma definição abrangente de cidade média, enfatizando as limitações do uso isolado do critério demográfico e a necessidade de incorporar os papéis dessas cidades no conjunto da rede urbana. Em segundo lugar, a reflexão avança incorporando algumas idéias de Milton Santos, como as verticalidades, as horizontalidades e a rede urbana num contexto de geometria variável. Em seguida, é analisada a relação das cidades médias com a agricultura modernizada, na qual os aspectos tratados no texto podem ser claramente verificáveis. Finalmente, após uma síntese, são levantados alguns desafios para continuar refletindo sobre o tema das cidades médias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidades médias. Verticalidades. Horizontalidades. Geometria variável.

## INTERMEDIATE CITIES AND CONTEMPORARY URBANIZATION

### ABSTRACT

This paper addresses the role played by intermediate cities in contemporary urbanization. The first section highlights the difficulty of defining what exactly an intermediate city is; reviews the limitations of current demographic criteria; and calls attention to the importance of these cities in the structure of the urban network. The second section discusses some theoretical constructs set forth by

Milton Santos, such as verticalities, horizontalities and changing urban networks in a context of variable geometry. The third section examines the relationship between intermediate cities and modern agriculture. Finally, the author provides insights on current challenges of research on intermediate cities.

**KEY WORDS:** Intermediate cities. Verticalities. Horizontalities. Variable geometry.

## INTRODUÇÃO

Como podemos entender as cidades médias hoje? Essa é a pergunta que guia esta reflexão e que, evidentemente, não tem uma única resposta, em função de escolhas teórico-metodológicas ou de recortes empíricos de análise. Pretendemos contribuir para essa tarefa a partir da leitura de diferentes autores e da experiência prática\*, embora o cunho de nossa exposição seja, fundamentalmente, teórico.

A primeira constatação é da estreita relação que o processo de urbanização apresenta atualmente com a reprodução capitalista de corte neoliberal e de abrangência global. É evidente que o espaço é instrumental para a reprodução capitalista (LEFEBVRE, 1992) e que esse processo não é exclusivo de nosso tempo, de modo tal que, historicamente, a totalidade do espaço vem sendo produzido como resposta a essa reprodução. O que queremos destacar é que hoje fica mais evidente a hegemonia de uma lógica de produzir e reproduzir a cidade que responde principalmente aos anseios da multiplicação de lucros de agentes e empresas, com uma forte participação do setor financeiro, que achou na venda e no aluguel da cidade uma forma rentável e consistente de se multiplicar.

Esse processo não se refere somente aos bairros novos e/ou renovados com os novos produtos imobiliários orientados para moradia, serviços ou lazer. Também tem a sua outra face nas periferias pobres, crescente favelização e ineficiência ou inexistência de serviços públicos, sem esquecer os poderes ilegais

---

\* Essa experiência se refere, atualmente, à coordenação do projeto Produção do espaço público e novas centralidades em cidades médias. *Estudo de caso: Passo Fundo/RS, com o qual participamos da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe)* e do projeto *Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional*, coordenados pelas professoras Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP/PP) e Dra. Denise de Souza Elias (UECE), respectivamente. Esses três projetos possuem financiamento do CNPq.

e paralelos que assumem as funções de um Estado cada vez mais ausente para essa parcela da população e essas áreas da cidade, mas que não se omite na hora de apoiar, facilitar e, até mesmo, financiar os empreendimentos na parte moderna e global da cidade.

Essa dinâmica tem sido abordada pelas análises que mostram como as cidades têm se constituído em focos fundamentais para a reprodução capitalista global e como esse processo tem afetado a produção do espaço urbano, num amplo leque de temas que vão da produção material à reprodução da vida nesses espaços, afetando o cotidiano e os processos de representação e o imaginário que, por sua vez, vão determinar mudanças na própria produção material da cidade. Um exemplo claro e quase corriqueiro disso pode ser visto no medo ou na sensação de medo que leva ao fechamento de casas, ruas e até bairros nas cidades contemporâneas.

Sem pretender uma lista exaustiva de assuntos que tratam dessa relação entre urbanização e globalização, que muitas vezes colocam a cidade como um sujeito na reprodução capitalista, podemos identificar: cidades globais, marketing urbano, governança, revitalização e requalificação urbana, atração de investimentos, fragmentação social e espacial, entre outros.

Essas temáticas vêm sendo discutidas e trabalhadas, seja a favor (destacando a inexorabilidade e as múltiplas vantagens do processo) ou de forma crítica (destacando as suas perversidades), tomando como recorte privilegiado para as análises os espaços metropolitanos. Aqui, então, voltamos à pergunta inicial: como podemos entender as cidades médias hoje? Como se manifesta a reprodução capitalista global nessas cidades?

Soja (1993) escreveu que “tudo acontece em Los Angeles” (e acontece mesmo!), mas, parafraseando a sua expressão, será que tudo somente acontece nas metrópoles? Como aponta Carlos (2001, p. 12), a metrópole “revela um momento histórico do processo de reprodução da cidade” e atribui uma nova amplitude à noção de cidade “como categoria central da análise ao revelar a materialização do processo histórico de produção do espaço geográfico”. Não negamos a riqueza que o espaço metropolitano oferece para a pesquisa urbana e a evidência e magnitude dos processos aí produzidos, mas o que acontece nos outros espaços urbanos, nas chamadas cidades médias ou pequenas e no espaço rural estreitamente relacionado a elas não nos auxilia ou complementa a compreensão do urbano hoje? Será que nesses recortes não se manifesta o atual momento da reprodução da cidade?

Esse contexto e essas questões norteiam a elaboração deste artigo. As reflexões apresentadas pretendem contribuir para a compreensão das cidades médias na urbanização contemporânea, destacando-as como um tipo de cidade que também permite compreender o processo global da produção do espaço geográfico, sem esgotá-lo nem explicá-lo na sua totalidade.

### **CIDADES MÉDIAS: AS DIFICULDADES DE DEFINIÇÃO\***

Mais que fazer um levantamento sobre os estudos das cidades médias\*\* ou sobre aquilo que se entende por cidade média, partiremos de um fato: a expressão “cidades médias” representa um campo amplo de definições e refere-se, muitas vezes, com uma mesma denominação, a situações diferentes. Nesse sentido, é grande a dificuldade para definir o que é uma cidade média, considerando os critérios escolhidos ou as distintas realidades urbanas e características do processo de urbanização dos países ou de regiões de um mesmo país.

O critério estatístico, representado de forma simples num intervalo de população, é a maneira mais fácil e, também, mais problemática para identificar as cidades médias. Como apontam Amorim e Serra (2001), o critério demográfico é simples e cômodo, mas deve ser considerado como uma primeira aproximação. A população de uma cidade pode ser um indicador do tamanho do mercado local, da infra-estrutura urbana ou da concentração de atividades, contudo é necessário levar em consideração a realidade de cada país ou região e o período histórico analisado, para evitar que o tamanho demográfico represente distorções na hora de ser tomado como critério único para a análise urbana. Por exemplo, na década de 1970 no Brasil, apesar das diferenças entre autores, as cidades médias eram entendidas como aquelas compreendidas no intervalo entre 50.000 e 250.000 habitantes (AMORIM e SERRA, 2001); já na primeira década do século XXI, o intervalo foi modificado nos seus valores limites, incluindo cidades entre 100.000 e 500.000 habitantes.

O critério estatístico-demográfico possui a vantagem da sua praticidade, mas requer outros indicadores que o complementem para evitar generalizações e responder a situações complexas, como no caso de municípios conurbados

---

\* Uma parte das idéias apresentadas a seguir foi analisada, previamente, em Sobarzo (2008).

\*\* O texto de Amorim (2007) apresenta, resumidamente, um histórico sobre os estudos de cidades médias.

que, ao serem analisados individualmente, podem classificar-se como de tamanho médio, mas que, analisados em conjunto, demonstram a existência de uma unidade urbana que pode extrapolar a idéia de cidade média. Existem outros casos, como as regiões de ocupação rarefeita – como a Amazônia brasileira – em que centros urbanos menores ao intervalo definido exerçam efetivamente funções de cidades médias; ou o caso de cidades maiores ao limiar máximo que, em função da estruturação da rede urbana, também cumpram esse papel.

A necessidade de complementar o critério estatístico-demográfico é destacada incluso em pesquisas e trabalhos que têm uma clara orientação classificatória e prática. O estudo do IPEA (2002), que objetivava a caracterização da rede urbana brasileira na perspectiva do desenvolvimento regional, apresenta uma interessante matriz metodológica que incorpora variáveis demográficas, econômicas, de infra-estrutura, centralidade e finanças, como instrumento para a definição de uma morfologia do sistema urbano e suas especificidades regionais. No mesmo sentido, o trabalho de Castello Branco (2006), ainda que faça uma escolha *a priori* pelo intervalo entre 100.000 e 350.000 habitantes para selecionar as cidades médias estudadas, destaca que, além do tamanho populacional, é necessário considerar o volume das atividades econômicas, o grau de urbanização, a centralidade e a qualidade de vida dos centros urbanos pesquisados.

Nesse contexto, reforça-se a idéia de que o critério demográfico somente é válido como uma primeira aproximação para a definição das cidades médias. A diferenciação entre cidades de “porte médio” e “cidades médias” evidencia as limitações do uso exclusivo do critério demográfico e permite avançar no entendimento do que são as cidades médias. Assim, para Sposito (2006, p. 175), podemos considerar as cidades de porte médio no Brasil, como aquelas que têm entre 50.000 e 500.000 habitantes, mas não necessariamente a totalidade delas, podem ser consideradas como cidades médias, já que essa condição não se restringe aos aspectos populacionais, sendo necessário considerar “a magnitude e diversidade dos papéis desempenhados por uma cidade no conjunto da rede urbana”.

Assim, atribui-se a denominação “cidades médias” àquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influencia na conformação de um sistema urbano (SPOSITO, 2006, p. 175).

A característica da intermediação das cidades médias na rede urbana já tinha sido introduzida por Milton Santos em 1979, quando analisando a ten-

dência de concentração industrial nas metrópoles e a evolução dos sistemas de transporte, destacava a transformação da cidade regional em cidade média ou intermediária que, segundo a sua análise, significava uma situação de subordinação com relação à metrópole. Entretanto, devemos destacar que essa análise de Santos que destaca uma relação de “subordinação” não nos deve levar a validar, para o caso brasileiro, as teorizações e modelos de rede urbana vastamente difundidas desde a metade do século XX, que identificavam uma série de tipos de cidades e patamares hierárquicos de atuação, assumindo que o funcionamento do sistema urbano acontecia gradativamente entre esses níveis, seja num sentido descendente (da metrópole para os centros menores) ou ascendente (dos centros menores para os maiores, culminando na metrópole).

Milton Santos vinha destacando, desde a década de 1960, que, nos países subdesenvolvidos, a rede urbana apresentava características específicas que a diferenciavam dos modelos e teorias propostos a partir dos países desenvolvidos (SANTOS, 2004 [1979], 1980a, 1980b, 1982). Entre suas reflexões, o autor destacava a tendência à macrocefalia da rede urbana e a necessidade de substituir a idéia de uma rede hierarquizada e articulada em níveis consecutivos por uma rede com cidades que não necessariamente dependem daquelas nos níveis imediatamente superiores, mas que se “dirigem” diretamente às cidades mais importantes, muitas vezes à própria metrópole, numa espécie de “curto-circuito” da rede urbana. Essa idéia nos remete à necessidade de considerar as características da rede urbana e dos processos de urbanização em que as cidades médias e, também, as pequenas, grandes e as metrópoles estão inseridas.

Como síntese das dificuldades para a definição das cidades médias, destacamos a análise de Corrêa (2007), que identifica três dimensões – relacionadas com o tamanho demográfico – que não devem ser negligenciadas: 1) um mesmo tamanho demográfico absoluto tem significados diferentes em função dos processos de urbanização do país ou da região analisados; 2) uma cidade pode ser considerada média numa determinada escala espacial de referência (exemplo: nacional), mas, numa outra escala, a mesma cidade pode exercer o papel de principal centro urbano (exemplo: estadual); 3) um mesmo tamanho demográfico em diferentes momentos significa coisas diferentes, assim a dimensão temporal também é fundamental na hora da definição das cidades médias.

Considerando os aspectos analisados, tentaremos, no próximo item, abordar alguns pontos que nos ajudam a entender e definir as cidades médias no momento atual da urbanização.

### **CIDADES MÉDIAS: “NA ENCRUZILHADA DAS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES”**

O leitor atento logo deve ter percebido que estamos tomando emprestada uma expressão de Santos e Silveira (2001, p. 280) para caracterizar as cidades médias. No momento atual, a importância dos fluxos materiais e imateriais, das relações próximas e distantes, da articulação (e também da desarticulação) entre o local e o global, num contexto cambiante e, muitas vezes, efêmero, nos leva a aceitar a idéia da “encruzilhada das verticalidades e horizontalidades” como elemento-chave para refletir sobre a possível construção de um conceito de cidade média.

Em Santos (1996, p. 225), as horizontalidades são analisadas como pontos que se agregam sem descontinuidade, sugerindo uma extensão areal contínua. Por outra parte, as verticalidades referem-se a pontos separados, relacionados ao funcionamento global da sociedade e da economia, ou seja, nos remetem a um processo mais seletivo e pontual.

As verticalidades também se referem a “vetores de uma racionalidade superior” e hegemônica externa e global, enquanto que as horizontalidades encontram-se no plano das relações locais. As horizontalidades e as verticalidades convivem num jogo de forças centrípetas (de agregação e convergência) e de forças centrífugas (de desagregação e desestruturação), respectivamente (SANTOS, 1996, p. 227).

Refletindo sobre a rede urbana e as cidades médias, podemos pensar as horizontalidades nas relações na cidade (relações internas) e da cidade com seu entorno próximo. Neste último caso, utilizando uma expressão cunhada em outros tempos, referimo-nos às relações da cidade com a sua hinterlândia ou área de influência, que inclui cidades menores e espaços rurais. Essas relações de horizontalidade estão presentes nos serviços que a cidade média presta ao seu entorno e que significam deslocamentos periódicos da população: saúde, educação, comércio especializado, serviços públicos, serviços bancários, entre outros.

As verticalidades nas cidades médias representam os fluxos externos, hegemônicos, produzidos a longa distância, que interferem na dinâmica da cidade,

conectando partes dela com o âmbito global, num processo que responde aos interesses e aos requerimentos da fluidez e da reprodução do capital, enquanto outras partes da cidade são deixadas à margem ou desconectadas dessa dinâmica. Entre os impactos desse processo, temos a fragmentação da estrutura da cidade manifestada na polarização social, na pobreza e na exclusão.

Neste ponto, faz-se necessário evidenciar que essa dinâmica de verticalidades e horizontalidades não é exclusiva e restrita às cidades médias. Na verdade, trata-se de um jogo de forças presente na produção de todo o espaço geográfico. No âmbito urbano, essas forças manifestam-se em todos os tipos de cidades. Como Milton Santos (1996, p. 226) expressou: “De um modo geral, as cidades são o ponto de intersecção entre as verticalidades e horizontalidades”.

Assim, numa comparação entre as metrópoles e as cidades médias, podemos refletir que a dinâmica de verticalidades e horizontalidades é muito mais evidente e muito presente nos espaços metropolitanos, em que as forças globais se manifestam e se interessam pelo controle do processo de produção da cidade e do seu cotidiano. Como exemplos, podemos citar a participação de capitais internacionais na produção imobiliária e nas obras públicas, assim como nos investimentos em solo urbano como reserva de valor; a presença de redes globais de comércio, serviços e lazer; a presença das marcas globais nos *shopping centers* mais sofisticados, entre outros.

Nas cidades médias, esse jogo de verticalidades e horizontalidades também está presente, como analisado, mas se manifesta numa escala diferenciada, sem significar que as cidades médias devam ser consideradas ou estudadas como minimetrópoles. O que interessa destacar, tanto para as cidades médias quanto para as metrópoles, é o caráter seletivo desses vetores globais e hegemônicos (verticalidades), ou seja, eles irão se manifestar naqueles pontos do espaço e/ou setores da economia em que maximizem os seus ganhos. Na metrópole, o leque de possibilidades e as perspectivas de lucros são maiores que nas cidades médias, entre outros aspectos, pelo tamanho do mercado consumidor.

Outro ponto que merece ser analisado é a complementaridade entre verticalidades e horizontalidades. Consideramos que elas não são excludentes, mas que se combinam: pensemos nos serviços que a cidade média oferece para o seu entorno e as cidades próximas, que podem ser lidos numa relação de horizontalidade, mas que podem estar sob controle de agentes hegemônicos externos, como acontece claramente no setor dos serviços financeiros e, crescentemente,

nos serviços privados de saúde e educação. No âmbito da produção, também podemos fazer a mesma leitura: o setor produtivo de uma cidade média tem impactos no cotidiano, no local, oferecendo empregos para a população que movimentam a economia da cidade. Mas quem comanda essa produção? Ela está orientada para a própria cidade ou obedece aos requerimentos e exigências de mercados externos e longínquos? Aqui também vemos uma combinação de horizontalidades e verticalidades. Um último exemplo refere-se à comercialização de insumos agrícolas, sementes, agrotóxicos, assistência técnica, maquinarias e veículos, os quais se orientam ao entorno rural da cidade média, numa relação de horizontalidade, mas esses produtos são cada vez mais concentrados e controlados por umas poucas empresas ou grupos globais que se encontram no plano das relações de verticalidade.

Esses exemplos mostram como é válida e acertada a expressão da encruzilhada entre verticalidades e horizontalidades para pensar as cidades médias no período atual. Entretanto, isso não significa que, nas concepções e nos modelos clássicos de rede urbana, não encontremos relações verticais e horizontais. Elas estavam presentes, mas apresentavam-se ou eram concebidas de maneira mais hierárquica e num contexto de rigidez. As horizontalidades, assim como hoje, referiam-se às relações de centros urbanos com seu entorno ou sua área de influência e com os centros urbanos menores, mas sempre essas relações estavam perpassadas por uma concepção hierárquica verticalizada, ou seja, as relações eram pensadas de forma escalonada e sucessiva entre níveis hierárquicos estanques. Assim, os processos aconteciam sucessivamente seja numa “cascata” descendente ou num fluxo ascendente.

Já discutimos neste texto que Milton Santos questionava esses modelos e destacava a idéia de um “curto-circuito” da rede para superar essa visão mais rígida de rede urbana. Nesse mesmo sentido, Santos e Silveira (2001, p. 281) destacam que no período atual (técnico-científico-informacional): “Os sistemas de cidades constituem uma espécie de **geometria variável**, levando em conta a maneira como as diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global” (grifo nosso).

Em citação anterior de Sposito (2006), tínhamos destacado a intermediação como fator determinante para a definição das cidades médias. Procurando uma síntese das análises apresentadas, podemos acrescentar que essa intermediação obedece a uma combinação de verticalidades e horizontalidades num

jogo de forças globais e locais, que se combinam e/ou se contrapõem e definem um espaço de geometria variável, ou seja, não se trata mais de intermediação entre um nível urbano e outro ou entre a cidade e o campo, numa concepção hierárquica rígida, mas trata-se de relações seletivas que conectam pontos específicos, segundo interesses também específicos e instáveis que obedecem a demandas e requerimentos externos. Esse novo contexto nos obriga a mudar a forma como devemos entender a estruturação urbana.

A análise de Sposito (2001) contribui nessa reflexão ao destacar que a intermediação se manifesta no espaço em relações que definem continuidade e descontinuidade territoriais e que se expressam em áreas, redes, eixos e fluxos. A cidade média desempenha funções de intermediação imediata na sua área próxima, que inclui cidades menores e áreas rurais, para as quais disponibiliza uma série de produtos e serviços; nesse caso, em função da proximidade e das distâncias percorridas, são gerados fluxos regionais “que marcam e são marcados pela existência de um espaço de **continuidade territorial**, cuja configuração é a de uma **área**” (SPOSITO, 2001, p. 637, grifos da autora).

Entretanto, a intermediação não fica restrita ao âmbito da proximidade. O consumo de bens e serviços a distâncias maiores amplia o papel de intermediação das cidades médias, de forma tal que se gera um espaço que não é mais definido pela continuidade, mas que se configura como uma rede ou múltiplas redes que caracterizam uma descontinuidade territorial. Nesse caso, aprofundando a idéia das cidades médias como nós de articulação entre o local e outras escalas maiores, temos a definição de eixos que organizam o território em termos de redes. Assim, “a configuração que se organiza não é a da área com continuidade territorial, mas a de uma **fluidez territorial** definida ao longo dos eixos de circulação” (SPOSITO, 2001, p. 638, grifo da autora).

Dessa forma, temos uma realidade em que se justapõem relações próximas e distantes, nas escalas local, nacional e global, definindo, a partir da cidade média, uma geometria espacial de áreas e eixos, com continuidade e descontinuidade territoriais, articulando uma(s) rede(s) complexa(s). Nesse sentido, reforçamos as idéias de Santos e Silveira (2001) de sistemas de cidades numa geometria variável e da encruzilhada das verticalidades e das horizontalidades.

A seguir analisaremos a relação das cidades médias com o campo modernizado, na qual ficam em evidência os aspectos tratados até aqui.

## CIDADES MÉDIAS E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

As relações que se estabelecem no período atual entre as atividades agrícolas modernizadas e as cidades médias caracterizam esse espaço de geometria variável, já que elas não se restringem a vínculos definidos pela proximidade, mas incluem áreas e cidades afastadas e definem eixos, geralmente, pela circulação de insumos, produtos, capitais e informações.

Como exemplo, podemos apontar a produção de qualquer *commodity* agrícola, que, a partir da cidade média, define uma área próxima de relações na qual se localizam os produtores mas, além dessas relações, existe, após o processamento do produto, o seu transporte para os mercados consumidores, definido por eixos rodoviários, marítimos e/ou aeroviários para pontos localizados a centenas ou milhares de quilômetros, que demandam um produto com características específicas.

A consolidação desse campo modernizado, com novas demandas e padrões de consumo, é fundamental para entender as cidades médias. A consolidação do consumo associado às demandas das atividades produtivas da agricultura modernizada tem um impacto direto nas cidades, que passam a responder com novos produtos, equipamentos, serviços e profissionais. Trata-se do “consumo produtivo”, que se relaciona, entre outros aspectos, com o “consumo de ciência embutida nas sementes, nos clones, nos fertilizantes etc., o consumo de consultorias e o consumo de dinheiro adiantado como crédito” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 280).

A demanda por esse tipo de consumo é gerada no campo, de modo tal que a cidade deve se adaptar aos novos requerimentos do seu entorno agrícola, passando por uma mudança nos seus conteúdos (SANTOS, 1994).

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados (SANTOS, 1994, p. 51).

A cidade média converte-se no espaço onde as relações entre novas profissões, novas demandas de produtos e insumos, novos requerimentos de logística de processamento, armazenagem e distribuição, novas demandas por capitais, vão se manifestar e vão significar uma interdependência de diversos setores econômicos.

Essa articulação é destacada por Elias (2006) ao abordar as características da “agricultura científica”, que exige uma concepção e um funcionamento da economia em seu conjunto, onde o setor agrícola atua em interdependência com os demais setores econômicos, num “processo contínuo de fusão com capitais dos demais setores, formando verdadeiras redes de produção agropecuária”, que incluem da produção agrícola propriamente às empresas de máquinas e insumos, aos prestadores de serviços, às agroindústrias, empresas de distribuição, de pesquisa, de marketing e de distribuição direta ao consumidor (ELIAS, 2006, p. 286).

Essa dinâmica de articulação de diversos setores econômicos no processo de produção e distribuição manifesta-se nas demandas que são colocadas para a cidade média e nos papéis que esta passa a desempenhar, que não se limitam ao seu entorno imediato, mas que entram em sintonia com requerimentos e necessidades de espaços distantes. Num contexto atual de grande mobilidade do capital, entre setores da economia e entre diferentes espaços, a cidade média passa também a depender e a responder por demandas de capitais externos que buscam nas atividades do agronegócio a sua reprodução. Fica evidente que nesse quadro a cidade média constitui um nó da rede urbana que articula dinâmicas locais e globais, horizontalidades e verticalidades que, pela volatilidade dos capitais, constroem uma geometria variável, moldada em função de interesses que muitas vezes são transitórios.

Dessa forma, a cidade responde às demandas do campo modernizado, transformando-se na “cidade do campo” (SANTOS, 1994, p. 52). O papel de intermediação que a cidade média desempenha nesse processo inclui os produtos essenciais para as atividades agrícolas (fertilizantes, agrotóxicos, veículos especializados, sementes geneticamente modificadas, sistemas de irrigação etc.), além de serviços especializados (veterinários, engenheiros, técnicos agrícolas, comércio especializado, consultorias, *marketing*, logística). O dinamismo que gera essa demanda de informações, produtos e serviços impacta sobre a própria configuração da cidade, que se torna um ponto atrativo para novos habitantes que procuram oportunidades em função da dinâmica econômica.

Essa atração pode ser observada nos processos de transformação do espaço urbano. A atração de população pouco qualificada, que será incorporada parcialmente às atividades econômicas ou não será incorporada, significa muitas vezes um aumento dos focos de pobreza e exclusão das cidades médias em

áreas de ocupação irregular, gerando uma demanda por habitação social. Por sua parte, os grupos médios, geralmente qualificados para as novas demandas e incorporados no dinamismo econômico local, demandarão habitação, educação, saúde e comércio para as suas necessidades. Assim, podemos entender a produção de condomínios, colégios e universidades privados, centros de saúde, *shopping centers*, supermercados, redes de hotéis, que se constituem, atualmente, em indicadores do dinamismo econômico de um espaço e que passam a caracterizar as cidades médias.

Na produção desses novos espaços e produtos imobiliários para os grupos médios, também podemos identificar o papel de intermediação da cidade média, já que, na sua própria produção material, se converte em espaço de confluência de capitais locais, nacionais e internacionais. Trata-se de demandas locais que obtêm respostas externas, que podem ser entendidas no sentido da procedência dos capitais ou no sentido da homogeneização dos espaços urbanos que começam a apresentar produtos imobiliários semelhantes, como loteamentos fechados com projetos paisagísticos repetitivos, *shopping centers* e redes de hotéis estandardizados.

Assim, a intermediação local/global que a cidade média realiza e que acaba redefinindo-a, remete, em última instância, ao processo de reprodução capitalista que encontra no campo modernizado e em suas cidades médias tributárias espaços propícios para continuar a sua expansão, significando, muitas vezes, alianças entre capitais externos, capitais locais e poder público.

Finalmente, interessa destacar que essa condição de intermediação não significa relações simétricas entre o local e o global. Nesse sentido, Milton Santos destacava a subordinação das áreas de agricultura modernizada e seus núcleos urbanos aos fatores e agentes externos (novamente temos o jogo entre as horizontalidades e as verticalidades). Assim, podemos contextualizar as influências que mercados e consumidores distantes têm nas decisões sobre a produção e o consumo da própria cidade média e seu entorno agrícola ou na maneira de produzir a cidade, com novos produtos imobiliários que se impõem como as formas de moradia, consumo e lazer que vão se repetindo nas cidades médias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão das cidades médias como um espaço de articulação e de intermediação na rede urbana obriga-nos, no momento atual da urbanização, a

considerar o jogo entre forças de escalas diferentes, especialmente aquelas que obedecem aos vetores globais que se manifestam localmente, mas também às forças locais que se adaptam e se moldam aos vetores externos.

A cidade média, assim considerada, não se esgota necessariamente num determinado intervalo demográfico, mesmo que o tamanho populacional seja um aspecto a considerar como indicador da dimensão do mercado e do dinamismo econômico. A seletividade do processo de reprodução capitalista global define quais pontos são incluídos e quais ficam à margem, assim como a intensidade dessa inclusão e a sua duração. É nesse sentido que entendemos, a partir das contribuições de Milton Santos, a cidade média no jogo de verticalidades e horizontalidades, num processo que espacialmente pode ser considerado como uma geometria variável, ou seja, um espaço que adquire certa organização de maneira transitória, devendo ser modificado segundo os requerimentos da dinâmica econômica global e dos interesses locais que respondem a ela.

Corrêa (2007) levanta uma série de questões para pensar e repensar as cidades médias, chegando a se perguntar sobre a real existência das cidades médias num mundo globalizado em que grandes corporações definem redes que articulam nós e que interagem com outras redes. Não temos a pretensão de responder essa questão, mas consideramos que, na articulação dos vetores globais e das dinâmicas locais, as cidades médias evidenciam a sua condição de nós que disponibilizam uma série de produtos e serviços para as suas áreas tributárias e destas, no sentido inverso, conectam a produção com um mercado cada vez mais global, num claro jogo de intermediação, que não se esgota no âmbito da rede urbana, ou seja, não pode ser lida somente como uma relação entre diferentes “entidades” urbanas. Atualmente a intermediação extrapola a rede urbana, propriamente tal, e também passa a se manifestar nas múltiplas redes corporativas de grupos e empresas globais. Nesse sentido, à noção de “geometria variável” talvez devêssemos incorporar a idéia de uma “geometria multidimensional”, ou seja, as diferentes redes articulando pontos e evidenciando os papéis de intermediação de algumas cidades que, para algumas dessas redes, serão médias e, para outras, não. Por enquanto, deixamos esse ponto aberto ao debate.

Também pensando na continuação das reflexões, destacamos os três elementos para a construção de um quadro teórico sobre a cidade média, identificados por Corrêa (2007), que podem ser assumidos como uma agenda de pesquisa: 1) as características da elite empreendedora local (e a sua articulação

com agentes externos); 2) a localização relativa da cidade como nó articulador da circulação; 3) a importância das interações espaciais “intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade” (p. 30) que a cidade apresenta e propicia. Consideramos que as análises apresentadas neste artigo, mesmo que parcialmente, podem ter contribuído neste último aspecto.

Finalmente, interessa-nos destacar a necessidade de pesquisar as cidades médias tanto no plano da rede (ou das redes), ou seja, no seu papel de nós de intermediação, como também no âmbito da caracterização da sua estrutura interna, tentando identificar aspectos que possam ser generalizados para o conjunto de cidades médias. Nesse sentido, fica o desafio de refletir conjuntamente sobre as escalas interurbana e intra-urbana.

## REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo. Origens, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. P. 69-87.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. P. 1-34.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLO BRANCO, Maria Luisa. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. P. 245-277.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. P. 23-33.

ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. P. 279-303.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Desenvolvimento regional e estruturação da rede urbana*. Brasília: IPEA/IBGE, 2002. V. 3.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992 [1974].

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual*. Petrópolis: Vozes, 1980a.

\_\_\_\_\_. *Manual de Geografia Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1980b.

\_\_\_\_\_. *Ensaios sobre a urbanização latino-americana*. São Paulo: Hucitec, 1982.

- \_\_\_\_\_. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: Edusp: 2004 [1979].
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GASPERR/UNESP, 2001. P. 609-643.
- \_\_\_\_\_. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. P. 175-197.
- SOBARZO, Oscar. La contribución de Milton Santos en la construcción de un concepto de ciudad media In: MENDOZA, Cristóbal (Org.). *Tras las huellas de Milton Santos: una mirada latinoamericana a la geografía humana contemporánea*. Barcelona/Ciudad de México: Anthropos/Universidad Autónoma Metropolitana, 2008. P. 70-83.
- SOJA, Edward. *Geografías pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993 [1989].

Recebido em: 03/04/2008

Aceito em: 24/06/2008

# URBANIZAÇÃO LITORÂNEA E VILEGIATURA MARÍTIMA NAS METRÓPOLES NORDESTINAS BRASILEIRAS

**EUSTÓGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS**

Departamento de Geografia  
Universidade Federal do Ceará  
Pesquisador do CNPq  
edantas@ufc.br

**ALEXANDRE QUEIROZ PEREIRA**

Departamento de Geografia  
Universidade Federal do Ceará

**ANDREA DE CASTRO PANIZZA**

Pesquisadora DCR CNPq

## RESUMO

A valorização dos espaços litorâneos, associada à consolidação das práticas marítimas modernas nos trópicos, conduz a lógica de ocupação e ordenação do território. O morar na praia, permanentemente ou ocasionalmente, torna-se moda, e implica o redimensionamento das cidades litorâneas, cujo arcabouço estrutural voltava-se para o interior e ignorava as zonas de praia. Dois movimentos são analisados: 1) a descoberta das zonas de praia pelos vilegiaturistas; 2) a extrapolação dos limites da cidade. Neste segundo momento destaca-se movimento de passagem da prática espontânea, associada ao espírito aventureiro dos primeiros vilegiaturistas, para uma prática a beneficiar-se do planejamento estatal e, mais recentemente, de investimentos privados nacionais e estrangeiros do setor imobiliário, cujos desdobramentos implicam na materialização de uma ocupação do território acompanhando a linha de costa dos estados nordestinos e fundada nas metrópoles.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vilegiatura. Urbanização. Espaço litorâneo. Região metropolitana. Nordeste brasileiro.

## COASTAL URBANIZATION AND THE GROWTH OF MARITIME SECOND HOMES IN THE METROPOLISES OF NORTHEASTERN BRAZIL

### RESUMO

The increased values accrued by coastal developments and investments and the diffusion of modern maritime practices in the tropics are changing the logic of occupation and management of the coastal areas of Northeastern Brazil. Living by the sea, either permanently or occasionally, has become fashionable and this habit now requires the re-dimensioning of urban areas that were once predominantly inward-looking. Two movements are analyzed here: 1) the “discovery” of beach zones by those who own or rent second homes; 2) the spreading of the city limits. In the latter movement, it is possible to identify a change from a spontaneous practice associated with an adventurous spirit to a more recent trend that privileges real-estate private investments, both national and international. The ever-expanding coastline of the metropolises of the Brazilian Northeast is an important outcome of such processes.

**KEY WORDS:** Second home. Vacation home. Urbanization. Coastal areas. Metropolitan region. Northeastern Brazil.

## URBANISATION LITTORALE ET VILLEGATURE MARITIME DANS LES METROPOLES DU NORDESTE BRÉSILIEN

### RÉSUMÉ

La valorisation des espaces littoraux, liée aux pratiques maritimes modernes dans les tropiques, mène à l’occupation et l’organisation du territoire. Effet de mode, habiter à la côte, permanent ou occasionnellement, engendre la restructuration des villes côtières avant attachées à l’intérieur des terres en détriment des zones côtières. Deux moments sont étudiés: 1) la découverte des zones côtières par les villégiaturistes ; 2) la extrapolation des limites des villes. Ce derniers cas est caractérisé par sa phase initial d’action spontané, ensuite, dans la contemporanéité, la villégiature maritime bénéficie du aménagement gouvernementale et des investissements privés. L’analyse est basé par les données d’investissements du Programme de Développement Touristique du Nordeste (PRODETUR-NE), des maisons secondaires du IBGE,

du secteur immobilier–touristique et de demande de hébergement des institutions gouvernementales.

**MOTS-CLES :** Villégiature. Urbanisation. Espace littoral. Région métropolitaine. Nordeste Brésilien.

## INTRODUÇÃO

A valorização dos espaços litorâneos, associada à consolidação das práticas marítimas modernas nos trópicos, conduz a delineamento de lógica de ocupação e ordenação do território centrados em espaço restrito e anteriormente ignorado pela elite e classe média.

Para essas zonas convergiram, também, populações menos abastadas, que as elegeram como lugar de moradia. Até o século XIX, o estabelecer-se na praia, ou visitá-la, não era concebido pela elite local, salvo quando se dirigia às regiões portuárias para se deslocar à Europa, e eventualmente a outras capitais brasileiras, ou, ainda, receber amigos e produtos de consumo esperados ansiosamente.

O mencionado quadro começa a se modificar com a consolidação das práticas marítimas modernas associadas ao tratamento terapêutico: a fadiga da elite curada pelos banhos de mar e o tratamento de doenças pulmonares. A primeira, pautada nas qualidades curativas da água do mar e a segunda, na qualidade do ar dos ambientes litorâneos. Ambas não suscitam lógica de urbanização marcante dos espaços litorâneos. Apenas constituem fenômeno de intervenção pontual que não coloca em xeque as práticas marítimas tradicionais (a pesca e o porto). No Brasil, o banho de mar não gozava das mesmas dimensões dos banhos de mar no Ocidente, provavelmente em virtude da fraca eficácia a ele atribuída pelo discurso médico local. Este ressaltava, sobretudo, as qualidades curativas conferidas ao clima associadas à teoria lavoisiana do bem respirar (DANTAS, 2004).

Com a descoberta das zonas de praia pelos vilegiaturistas, esse quadro de urbanização pontual e pouco expressiva muda, paulatinamente, desde o início do século XX. Se até aquele momento o morar na praia era atributo exclusivo das populações tradicionais e pobres, estabelecidas em vilarejos de pescadores, a chegada dos vilegiaturistas, animados pelo anseio em estabelecer-se na praia, impõe nova racionalidade.

## **PRIMEIRO MOVIMENTO: A DESCOBERTA DAS ZONAS DE PRAIA PELOS VILEGIATURISTAS (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)**

Esse gênero de uso instaura nova lógica de ocupação do espaço que associa a demanda de uma sociedade de lazer emergente à demanda por zonas de trabalho (pescadores) e por habitação (dos migrantes vindos do sertão). Assiste-se à inauguração de quadro característico das zonas de praia na época em foco, com a enunciação de quadro conflitual que desencoraja a continuidade da apropriação das zonas de praia pelas classes modestas e pelos pescadores, posto colocar em evidência duas lógicas de apropriação e ocupação: uma ligada ao espaço da produção e outra, ao do consumo (LEFEBVRE, 1986). No primeiro caso, do espaço da produção, a natureza transformada representava um dom, uma resposta a certas necessidades dos indivíduos. Essa lógica provocou a mudança dos espaços litorâneos em lugar de trabalho, lugar de festa e de habitação dos pescadores e migrantes. No segundo caso, aquele do espaço do consumo, assiste-se à transformação da natureza em mercadoria oferecida aos amantes de praia.

Nessa nova realidade, a lógica de apropriação ora analisada, relativa às classes mais modestas e, principalmente, às classes abastadas, constrói modelo característico de valorização das zonas de praia nas capitais dos estados nordestinos. Inicia-se o processo de urbanização das zonas de praia como resultado da demanda por espaços de lazer.

A vilegiatura marítima representa instauração de racionalidade associada à sociedade do ócio nos trópicos. Sua natureza consiste em deslocamento com o objetivo de estabelecer-se (fixar-se) em espaço privilegiado para seu exercício (zonas de praia). Incrementa-se, nesses termos, lógica díspare da preexistente, na qual esses sujeitos estabeleciam-se no sertão e nas serras, com suas famosas chácaras e sítios. O objeto de desejo desse novo vilegiaturista é a obtenção da segunda residência, construída nas praias das capitais nordestinas.

Com a chegada desses novos usuários, as zonas de praia das cidades mais dinâmicas do Nordeste são reanimadas. Tal dado implica a implementação de política de urbanização acentuada. A ligação das referidas zonas à cidade por linhas de bonde corresponde a um marco que possibilita aumento dos fluxos de pessoas às zonas de praia no sentido de se deliciar com o exercício das práticas marítimas modernas, notadamente o banho de mar com caráter recreativo e os passeios à beira-mar (DANTAS, 2002).

Desde suas origens, a vilegiatura é incapaz de conviver longamente com práticas marítimas de outra natureza. Onde ela se instala gera conflitos. Os pobres tendem a ser expulsos, relegados a espaços menos valorizados, longe da praia e dos seus instrumentos de trabalho (sitos nos portos de jangada).

Concentrado nas capitais nordestinas, esse movimento se amplia após a segunda metade do século XX. Então, a vilegiatura marítima extrapola os limites da capital, deixa de ser fenômeno de caráter citadino, incorporando áreas rurais dos municípios vizinhos. Os primeiros vilegiaturistas (pioneiros) descobrem novos espaços de sociabilidade e, na seqüência, os empreendedores imobiliários aproveitam-se do efeito de moda para oferecer loteamentos, sem nenhuma infra-estrutura, aos seguidores desses amantes de praia (vilegiatura de massa).

## **SEGUNDO MOVIMENTO: EXTRAPOLAMENTO DOS LIMITES DA CIDADE (SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX – INÍCIO DO SÉCULO XXI)**

O extrapolação dos limites das capitais resulta, também, da dinâmica evidenciada por Claval (2004), aquela na qual a idéia de morar à beira-mar se torna moda para a elite. Denota, pois, emergência de processo de especulação imobiliária que incrementa o mercado de terra das zonas de praia. Contudo, o estabelecer-se, ocasionalmente, em uma segunda residência perde em força para o morar, permanentemente, na primeira residência. Desse modo, a vilegiatura marítima escapa à tessitura urbana, incorporando áreas litorâneas dos municípios vizinhos das capitais e, no tempo, da totalidade dos municípios litorâneos dos estados em foco.

### **Expansão Inicial da Vilegiatura Marítima: a espontaneidade da ação do vilegiaturista (anos 1960-1970)**

Esse segundo momento de consolidação da vilegiatura, sobretudo a expansão inicial, é de caráter espontâneo, sem planejamento, dado complicador para a essência da vilegiatura. Por tratar-se de atividade gestada na cidade, necessita dispor de infra-estrutura basilar para a utilização dos utensílios trazidos pelo vilegiaturista para as zonas de praia. Eles não vivem como os habitantes tradicionais; sua vida é regida pelo urbano. Embora de natureza “espontânea”, sua permanência só se torna possível com a implantação de infra-estrutura. Mas

o poder político desse segmento transfere para o Estado o ônus do estabelecimento de sistema de vias, elétrico e de telefonia, entre outros.

Apesar de ser de caráter espontâneo, suscitou fenômeno marcante de urbanização das zonas de praia dos municípios litorâneos dos Estados da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e do Ceará. *Grosso modo*, implica a consolidação de modelo inicialmente ocorrido nas capitais e cuja dimensão atinge a escala regional. Geram-se, a exemplo do modelo básico, conflitos em toda a extensão do litoral nordestino.

Como fenômeno demandador de infra-estrutura, ele suscita ampliação da tessitura urbana na franja litorânea (zonas de praia), a ponto de ser mencionado por Pereira (2006) como um dos vetores de expansão da metrópole nos seus primórdios, leia-se capital e sua zona de influência direta, anos 1960-1970. Nesse mesmo sentido, Mello e Vogel (2004), em estudo desenvolvido sobre Maricá-RJ (1975 a 1995), remetem a transformações ocorridas nas zonas de praia como resultantes de demanda gerada no cerne da metrópole.

Tal racionalidade resulta da necessidade generalizada de lazer inerente, nos termos propostos por Lefebvre (1961), à civilização industrial moderna. Indica-se quadro diferente do apresentado por Moraes (2007), ao vincular lógica de crescimento urbano nas cidades litorâneas, nos anos 1950, ao simples estabelecimento das indústrias associadas à zona portuária, com seus impactos positivos e negativos sobre a sociedade e o meio. A indicação do lazer como demanda gerada e imanente da civilização industrial fragiliza tese indicativa da indústria (secundário) como regente de lógica de organização territorial dos espaços litorâneos, fragilidade reforçada ao se apreender dinâmica econômica de cidades como o Rio de Janeiro, sempre dependente do setor terciário local (RIBEIRO, 2001).

A premissa é fortalecida ao considerar realidade vivenciada no Nordeste brasileiro. Nesta região, a indústria só será implantada no final dos anos 1960, com o advento da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Cidades como Salvador, Recife e Fortaleza têm sua economia diversificada, em ordem decrescente de importância, com o estabelecimento de parque industrial. Entretanto, sua participação dá-se como complemento ao forte setor terciário que se instala na região e em virtude da implantação de organismos estaduais nas capitais nordestinas: SUDENE, DNOCS, BNB, universidades públicas, entre outras.

Esses organismos são responsáveis pela formação de classe média emergente, demandadora de segundas residências nos espaços litorâneos. *Grosso modo*, pode-se falar, na época, de demanda interna (concentrada na capital) por zonas de praia e associada à necessidade generalizada por lazer. Acrescenta-se, nesses termos, a movimento de caráter elitista, dos primeiros vilegiaturistas, fluxo significativo de amantes de praias advindos do substrato médio da sociedade local, cidadina. Referido segmento tem sua demanda por áreas de lazer possibilitada graças à série de programas para facilitar a obtenção de imóveis ligados ao Sistema Financeiro da Habitação pensado pelo governo militar.

Com apoio em arcabouço metodológico construído por Carlos (2001, p. 13), incorpora-se à noção de produção a dimensão da vida do homem, com sua multiplicidade de aspectos não reduzidos simplesmente à dimensão econômica. Aponta-se, nesses termos, a noção de reprodução ao “entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo”, “fora da esfera da produção de mercadoria e do mundo do trabalho”, estendendo-se ao plano do habitar e do lazer, aspectos aqui desenvolvidos no concernente à demanda por residências secundárias nas zonas de praia.

Nessa perspectiva, os antigos espaços de vilegiatura nas capitais são substituídos por espaços de moradia e o uso ocasional das zonas de praia das capitais começa a perder importância em relação ao uso permanente. Morar na praia torna-se um objeto de desejo similar ao antigo hábito de veranejar. Tal desejo, reforçado pelo mercado imobiliário, redimensiona esses espaços e torna difícil a permanência de residências secundárias. Diante da situação, a única opção foi a de buscar espaços fora da cidade, mediante eleição de antigas áreas ocupadas por populações tradicionais, como lócus de habitação e de trabalho, como espaços de vilegiatura. Os primeiros municípios a receberem essa onda de vilegiaturistas foram os municípios vizinhos das capitais nordestinas em foco. Nesses termos, torna-se comum entre os especialistas, quando lidam com a sociedade do ócio, remeter à idéia da fuga da cidade como condição à vilegiatura, à necessidade de lazer.

### **Expansão Contemporânea da Vilegiatura Marítima: lógica beneficiada pelo planejamento estatal e investimentos privados (final anos 1980-anos 2000)**

No final do século XX (anos 1980-1990) e início do século XXI, o quadro muda. De lógica preexistente, espontânea, passa-se a outra, centrada no plane-

jamento estatal e indicadora de novos usos no litoral. Nela, a política de desenvolvimento do turismo no Nordeste e seus desdobramentos adquirem papel relevante na enunciação da vilegiatura.

Surge, então, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), o qual aponta para a possibilidade de fortalecimento do Estado local (governos locais – estaduais), com indicação de projetos próprios, definidores de suas ações estratégicas e de suas áreas prioritárias. Cada estado, com seu PRODETUR (versão Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte), passa a captar recursos, nacionais e estrangeiros, no sentido de suscitar desenvolvimento da atividade turística, principalmente a internacional.

Nesse momento, o espaço anteriormente apropriado e consumido pela elite local e classe média é oferecido a novos usuários, depositários de nova prática marítima moderna, o turismo litorâneo. No intento de incluir o Nordeste no sistema-mundo, como destinação turística, apresentam-se políticas de desenvolvimento valorativas dos ambientes litorâneos e cujos desdobramentos suscitam intervenções infra-estruturais e institucionais.

Os valores envolvidos, além de distribuição desigual por estado, são direcionados a componentes diferenciados, englobando, nos termos indicados pelo Relatório Final do Banco do Nordeste do Brasil, quatro componentes: componente A, desenvolvimento institucional; componente B, obras múltiplas em infra-estrutura básica e serviços públicos; componente C, melhoramento de aeroportos; e componente D, estudos e projetos.

A consideração da variável componente indica quadro caracterizador de investimentos concentrados em infra-estrutura potencializadora da atividade turística nordestina. Percebe-se importância dos investimentos do BID e local, na ordem decrescente, nos quesitos aeroportos, saneamento e transportes (Figura 1). No cômputo geral, os quesitos aeroportos e transportes somados correspondem a US\$ 218,625 milhões (BID) e US\$ 147,032 milhões (local). Portanto, suplantam os valores atribuídos ao quesito saneamento: US\$ 118,256 milhões (BID) e US\$ 43,012 milhões (local). O motivo da destinação desses valores deslança na caracterização de racionalidade determinante da produção de espaço da circulação, fundamentado na construção de aeroportos associados às vias litorâneas, os primeiros especializados na recepção de fluxos turísticos e as segundas garantidoras da distribuição desses fluxos nos espaços litorâneos.

Mencionada racionalidade é mais visível nos Estados da Bahia e do Ceará, cujos investimentos em aeroportos e transportes, com a indicação dos valores envolvidos nas políticas adotadas nos dois estados, refletem níveis de concentração superiores aos valores investidos nos demais estados do Nordeste.

No quesito melhoramento de aeroportos, há a construção, reforma ou ampliação de oito aeroportos nas cidades de São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Aracaju e Salvador, com volume de recursos da ordem de US\$ 108,681 milhões (local) e US\$ 114,774 milhões (BID). Na Bahia, essa lógica se amplia com a construção de dois aeroportos nas cidades de Porto Seguro e Lençóis. Merece destaque, nos termos supracitados, o volume de recursos investido na Bahia e no Ceará, respectivamente, 46,8% e 34,2% dos valores totais na região (Tabela 1).

Quanto ao quesito transportes, tem-se construção de conjunto de vias litorâneas (Estruturante/CE, RN-063/RN, SE-100/SE, BA-001 Ilhéus-Itacaré). Novamente Bahia e Ceará se sobressaem, envolvendo valores correspondentes, respectivamente, a 51,6% e 26,2% (Tabela 1).

Com os recursos advindos do PRODETUR 1, verificam-se avanços nos estados, pois tais recursos são condição tanto à atração e distribuição dos fluxos turísticos como à implantação dos empreendimentos turísticos receptivos. O êxito das políticas empreendidas pelos estados evidencia-se na capacidade deles em se destacar em relação às outras destinações turísticas nordestinas. Uma verdadeira “dança das cadeiras”, na qual os estados se revezam constantemente entre os primeiros lugares. Sobressaem, porém, Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

Deixando leitura analítica de tal política à parte, o que chama a atenção são os desdobramentos resultantes da agregação dos benefícios infra-estruturais pelo setor imobiliário, por alimentarem uma série de empreendimentos especializados na oferta de residências secundárias aos vilegiaturistas (locais, nacionais e internacionais) amantes de praia. Nessa perspectiva, o mercado imobiliário intensifica-se e incorpora áreas cada vez maiores e paralelamente à faixa de praia. Diante dessa intensificação, os consumidores dos espaços litorâneos perdem sua condição de aventureiros e tornam-se mais exigentes quanto à infra-estrutura existente no lugar.

Trata-se de desdobramento pouco estudado, cujos primeiros resultados se materializam nos anos 1990 e 2000, apresentando quadro que implica o reforço quantitativo (em termos numérico e espacial) e o redimensionamento

Tabela 1: Investimentos PRODETUR-NE 1 em dólares, por estado, componentes e porcentagem, segundo o total de investimentos

LOCALIDADE	Total	%	Transportes	%	Saneamento	%	Aeroportos	%	Recup. e proteção ambiental	%	Recup. patrimônio histórico	%
BA	203.350.590,88	43,3	45.553.542,44	51,6	42.538.424,84	35,8	100.131.218,91	46,8	6.087.803,30	23,9	9.039.601,39	39,3
CE	132.921.253,32	28,3	23.150.884,12	26,2	31.641.130,83	26,6	73.187.239,58	34,2	4.941.998,79	19,4	0,00	-
RN	33.288.511,85	7,1	5.973.724,47	6,8	5.675.622,16	4,8	20.180.612,56	9,4	1.458.552,66	5,7	0,00	-
PE	30.973.373,16	6,6	7.887.128,73	8,9	6.660.003,32	5,6	3.104.380,43	1,4	0,00	0,0	13.321.860,68	58,0
Demais estados	68.948.420,46	14,7	5.738.047,80	6,5	32.262.140,64	27,2	17.406.358,33	8,1	12.931.318,49	50,9	610.555,20	2,7
<b>Total</b>	<b>469.482.149,67</b>	<b>100</b>	<b>88.303.327,56</b>	<b>18,8</b>	<b>118.777.321,79</b>	<b>25,3</b>	<b>214.009.809,81</b>	<b>45,6</b>	<b>25.419.673,24</b>	<b>5,4</b>	<b>22.972.017,27</b>	<b>4,9</b>

Fonte: BNB, 2005.

qualitativo (de caráter local ao acréscimo de demanda externa – nacional e internacional) da vilegiatura no Nordeste.

Quanto ao desdobramento de caráter quantitativo, pode ser apreendido na análise sobre residência secundária. Os dados que oficialmente quantificam e localizam as segundas residências no Brasil são originados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, o instituto recenseador não se utiliza da terminologia segunda residência, mas, sim, da denominação domicílio de uso ocasional. Este termo é conceituado tecnicamente como “domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia, ou seja, usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes” (IBGE, 2003, p. 233). Na elaboração do conceito, o órgão responsável indica alguns exemplos de uso. Todavia, o que realmente prepondera na classificação é a constatação da sazonalidade da ocupação.

De acordo com o IBGE, os domicílios recenseados dividem-se em dois grupos: domicílios coletivos e domicílios particulares. O segundo grupo é ainda subdividido em duas espécies: domicílio particular ocupado e domicílio particular não-ocupado, sendo esta última espécie subclassificada como fechado, vago ou de uso ocasional. No entanto, anteriormente ao Censo de 1980, não existia a terminologia domicílio de uso ocasional: estes eram caracterizados como domicílios fechados.

Como observado, os estados analisados contam com 244.084 residências secundárias em 1991 e 376.294 em 2000, isto é, 68,1% do constante na região Nordeste. Sua distribuição se dá desigualmente, pois a Bahia conta com maior participação (126.176 residências secundárias em 1991 e 193.062 em 2000), seguida de Pernambuco (58.870 em 1991 e 85.291 em 2000), Ceará (39.462 em 1991 e 64.620 em 2000) e Rio Grande do Norte (19.576 em 1990 e 33.321 em 2000). Nesses termos, apresenta-se quadro com variação intercensitária positiva, cuja média dos estados é de 54,1%. Menciona-se, também, média elevada suplantada pelos Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, com variações respectivas de 70,2% e 63,8%, valores acima dos notados na Bahia (53%) e em Pernambuco (44,9%). Demonstra-se dinamismo do fenômeno, com variação positiva em níveis acima dos 40%, bem como reforço de quadro preexistente em estados com valores absolutos menores, notadamente Rio Grande do Norte e Ceará, cujas variações atingiram mais de 60% (Tabela 2 e Figura 1).

Tabela 2: Residência secundária na Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte total, por município litorâneo e não litorâneo, taxa de concentração e variação intercensoitária

LOCALIDADE	1991				2000				Variação inter-censitária (%)
	Total mun. (A)	Total res. secund. (B)	Taxa concentração(B/A)	%	Total mun. (A)	Total res. secund. (B')	Taxa concentração (B'/A')	%	
<b>RN</b>	152	19.576	128,8	100	166	33.321	200,7	100	70,2
Municípios litorâneos	19	9.924	522,3	50,7	23	17.571	764	52,7	77,1
Mun. não litorâneos	133	9.652	72,6	49,3	143	15.750	110,1	47,3	63,2
<b>CE</b>	178	39.462	221,7	100	184	64.620	351,2	100	63,8
Municípios litorâneos	18	18.318	1.017,70	46,4	20	32.423	1.621,20	50,2	77,0
Mun. não litorâneos	160	21.144	132,2	53,6	164	32.197	196,3	49,8	52,3
<b>PE</b>	168	58.870	350,4	100	185	85.291	461	100	44,9
Municípios litorâneos	12	23.869	1.989,10	40,5	14	38.070	2.719,30	44,6	59,5
Mun. não litorâneos	156	35.001	224,4	59,5	171	47.221	276,1	55,4	34,9
<b>BA</b>	415	126.176	304	100	415	193.062	465,2	100	53,0
Municípios litorâneos	37	45.935	1.241,49	36,4	37	73.915	1.997,70	38,3	60,9
Mun. não litorâneos	378	80.241	212,28	63,6	378	119.147	315,20	61,7	48,5
<b>Total</b>		<b>244.084</b>				<b>376.294</b>			<b>54,1</b>

Fonte: IBGE, Sinopses Preliminares dos Censos de 1991 e 2000.

Essa variação positiva reforça algumas tendências, tais como: valorização dos espaços litorâneos em detrimento dos não litorâneos; intensificação do fenômeno em escala regional (da metrópole); adensamento de ocupação nas capitais metropolitanas. As duas primeiras tendências percebidas na primeira expansão da vilegiatura e a última, característica do momento contemporâneo, segunda expansão, serão discutidas com maior ênfase.

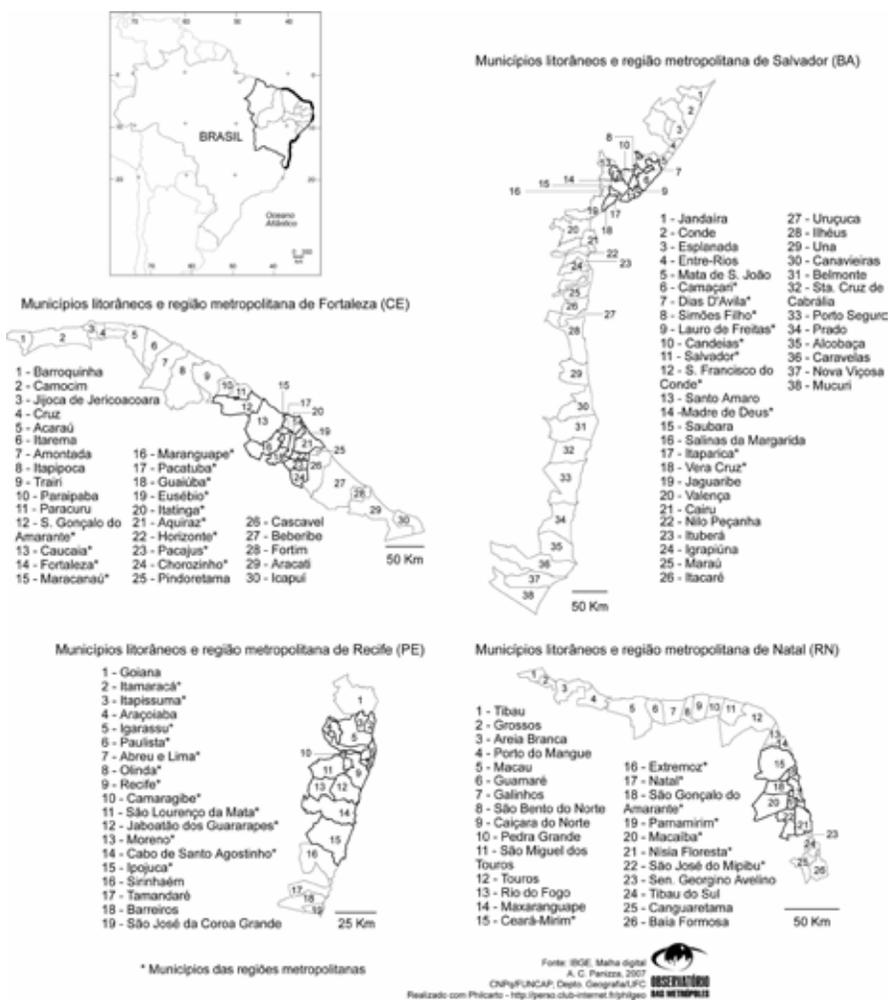


Figura 1. Localização dos municípios litorâneos e regiões metropolitanas de Salvador (Bahia), Fortaleza (Ceará), Recife (Pernambuco) e Natal (Rio Grande do Norte)

*Valorização dos espaços litorâneos em detrimento dos não litorâneos*

Todos os estados apontam aumento percentual das residências secundárias em municípios litorâneos e queda percentual dos municípios não litorâneos. Na Bahia e em Pernambuco, estados nos quais as residências secundárias em municípios não litorâneos têm participação superior aos litorâneos, percebe-se crescimento de 1,9% (BA) e 4,1% (PE) nos municípios litorâneos e decréscimo da mesma ordem nos não litorâneos. No Rio Grande do Norte e no Ceará, estados nos quais as residências secundárias em municípios não litorâneos têm participação inferior aos litorâneos em 2000, tem-se crescimento de 2% (RN) e 3,8% (CE) de participação nos municípios litorâneos, contra queda nos não litorâneos nos mesmos valores.

Contudo, o reforço da alocação do fenômeno da residência secundária no litoral converge para o notado no quadro nacional, cujos maiores contingentes se concentram, de acordo com o IBGE, em vinte municípios brasileiros de caráter litorâneo (IBGE, 2000).

*Intensificação do fenômeno em escala regional (da metrópole)*

No período em foco, a vilegiatura mostra-se como fenômeno de caráter metropolitano e associada, principalmente, aos espaços litorâneos. Tem-se reforço de tendência apresentada no momento da primeira expansão dessa atividade de lazer, com a constituição de uma vilegiatura marítima metropolitana nos Estados do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco e da Bahia.

No primeiro caso, do Rio Grande do Norte, sua região metropolitana dispõe: em 1991, de 6.910 residências secundárias, entre as quais 6.157 em municípios litorâneos (89,1% do total); em 2000, de 12.802 residências secundárias, 11.426 situavam-se nos municípios litorâneos (89,2% do total).

No segundo caso, do Ceará, a região metropolitana conta: em 1991, com 14.370 residências secundárias e 11.843 (82,4%) delas estão situadas em municípios litorâneos; em 2000, passa a 24.649, entre as quais 20.840 (84,5%) em municípios litorâneos. Tais valores representam 62% (1991) e 65% (2000) das residências litorâneas existentes no estado.

No terceiro caso, de Pernambuco, sua região metropolitana possui: em 1991, um total de 21.968 residências secundárias, das quais 20.862 (92,2%) localizadas em municípios litorâneos; em 2000, atinge 31.321 residências secundárias, com 28.975 (92,4%) delas situadas em municípios litorâneos.

No último caso, a Bahia, sua região metropolitana conta: em 1991, com 29.108 residências secundárias, sendo 28.652 (98,43%) inseridas em municípios litorâneos; em 2000, com 43.900 residências do gênero, das quais 43.345 (98,74%) são pertencentes a municípios litorâneos.

Os valores indicados nas regiões metropolitanas em foco, comparados ao volume de residências secundárias litorâneas em seus estados, têm as seguintes representatividades para as regiões metropolitanas: de Recife, 84,9% e 76,1%; de Natal, 62% e 65%; de Fortaleza, 64,6% e 64,3%; de Salvador, 62,4% e 58,8%. Todos os valores correspondem respectivamente ao censo de 1991 e 2000.

De todas as regiões metropolitanas, a única a registrar aumento na participação das residências secundárias litorâneas metropolitanas em relação às do estado foi Natal, com acréscimo de três pontos percentuais no interstício 1991-2000. As demais registraram queda: na casa dos oito pontos para Recife, dos três para Bahia e dos três décimos para Fortaleza. Tal quadro, longe de significar perda de relevância do fenômeno na condição de metropolitano litorâneo, evidencia de fato a consubstanciação de lógica de dependência e articulação entre os espaços litorâneos do estado. As vias litorâneas construídas e articuladas aos aeroportos, tanto no sentido de cooptar e distribuir fluxos turísticos como de estabelecer relação de dominação da metrópole (notadamente a capital) sobre a zona costeira, permitem, também, expansão da segunda residência além dos seus limites iniciais, municípios vizinhos da capital. Desse tipo de uso, são potencializadoras as melhorias nas vias de acesso e infra-estrutura básica (energia elétrica, telefonia, entre outras) ao propiciar expansão espacial sem precedentes. Tal afirmação não fragiliza, pelo contrário, reforça, tendência de valorização dos espaços litorâneos pela vilegiatura, uma atividade marcadamente rural nos primórdios e atualmente marítima e urbana (vilegiatura marítima de forte conotação metropolitana).

Nesses termos, as quatro metrópoles apresentam movimento próximo, embora os valores envolvidos sejam diferentes. Em termos relativos, comparadas com as residências secundárias de natureza rural, as de natureza urbana se sobressaem, com menor participação no Rio Grande do Norte (65,94% em 1991 e 65,35% em 2000), participação intermediária na Bahia (74,96% em 1991 e 80,04% em 2000) e Ceará (79,79% em 1991 e 83,89% em 2000) e maior participação em Pernambuco (84,11% em 1991 e 89,83% em 2000). Como mostram os dados, a maioria dos estados apresenta per-

centual superior no ano de 2000, se comparado a 1991, com exceção do Rio Grande do Norte (queda de 0,59% em termos relativos, apesar de o crescimento das segundas residências em termos absolutos ter sido positivo) (Figura 2).

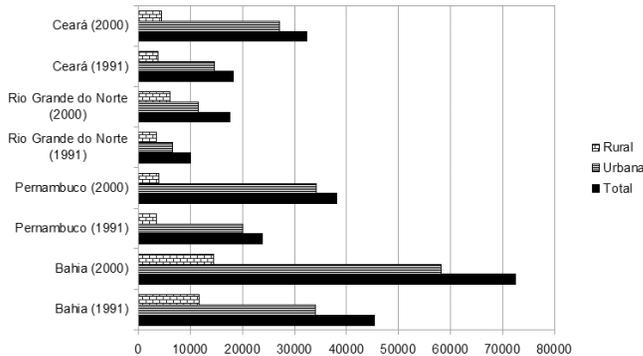


Figura 2. Segundas residências nos municípios litorâneos dos Estados da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, por natureza do domicílio (urbano e rural), 1991 e 2000

### *Adensamento de ocupação nas capitais metropolitanas*

O fenômeno contemporâneo de consolidação da vilegiatura marítima metropolitana em foco possibilita revisão da máxima indicadora da segunda residência como prática com vistas à fuga da cidade e à procura de tranquilidade em ambientes oníricos, entre os quais os espaços litorâneos adquirem relevância. Ela evidencia variável singular de valorização dos espaços litorâneos que aponta para a importância das capitais metropolitanas nordestinas como depositárias das residências secundárias. Embora oscilem entre elas, as frequências (indicadas em seis classes) mais elevadas correspondem, *grosso modo*, às capitais.

No caso da Região Metropolitana de Salvador, o único município constante na frequência de 29,7% a 35,6%, evidenciadora da porcentagem de residências secundárias conforme o contingente total, é Salvador, seguido de Camaçari (frequência 23% a 29,7%) e Vera Cruz (na classe de 12% a 17,9% em 1991 e 17,9 a 23% em 2000). Os demais municípios metropolitanos têm participação menos importante, nas duas classes mais baixas: de 0,2% a 6,1% e de 6,1% a 12% (Figura 3).

Na Região Metropolitana de Fortaleza, a comparação entre dados de 1991 e 2000 indica quadro peculiar. No primeiro, ano há existência de dois municípios

com frequência de 23,8% a 29,7: Fortaleza e Caucaia. No segundo ano, aproximase do indicado em Salvador, com participação de Fortaleza, a capital, na classe mais elevada: 29,7% a 35,6%. Dos demais municípios merecem destaque Aquiraz, incluso na frequência de 17,9% a 23,8%, seguido dos outros, que oscilam de 0,2 a 6,1 e de 6,1% a 12% (no caso de São Gonçalo do Amarante) (Figura 3).

Em parte, a Região Metropolitana de Recife assemelha-se ao comportamento inicial de Fortaleza, metrópole na qual a capital desfruta de papel de destaque com outro município em 1991. Na referida metrópole, Recife participa, em 1991, na classe de 17,9% a 23,8%, juntamente com Paulista e Itamaracá, seguidos de Jaboatão dos Guararapes na classe de 12% a 17,9%. Em 2000, a capital persiste na mesma frequência, acompanhada tão-somente de Itamaracá, no extremo norte da metrópole. Paulista cai para a frequência abaixo, a de 12% a 17,9%. Os demais municípios inserem-se nas duas últimas classes: 0,2% a 6,1% e 6,1% a 12% (Figura 3).

A Região Metropolitana de Natal dispõe de comportamento diferenciado das demais. Nela a capital não se inclui na classe de maior frequência, pois perde posição para o município litorâneo de Nísia Floresta, com participação entre 23,8% e 29,7%. Inserida na frequência de 17,9% a 23,8%, a capital é seguida, em 1991, dos municípios limítrofes de Parnamirim (ao sul) e Extremoz (ao norte). Este último, em 2000, passa a participar da mesma frequência da capital (17,9% a 23,8%). Os demais municípios participam das duas classes mais baixas: 0,2% a 6,1% e 6,1% a 12% (Figura 3).

A participação da maioria das capitais em classes mais elevadas e sua região metropolitana (29,7% a 35,6% para Salvador em 1991 e 2000 e Fortaleza em 2000; 23,8% a 29,7% para Fortaleza em 1991; 17,9% a 23,8% no caso de Recife em 1991 e 2000) seria suficiente ao reforço da tese da vilegiatura marítima como evento marcadamente metropolitano e associado, sobretudo, à capital. Natal consistiria, nessa perspectiva, mera exceção à regra. Entretanto, convém ressaltar as possíveis razões desse comportamento, resultante das especificidades da lógica de ordenação do território da capital potiguar. Nela foi implantada zona de proteção pelos militares, atualmente zona de proteção ambiental, dado que reduziu, substancialmente, a possibilidade de oferta de terreno à beira-mar na cidade. Tal lógica induziu ocupação e incorporação de outras áreas, principalmente dos municípios próximos, adquirindo Nísia Floresta e Extremoz papel de destaque na consolidação da vilegiatura.

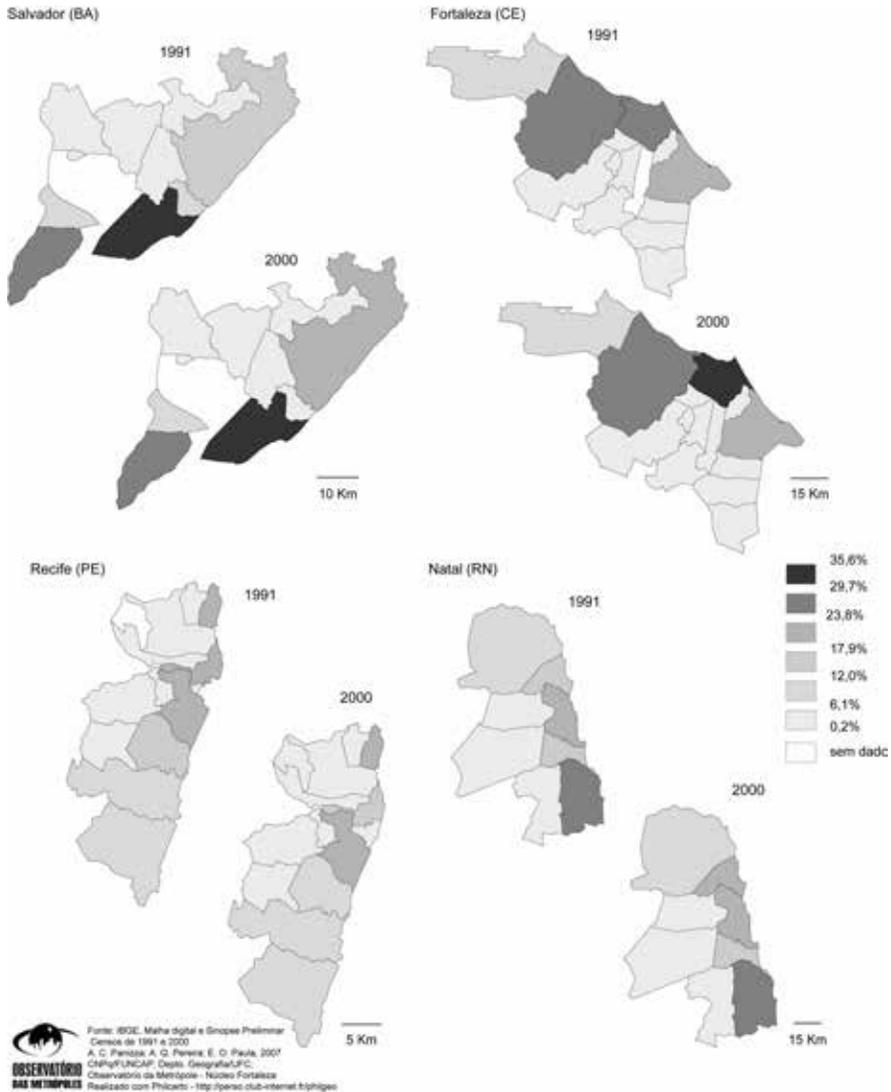


Figura 3. Porcentagens de residências secundárias segundo o total de residências secundárias dos municípios das regiões metropolitanas de Salvador (Bahia), Fortaleza (Ceará), Recife (Pernambuco) e Natal (Rio Grande do Norte)

Contudo, a idéia do morar ocasionalmente, dispor de segunda residência, fora da capital deve ser revista. Trata-se de quadro característico da primeira expansão, anos 1960-1970. No período atual, as capitais nordestinas têm par-

ticipação significativa, em termos absolutos, nesse domínio. Ao morar permanentemente (habitar na zona de praia como efeito de moda) retoma-se, com força, o morar ocasionalmente (vilegiatura marítima). O presente movimento reforça o mercado imobiliário, sempre ávido em abarcar nova clientela, especificamente a dos lazeres.

### **A VILEGIATURA SE IMPÕE: QUANDO O IMOBILIÁRIO ARTICULA O MORAR OCASIONALMENTE À DEMANDA TURÍSTICA**

Os dados de 1991 e 2000 apontam para quadro não vislumbrado pelos governantes das metrópoles nordestinas. Como movimento efêmero resultante da natureza sazonal do turismo, a busca de inserção da região na dinâmica turística nacional e internacional foi sempre apreendida na perspectiva clássica.

Aos fluxos turísticos de massa movidos pelo simples anseio de viajar, sobressai a existência de grupos nacionais e estrangeiros movidos por outros anseios, notadamente o dos vilegiaturistas. Desejosos de estabelecer-se em localidades escolhidas, adquirindo uma segunda residência, eles impõem racionalidade que interage-redimensiona o mercado de terra local. Se o estabelecer-se na capital não era atraente para seus moradores, sequiosos em usufruir de outros espaços litorâneos, distantes do lugar de trabalho e habitação, com a chegada de novos usuários esse impasse é rompido. Como espaço de lazer, as capitais são alvo dos projetos de consumo de vilegiaturistas procedentes de outras paragens, gerando mercado expressivo de venda de imóveis de uso ocasional.

A origem do vilegiaturista apresenta-se como variável importante na apreensão do desdobramento do mercado de terra nas zonas de praia nas metrópoles nordestinas. Pela origem é possível apreender dimensão espacial das demandas do grupo a que pertencem: vilegiaturistas autóctones (do lugar) e alóctones (nacionais e internacionais).

Para os vilegiaturistas autóctones, as capitais das metrópoles não se constituem como espaço prioritário de desejo. Seu interesse volta-se, em um primeiro momento, para os municípios litorâneos vizinhos e, posteriormente, com o incremento da infra-estrutura urbana, para os demais municípios litorâneos. Neste segmento, convém destacar movimento menos marcante de demanda por residências secundárias na capital e relacionado aos habitantes de outros municípios da metrópole.

Para os vilegiaturistas alóctones, tanto as capitais das metrópoles como as demais localidades litorâneas mostram-se como espaço de efetivação do desejo de obter uma segunda residência. Posto ser de natureza urbana, a vilegiatura marítima efetiva-se com tranqüilidade tanto nas cidades grandes como nas médias, pequenas e nos vilarejos. O único objetivo é o de dispor da ambiência marítima com todo o conforto característico da sociedade urbana.

Mas o morar ocasionalmente ou permanentemente nas zonas de praia das metrópoles nordestinas diversifica o mercado imobiliário. Ávida em morar na praia, a clientela induz valorização dos espaços litorâneos nas capitais e, na contemporaneidade, nas antigas áreas de vilegiatura, situadas nos municípios vizinhos. Acrescenta-se a essa clientela, no caso das capitais, vilegiaturistas alóctones desejosos de espaços de lazer nos espaços litorâneos, dado também verdadeiro para os demais municípios litorâneos.

Nesse contexto, a demanda por espaços de lazer nas zonas de praia nordestinas é motivadora de ações, direcionadas por grupo de empreendedores, os quais se especializam no tempo. A princípio, voltado a uma demanda local, principalmente de uma classe média que segue movimento iniciado pela elite; recentemente, voltado a uma demanda externa, brasileiros e estrangeiros que descobrem as paragens litorâneas dos estados nordestinos.

Tal enfoque merece um tratamento detalhado, apreendendo o desdobramento dessa demanda no território nordestino e especificamente nas metrópoles. Entretanto, a dificuldade de obtenção de dados junto às municipalidades envolvidas conduz a realizar, mera e simplesmente, uma abordagem parcial, centrada na Região Metropolitana de Fortaleza. Nesses termos, apresenta-se quadro característico de uma parcela da região, cuja desmistificação poderá auxiliar na evidência da problemática em foco.

A análise dos dados contidos na Tabela 3, concernente aos contribuintes originários de fora da municipalidade, pode possibilitar a apreensão da vilegiatura autóctone e alóctone, embora os dados obtidos junto às prefeituras representem grau de refinamento buscado pela administração em tela, detalhado ao indicar todos os proprietários ou lidando com segmentos estratégicos. Isso justificaria a inexistência do cadastro de contribuintes originários de fora do país e do estado, no caso respectivo de Fortaleza e Caucaia. Os dados de Caucaia revelam o grau de importância dos contribuintes de Fortaleza. No cadastro do IPTU, os proprietários são exclusivamente originários da capital, 19.837

contribuintes, não constando informações quanto a outras procedências. Contudo, os dados de Fortaleza indicam as dimensões autóctone, com 580 contribuintes, e alóctone, de caráter nacional, com 487. Aquiraz apresenta quadro mais complexo, tanto em termos quantitativos como do tipo de contribuinte: autóctone – 59.593, de Fortaleza, e 1.602, do Ceará; alóctone - 1.034, de origem nacional, e 20, internacionais.

Tabela 3: Contribuintes não residentes nos municípios litorâneos e inscritos no cadastro do IPTU – Fortaleza, Aquiraz, Caucaia e São Gonçalo do Amarante – 2007

ORIGEM	Municípios litorâneos/contribuintes IPTU			
	Fortaleza	Aquiraz	Caucaia	São Gonçalo do Amarante*
Fortaleza	-	59.593	19.837	-
Ceará	580	1.602	-	-
Nordeste	227	135	-	-
Norte	33	59	-	-
Sul	3	45	-	-
Sudeste	218	624	-	-
Centro-Oeste	3	171	-	-
Argentina	-	1	-	-
Portugal	-	18	-	-
França	-	1	-	-

\* Estágio organizacional pouco avançado do município impediu obtenção dos dados.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Finanças dos Municípios de Caucaia, Fortaleza, Aquiraz e São Gonçalo do Amarante, 2007.

Embora pouco ou nem sequer evidenciada nos arquivos das municipalidades em foco, percebe-se, nos últimos anos, aquecimento do mercado imobiliário pela vilegiatura marítima originária do exterior, em plena constituição na região e mobilizadora de volume razoável de recursos provenientes do estrangeiro (Tabela 4) e em associação com grupos locais-regionais.

Nota-se claramente aumento de investimentos no setor imobiliário turístico no tempo. De classe correspondente a valores variáveis de 30 a 60 milhões (2001 a 2004), passa-se à classe de 160 a 360 milhões (2005 a 2007). Um *boom* no setor sentido com maior ênfase, em ordem decrescente, nos Estados da Bahia, do Ceará, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, correspondendo, respectivamente, a 45,32%, 27,79%, 23,35% e 3,54% do volume total de recursos investidos de 2001 a 2007.

Tabela 4: Investimentos estrangeiros no setor imobiliário turístico (US\$) – 2001 a 2007

ANO	Bahia		Pernambuco		Rio Grande do Norte		Ceará		Total	
	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.	Abs.	Rel.
2001	11.797.575,50	36,29	0,00	-	10.355.947,40	31,86	10.356.000,00	31,86	32.509.522,90	3,15
2002	22.294.770,21	49,17	2.350.000,00	5,18	2.214.459,18	4,88	18.481.157,17	40,76	45.340.386,56	4,40
2003	42.284.139,00	56,95	2.849.500,00	3,84	8.153.610,14	10,98	20.960.524,21	28,23	74.247.773,35	7,20
2004	16.561.546,13	28,76	959.205,52	1,67	24.477.033,45	42,51	15.588.431,41	27,07	57.586.216,51	5,58
2005	89.964.095,45	56,86	1.252.800,00	0,79	37.188.720,19	23,50	29.822.486,32	18,85	158.228.101,96	15,34
2006	234.743.934,74	65,50	24.323.904,41	6,79	61.683.547,21	17,21	37.619.175,45	10,50	358.370.561,81	34,75
2007	49.699.086,49	16,29	4.798.787,17	1,57	96.718.864,93	31,71	153.800.798,37	50,42	305.017.536,96	29,58
<b>Total</b>	467.345.147,52	45,32	36.534.197,10	3,54	240.792.182,50	23,35	286.628.572,93	27,79	1.031.300.100,05	100,00

Fonte: Banco Central.

A presença desses capitais na região indica quadro pouco considerado pela bibliografia. Primeiro, por tratar-se de fenômeno recente na história da região. Segundo, em virtude de a análise da realidade pelos estudiosos do turismo não se voltar à apreensão das zonas de intersecção entre dois movimentos: o do turismo litorâneo e o da vilegiatura marítima. *Grosso modo*, a não apreensão dessa intersecção suscita reflexão em torno das políticas de desenvolvimento associadas unicamente ao turismo receptivo e seus impactos no espaço.

Somente nos últimos anos emergem discursos concernentes à importância da vilegiatura como dimensão econômica. O mercado imobiliário a reinventa e disponibiliza a segunda residência aos amantes de praia, articulando-a à “indústria turística” nos momentos de alta estação (hospedagem extra-hoteleira).

Esse gênero de comportamento é apreendido no atendimento de demanda por hospedagem gerada pelo fluxo turístico via Fortaleza. No período compreendido entre 1997 e 2005, a segunda residência, embora perca em importância para o setor hoteleiro, mantém-se próxima dos valores notados nesse setor. De 1997 a 2000, ela varia de 48,4% (1998) a 53,5% (1997). De 2001 a 2005, tal participação diminui, oscilando de 39,6% (2003) a 46,8% (2002). Apesar da queda, os valores citados permanecem significativos e denotam a importância da segunda residência no atendimento da demanda turística por hospedagem (Tabela 5).

Tabela 5: Perfil da demanda turística via Fortaleza.  
Demanda de hospedagem - 1997 a 2005

Meios de hospedagem	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total	100,0	100	100	100	100	100	100	100	100
<b>Hoteleira – subtotal</b>	<b>46,5</b>	<b>51,6</b>	<b>49,2</b>	<b>48,2</b>	<b>54,5</b>	<b>53,2</b>	<b>60,4</b>	<b>53,3</b>	<b>54,1</b>
Hotel	37,0	44,2	39,7	35,9	41	34,6	42,6	36,6	34,6
Apert-Hotel	2,7	2,7	2,3	3,8	5,2	4,2	4,1	2,1	2
Pousada	6,6	4,4	7	8,3	6,8	13,8	13,4	14,2	17,2
Albergue	0,2	0,3	0,2	0,2	1,4	0,6	0,3	0,4	0,3
<b>Extra-hoteleira - subtotal</b>	<b>53,5</b>	<b>48,4</b>	<b>50,8</b>	<b>51,8</b>	<b>45,5</b>	<b>46,8</b>	<b>39,6</b>	<b>46,7</b>	<b>45,9</b>
Casa parentes/Amigo	44,7	41,3	42,8	38,6	34,3	38	33	37,1	36,9
Casa própria	3,0	1,7	2,7	3,5	2,4	3,3	2,2	4,7	3,5
Casa/Apto. aluguel	2,1	1,4	1,9	3,6	4,3	3,7	2,5	3,6	2,2
Outros	3,7	4	3,4	6,1	4,5	1,8	1,9	1,3	3,3

Fonte: Secretaria de Turismo do Ceará.

Grupo privado de Portugal, representado pelo Banco Privado Português, indica virtualidade desse segmento no Ceará, enfatizando investimentos do

gênero no Brasil na ordem de 20 bilhões, dos quais 350 milhões destinados ao complexo turístico Aquiraz Riviera e 250 milhões em projetos imobiliários na Prainha e na Lagoa do Catu, ambos na Região Metropolitana de Fortaleza. A tese apresentada por eles é a dos projetos de segunda residência aportando maior ganho para o estado, posto implicar a criação de demanda por serviços locais (funcionários e manutenção) e gerar impostos (IPTU, ISS, entre outros).

Outro dado a destacar, na divulgação desse gênero de empreendimento, é a possibilidade de o proprietário da residência secundária obter renda extra com aluguel do imóvel em época de alta estação (casa/apartamento), um acréscimo à sua natureza clássica e associada ao usufruto de espaços de lazer (casa própria) (Tabela 5).

Mas a importância da vilegiatura na capital e nos municípios litorâneos nordestinos não pode conduzir à análise homogeneizadora. Seus impactos são inversamente proporcionais à dimensão do núcleo urbano. Sua presença é mais marcante nos vilarejos do que nas cidades grandes. Nos primeiros, ela se impõe na paisagem, revertendo a dinâmica de áreas anteriormente rurais, constituindo-se estas, sob o peso de processo de urbanização intenso, em urbanas. Nas segundas, sua presença na paisagem não é marcante. Ela se dilui numa massa urbana que torna sua apreensão difícil. Tal dificuldade de apreensão conduz os especialistas a se voltarem à análise do fenômeno fora da grande cidade, indicando-o, *grosso modo*, como representativo dos vilarejos, das pequenas cidades.

Essa complexidade pode ser apreendida a partir de adoção de análise comparativa entre a residência secundária (uso ocasional) e o domicílio particular (uso permanente). Na indicação de abordagem além do absoluto (restringindo a residência secundária a ela mesma), englobando o relativo, apresenta-se quadro diferenciado do observado anteriormente.

Na relação residências secundárias e domicílios particulares, as capitais apresentam porcentagens pouco significativas nos quatro estados. Nesse caso, as porcentagens das capitais das regiões metropolitanas de Fortaleza, Natal, Recife e Salvador se enquadram na classe inferior da legenda (0,4% a 10,7%).

No conjunto, a Região Metropolitana de Fortaleza apresenta as menores porcentagens de residências secundárias segundo o total de domicílios particulares. Os índices variam nas duas classes inferiores, ou seja, entre 0,4% e 21,4%. Fortaleza, em 1991, apresenta somente 0,92% de residências secun-

dárias conforme o total de domicílios particulares; em 2000, 1,29%. Neste caso, os valores mais significativos são dos municípios de Aquiraz (18,39% em 1991 e 21,14% em 2000), São Gonçalo do Amarante (14,2% em 1991 e 14,68% em 2000) e Caucaia (8,34% em 1991 e 8,3% em 2000). Portanto, os dois primeiros municípios representam a classe de porcentagem mais elevada (10,7% a 21,4%) da região. Exceção à lógica de valorização dos espaços litorâneos é Eusébio (12,14% em 1991 e 10,61%). Concorreu no primeiro ano com São Gonçalo do Amarante e Aquiraz e manteve taxas superiores a Caucaia. Apesar de não ser um município litorâneo, tal comportamento explica-se por se beneficiar da ambiência litorânea de Aquiraz, região do Porto das Dunas (Figura 4).

Amplitude muito próxima é encontrada nos municípios litorâneos do Estado do Ceará, cuja porcentagem de residências secundárias segundo o total de domicílios particulares varia entre 0,8% e 21,6%, abarcando, também, as duas classes inferiores da legenda. Apesar da criação de novos municípios litorâneos (Fortim, desmembrado de Aracati, e Jijoca de Jericoacoara, de Cruz), os índices encontrados em 1991 e 2000 são muito próximos. A única exceção à regra é Icapuí (sito na divisa do Ceará com o Rio Grande do Norte), que em 1991 possui de 0,8% a 11,2% residências secundárias segundo o número total de domicílios particulares, e em 2000 registra a porcentagem de 11,2% a 21,6% (Figura 4).

Comparativamente a Fortaleza, a Região Metropolitana de Natal possui uma situação mais diversificada. Nísia Floresta sobressai, com porcentagem mais elevada de residências secundárias segundo o total de domicílios particulares (classe de 32,1% a 42,4%). Trata-se de município limítrofe (sul) da região metropolitana. O segundo município mais importante no setor norte, Extremoz, adquire destaque somente em 1991, quando se insere na classe de 21,4% a 32,1%. Experimentou, então, aumento expressivo no número de domicílios particulares e conseqüente redução na porcentagem de residências secundárias, passando de 25,76% em 1991 para somente 3,61% em 2000. Situação contrastante é encontrada em Ceará-Mirim, onde houve redução do número de domicílios particulares, pequeno aumento do número de residências secundárias e por conseqüência aumento na porcentagem de residências secundárias segundo o total de domicílios, de 4,63% em 1991, para 10,3% em 2000 (Figura 5).

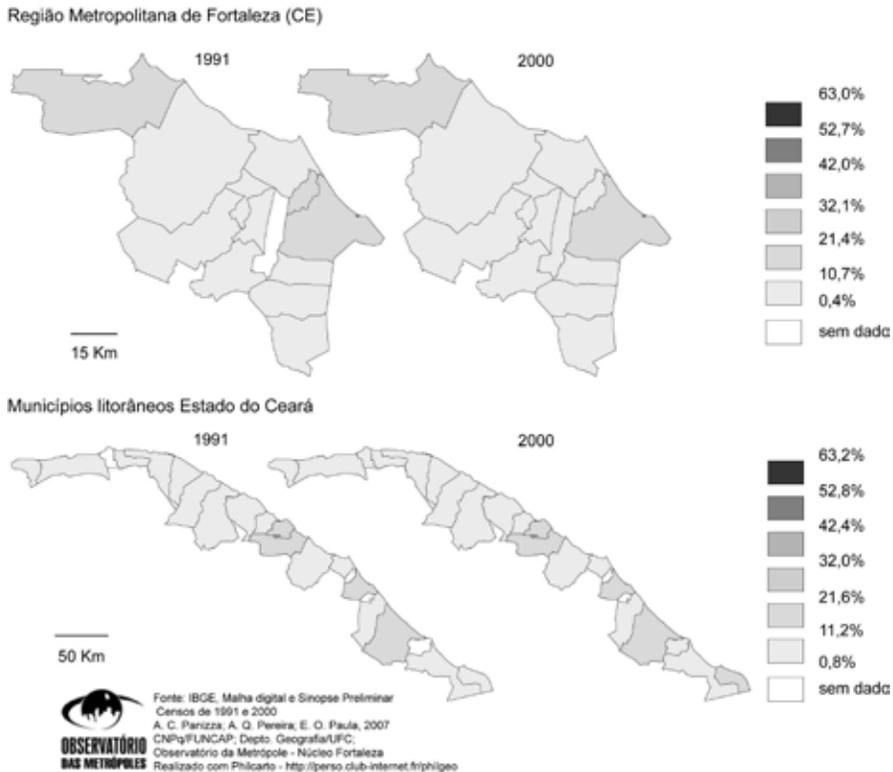


Figura 4. Porcentagem de residências secundárias segundo o total de domicílios particulares dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e dos municípios litorâneos do Estado do Ceará

No conjunto dos municípios litorâneos, Grossos, Touros e Maxaranguape inserem-se na mesma classe de Nísia Floresta. Em 1991, Grossos, com 34,03%; em 2000, Maxaranguape e Touros, com respectivamente 33,46% e 33,57%. Dado peculiar é a emergência de Tibau no cenário. Desmembrado de Grossos, em 1997, dispõe da maior frequência de residências secundárias em relação aos domicílios particulares dos municípios litorâneos do estado (63,2%). Após desmembramento, Grossos perde destaque, e Tibau beneficia-se da proximidade em relação a Mossoró e ao interior da Paraíba (Figura 5).

## Região Metropolitana de Natal (RN)



## Municípios litorâneos Estado do Rio Grande do Norte

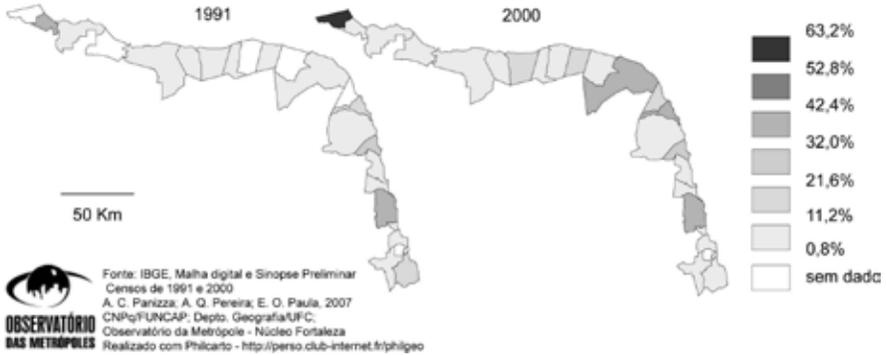
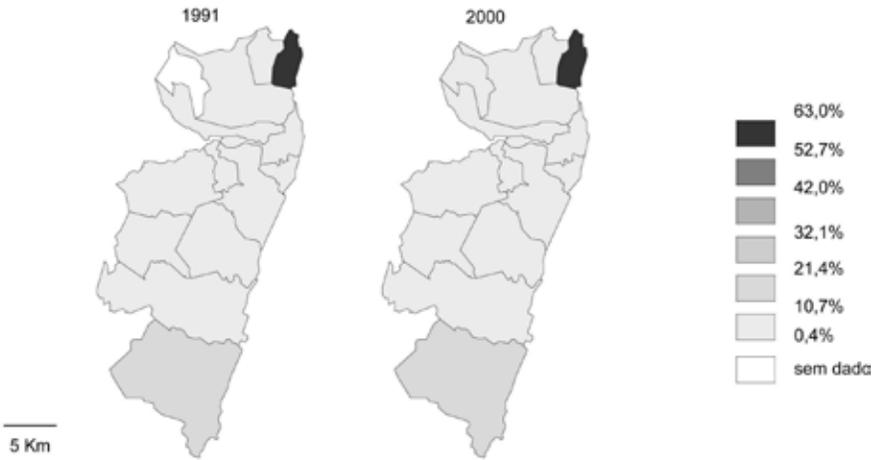


Figura 5. Porcentagem de residências secundárias segundo o total de domicílios particulares dos municípios da Região Metropolitana de Natal e dos municípios litorâneos do Estado do Rio Grande do Norte

Na Região Metropolitana de Recife, a exemplo do ocorrido em Fortaleza e Natal, os municípios limítrofes destacam-se dos demais (inclusos na classe inferior de 0,4% a 10,7%). Os destaques são: Ipojuca (ao sul), com 14,6% em 1991 e 14,9% em 2000; Itamaracá (ao norte), incluso na classe mais elevada, com 62% em 1991 e 60% em 2000. Ao se observar o conjunto dos municípios litorâneos, percebem-se valores mais expressivos para além da região metropolitana. Em direção ao sul, sobressaem Tamandaré, emancipado em 1997 de Rio Formoso, com 41%. Uma porcentagem menos expressiva encontra-se na direção norte, Goiana, com 12% em 1991 e 16% em 2000 (Figura 6).

Região Metropolitana de Recife (PE)



Municípios litorâneos Estado de Pernambuco

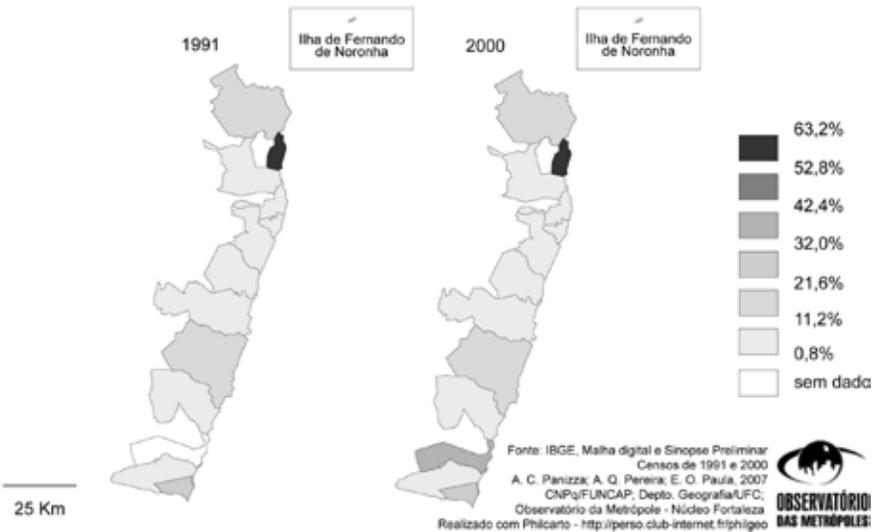


Figura 6. Porcentagem de residências secundárias segundo o total de domicílios particulares dos municípios da Região Metropolitana de Recife e dos municípios litorâneos do Estado do Pernambuco

Em relação aos demais municípios, a Região Metropolitana de Salvador dispõe de comportamento singular. A lógica da linearidade, evidenciadora de freqüências importantes em seus limites, é fragilizada. Nela, as freqüências mais

elevadas se concentram na hinterlândia de Salvador, na região do Recôncavo Baiano, denotando nestes termos forte freqüência nos municípios localizados em seu extremo sul. Ao se considerar os municípios litorâneos, destacam-se Vera Cruz (42,4% a 52,8%, nos dois anos) e Itaparica (32% a 42,4%) (municípios metropolitanos) e, ao mesmo tempo, Saubara (da classe 32% a 42,4% em 1991, para a classe de 42,4% a 52,8%). Os outros municípios litorâneos inserem-se nas duas classes inferiores (0,8% a 11,2% e 11,2% a 21,6%) (Figura 7).



Figura 7. Porcentagem de residências secundárias segundo o total de domicílios particulares dos municípios da Região Metropolitana de Salvador e dos municípios litorâneos do Estado da Bahia

Conforme demonstra a análise dos dados, nas capitais as residências secundárias se diluem entre os domicílios particulares. As capitais das regiões metropolitanas estudadas registram menos de 2% de residências secundárias segundo o número de domicílios particulares; exceto Salvador, com 2,04% em 2000.

Tanto na Região Metropolitana de Fortaleza quanto na de Natal, encontram-se mecanismos denotadores da transformação de uso ocasional em permanente. Caucaia (CE) e Extremoz (RN) são bons exemplos dessa transformação em marcha. O melhoramento das vias de acesso e a relativa proximidade com suas capitais possibilitam concorrência efetiva entre os usos supramencionados e em favor do relacionado ao uso permanente. Tal fato é evidenciado no aumento de 63.636 domicílios particulares em Extremoz, entre 1991 e 2000; também explica a redução na porcentagem de residências secundárias de 25,76% para 3,61%, no mesmo período. Em Caucaia, referido mecanismo ainda não foi evidenciado pelos números, porém os fatores para ativar o processo estão postos. Essa hipótese deve ser verificada com os dados do próximo censo.

Como observado, os municípios das regiões metropolitanas a se destacar com porcentagens mais elevadas encontram-se nas regiões de Recife e Salvador. Porcentagens superiores a 50% de residências secundárias segundo o número de domicílios particulares são encontradas, no período estudado, em Itamaracá (PE) e Vera Cruz (BA).

Ainda como observado, a Região Metropolitana de Fortaleza apresenta baixas porcentagens. Verificou-se maior dinamismo fora da região metropolitana nos municípios da divisa do Ceará com o Rio Grande do Norte: Icapuí (8,39% em 1991 e 12,61% em 2000) e Tibau (63,19 em 2000). Em 1991, Tibau estava ligado ao município de Grossos, quando esse já contava com 34% de residências secundárias. Com o desmembramento, Tibau passou a ter mais de 60% de residências secundárias (dado de 2000). Essa região parece ter um dinamismo próprio, talvez ligado a Mossoró (RN).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mar e o marítimo tornam-se, no final do século XX, verdadeiro fenômeno de sociedade. Atraem especial atenção dos cientistas sociais desejosos de apreender o desdobramento da lógica de valorização dos espaços litorâneos, que se consolida na medida em que acontece a propagação das práticas marítimas modernas, representativas de novas possibilidades de ordenamento e de

uso dos espaços litorâneos pela sociedade. Quando mudanças paulatinas nas representações sociais desmistificam o, até então, desconhecido, os espaços à beira-mar tornam-se objetos de desejo. Concomitantemente, o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, distribuição de energia e transporte “aceleram” o tempo, “encurtando” os espaços. Os meios de comunicação de massa (especialmente a televisão) constroem imagens segundo as quais as zonas de praia são caracterizadas como paraísos terrestres.

No final do século XIX, início do século XX, no cerne do sonho pelo mar, dá-se a implementação das práticas marítimas modernas no Brasil pela elite, cujos desdobramentos vão possibilitar aproximação gradativa da sociedade local em relação aos espaços litorâneos. Tal movimento consolida-se com a vilegiatura marítima e, mais recentemente, o turismo litorâneo.

A primeira prática marítima moderna caracteriza-se por extrapolar pioneiramente os limites das capitais (lócus nos quais as práticas marítimas modernas foram gestadas), instaurando nas zonas de praia dos municípios litorâneos, inicialmente, os vizinhos e, atualmente, a totalidade daqueles inscritos na zona costeira, conflito com populações tradicionais, sobretudo os pescadores artesanais.

De prática marítima delineada na capital e resultante de demanda da elite local sequiosa por espaços litorâneos, percebe-se no tempo, como resultado de transformações no domínio socioeconômico (ampliação da classe média no país) e tecnológico (implantação de infra-estrutura urbana além da cidade, notadamente viária, energética e de telecomunicação), tendência de incorporação crescente e gradual da totalidade das zonas de praia dos municípios litorâneos componentes da zona costeira brasileira.

Nos termos ora mencionados, percebe-se intensificação de processo de incorporação das zonas de praia à tessitura urbana e em função de duas racionalidades: a da capital e a da metrópole.

O primeiro movimento, característico da primeira metade do século XX é relacionado aos limites da capital. O segundo, delineado a partir da segunda metade do século XX, extrapola os limites da cidade (capital) e incorpora a metrópole.

Como prática marítima moderna a vilegiatura é exercício das populações cidadinas e funciona como um dos elementos de constituição da sociedade urbana. Os maiores índices de proprietários de segundas residências advêm

dos grandes aglomerados urbanos. No contexto internacional, Colás e Cabrerizo (2004) indicam, no caso espanhol, dados que corroboram essa premissa. Concebe-se íntima ligação entre a vilegiatura e a urbanização litorânea (MORAES, 2007).

Entre as práticas sociais desenvolvidas na zona costeira, a vilegiatura melhor representa a expansão do tecido urbano metropolitano. A consolidação das relações da sociedade com o mar e o marítimo, seguida da propagação dessas relações nos demais espaços, respalda-se na instituição da urbanização e expansão da metrópole.

Ao mesmo tempo, a construção de segundas residências no litoral constitui vetor considerável de espalhamento do urbano, tanto em relação às formas espaciais, quanto às novas condições de vida. Associadas aos parcelamentos urbanos, às vias rodoviárias bem estruturadas e às próprias edificações de segundas residências, dispersas ou aglomeradas (PANIZZA et al, 2004; PANIZZA, 2005), as formas atendem às necessidades recreativas dos moradores metropolitanos. Desta feita, tais construtos são exemplos representativos da materialização do urbano no espaço litorâneo. A partir desse fenômeno, a sociedade urbana na metrópole e, principalmente, em sua cidade-núcleo, cria elos mais fortes com os demais municípios litorâneos: metropolitanos e não-metropolitanos.

Na vilegiatura marítima do Nordeste brasileiro se evidencia desdobramento de demanda por espaços de ócio, especificamente litorâneos, que nascem na cidade e extrapolam seu domínio. Gestam, assim, uma rede urbana paralela à zona de praia, tendente a se densificar no tempo, como expressão das metrópoles em constituição. Com tal incremento, apresenta-se lógica de organização espacial paralela à zona de praia, baseada no aeroporto e nas vias litorâneas e permitindo prolongamento sobre o litoral. Tal lógica, diametralmente diferenciada da reinante até então, coloca as zonas de praia dos estados em foco sob a dependência direta das capitais e sem mediação de centros urbanos intermediários, gestando rede urbana paralela à zona de praia e inclinada a se densificar no tempo, como expressão das metrópoles em constituição.

Com a vilegiatura marítima, associada na contemporaneidade ao turismo litorâneo, as zonas de praia das cidades litorâneas tropicais são redescobertas. A cidade e seus cidadãos redescobrem parte esquecida em suas geografias, denotando necessidade de releitura do arcabouço teórico metodológico até então empregado na análise urbana. Resta-nos suplantar tradição nos estudos

empreendidos. A de descartar, veementemente, o lado mar, direcionando o olhar para a parte continental e em consonância com o enfoque empreendido por aqueles que estudam as cidades continentais, matrizes do saber urbano e evidenciadas na bibliografia básica do gênero.

## REFERÊNCIAS

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CLAVAL, Paul. *La fabrication du Brésil : une grande puissance en devenir*. Paris: Belin, 2004.

COLÁS, Julián López; CABRERIZO, Juan Antonio Módenes. Vivienda secundaria y residencia múltiple en España: una aproximación sociodemográfica. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 8, n. 178, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-178.htm>> Acesso em: 27 set. 2004.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura e Desporto, 2002.

\_\_\_\_\_. O mar e o marítimo nos trópicos, *GEOUSP Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 15, p. 63-76, 2004.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Metodologia do censo demográfico de 2000. *Série Relatórios Metodológicos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. V. 25.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris: Anthropos, 1961. V. 1.

\_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1986.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. *Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro – Maricá-RJ 1975 a 1995*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2004. 417 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007. 232 p.

PANIZZA, Andrea de Castro. Estudo da morfologia urbana e da diferenciação sócio-espacial a partir de uma imagem Spot 5. *Mercator*, Fortaleza, v. 4, n. 8, p. 89-98, 2005.

PANIZZA, Andrea de Castro; FOURNIER, Jérôme; LUCHIARI, Ailton. L'urbanisation litorale au Brésil : Ubatuba (São Paulo). *M@ppemonde*, Montpellier, v. 73, n. 1, p. 1-9, 2004.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. Veraneio marítimo e expansão metropolitana: Fortaleza em Aquiraz. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Cidade, nação e mercado: gênese e evolução da questão urbana no Brasil. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. P. 132-161.

Recebido em: 20/05/2008

Accito em: 11/08/2008

# **TEMAS DIVERSOS**



# URBANISMO CONTEMPORÂNEO E MORFOLOGIA URBANA NAS CIDADES DO NORTE DE PORTUGAL (1852-1926)

MÁRIO GONÇALVES FERNANDES

Departamento de Geografia

Universidade do Porto

mgfernan@letras.up.pt, mariogf@netcabo.pt

## RESUMO

Neste artigo, vertem-se e divulgam-se conclusões de investigação académica centrada no acompanhamento da evolução morfológica de algumas cidades do Norte de Portugal (Bragança, Chaves, Guimarães, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, e Vila Real), as quais, embora apresentando especificidades, exemplificam, plenamente, as características do urbanismo e do planeamento urbano em Portugal, na época contemporânea. Privilegiando a análise da evolução urbana, pretendeu-se contribuir para a reponderação do significado do urbanismo contemporâneo português. Apesar de um Decreto de 1864 ser normalmente apresentado como o primeiro instrumento legal, de alcance nacional, sobre urbanismo e planeamento urbano em Portugal, o início da prática do planeamento urbano é sempre remetido para o Estado Novo e para a década de trinta do século XX. É também isto que aqui se questiona.

**PALAVRAS-CHAVE:** Morfologia urbana. Urbanismo. Geografia Urbana Histórica.

CONTEMPORARY URBANISM AND URBAN MORPHOLOGY IN THE CITIES OF NORTHERN PORTUGAL (1852-1926)

## ABSTRACT

This article analyzes and discusses the morphological changes underwent by six cities of Northern Portugal (Bragança, Chaves, Guimarães, Póvoa de Varzim,

Viana do Castelo and Vila Real); in spite of their singularities, all of them are representative of the country's contemporary urbanism and urban planning. Based on a detailed study of their urban evolution, the article questions some old and established truths about Portuguese urban planning. Although the first decree pertaining to urbanism on a national level is known to have been signed in 1864, it has become an established truth that the practice of urban planning in Portugal is a product of the Estado Novo and of the early thirties of the last century. In this paper we question this assertion.

**KEY-WORDS:** Urban morphology. Urbanism. Historical Urban Geography.

## PREÂMBULO

Compreender a morfologia e a organização da cidade actual pressupõe a consideração de factores políticos, económicos, sociais, culturais e tecnológicos de hoje, mas implica, também, o estudo de idênticas componentes em contextos temporais anteriores e a identificação da cidade que lhes corresponde. De facto, o inquérito à morfogénese urbana é um passo indispensável ao conhecimento da cidade, quer quando este é encarado como fim ou quando é visto como uma fase do processo de intervenção sobre a realidade. As ideias e os projectos/planos anteriores, mesmo aqueles que nunca se concretizaram como sublinhou Aldo Rossi (2001, p. 18), sendo subjacentes e geradores da paisagem urbana que observamos, são elemento importante do conhecimento sobre a cidade e parte da circunstância sobre que se pretenda agir, podendo contribuir para a clarificação de escolhas adequadas na concepção de novas propostas.

Neste artigo, vertem-se e divulgam-se conclusões de investigação académica conducente a doutoramento\*, centrada no acompanhamento da evolução morfológica de algumas cidades do Norte de Portugal (Bragança, Chaves, Guimarães, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, e Vila Real), as quais, embora apresentando especificidades, exemplificam, plenamente, as características do urbanismo e do planeamento urbano em Portugal, na época contemporânea. Apoiando-nos nos princípios lavedanianos (LAVEDAN,

---

\* Este texto é um extracto, simplificado, da tese defendida em 2002, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e publicada em 2005 (Mário G. FERNANDES, 2005).

1926), ou na “lei da permanência do plano urbano” como referia Gustavo Giovannoni (1998, p. 43), e privilegiando-os na análise da evolução urbana, pretendeu-se contribuir para a reponderação do significado do urbanismo contemporâneo português.

A questão central foi delimitada a partir da elaboração de uma monografia sobre Viana do Castelo (FERNANDES, 1995), estudo pessoalmente iniciático, onde se vislumbrou a importância das obras públicas oitocentistas posteriores a 1852\* e as da Primeira República (1910-1926), quer as de iniciativa do poder central, quer as do poder municipal, conjugadas na utilização da figura legal do Plano Geral de Melhoramentos, como instrumento de transformação do espaço urbano. É verdade que, em Portugal, a importância da segunda metade de Oitocentos, no domínio das obras públicas relacionadas com os transportes (estradas, caminhos-de-ferro e portos), foi sobejamente demonstrada (cf. JUSTINO, 1989; ALEGRIA, 1990). Contudo, os seus reflexos na organização interna dos aglomerados urbanos aparentavam encontrar-se insuficientemente estudados, principalmente no que se refere às consequências da publicação de legislação enquadradora da intervenção nos espaços urbanos, polarizada pelo Dec.-Lei nº 10, assinado a 31 de Dezembro de 1864, por João Chrysostomo de Abreu e Sousa\*\*, e publicado a 19 de Janeiro de 1865.

De facto, embora José-Augusto França (1990, p. 310) tenha sublinhado que a “noção de planeamento ficava ali [no decreto de 1864] apresentada”, os autores que têm abordado a legislação portuguesa ligada ao urbanismo, referem a ausência de consequências, pelo menos aparente, no plano urbano das cidades portuguesas. Fernando Gonçalves (1989, p. 242) escreveu que “poderá admitir-se que os planos gerais previstos no Decreto de 1864 não deixaram marcas evidentes na fisionomia dos nossos centros urbanos” e Fernando Alves Correia (1997, p. 104) seguiu-o de perto, repetindo que “não deixaram mar-

---

\* A partir da criação, com Fontes Pereira de Melo, do Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria (Dec. de 30/08/1852).

\*\* João Chrysostomo de Abreu e Sousa, estudou na Academia Real de Fortificação e Desenho, foi director nas Obras Públicas de Braga, Viana e Porto na década de 40 de Oitocentos, membro do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas a partir da sua fundação (1852), ministro das Obras Públicas e Minas entre Janeiro de 1864 e Abril de 1865, chefe de governo em 1890/1891, na conturbada fase do “Ultimatum” inglês; apesar de militar, seria um dos membros fundadores da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, em 1869, e seu primeiro presidente (ver LISBOA, 2002, p. 279-280).

cas visíveis na fisionomia dos principais centros urbanos”; Margarida Souza Lôbo (1995, p. 13) referiu que a criação dos Planos Gerais de Melhoramentos “limita-se a uma intenção política, que só ganha forma já no século XX, com os primeiros planos gerais para Lisboa e Porto” e João de Sousa Rodolfo (2002, p. 168) decalcou-a, recentemente, ao afirmar que a lei “limitava-se a uma intenção política, cujas consequências apenas se viriam a reflectir já no século XX, com os planos gerais para Lisboa e para o Porto”.

Como em Portugal, naquela época, a pressão demográfica e edificadora se fez sentir essencialmente nas duas maiores cidades do país (Lisboa e Porto), onde se concentravam os investimentos e a fatia maior do operariado português, as outras povoações do país têm sido imaginadas como pequenos aglomerados com uma leve brisa de modernidade decorrente da sua articulação com as redes de transportes do país, principalmente a ferroviária, mas onde nada terá acontecido de importante, além da abertura da, recorrente, Avenida da Estação.

Assim, apesar de o Decreto de 1864 ser normalmente apresentado como o primeiro instrumento legal, suficientemente abrangente, sobre planeamento urbano em Portugal, o início da prática do planeamento urbano é sempre remetido para o Estado Novo e para o ministro Eng<sup>o</sup> Duarte Pacheco. É também isso que está em debate neste artigo, contrapondo-se, ao que se tem pensado e afirmado, que as cidades portuguesas, apesar de ajustamentos cronológicos e de escala, registaram na sua morfologia marcas decorrentes de aspectos políticos, socioeconómicos, técnicos e culturais que caracterizaram o urbanismo da Europa contemporânea. Em alguns casos, de forma temporal e espacialmente fragmentada, mas verificável, noutros, de forma continuada e morfologicamente mais evidente.

## OS INSTRUMENTOS LEGAIS

As competências do poder municipal para deliberar sobre a preservação, criação ou modificação de espaços públicos e de fiscalização das obras particulares era antiga e, por vezes, já referenciada nos próprios forais da Baixa Idade Média. No entanto, apesar dos condicionalismos decorrentes de intervenções urbanísticas anteriores, nomeadamente as setecentistas\*, e embora

\* Depois do trabalho precursor de José-Augusto FRANÇA (1987[1983]) sobre a reconstrução da Lisboa pombalina, vários estudos se perfilaram a iluminar os conhecimentos sobre o urbanismo setecentista, chegando-se à identificação de uma “*escola portuguesa de urbanismo*” (ver ROSSA, 1997).

algumas daquelas competências já estivessem consignadas nas funções dos “almotacés” durante o Antigo Regime\*, pode afirmar-se que só com o liberalismo oitocentista se assistiu a uma generalização do “agravamento das limitações ao princípio da liberdade de edificação” (CORREIA, 1997, p. 103) na generalidade das cidades e vilas do Reino. De facto, as competências camarárias explicitadas nos primeiros códigos administrativos (1836 e 1842), depois vertidas em posturas e regulamentos concelhios que se foram redigindo em cada vez maior número, foram alargando o seu âmbito a mais áreas da vida municipal, abarcando desde a moral pública e religiosa até ao licenciamento de todas as obras particulares, tornando-se em verdadeiros regulamentos de polícia municipal.

Seria na sequência de legislação sobre estradas e num contexto de reforma do Estado e de afirmação do poder municipal, que surgiu o primeiro documento legal sobre ordenamento urbano em Portugal, pretendendo ser estruturador das obras do poder central e padronizador das práticas municipais: o “decreto sobre a construção, conservação e policia das estradas e abertura de ruas”, assinado em 31 de Dezembro de 1864, que vigoraria até aos planos e ante-planos de urbanização do Estado Novo.

Os artigos do Decreto referentes às estradas não acrescentaram nada a leis anteriores (de 1862 e de 1864, repetidamente citadas) sobre o mesmo assunto, pelo que a sua importância repousa, essencialmente, nas “disposições relativas às ruas e edificações no interior das cidades, villas e povoações”, sublinhando-se a preocupação de João Chrysostomo de Abreu e Sousa, com este diploma, em abranger os elementos do sistema de viação que ainda não tinham sido regulados. Mas, para o governante, não era suficiente normalizar os regulamentos quanto à viação ordinária, importando também regulamentar a edificação, porque, como preambularmente refere, “providenciar sobre a abertura de novas ruas e melhoramento das actuaes, sem prescrever regras às edificações que forem construídas ou reconstruídas, seria apresentar (...) um trabalho incompleto”. Assim, demonstrando que não tinha sido em vão que, em 1856,

---

\* No século XVII, competia os almotacés, entre outras funções, “velar pela limpeza e higiene da cidade, obrigando os moradores a manterem asseado o espaço da rua defronte das suas casas; conhecer as demandas que surgissem entre vizinhos resultantes de abusos ou desrespeito das regras municipais que regulavam a construção de casas, portais, janelas, tomadas de águas ou de servidões públicas” (SILVA, 2000, p. 354).

vijajara em estudo por França e Inglaterra, o governante sintetizaria, as ideias basilares do urbanismo oitocentista europeu: “a decoração das cidades, o livre transito, a commodidade e segurança dos habitantes, a salubridade publica e a conveniencia de evitar a agglomeração da população, reclamavam medidas”.

O Decreto de 31 de Dezembro de 1864 determinou que o governo mandaria proceder, imediatamente, à elaboração de um “plano geral de melhoramentos” para as cidades de Lisboa e Porto, mandando-se proceder à sua elaboração para as outras povoações quando as respectivas câmaras municipais o reclamassem. Cada plano seria da responsabilidade de uma “comissão de melhoramentos”, composta, no caso das pequenas e médias povoações, por um engenheiro das direcções distritais de estradas, um vogal proposto pelas câmaras municipais e o respectivo delegado de saúde.

Além disso, o decreto clarifica que os planos deveriam atender às melhores condições possíveis de esgotos e limpeza da cidade, de drenagem dos solos, de tubagem da iluminação urbana, de encanamento das águas dos telhados e, ainda, à chanfragem dos ângulos ou esquinas dos edifícios, determinando também que as novas ruas não tivessem largura inferior a 10 metros, nem inclinação superior a 7%, e regulando as alturas dos edifícios em função da largura dos arruamentos, especificando uma relação largura/altura que se aproximava muito da diagonal dos 45 graus.

A altura das edificações, prevista no decreto e determinada pela largura dos arruamentos, seria alterada por lei de 2 de Julho 1867, indo ao encontro de prováveis reclamações de proprietários, visto se passar a permitir alturas mais vantajosas para cada classe de largura dos arruamentos. Para compensar esta diminuição das condições de salubridade, determinava-se que a “altura de cada pavimento não poderá ser inferior a 3 metros” (FINO, 1889, p. 206), o que explica a profusão de janelas e portas rasgadas verticalmente, características das fachadas oitocentistas das povoações portuguesas.

Finalmente, o Decreto de 1864 reafirmava a obrigatoriedade de “pedir na respectiva camara municipal o alinhamento e cotas de nível”, por parte de quem pretendesse edificar ou reedificar, em qualquer povoação do país e a obrigatoriedade de demolição de edifícios que ameaçassem ruína, após intimação camarária e visando questões de segurança; acrescentava, ainda, a necessidade de elaborar regulamentação em relação aos “preceitos de hygiene no interior dos edificios publicos ou particulares”.

A regulamentação das condições de higiene no interior dos edifícios públicos e particulares, apesar de demorada, seria concretizada em 1903, com a publicação do Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas\*. Apesar de colmatar o Decreto de 1864, o regulamento deve a sua concretização à intensificação das preocupações higienistas, verificada depois do surto epidémico de peste bubónica, que grassou no final de Oitocentos, principalmente na cidade do Porto. A publicação do regulamento, cujo articulado é semelhante a lei francesa\*\*, aconteceu na sequência da constituição do Conselho de Melhoramentos Sanitários e da elaboração do Regulamento Geral de Saúde e Beneficência Pública, ambos em 1901, visando organizar as acções desenvolvidas pelo poder municipal no domínio da salubridade pública.

O Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, que as câmaras municipais republicaram, constitui o primeiro documento legal português que define, de forma minuciosa, as condições que as edificações urbanas deveriam respeitar, referindo as características de depósitos de água, tubos de queda, si-fões, tubos de ventilação, latrinas e pias, fossas e alojamentos para animais, áreas e cubicagens mínimas, introduzindo, por último mas de grande importância, a obrigatoriedade de licença camarária para que pudessem ser habitadas. Além disso, enquanto o Decreto de 1864 se focalizava nos edifícios que faceavam os arruamentos, este alarga a necessidade de licença camarária às edificações implantadas no interior de propriedades, pretendendo obviar a situações como as das “ilhas” operárias, tão características na cidade do Porto (cf. TEIXEIRA, 1996) e apontadas como os principais focos de propagações epidémicas.

Na “salubridade dos prédios”, as preocupações higienistas levaram a que o Regulamento retomasse a questão da relação das alturas dos edifícios em função da largura dos arruamentos, determinando dimensões que, aproximadamente, iam de encontro às decretadas em 1864, que a lei de 1867 havia modificado em favor dos proprietários. Reafirmavam-se, sensivelmente, os perfis transversais de arruamentos previstos no Decreto de 1864, mais condicionadores da altura das edificações e com uma relação largura/altura que se aproximava da “regra dos 45 graus”, que viria a ser aprovada pelo RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas), em 1951.

\* Decreto de 14 de Fevereiro de 1903, Diário de Governo de 9 de Março.

\*\* Lei de 23 de Julho de 1884 (NOGUEIRA, 1907, p. 263).

Entretanto, as necessárias declarações de utilidade pública e de urgência das expropriações eram reguladas por carta de lei de 23 de Julho de 1850, que exigia que aquelas fossem efectuadas por lei ou por decreto. No entanto, apesar de utilizada durante mais de seis décadas, era uma lei demasiado simples que concedia ao Estado poderes excessivos na declaração de utilidade pública. Com o advento da Primeira República pretendeu-se diminuir a arbitrariedade dessa declaração, pelo que, em 26 de Junho de 1912, foi publicada nova lei sobre expropriações por utilidade pública, onde se especificavam, pela primeira vez, os objectivos para as expropriações de utilidade pública e urgentes, contando-se entre eles a “expansão urbana: abertura, alargamento e regularização de vias públicas, bairros operários, parques e jardins públicos”.

Além disso, esta lei de 1912 introduziu ainda uma inovação urbanística e legal, visando fazer reverter para as municipalidades parte das mais valias decorrentes dos processos de urbanização e, assim, adicionar meios de financiamento aos melhoramentos urbanos. Por um lado, assegurou que “quando a abertura, o alargamento ou a regularização duma via publica determinar o aumento do valor locativo dos prédios que utilizarem dêsse melhoramento”, os respectivos donos seriam obrigados a pagar, de uma só vez ou em anuidades, 30% desse aumento de valor locativo, determinado pela entidade expropriante, sendo qualquer diferendo resolvido, sem recurso, por um *tribunal de arbitrários*. Em alternativa, permitiu que as câmaras expropriassem faixas de terreno, que poderiam ir até aos 50 metros de profundidade, maiores do que as necessárias para abertura ou alargamento das vias públicas. Essas faixas deveriam ser “postas à venda em hasta pública, talhadas em chão, regulares de dimensões e confinações, acomodadas às exigências duma boa edificação urbana”, sugerindo-se, assim, que fossem as câmaras a controlar o processo de urbanização e evitando-se a concentração de terrenos edificáveis nas mãos de um ou poucos proprietários.

Em 1915, reafirmou-se a obrigação de edificar nos terrenos confrontantes com vias públicas e de demolir os edifícios que ameaçassem ruína, mas obrigando as câmaras municipais a procederem ao levantamento de “planta geral das suas respectivas cidades e vilas”, sem a qual não poderiam efectuar qualquer expropriação por motivo de expansão urbana, acrescentando-se, além disso, uma nova possibilidade: a expropriação “de qualquer prédio cuja reparação ou modificações sejam deliberadas pela respectiva câmara municipal, precedendo

voto da sua comissão de estética (...) quando o seu proprietário se negue a fazer as obras indicadas”<sup>\*</sup>.

A introdução da “comissão de estética” assumia uma preocupação que já fora revelada em 1914, quando se decretou a negação de licença aos edifícios “que prejudiquem as condições panorâmicas e artísticas da cidade” de Lisboa<sup>\*\*</sup>, aproveitando-se ainda a oportunidade para introduzir outra novidade que demonstra o acompanhamento da urbanística europeia e que faria escola noutras povoações do país: a obrigatoriedade de se “deixarem, entre a frente dos prédios e os alinhamentos das ruas, jardins vedados com a largura mínima que fôr fixada para cada uma daquelas ruas”. Num momento em que já era previsível a importância do automóvel, a ideia prende-se com a necessidade de futuros alargamentos de vias, devendo a medida associar-se às ideias de Augustin Rey, explicitadas em 1906, no Congresso Internacional de Arquitectos, em Londres<sup>\*\*\*</sup>.

Em síntese e em termos de legislação urbanística de âmbito nacional, até 1864, deve referenciar-se a competência municipal de definir alinhamentos e cotas de nível e de aceitar ou recusar desenhos de fachadas; depois, entre 1864 e 1903, importa assinalar o conteúdo do decreto de 31 de Dezembro de 1864 e as alterações ao mesmo introduzidas por lei de 2 de Julho 1867; finalmente, a partir de 1903 e até 1934 (data do primeiro documento legal do Estado Novo, sobre planos gerais de urbanização), vigorará, ainda, o Decreto de 1864, ao qual se adicionou o Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, de 14 de Fevereiro de 1903, e algumas inovações contidas em lei de 1912 e em decreto de 1914.

De todos, destaque-se o Decreto de 1864 como documento basilar e matrizador que, consagrando a figura do “plano geral de melhoramentos” e su-

\* Diário do Governo, nº 186, Lei nº 438, de 15 de Setembro de 1915.

\*\* Diário do Governo, nº 177, Decreto nº 902, de 30 de Setembro de 1914, Artº 4º.

\*\*\* Augustin Rey (1908) propunha um afastamento dos edifícios da face da rua, permitindo a criação de pequenos jardins vedados que poderiam, futuramente, ser expropriados. As suas propostas eram conhecidas em Portugal, pois os ministros dos negócios estrangeiros e das obras públicas do governo português, bem como o presidente da Associação Portuguesa de Arquitectos e Arqueólogos, o presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes e o delegado da Sociedade Portuguesa de Arquitectos, estiveram presentes no Congresso Internacional de Arquitectos de 1906, onde as apresentou; além do mais, duas sínteses das suas ideias tinham sido publicadas na revista *A Construção Moderna* (1909, v. 9, p. 91-92 e 286-287).

gerindo, pela primeira vez, a ideia de elaboração de um plano para todas as povoações do país, faria de Portugal um precursor, juntamente com a Espanha que publicara, alguns meses antes, legislação do mesmo cariz\*. De facto, apesar do avanço de outros países europeus no que toca a realizações, entre as quais se devem referenciar os trabalhos de Haussmann, nenhum possuía legislação abrangendo todas as povoações.

Pierre Lavedan (1952, p. 172) afirmou que “parece que a ideia de impôr por uma lei a todas as comunas importantes de um país a obrigação de estabelecer um plano de ordenamento, se tenha exprimido pela primeira vez na Suécia em 1874”. Vendeu, como houvera comprado, a opinião de Albert Lilienberg\*\*, que aliás Lavedan referiu, mas que outros, compradores de Lavedan, esqueceram\*\*\*. De facto, Albert Lilienberg, o engenheiro-chefe da cidade de Gotemburgo, afirmara, em 1923, que “a lei de 1874 é, tanto quanto sabemos, a primeira lei de construção e de ordenamento elaborada, que visava todas as cidades de um país”. Ora, a lei portuguesa, apesar de não ser tão completa na sua formulação inicial como a lei sueca (sê-lo-ia com o complemento de 1903), delineava o caminho a trilhar para todas as povoações do país, no caso de por ele optarem e obrigando as duas cidades mais importantes. De qualquer forma, quer a lei espanhola quer o decreto português, ambas esquecidas por aqueles autores, foram precursoras enquanto leis de planeamento urbano de abrangência nacional.

## PLANOS E PROJECTOS

Em meados do século XIX os recursos financeiros municipais mantinham-se no limite da cobertura das despesas correntes, pelo que, quando alguma câmara municipal pretendia desenvolver alguma acção significativa no âmbito das obras públicas, via-se frequentemente forçada a recorrer a empréstimos, a exemplo do que fazia o poder central, que a partir dos anos cinquenta, com

---

\* A “Ley General para la Reforma, Saneamiento, Ensanche y otras Mejoras de las Poblaciones”, de 29 de Junho de 1864, foi a primeira tentativa séria de fazer uma lei urbanística de carácter geral (MARTÍN RODRÍGUEZ, 1986, p. 18).

\*\* Albert Lilienberg (1923, p. 125). O autor refere outras leis, deste cariz, aprovadas na Prússia em 1875, na Holanda em 1901, em Inglaterra em 1909 e em França em 1919.

\*\*\* Michel Ragon (1986, p. 278), por exemplo, que refere os mesmos países e datas indicados por Albert Lilienberg.

Fontes Pereira de Melo, alterou o sistema financeiro que vigorava com Costa Cabral, centrado no recurso aos capitais internos e na amortização da dívida pública, passando para uma política financeira baseada no recurso a empréstimos estrangeiros e na reorganização da dívida pública nacional (RIBEIRO, 1998, p. 105).

De qualquer forma, cada câmara municipal é um caso e nem todas terão percorrido o caminho que o Decreto de 1864 delineou e sugeriu. No entanto, a atmosfera de progresso e transformação perpassa pela leitura das actas camarárias em qualquer delas, sendo verificável a existência de inúmeras ideias, projectos e planos de melhoramentos, elaborados sob a égide do poder municipal, que contribuíram para a transformação do plano urbano, nomeadamente através da definição de novos alinhamentos, de alargamentos ou de abertura de novas vias.

### **Viana do Castelo**

Apesar de já existir documentação cartográfica de algum detalhe e rigor sobre Viana do Castelo, seria encomendado, sob a presidência de José Afonso d'Espregueira, aquele que seria o primeiro levantamento cadastral urbano do país: a “Carta Cadastral da Cidade de Vianna do Castelo”, na escala de 1:500, levantada pelos engenheiros militares Augusto Gerardo Telles Ferreira e Emílio Vidigal Salgado, entre 1868 e 1869 (FERNANDES, 1998, p. 256). Após a sua conclusão a câmara resolveu, logo em 1870, “proceder à confecção do plano geral de melhoramentos da cidade, conforme disposições da lei de 31 de Dezembro de 1864, pedindo ao governo que nomeie a comissão de que trata o artº 52º da citada lei”\*. A comissão seria nomeada por Portaria de 22 de Maio de 1871, tendo como presidente, de acordo com o que o decreto estipulava, o engenheiro João Thomaz da Costa, que fora nomeado director das obras públicas distritais, em 1868. Desenvolvido a partir de vários projectos parciais, o plano de melhoramentos, global e final, seria desenhado sobre uma cópia da planta cadastral de 1868/69 e assinado, por João Thomaz da Costa, que o datou de 22 de Novembro de 1882.

Com o plano e em relação ao existente, pretendeu-se, por um lado, solucionar os problemas de articulação entre os espaços que se quedaram dentro do

---

\* AHMVC: Livro de Actas, 788M, Sessão de 6 de Abril de 1870.

perímetro ferroviário, que cercara o aglomerado urbano, e os que restaram no seu exterior, por outro, numa povoação que adquirira as características gerais das povoações que se organizaram em função de uma margem de água e onde as vias mais importantes se alongaram paralelamente àquela, visou-se melhorar as vias perpendiculares à margem fluvial e delinear uma via que permitisse a articulação destas.

Esta concepção foi também a directriz para o desenho da área de expansão proposta, estruturada pela “Avenida do Cemitério”, com um desenvolvimento nascente-poente, cruzada, perpendicularmente, por outras quatro avenidas que deveriam ser articuladas, a Noroeste, por um haussmanniano “Boulevard”, que circundaria toda a cidade. As dimensões propostas para os perfis transversais dos arruamentos, variavam entre os 8 metros de largura, para a maioria dos existentes, e os 10 metros para as novas avenidas (a largura mínima para novos arruamentos, decretada em 1864), com o *Boulevard* a atingir os 20 metros. Apesar do claro privilégio dos traçados rectilíneos, existiu, na expansão proposta, uma preocupação de ajustamento aos caminhos rurais pré-existentes, bem como a adaptação às características físicas da área de implantação, pretendendo-se minimizar os custos da concretização do plano.

Grande parte do plano seria concretizado até 1926, enquanto algumas das partes restantes seriam retomadas e concretizadas com os ante-planos de urbanização do Estado Novo. Saliente-se, na Primeira República, a abertura da avenida dos Combatentes da Grande Guerra, a partir de 1917, depois de um longo processo cuja primeira referência remonta a 1876. A sua justificação inicial inclui-se no objectivo geral de quase todas as avenidas da estação, ou seja, o fomento do tráfego ferroviário. No caso vianense a aposta centrou-se no aumento da circulação de mercadorias através da articulação da ferrovia com as infraestruturas portuárias, já que a ligação da estação à cidade fora resolvida logo em 1877, com o alargamento da rua de St<sup>a</sup> Ana, transformando-a, no dizer camarário, na “principal avenida por enquanto do centro da cidade à estação do caminho de ferro”\*. Contudo, quando foi aberta, por imposição do poder central e obrigando à demolição de 80 casas localizadas em duas ruas e uma praça também eliminadas, já a simples ligação da estação com o porto fluvial, que enformara projectos de 1877 e que apenas lhe concediam um

\* AHMVC: LCE, 2028, 23 de Março de 1876.

máximo de 12 metros de largura, perdera pertinência, tendo a avenida sido aberta, afinal, para colmatar a falta de vias perpendiculares de atravessamento da cidade, mas também com uma clara intenção de embelezamento ao abrir-se um espaço com condições para passeio público, como a largura, a arborização, a localização no enfiamento do edifício da estação e a busca de vistas sobre o rio Lima sugerem.

### **Guimarães**

Remonta a 1859 a intenção da câmara municipal de levantar uma planta geral da cidade. A ideia subjacente à proposta do presidente camarário, era não só possuir uma imagem geral da povoação, mas também que na planta constassem as propostas de alteração do plano urbano existente, de forma a que os melhoramentos fossem pensados numa forma global e portanto mais “regular”.

A câmara municipal assinaria escritura com o engenheiro Manoel de Almeida Ribeiro a 2 de Outubro de 1863, pelo que quando foi publicado o decreto de 1864, encontrava-se o engenheiro na elaboração da sua proposta, que denominaria como Planta da Cidade de Guimarães e que entregaria em 1867. Assim, enquanto no caso vianense todo o processo se concentrou no director de obras públicas distritais, em Guimarães, devido à precocidade da decisão camarária, existiu um plano de melhoramentos encomendado, que posteriormente seria avaliado e ajustado por uma “comissão de melhoramentos” cuja formação, em 1869, já aparece devidamente enquadrada pelo decreto de 1864.

A leitura das explicações de Manoel de Almeida Ribeiro é reveladora da sua sintonia com os valores urbanísticos da época, colocando a ênfase na facilitação do livre trânsito e na salubridade, sempre preocupado em minimizar custos. É clara a intenção de articular o plano urbano, interligando todas as vias de saída da cidade, através da abertura de uma via semi-circular. Além disso, visava a regularização das vias existentes, a melhoria das ligações da parte alta com a parte baixa e, principalmente, da área a poente do núcleo medieval com o lado a nascente, constituindo-se aquela, polarizada pelo novo mercado, como a área privilegiada de expansão. No entanto, Manoel de Almeida Ribeiro não se limitou a definir alinhamentos e a propôr a abertura de ruas. Foi mais longe e, além da abertura de quatro novas praças, propôs a construção de um passeio público, a localização de escolas primárias, para ambos os sexos, e a construção de um “bairro para a classe pobre”. Iniciando os trabalhos em 1863, mas

acabando em Maio de 1867, conhecia já o decreto de 1864, o que explica que os novos arruamentos que projectou não tenham largura inferior a 10 metros, enquadrando-se o seu plano, também, naquela legislação.

A “comissão de melhoramentos da cidade” foi instalada a 5 de Julho de 1869 e a sua composição respeitava o que o Decreto de 1864 prescrevera. Pela leitura das actas da comissão, verifica-se que o autor das propostas de transformação da malha urbana foi o engenheiro distrital José Taveira Carvalho Pinto de Meneses, que logo na reunião inaugural enumerou os “capítulos de melhoramentos” de que a comissão se deveria ocupar, numa listagem de todos os aspectos das preocupações urbanas da época.\* Apesar disso, verificar-se-ia uma focalização das propostas nos arruamentos, velhos e novos, nas posturas relativas à edificação e no abastecimento de água. As propostas relativas à malha urbana, manteriam, no essencial, as ideias de Manoel de Almeida Ribeiro, acrescentando-se a ideia de prolongar a semi-circular, que denominou de “rua de circunvalação”; a abertura de duas vias rectas de atravessamento do núcleo medieval, uma das quais é a actual Rua de Serpa Pinto e a outra nunca se concretizaria; bem como o prolongamento do passeio público. No essencial, pretendeu-se alargar a articulação das saídas da cidade e manteve-se a intenção de melhorar os atravessamentos do núcleo medieval e de aprofundar a centralidade do mercado municipal.

O segundo momento de planeamento contemporâneo de Guimarães aconteceu durante a Primeira República, com a concretização das propostas de Mariano da Rocha Felgueiras, presidente camarário, das quais se relevam a construção de um “parque circundando o Castelo, ruínas dos Paços dos Duques de Bragança e capela de Santa Margarida”, de um “edifício para Paços do Concelho e repartições publicas” e de um “bairro operário”.\*\* Existindo referências aos três projectos desde a década de sessenta de Oitocentos, com a sua necessidade a ser sucessivamente sublinhada, e sendo a fase posterior à

\* “1) abertura de ruas novas; 2) melhoramentos de ruas velhas; 3) abastecimentos e distribuição de águas, tanques e chafarizes; 4) banhos e lavadouros públicos; 5) mercados; 6) cemitérios; 7) edifícios públicos – Palacio municipal, tribunal, cadeia, hospital, escolas, biblioteca, matadouro, etc.; 8) jardins, embelezamentos e arborização; 9) Iluminação; 10) Numeração e designação das ruas; 11) estabelecimentos perigosos e prejudiciais ao serviço de salubridade pública, limpeza de ruas e incêndios; 12) indicação dos meios para os melhoramentos” (AMAP: Livro de Actas da Comissão de Melhoramentos).

\*\* AMAP: M-1882, p. 40V.

implantação da República uma época de exaltação das virtualidades do poder municipal e das suas competências e obrigações, quer no embelezamento da cidade, quer na promoção de edificação salubre e económica, não surpreende a proposta daqueles projectos como de execução prioritária.

Contudo, as dificuldades financeiras decorrentes da I Guerra Mundial, a que se acrescentaram as perturbações políticas no país entre os meses de Dezembro de 1917 e de 1918 (MATTOSO, 1994, p. 615-616), com consequências nas disputas políticas locais\*, viriam a adiar a concretização de todos os projectos apenas para o início dos anos vinte, tendo sido publicados, em 1925, a Planta do Projecto Geral de Melhoramentos, inserida no Plano Geral de Alargamento da Cidade, da autoria do capitão Luís de Pina\*\*.

O plano de melhoramentos foi o resultado de uma sucessão de projectos, que Luís de Pina herdou, compatibilizou e acrescentou, resultando num desenho final coerente, evocador, no que ao bairro ortogonal se refere, da malha dos “ensanches”, ou acrescentos, espanhóis, a qual já fora utilizada em Lisboa nos bairros adjacentes às avenidas estruturantes (PORTAS, 1978, p. 693). Enquanto os arruamentos de articulação entre o bairro e a malha pré-existente evocam uma clássica “pata de ganço”.

O capitão Luís de Pina nunca mencionou a expressão, que Pierre Lavedan utilizou, em 1959, para denominar a figura em planta de Versailles\*\*\*, contudo o paralelismo é sugestivo e a comparação de desenhos, salvaguardadas as diferenças de escala, parece-o confirmar. Note-se, no entanto, como o fez Benedetto Gravagnuolo (1988, p. 122) em relação a Letchworth Garden City, a cidade jardim promovida por Ebenezer Howard, em 1904, e desenhada por Unwin e Parker, que uma das características de alguns traçados de cidade-jardim é a recuperação de “elementos inspirados no monumentalismo clássico, como o traçado em pata de ganço”.

### Chaves

Chaves mantinha-se marcadamente apertada pelos fossos e baluartes seiscentistas, pelo que uma das condições primeiras para desafogar a povoação

\* AMAP: M-1883, Sessão de 26 de Março de 1919.

\*\* Câmara Municipal de Guimarães (1925).

\*\*\* Pierre Lavedan (1959, p. 236) acrescentava que este traçado radiante, ou convergente, era habitual nos jardins franceses do século XVII.

passava pela desafecção militar das fortificações. A câmara municipal diligenciou para que lhe fossem cedidas as “muralhas e fossos”, o que conseguiu, primeiro temporariamente e depois, em 1887, a título definitivo, regozijando-se a municipalidade pela decisão, pois considerava “o grande valor, benefício e alta importancia que representava tal concessão da qual dependia o alargamento, aformoseamento e melhoramento hygienico d’esta villa”\*. Pela morosidade burocrática própria destes processos, só a partir de 1893 os terrenos seriam devidamente demarcados em plantas cadastrais e em 1905 ainda a câmara municipal esperava pela “entrega definitiva” prometida\*\*.

Assim, apesar de se assistir ao aparecimento de alguns projectos pontuais, apenas a seguir à implantação da República, depois de definido o traçado da via férrea e a localização da estação ferroviária, se começaram a dar os primeiros passos para a elaboração de um plano de melhoramentos. Em 1915, tratou-se da contratação do levantamento da planta da vila, desenvolvendo-se a partir de 1917 o plano de melhoramentos, que teve como responsáveis, fulcrais, dois nomes que durante mais de uma década influíram na transformação do plano urbano flaviense: Nicolau Mesquita, o político, e Mário Filgueiras, o técnico.

Nicolau Mesquita, que era a “eminência parda” que sustentava politicamente os edis camarários flavienses posteriores à implantação da República, sempre influenciando na vida de Chaves, de onde era natural (PINTO, 1931, p. 31-33; 51), acompanhou o processo de escolha de traçado do caminho de ferro da Régua a Chaves, por Vila Real e, sendo proprietário da Quinta do Rolo, defendeu e conseguiu a localização da estação ferroviária, precisamente, em terrenos da sua quinta (AIRES, 1990, p. 172), o que redundou na expansão da vila para norte, a partir de 1917, com a autorização da construção da “Avenida de acesso à Estação”\*\*\*. Assumiria a presidência camarária a partir de 1923, abandonando-a com o 28 de Maio de 1926, depois de ter tutelado como chefe político local, como proprietário e como presidente camarário, toda esta fase de transformação de Chaves.

Em termos técnicos releve-se o nome do engenheiro civil Mário Filgueiras, que colaborou com a câmara de Chaves entre 1914 e 1926, tendo a sua

\* AHMC: Livro das actas das sessões da camara, Livro nº 19, Sessão de 27 de Julho de 1887.

\*\* AHMC: Livro das actas das sessões da camara, 10 de Outubro de 1904 a 9 de Novembro de 1905, p. 191 F e V.

\*\*\* AHMC: Livro das Actas da Comissão Executiva, 24 de Maio de 1917.

contratação visado dar continuidade aos estudos relativos ao saneamento da vila, então já iniciados\*. Contudo, a acção de Mário Filgueiras alargar-se-ia a diversas áreas e seria o autor e responsável técnico de todos os projectos para a vila de Chaves.

Desconhece-se o destino da maioria dos desenhos de Mário Filgueiras. De entre muitos, a perda mais relevante refere-se à “planta da vila à escala de 1/4000, com a indicação dos novos arruamentos, conforme os projectos elaborados pelo Eng. Filgueiras, na qual estava marcado a vermelho a parte dos projectos ainda não executados e a amarelo o que se encontra executado” (PINTO, 1931, p. 83). Este documento contribuiria para a apreciação da articulação dos vários projectos parciais, consubstanciando a imagem do plano geral de melhoramentos de Chaves. Na impossibilidade da sua observação, a análise do que foi executado, apesar do desconhecimento do que não passou de projecto, permite verificar a predominância da preocupação em aumentar a coerência do plano urbano flaviense, partindo da necessidade de articular a estação ferroviária com a malha urbana e assentando em duas ideias fundamentais: uma penetração directa até aos eixos mais importantes e a articulação de um conjunto de arruamentos que permitiam a criação de uma via de cintura.

### **Póvoa de Varzim**

A inexistência de planos de melhoramentos gerais, formalmente constituídos, não implica a ausência de projectos parciais, por vezes pontuais, que se concretizaram em obra e que podem, forçando o mote, enquadrar-se em “planos de melhoramentos mentais”, por vezes globalizadores, como pensamos ter sido o caso na Póvoa de Varzim. De facto, existe um manancial de informação cartográfica, composta por projectos de alinhamento, alargamento ou abertura de ruas, cuja quantidade e distribuição cronológica sugerem tratar-se de um conjunto sem lacunas, em relação à totalidade dos projectos que terão sido efectivamente elaborados e, como tal, representativo de todas as ideias de transformação da malha urbana poveira.

A partir do conjunto de projectos parciais, rua a rua, vislumbram-se o plano de melhoramentos e as estratégias que lhe estavam subjacentes, consubstanciadas em diligenciar a melhoria das acessibilidades à Póvoa de Varzim, com a

---

\* AHMC: Livro das Actas da Comissão Executiva, 15 de Dezembro de 1915.

construção de estradas que a ligassem ao interior, por Barcelos, e a toda a corda litoral, pela continuação para Norte da estrada que vinha do Porto (Estrada Real nº 30) e com a construção da linha férrea do Porto a Guimarães; no aproveitamento destas vias para estruturar o plano urbano existente através da sua amarração àquelas; e, finalmente, na articulação das mesmas vias e de todo o plano urbano com a área balnear, junto à praia, que também seria objecto de melhoramentos por regularização e abertura de novos arruamentos. Ou seja, uma estratégia que pretendia potenciar as vantagens decorrentes da procura balnear, já então existente, criando-se as condições para acrescentar um novo elemento à matriz económica do aglomerado urbano, até aí alicerçada essencialmente na agricultura e na pesca.

Assim, a partir de 1876, as referências urbanísticas para a transformação do plano da Póvoa de Varzim serão duas linhas paralelas, entre si e com a linha de costa. A primeira será o eixo Sul/Norte, que corta a praça do Almada a meio e era constituído pela estrada municipal da Póvoa a Esposende, a Norte da praça, e pela Estrada Real nº 30, a Sul, onde se localizou a estação ferroviária em 1875. A segunda será o eixo constituído pelas vias que marginalarão a praia, nomeadamente o Passeio Alegre e a rua dos Banhos. De facto, dos sete projectos contabilizados em 1876, cinco pretenderam articular o primeiro eixo com a praia, sendo tendencialmente ortogonais à estrada e ao oceano e acentuando uma imagem rectilínea no plano urbano poveiro. Depois, entre 1893 e 1896, centraram-se os investimentos nas imediações do areal, elaborando-se projectos que levariam à concretização dos dois principais eixos da área balnear da Póvoa de Varzim: o prolongamento e alargamento da rua dos Banhos e a avenida Mouzinho de Albuquerque.

Os projectos da rua dos Banhos denotam preocupações com o desenho urbano, mais cuidado do que a simples adição de segmentos de recta, notando-se a pretensão de tirar partido das condições naturais ao concretizar-se uma via balnear, com miradouros no enfiamento dos arruamentos perpendiculares ao areal. O projecto da avenida, de 1896, com uma largura excepcional para a Póvoa de Varzim (20 metros rectificadas, no mesmo ano, para 22), visou também o desenvolvimento balnear, justificando-se o projecto com a ideia de proporcionar aos banhistas terrenos apropriados para edificação.

Assim, apesar de não se conhecer qualquer plano de melhoramentos global para a Póvoa de Varzim, pode afirmar-se que existem dois momentos em que,

pela quantidade de projectos e pela coerência que no seu conjunto apresentam, ele aparenta ter existido: em 1876 e entre 1893 e 1896. No primeiro articulou-se a estrada com a praia, no segundo melhoraram-se as condições de usufruto da própria praia.

Em 1915 e 1916 registou-se outro pico no número de projectos elaborados, associando-se, quase todos, às preocupações com a estética das fachadas das edificações e não se propondo alterações à malha urbana\*. Este período de embelezamento urbano seria concluído em 1919 com a adopção do projecto, premiado em concurso promovido pelo município, para a qualificação da central praça do Almada, cuja concretização estabeleceria a imagem que ainda hoje apresenta.

### **Bragança e Vila Real**

Nestas povoações o caminho percorrido não foi consequente. A característica sequência de levantamento cartográfico, formação de comissão de melhoramentos e definição de um plano de melhoramentos, perspectivando a transformação do aglomerado urbano como um todo, ao que sabemos, nunca se chegou a verificar.

Bragança, apesar de pelas afirmações do presidente camarário, em 1886, ser uma “terra que carece de toda a qualidade de melhoramentos”\*\*, não teve qualquer plano de melhoramentos global, apenas se tendo detectado um arremedo de plano, descrito para justificar uma proposta de aquisição de empréstimo, feita pelo presidente camarário em 1882, “tendo em vista e desejando emprehender algumas obras tanto na cidade como em todo o concelho\*\*\*\*”. No que à cidade se referia, o “plano” tinha como prioridade a construção de uma “praça mercado fechada”\*\*\*\*. Além disso, propunha-se construir uma capela no cemitério, um matadouro, comprar um relógio para a casa da Câmara, ampliar

\* A “lei da estética”, de 15 de Setembro de 1915, permitiu que a câmara municipal, preocupada em melhorar a imagem da povoação de forma a promover o turismo balnear, fizesse elaborar, logo em Novembro seguinte (datados entre os dias 15 e 19), plantas de alguns dos principais espaços públicos da Póvoa de Varzim, onde se indicam os edifícios impróprios ao local, “por lhe faltarem as condições de estética, salubridade e higiene”, explicitando-se a aprovação da comissão de estética e a lei nº 438 de 15 de Setembro de 1915.

\*\* AHMBÇ: Livro de Actas de 1885 a 1887, Sessão de 28 de Janeiro de 1886.

\*\*\* AHMBÇ: Livro de Actas de 1880 a 1882, Sessão de 12 de Abril de 1882.

\*\*\*\* AHMBÇ: Livro de Actas de 1885 a 1887, Sessão de 28 de Janeiro de 1886.

o barracão do Teatro e comprar dois “ourinoes modernos de ferro”. Pretendia-se ainda qualificar o espaço público existente, quer ao desejar construir um jardim, quer ao concertar, calçar, regularizar, construir passeios ou arborizar vários arruamentos. No entanto, as intervenções na malha urbana, propriamente dita, limitaram-se ao alargamento e regularização da entrada da cidade no Loreto, pelo lado Sul, e à expropriação de quatro casas, em quatro locais diferentes, visando articulações pontuais do plano urbano.

Para Vila Real, não se conhece qualquer plano geral de melhoramentos e a referência, em 1926, a um “plano de melhoramentos locais”\*, não corresponderá a mais do que um argumento de circunstância ou uma intenção por concretizar. De qualquer forma, assinala-se a elaboração e concretização de um “Plano Geral das Obras”, de cerca de 1898, que pode ser considerado como um plano parcial de melhoramentos, que conjugou o projecto de reedificação dos paços do concelho e o projecto de construção do mercado municipal, ambos de 1885, num projecto mais alargado de arranjo das praças de Luís de Camões e Lopo Vaz, bem como de todos os arruamentos envolventes, cuja concretização levaria à transformação da parte funcionalmente mais importante do aglomerado urbano, a sua área central.

## CONCLUSÕES

A ideia de que o progresso seria contínuo e inevitável; o aumento da velocidade e, previsivelmente, da quantidade de pessoas, veículos e mercadorias em circulação; a melhoria das condições de higiene e o aparecimento e divulgação da vacinação que, juntamente com a concentração do emprego, seriam causas do inevitável crescimento demográfico das cidades, ‘obrigaram’ o urbanismo oitocentista a vulgarizar a utilização da previsão e a pensar a várias escalas. Nas escalas menores, tentando-se articular a totalidade do plano urbano, nas maiores, alargando-se o perfil dos arruamentos, definindo-se todos os alinhamentos e impondo-se o seu cumprimento, consolidando princípios urbanísticos anteriores.

A cidade era projectada por engenheiros e o seu espírito positivo e mecanicista consubstanciava na recta a ideia de um fluir mais eficaz. Interessava-lhes a eficácia de distribuição, derivando desse facto a preocupação com a articulação de redes de segmentos de recta: de arruamentos, de distribuição de água, de

\* ADVR: CMVR/B/A/001/Lv 1090, Sessão de 15 de Maio de 1926.

esgotos, ou seja, a ideia de que o movimento, quer de um batalhão de militares, quer o de carros e carruagens, de pessoas, dos esgotos, da água ou do ar, era maximamente facilitado quando assente em elementos rectilíneos. Assim, o segmento de recta era encarado como o melhor suporte para o movimento, mais fácil para a edificação e a melhor forma também em termos estéticos. Persistia, “no interesse da eficiência mecânica e da conformidade estética exterior” (MUMFORD, 1998, p. 420), o culto do ângulo recto e da rectilinearidade, utilizados na Europa do século XVI, com a generalização da utilização dos carros e carroças na cidade (MUMFORD, 1998, p. 399; RAGON, 1986, p. 95), e sucessivamente fomentado.

Aconteceu, então, um período morfológico decorrente da aplicação das premissas do livre trânsito e do higienismo, bem marcado nas povoações portuguesas, nas grandes como nas médias e pequenas, e dissociado de qualquer ciclo de construção. Aliás, muitas das vias abertas nesta época quedaram-se por marginar de edificações durante décadas e, à excepção de Lisboa e Porto, em Oitocentos como na Primeira República, ainda não existiam condições para o desenvolvimento de um mercado imobiliário urbano consistente. O espaço urbano, como qualquer espaço, é transformado pelo homem sempre com base na sua apropriação, no exercício de um poder, e no caso dos territórios/espacos urbanos a própria afirmação do poder e das lógicas do capital induz o policiamento/planeamento urbano. No entanto, este também resulta da pressão das ideias e estas chegavam a qualquer povoação, mesmo às mais pequenas e recônditas.

A partir de meados de Oitocentos, todas as capitais de distrito foram conectadas à rede nacional de estradas e todas se tornaram pontos essenciais na organização da rede de estradas distritais, implicando intervenções no interior dos aglomerados urbanos. Contudo, não foram necessariamente essas as povoações onde se delinearão planos de melhoramentos globais. Vila Real e Bragança, por exemplo, só mitigadamente o fizeram, enquanto Chaves, Guimarães e Póvoa de Varzim, os segundos concelhos dos respectivos distritos em termos de dimensão populacional (Censo de 1864), elaboraram projectos que reformaram e acrescentaram o seu plano urbano. Em Guimarães e em Viana do Castelo foram elaborados planos de melhoramentos que gizaram a transformação do plano existente e os vectores de crescimento de cada uma, sendo em ambas o processo iniciado na década de 1860. Na Póvoa de Varzim o plano não tem um testemunho em papel,

um plano objecto, mas os planos parciais e as concretizações espelham uma ideia global, um plano mental ou “traçado mental”, como sugeriu Maurício Abreu (2005, p. 197) em relação ao Rio de Janeiro quinhentista.

De qualquer forma, o poder municipal foi pragmático nas tentativas de responder às necessidades e previsões, tanto quanto os recursos municipais e a contratação de empréstimos, bem como a capacidade de influenciar a distribuição dos investimentos do poder central, o possibilitaram. As obras públicas, centrais e municipais, marcaram o quotidiano da segunda metade de Oitocentos e, em alguns casos, da Primeira República. Em todas as povoações estudadas, além da reforma e expansão do plano urbano, foram construídos cemitérios, houve investimento em matadouros, pelo menos um mercado municipal foi construído em cada sede municipal, construíram-se jardins, organizaram-se os serviços de limpeza, saneamento e iluminação pública (em Portugal, a primeira aplicação à globalidade de uma povoação aconteceu em Vila Real, em 1894), tendo-se ainda investido na ampliação ou na edificação de novos paços concelhios.

Se utilizarmos uma concepção do sistema morfológico referenciada em Rémy Allain (2004, p. 15), diremos que, durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, quanto aos “elementos”, os arruamentos rectilinearizaram-se e alargou-se o seu perfil transversal, o parcelário uniformizou-se na dimensão e nas formas, tendencialmente rectangulares, o edificado padronizou-se nas cérceas, nos pé-direito, na dimensão e distribuição dos vãos e nos revestimentos, alinhando-se os edifícios nas margens dos quarteirões, apresentando estes um aumento da sua superfície média; quanto à “estrutura”, tendeu-se para o aprofundamento da articulação do plano, para a diminuição de impasses e obstáculos, para a criação de vias estruturantes e variantes, que interligavam locais importantes da malha urbana (estação ferroviária, mercado municipal, paços concelhios) e se interconectavam, mutuamente, através de vias de circunvalação; quanto aos “meios”, ou seja, os contextos políticos, económicos e sociais, mas também o estado do conhecimento científico, da técnica e da cultura, que explicam os processos de espontaneidade ou regulamentação, sublinhe-se que a justificação decorreu da construção das redes viária e ferroviária, visando a articulação e formação de um espaço económico, nacional e internacionalmente integrado; da vontade política municipal e da organização das finanças municipais; da renovação do conhecimento no âmbito higienista; da legislação enqua-

dradora, elaborada a partir da construção e polícia de estradas, mas integrando o conhecimento e as ideias da época sobre urbanismo e planeamento urbano.

Este período de clara transformação dos espaços urbanos foi, naturalmente, também marcado pelo grande número de documentos cartográficos (levantamentos e projectos) surgidos, normalmente na sua vanguarda, sempre financiados e dependentes da vontade de um poder, geralmente público e sempre público no que se refere aos levantamentos urbanos gerais. Os métodos e as práticas da cartografia estavam vulgarizados entre os técnicos (geralmente engenheiros) e toda a cartografia de base era *científica*, como então era denominada. Mesmo a cartografia urbana para efeitos cadastrais, apesar de escassa, foi encetada nesta fase, existindo levantamentos com o rigor de cadastro geométrico, cuja generalização era solidamente defendida.

Enfim, como sublinhou Orlando Ribeiro (1994, p. 187), “incrementou-se grande número de vilas e cidades” no Liberalismo e na República. A sua estruturação assumiu, com adaptações e distorções, os modelos do urbanismo europeu, ou, como referiu Joel Serrão (1978, p. 248) em relação às maiores cidades do país, também no que respeita aos pequenos e médios aglomerados urbanos, se pode afirmar que “cerca de 1870 principia entre nós aquilo a que se poderá chamar um urbanismo de características europeias oitocentistas”.

Em Portugal, como no urbanismo europeu, a segunda metade de Oitocentos foi uma época de transição, que tanto albergou o aperfeiçoamento da cidade burguesa através do prolongamento e da simplificação do urbanismo barroco, como a abordagem higienista e funcional da organização da cidade. Em Portugal, como em muitos países europeus, chegaram as influências de Haussmann e do “ensanchismo” de Ildefonse Cerdà, primeiro, e da “cidade jardim”, de Ebenezer Howard e temperada por Raymond Unwin, depois, adiando-se para a segunda metade de Novecentos concretizações enquadráveis no urbanismo modernista e funcionalista dos CIAM, que começara a despontar nos anos Vinte de Novecentos e seria o construtor da “cidade moderna”, frequentemente desfigurada, como acontece a todas as utopias, e muitas vezes adoptada para servir a especulação imobiliária.

Os Planos e Ante-planos Gerais de Urbanização da época de Duarte Pacheco, ou o planeamento urbano do Estado Novo, delineados em 1934\*, man-

\* Decreto-Lei nº 24802, assinado em 21 de Dezembro de 1934.

têm-se como documentos fundamentais do planeamento urbano português. No entanto, como começa, agora, a ser reconhecido (GASPAR e SIMÕES, 2005, p. 307-310), um recôndito Decreto-Lei, assinado setenta anos antes por João Chrysostomo de Abreu e Sousa, a que poucos autores se referem e outros consideram não ter tido significativa influência na transformação das cidades portuguesas, deve ser reiterado como documento primordial, com importantes e notórias consequências, contribuindo para reformar os aglomerados urbanos e, normalmente, delinear os caminhos da sua expansão.

### SIGLAS UTILIZADAS

AMAP – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães);  
AHMBCÇ – Arquivo Histórico Municipal de Bragança;  
AHMC – Arquivo Histórico Municipal de Chaves;  
AMBPV – Arquivo Municipal da Biblioteca da Póvoa de Varzim;  
AHMVC – Arquivo Histórico Municipal de Viana do Castelo;  
CMVR – Câmara Municipal de Vila Real

### REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Reencontrando a antiga cidade de São Sebastião: mapas conjecturais do Rio de Janeiro do século XVI. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 2, n. 4, p. 189-220, jul./dez., 2005.
- ALEGRIA, Maria Fernanda. *A Organização dos Transportes em Portugal (1850-1910): As vias e o tráfego. Memórias do CEG* – Universidade de Lisboa/INIC, Lisboa, n. 12, 1990.
- ALLAIN, Rémy. *Morphologie urbaine, Géographie, aménagement et architecture de la ville*. Paris: Armand Colin, 2004.
- CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES. *Alargamento da cidade e novos Paços do Concelho*: Memórias descritivas. Guimarães: Tip. Minerva Vimaranesense, 1925.
- CORREIA, Fernando Alves. *Estudos de Direito do Urbanismo*. Coimbra: Almedina, 1997.
- FERNANDES, Mário Gonçalves. *Viana do Castelo, a consolidação de uma cidade (1855-1926)*. Lisboa: Ed. Colibri, 1995.
- \_\_\_\_\_. Viana do Castelo: a cartografia da cidade. *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, tomo 24, p. 243-269, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal, 1852/1926*. Porto: FAUP Publicações, 2005.
- FINO, Gaspar Candido G. Correia. *Legislação e Disposições Regulamentares acerca do Serviço de Obras Publicas*. Lisboa: Typ. De Eduardo Roza, 1889.
- FRANÇA, José-Augusto. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand Editora, 1987 [1983].

- \_\_\_\_\_. *A arte em Portugal no século XIX*. 3. ed. Lisboa: Bertrand Editora, 1990. 2 v.
- GASPAR, Jorge; SIMÕES, José Manuel (Coord.). *Geografia de Portugal, Planeamento e Ordenamento do Território*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005. V. 4.
- GIOVANNONI, Gustavo. *L'urbanisme face aux villes anciennes* (Vecchie città ed edilizia nuova). Paris: Édition du Seuil, 1998 [1931].
- GONÇALVES, Fernando. *Evolução Histórica do Urbanismo em Portugal (1851-1988)*. *Direito do Urbanismo*, Lisboa, p. 225-267, 1989.
- GRAVAGNUOLO, Benedetto. *Historia del Urbanismo en Europa, 1750-1960*. Madrid: Akal Ediciones, 1998.
- JUSTINO, David. *A formação do Espaço Económico Nacional, Portugal, 1810-1913*. Lisboa: Veja Editora, 1989. 2 v.
- LAVEDAN, Pierre. *Qu'est-ce que l'urbanisme*. Paris : Henri Laurens Éditeur, 1926.
- \_\_\_\_\_. *Histoire de l'urbanisme : Époque Contemporaine*. Paris: Henri Laurens Ed., 1952.
- \_\_\_\_\_. *Histoire de l'urbanisme : Renaissance et temps Modernes*. Paris: Henri Laurens Ed., 1959.
- LILIENBERG, Albert. *Législation urbaine en Suède*. In: CONGRES DE LA SOCIETE FRANÇAISE DES URBANISTES, 1923, Strasbourg. *Où en est l'urbanisme?* Strasbourg: SFU, 1923. P. 124-129.
- LISBOA, Maria Helena. *Os engenheiros em Lisboa, Urbanismo e Arquitectura (1850-1930)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- LÔBO, Margarida Souza. *Planos de Urbanização: A época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP publicações, 1995.
- MARTÍN RODRÍGUEZ, Manuel. *Cambio Económico y Reforma Interior Urbana: La Gran Via de Granada 1890-1925*. *Ciudad y Territorio*, Madrid, n. 68, p. 17-32, 1986.
- MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal, a Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [1961].
- NOGUEIRA, A. Rigaud. *A esthetica e a hygiene nas construções urbanas*. *A Construção Moderna*, Porto, v. 7, 1907.
- OLIVERAS SAMITIER, Josep. *Poder municipal y urbanismo en el siglo XIX*. *Ciudad y Territorio*, Madrid, n. 94, p. 79-92, 1992.
- PINTO, Hermenegildo da Costa. *Nicolau Mesquita na Administração Municipal de Chaves, 1923-1926*. Lisboa: Sociedade Gráfica Editorial, 1931.
- PORTAS, Nuno. *A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal: uma interpretação*. In: Bruno ZEVI (Org.). *História da Arquitectura Moderna*. Lisboa: Editora Arcádia, 1978. P. 687-746. V. 2.
- RAGON, Michel. *Histoire mondiale de l'architecture et de l'urbanisme modernes : idéologies et pionniers 1800-1910*. Paris: Casterman, 1986.

- REY, Augustin. De la disposition et des développements des rues et des espaces libres dans les villes. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ARCHITECTS, 7., 1908, Londres. *Transactions*. London: Royal Institute of British Architects, 1908b. P. 426-435.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. A Regeneração e o seu significado. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. P. 101-107.
- RIBEIRO, Orlando. Aglomerações de Portugal, de 2000 habitantes ou mais, em 1911 e 1960. *Opúsculos Geográficos*, Lisboa, v. 5, p. 179-189, 1994. Edição Temas Urbanos.
- RODOLFO, João de Sousa. *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2002.
- ROSSA, Walter. A cidade portuguesa. In: PEREIRA, Paulo (Dir.). *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1997. P. 233-323. V. 3.
- ROSSI, Aldo. *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos, 2001 [1966].
- SERRÃO, Joel. *Temas Oitocentistas – II*. 2. ed. Lisboa, Livros Horizonte, 1978. V. 2.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. *O Porto e o seu Termo (1580-1640) – Os Homens, as Instituições e o Poder*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1988. 2 v. Arquivo Histórico.
- TEIXEIRA, Manuel C. *Habitação Popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian/JNICT, 1996.
- VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Estruturas Políticas: Parlamen-  
tos, Eleições, Partidos Políticos e Maçonarias. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portu-  
gal: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998. P. 155-182.

Recebido em: 29/01/2008

Acceto em: 05/05/2008

# PARTICIPAÇÃO, COTIDIANO E IDENTIDADE NA PERIFERIA DE PORTO ALEGRE\*

ANA ELISA SPARANO FONTOURA

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

aelis@cpovo.net

## RESUMO

Este artigo destaca algumas das conclusões do estudo realizado em três vilas irregulares de um bairro periférico de Porto Alegre – a Lomba do Pinheiro. Considerando o contexto de renovação e adequação da ordem jurídica referente à política urbana e a adoção, por parte da Prefeitura Municipal, de mecanismos de gestão democrática, analisamos dinâmicas sócio-espaciais direcionadas a participação na associação de moradores e no orçamento participativo, na busca de infra-estrutura, equipamentos urbanos e recursos para a regularização fundiária. Pressupondo a existência de distintos níveis de participação e a idéia de que a participação se aprende e se pratica e de que ela depende das relações estabelecidas no cotidiano de cada vila. É no cotidiano que os aspectos ligados às vivências, aos julgamentos e aos sentimentos se destacam. São eles que alimentam a construção de identidades e a motivação em fazer parte de ações coletivas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Participação. Cotidiano. Identidade. Lugar.

PARTICIPATION, EVERYDAY LIFE AND IDENTITY IN A PERIPHERAL AREA OF PORTO ALEGRE

---

\* O presente artigo é resultado da pesquisa realizada para a Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: “Participação, territorialização e identidade na periferia de Porto Alegre: estudo de caso comparativo no bairro Lomba do Pinheiro”, em 2005, sob a orientação do Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich, a quem agradeço a disposição de dialogar, bem como as contribuições para a elaboração deste artigo.

**ABSTRACT**

This paper discusses some of the conclusions of a survey carried out in three slum areas of Lomba do Pinheiro, a peripheral district of Porto Alegre. Considering the municipal government's drive towards political renewal and for an increased adequacy of the juridical order, as well as the concurrent adoption of a democratic management system, the paper analyzes the social and spatial dynamics of participation in the residents' association and in the city's participative budget; important here are issues that deal with land tenure and with the provision of infrastructure and urban equipment. The analysis indicates that residents not only show different levels of participation but that participation is something learnt and practiced, being also dependent on the relationships established by the everyday life of each settlement. The experiences of the residents and the decisions they make in everyday life account for the construction of identities and for the motivation to take part in collective actions.

**KEY WORDS:** Participation. Everyday *life*. Identity. Place.

**INTRODUÇÃO**

O espaço urbano no sistema capitalista pode ser abordado através da idéia de pares contrapostos: obra e produto, valor de uso e valor de troca, apropriação e propriedade, fragmento e coesão, sobrevivência e lucro, imediato e planejado, alienação e consciência, cooperação e conflito. São contraposições que guardam a relação de superação, que comportam e expressam, de um lado, o espaço transformado em mercadoria, a propriedade privada, a valorização e a troca, e de outro o espaço da reprodução da vida, da apropriação e do uso, onde se combinam, em diferentes escalas, aspectos ligados à identidade, ao cotidiano, aos valores dominantes, à condição socioeconômica, às experiências e às novas razões práticas. O resultado é um campo ocupado por variadas situações, intermediadas pelo Estado, e que afetam as condições de acesso e, sem dúvida, o exercício da cidadania.

A configuração dada pelas relações capitalistas na cidade se manifesta por meio da visível desigualdade socioeconômica e da segregação espacial. A transição do modelo desenvolvimentista para o modelo de produtividade atrelado à globalização aprofunda tal situação, já que este é marcado pela precarização da estrutura sociocupacional, agravada por uma “cultura do medo” que, no

dizer de Ribeiro (2004), gera um comportamento de “dessolidarização” com os destinos da cidade.

Consideramos que a cidade se encontra permeada por pensamentos e ações que vão além das lutas que opõem capital e trabalho, por exemplo, no caso das disputas pessoais dentro das Associações de Moradores (AMs), e que acabam por dificultar a organização dos indivíduos em torno de ações de cunho estrutural. Assim como a condição de ser ou não proprietário, independente da classe social, transita e também a influencia na produção da paisagem\* urbana. Buscamos uma aproximação com aquilo que dá forma à cidade, o teor das formas-conteúdo: as práticas socioespaciais relacionadas à participação e à territorialização.

Voltando um pouco no tempo, é importante destacar que a retomada da democracia no país traz novamente ao debate o tema da cidade e da cidadania que, desde o movimento pela Reforma Urbana, nos anos 1960, contestava a organização do espaço urbano por meio da lógica capitalista. Os artigos da Constituição Federal de 1988, relativos à política urbana, apontam para um desenvolvimento urbano que se assente na função social da propriedade urbana, com vistas a garantir o bem-estar dos habitantes da cidade e o combate à especulação imobiliária. Sem dúvida, um processo a ser construído de acordo com a realidade de cada município e que coloca na ordem do dia a questão do “direito à cidade”\*\*.

Porto Alegre é uma metrópole regional que tem se destacado tanto nacional como internacionalmente, em especial, pelo pioneirismo na aplicação bem sucedida de mecanismos de gestão administrativa considerados extre-

---

\* No sentido que Berque (1998, p. 84-85) utiliza: “A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura” (grifo do autor).

\*\* Os estudos sobre a cidade e o urbano realizados por David Harvey e Henri Lefebvre são referenciais muito importantes para o pensamento geográfico. Suas considerações mostram os efeitos do capitalismo na cidade e refletem a complexidade envolvida ao empreender tais análises. Lefebvre, em “O direito à cidade” (2001), retoma a idéia da “cidade obra”, propondo a reaproximação do trabalhador da totalidade perdida com as sucessivas divisões do trabalho, que vão ocorrendo ao longo das fases do capitalismo e em que a cidade vai sendo convertida em produto; é um direito que não se restringe à habitação e aos equipamentos, mas à vida urbana. Para Harvey (1980, p. 40), é urgente que seja reconhecida a necessidade de “uma função social de bem-estar, compreensiva e globalmente aceita, em relação à qual as decisões e resultados políticos possam ser julgados”.

mamente importantes ao exercício da democracia direta\*. Embora a cidade não seja a única no país a introduzir tais mecanismos, talvez não haja outra que tenha em sua identidade uma relação tão intensa com o Orçamento Participativo (OP).

O OP é um espaço público privilegiado para o debate e a deliberação sobre a aplicação de recursos na cidade, sendo que a organização para que a participação aconteça ocorre, na maioria das vezes, por meio das AMs.

Cada vila espelha uma realidade que se vincula ao processo participativo de acordo com a interpretação dada a ele, em especial pelas lideranças, já que são elas que divulgam as reuniões e organizam os moradores. A própria descrença no processo também está próxima do campo de ação daqueles que tomam a frente nas Associações, bem como o acompanhamento dos processos de regularização fundiária e o repasse das informações aos moradores.

A existência, em Porto Alegre, de espaços públicos para a participação direta, como o OP, é uma tradição de organização dos moradores das vilas por meio das AMs, como a que ocorre no bairro Lomba do Pinheiro; nem sempre, garantem uma mobilização constante em torno da democracia participativa e sua incorporação às práticas socioespaciais dos moradores. As dificuldades advêm de diferentes origens e estão enraizadas nas especificidades da formação de cada um desses lugares.

As aprendizagens realizadas, a memória das ações que construíram aquele lugar e, conseqüentemente, o envolvimento afetivo e o vínculo territorial desenvolvidos, além do desejo da casa própria são, a nosso ver, as matérias-primas para o entendimento das práticas socioespaciais no contexto urbano de um bairro periférico.

---

\* Segundo Souza (2003, p. 169-170), “[n]a democracia direta, muito bem exemplificada pela *pólis* grega clássica, especialmente por Atenas, os indivíduos participavam diretamente dos processos decisórios, reunidos em assembléia na praça do mercado (ágora); havia, sim, funções específicas, administrativas ou de outra natureza, desempenhadas por indivíduos eleitos (caso dos comandantes militares), mas a maior parte dos cargos era sorteada entre os cidadãos, de modo a evitar cristalizações de poder e a perpetuação de indivíduos em determinadas posições.[...] Modernamente, algumas tentativas de se introduzirem, pelo menos, elementos da democracia direta no contexto da democracia representativa vêm ocorrendo; como se estará diante de coletividades muitíssimo maiores que uma *pólis* grega da Antigüidade, a participação direta da população acaba tendo de se dar com a ajuda de artifícios como a *delegação* e a *descentralização político-territorial* (grifos do autor).

O texto que segue apresenta um recorte do diálogo desenvolvido entre a teoria e o estudo realizado em três vilas\* do bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre (Figura 1).

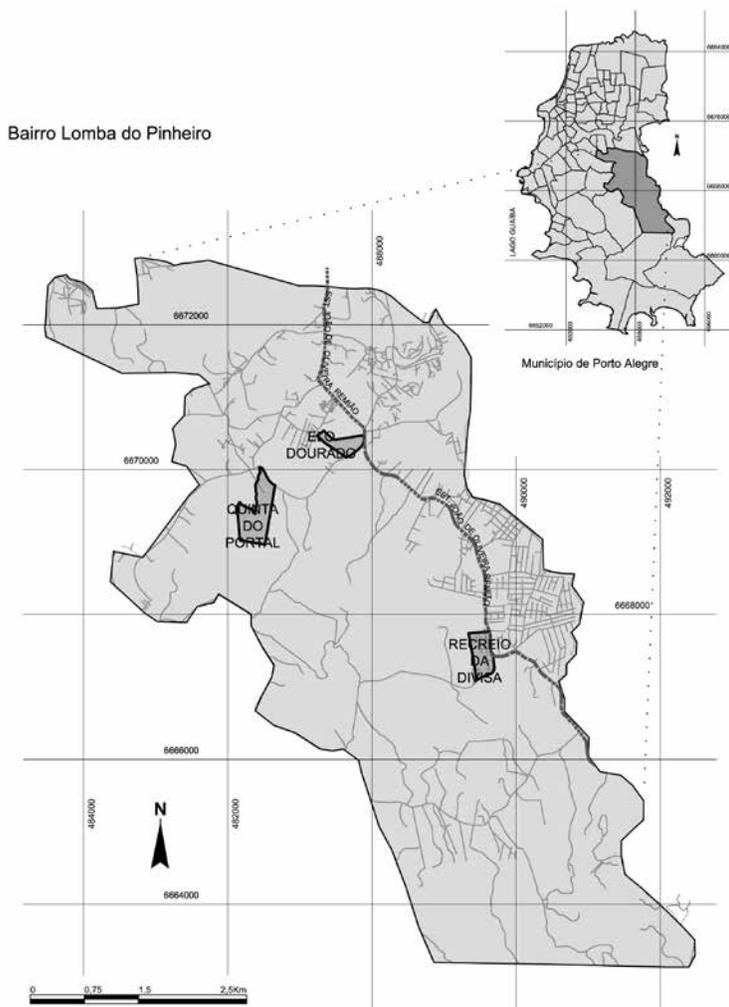


Figura 1. Vilas pesquisadas no bairro Lomba do pinheiro  
Fonte: Porto Alegre, 2003a

\* Na seleção das vilas a serem pesquisadas, buscamos situações diferenciadas quanto: às origens, aos instrumentos de mediação e regularização fundiária a serem aplicados e aos graus de mobilização dos moradores tanto nas Associações de Moradores (AMs), quanto no Orçamento Participativo (OP).

## COTIDIANO: O “LUGAR” ONDE SE SITUA ESTA DISCUSSÃO

Para Santos (1997, p. 227), a organização do espaço urbano envolve as engrenagens da constante dinâmica de sua transformação em mercadoria, verticalidades que representam “os vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”. São seletivamente direcionadas a determinadas parcelas e diferentemente recebidas, resultando daí desigualdades espaciais.

As desigualdades espaciais são resultantes tanto da seletividade dos vetores das verticalidades como das reações das especificidades do lugar, sendo as trocas e as horizontalidades fortemente atuantes nesse fragmento. Na perspectiva de Santos (1997, p. 227), a dialética das horizontalidades é:

Tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

O pensamento de Santos nos remete à dimensão das práticas cotidianas, ao plano da comunicação, das relações de vizinhança, da memória e da construção das identidades. O cotidiano, conforme os valores dominantes, mas não de todo alienado, é o lugar da cegueira e da descoberta. Daí lembrarmos que:

Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar as coisas, partimos da consciência como sendo o indivíduo vivo; na segunda, que corresponde à vida real, partimos dos próprios indivíduos reais e vivos, e consideramos a consciência unicamente como a sua consciência (MARX, 2002, p. 20).

Nosso intuito, através das citações de Santos (1997) e de Marx (2002), é aproximar e enfatizar os conceitos de lugar e de consciência. Eles embasam o estudo que propomos sobre as vilas periféricas e a mobilização dos moradores em torno da participação, uma vez que as consideramos como lugares, com características que lhes são próprias e onde cada indivíduo, ao longo de sua vida, vai construindo sua consciência.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 1996, p. 258).

São várias as possibilidades de leitura da produção do espaço urbano. Carlos (2004) propõe uma análise que combina o espaço como condição/produção da acumulação e o espaço da reprodução da vida.

A compreensão da cidade pensada na perspectiva da Geografia coloca-nos diante de sua dimensão espacial – a cidade analisada enquanto realidade material; esta por sua vez, se revela pelo conteúdo das relações sociais que lhe dão forma (CARLOS, 2004, p. 13).

A autora aponta uma série de perspectivas para o estudo da problemática urbana e estrutura seu pensamento na possibilidade de aproximação e articulação entre o plano teórico e a prática socioespacial.

Um caminho possível pode se abrir para a construção da problemática urbana, aquela que não seja reduzida à cidade, mas se refira à vida do homem apoiada numa concepção de mundo, envolta num projeto que poderia romper com o racionalismo e articular o plano teórico com aquela prática sócio-espacial, que poderia resgatar em sua amplitude a vida do homem (CARLOS, 2003, p. 15).

Ao nos determos nas relações sociais que dão forma à cidade, pensamos também no conceito de forma-conteúdo proposto por Santos (1997), os híbridos de materialidade e relações sociais, e nos eventos cujo lugar é o depositário final onde se desenrola a vida cotidiana.

O conteúdo de uma teoria da prática socioespacial é a própria vida do homem e esta vida se desenrola em um cotidiano. A vida cotidiana, segundo Heller (2000), é um espelho da história, é um fermento secreto da história; nela, a atividade com a qual formamos o mundo e aquela com a qual formamos a nós mesmos coincidem. Ela envolve alienação, mas também momentos em que se criam condições para a condução da vida.

Lemos (2001), ao afirmar a existência de diferenciações entre as experiências cotidianas na cidade, aponta para a singularidade das situações que podem ser encontradas nos bairros.

A percepção da cidade se constrói a partir de uma visão subjetiva que se conforma ou se rebela no contato com a cidade objetiva, construída pela sociedade com suas bases econômicas e políticas. A experiência cotidiana se diferencia pelas expectativas pessoais arraigadas em valores culturais, em tradições e costumes, que se diferenciam em estilos de vida, níveis de renda e tipos de trabalho que conformam bairros da cidade. Esses bairros são formados pelos lugares construídos com as realidades de vidas cotidianas diferentes, com culturas diferentes, com experiências ambientais diferenciadas. A condição de classe da sociedade transforma a cidade em lugares com dimensões ambientais singularizadas (LEMOS, 2001, p. 440).

A periferia, de modo geral, é enfocada de maneira homogeneizante no sentido das carências, o que empobrece a análise e dificulta o entendimento do jogo de forças que cria e dá vida àquele lugar. Ao estudar cada vila, ocorre uma aproximação das relações de produção do espaço periférico; são espaços de reprodução da vida, espaços populares que vão se diferenciando de acordo com as relações estabelecidas com o *outro* e criando uma série de obstáculos e de estímulos na busca por melhorias em termos de equipamentos urbanos, infra-estrutura e regularização fundiária próprias daquele grupo, não sendo explicadas da mesma maneira para todos os grupos, que podem apresentar as mesmas carências, mas que se organizam diferentemente.

## O BAIRRO E AS VILAS

O bairro Lomba do Pinheiro é considerado periférico por reunir características socioeconômicas, infra-estruturais e de situação fundiária que o relacionam à condição da precariedade periférica. Na lógica dada pelo capital e implementada pelo planejamento estatal foi assim se constituindo. Em 1965, por exemplo, o poder público municipal levou para o bairro os flagelados das enchentes; a vila (Figura 1) foi planejada e construída para esse fim. Os moradores de áreas que iriam ser alvo de obras públicas também foram removidos para lá, como é o caso da Vila Nova São Carlos, em 1982. O bairro se destina à moradia de trabalhadores de baixa renda vindos, em sua maioria, do interior do estado em busca de melhores condições de vida na capital, encontrando lá terra a ser ocupada ou negociada.

Tabela 1.

Aumento populacional em Porto Alegre e no bairro Lomba do Pinheiro.

	1980	1991	2000
Porto Alegre	1.125.477 hab.	1.263.403 hab.	1.360.590 hab.
Lomba do Pinheiro	12.084 hab.	26.488 hab.	54.912 hab.

Fonte: IBGE: Censos demográficos 1980, 1991 e 2000.

As primeiras levas de migrantes encontravam terra mais acessível nas chácaras que iam sendo loteadas de maneira irregular ou clandestina e nas áreas de mato nativo e arroios de água limpa que iam sendo ocupadas; uma paisagem que, de alguma maneira, lembrava sua origem rural, mas com uma rotina de vida e trabalho da cidade, muito diversa daquela que deixaram para trás. O

contínuo aumento populacional do bairro também é alimentado pela mudança de moradores da dita cidade formal para a cidade informal.

A análise realizada pela unidade de pesquisas do Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB, interpretando o aumento da irregularidade fundiária, aventa que:

[...] as migrações rural-urbano tendencialmente desempenham papel cada vez menor na explicação do aumento de núcleos e vilas irregulares. Uma das principais causas do aumento da irregularidade fundiária quanto a núcleos e vilas é a auto-reprodução da miséria, da favelização. Outra é a tendência histórica de aumento da já brutal concentração da riqueza no país interrelacionada com desemprego estrutural elevado e redução dos salários reais. Este segundo grupo implica no deslocamento de parcela da população que até então habitava a cidade regular, formal, para a cidade informal, irregular, através do recurso da ocupação (invasão) de áreas públicas e privadas (MORAES e ANTON, 2000, p. 32).

Atualmente observamos duas prováveis dinâmicas: de um lado, a continuidade do aumento populacional, já que o bairro ainda dispõe de amplos espaços não-edificados e, de outro, a instável condição de permanência, uma vez que a situação dos antigos moradores ainda está dependendo de acertos com os proprietários das terras, há pendências judiciais ou aguarda-se a concretização do planejamento municipal. As vilas pesquisadas ilustram essa condição. É delas que iremos tratar, especificamente, a partir deste ponto do texto.

A Vila Recreio da Divisa surgiu de uma ocupação em 1989. As terras eram de propriedade da construtora Guerino, que mantinha o terreno vazio e já tinha aberto falência. Os moradores tentaram em duas ocasiões montar uma cooperativa habitacional. Entretanto, em 1999, quando estava estruturada a segunda cooperativa habitacional, a Vale das Pedras, as terras foram negociadas entre a Prefeitura e o proprietário.

Em maio de 2002, a Vila Recreio da Divisa foi declarada Área Especial de Interesse Social, categoria AEIS I, e a Rua da Comunidade foi cadastrada pelo município. A vila foi escolhida para o detalhamento de uma experiência habitacional por parte do poder público municipal, considerando fatores como: a avaliação das condições físicas, a definição de tipologias alternativas para as casas, a pavimentação e a infra-estrutura, bem como uma estimativa de custos. Todavia, até hoje nada foi executado.

Os moradores participaram das inúmeras reuniões propostas, principalmente pela Secretaria de Planejamento Municipal e pelo DEMHAB. Os pro-

jetos foram apresentados através de maquete e plantas, que entusiasmaram e encheram de esperança aqueles que acreditavam ser possível, em um curto espaço de tempo, ver as transformações acontecerem. Para a regularização da vila, 120 famílias que estão em área de risco terão de ser reassentadas. No total, são aproximadamente 550 casas.

Hoje, o que é comentado demonstra um certo desalento, passando a impressão de descrédito em relação aos representantes das Secretarias devido à maneira como vêm sendo administrados os prazos para o início das obras a serem implementadas, principalmente em períodos eleitorais.

Ao chegar à Vila Recreio da Divisa, é possível perceber alguns contrastes nas condições de moradia relativas à estratificação socioeconômica dos moradores e observadas tomando como base sua distribuição espacial: aqueles que moram no divisor de águas, na Estrada João de Oliveira Remião, principal via pavimentada do bairro, usufruem, por exemplo, da proximidade da parada do ônibus, de iluminação pública, de pavimentação e de rede de esgoto, e aí têm o seu negócio – barbearia, minimercado, açougue, salão de beleza, creche. Eles representam o segmento com mais tempo de estudo, com melhor rendimento e são os mais articulados no reconhecimento das instâncias dos processos necessários para que as melhorias sejam implementadas na vila. Foram representantes desse grupo que formaram a chapa vencedora que assumiu, em janeiro de 2004, a Associação de Moradores, em cuja sede também funciona uma creche conveniada à Prefeitura Municipal. Por outro lado, há famílias que moram em áreas de acentuada declividade, becos pedregosos que findam em precipícios, onde ainda nos deparamos com habitações, e também às margens do arroio do Salso. Aí, situação vai se precarizando como, por exemplo, quanto ao material utilizado na construção das habitações, o que pode estar relacionado não só às piores condições socioeconômicas, mas também ao fato de os moradores terem conhecimento da sua provável remoção, prevista no plano de urbanização da Prefeitura para o local.

Aqueles que não moram na Rua da Comunidade e nem na Estrada João de Oliveira Remião convivem com postes tortos, alguns prestes a cair, e um perigoso emaranhado de fios, com esgoto a céu aberto\*, com os arruamentos

---

\* Uma moradora me mostrou que tentou plantar verduras no pátio, mas o esgoto do vizinho contamina a horta.

que não permitem, por exemplo, a entrada de uma ambulância, viatura do corpo de bombeiros ou da polícia\*. Falta espaço para as crianças brincarem: elas ficam nas “ruas” jogando pião, que comumente cai nas valas de esgoto. Infestações de pulgas, carrapatos e ratos são comuns e atingem, inclusive, a creche comunitária.

Como não há coleta de lixo no interior da vila, o lixo ou é queimado, ou é deixado no meio do trajeto até as lixeiras coletivas nas esquinas com a Estrada João de Oliveira Remião. Todavia, quando lá é depositado, nem sempre chega no horário adequado à coleta, nem apresenta o mínimo de higiene, já que os sacos são esvaziados diretamente na lixeira, deixando os resíduos sem nenhum tipo de proteção. Nessas lixeiras, também são deixados animais mortos.

Há um claro isolamento das pessoas em suas casas, cuidando de seus afazeres, envolvidos em rotinas de trabalho pesado e buscando ignorar, entre tantos problemas, também o negócio e o uso de drogas muito próximo de suas casas.

A Vila Recreio da Divisa apresenta os piores índices de renda e escolaridade, o que se reflete, em parte, nos tipos de ocupações registradas, dentre as quais figuram justamente aquelas que não exigem escolaridade e oferecem baixa remuneração. Encontramos também o maior número de desempregados e foram freqüentes os pedidos de informação sobre cadastramento em programas assistenciais.

Os problemas mais mencionados e observados foram: inexistência de rede de esgoto; energia elétrica/fios (deficiente, com constante queda de energia e queima de aparelhos elétricos); rua (arruamento variando de largura e presença de blocos de rochas de diferentes tamanhos); lixo (não há coleta no interior da vila e o lixo vai ficando no caminho ou é depositado em dias em que não há a coleta ou em sacolas abertas nas lixeiras coletivas, inclusive com o descarte de animais mortos, intensificando a presença de ratos e baratas); drogas (comentários sobre jovens que usam drogas perto das residências; foi apontado, também, um aliciador de crianças); e grande número de cachorros (animais sem dono e doentes), revelando um ambiente de risco para a saúde e de solução demorada.

---

\* Segundo os moradores, só aparece quando há alguém morto.

A Vila Elo Dourado teve sua origem no início da década de 1980, a partir do aluguel de terrenos pela família Remião\*, mas a maneira como foram locados os lotes, deixando no interior uma área de mata, logo despertou o interesse dos moradores dos arredores e fez com que, de terrenos alugados, o loteamento se transformasse em área de ocupação.

Os moradores formaram uma Cooperativa Habitacional a fim de adquirir os lotes e implementar a infra-estrutura básica participando do OP. Também aqueles que eram locatários se envolveram na organização da Cooperativa e na negociação das terras, pois tinham o desejo de lá permanecer e, juntamente com os outros, formaram o grupo que propôs a compra das terras.

No início, o pagamento do que havia sido estipulado foi feito, mas, com o passar do tempo, a Cooperativa teve que administrar uma situação que também envolvia o boato de haver chance de se requerer o usucapião das terras do loteamento. Esse foi um dos motivos que levou à desmobilização de parte do grupo que compunha a Cooperativa Habitacional e um esvaziamento dos recursos necessários para o cumprimento do que havia sido estipulado.

A inadimplência de mais de 50% cria sérios problemas à Cooperativa Habitacional, situação que já obrigou a uma renegociação do valor das terras, o que gerou uma perda de, aproximadamente, cento e vinte mil reais\*\*.

As escrituras serão entregues somente quando toda a terra estiver paga, o que significa que aqueles que já quitaram sua dívida receberam apenas os recibos de pagamento das prestações. Tal situação leva a divisões no grupo de moradores, uma vez que os inadimplentes são mal vistos por aqueles que mantêm em dia o pagamento. Por sua vez, os inadimplentes se defendem, alegando falta de condições para arcar com o valor da prestação\*\*\*, também manifestan-

---

\* Tradicional proprietária de terras no bairro, desde os tempos das chácaras, em que se plantava mandioca, milho, batata-doce e feijão e se produzia leite para o abastecimento dos bairros da cidade. A família estabeleceu-se também no ramo comercial com o Armazém Vencedor, na parada 6. O nome da avenida principal – João de Oliveira Remião – e da única escola de ensino médio existente no bairro – E. E. Rafaela Remião – que foi erguida em terras por eles doadas, assim como as da Igreja de Nossa Senhora de Fátima, nos dão uma idéia da expressão que teve essa família na história da Lomba do Pinheiro.

\*\* Enquanto realizávamos o trabalho de campo, houve uma reunião em que a Cooperativa comunicou aos moradores a entrega da negociação dos lotes diretamente com o representante do proprietário.

\*\*\* A prestação gira em torno de R\$ 53,00 (cinquenta e três reais).

do desconfiança quanto à atuação das pessoas que trabalham na Cooperativa Habitacional. Temos ainda a situação de comercialização de lotes, que não é intermediada pela cooperativa, gerando, assim, um novo grupo no contexto do loteamento. Há também os moradores que entraram com a ação de usucapião, o que, pela situação da área, não se mostra viável de ser aplicado, já que anteriormente foi solicitada a reintegração de posse pelo proprietário. Hoje, são aproximadamente 300 casas. Em março de 2003, o loteamento passou a Área Especial de Interesse Social II.

A cor dos tijolos e da madeira das casas pré-fabricadas marca o ingresso na Vila Elo Dourado. A casa que abriga a Cooperativa Habitacional está situada no centro do traçado das ruas e becos; junto a ela há uma quadra de areia e uma pracinha, únicos locais de lazer existentes na vila, mas de uso restrito aos pagantes.

Não há calçadas nem pavimentação, nenhum ônibus tem seu percurso através da vila, por isso a opção dos moradores é subir a ladeira que leva até a JOR ou descer para a vila vizinha, dependendo da distância de onde moram ou se estão indo ou vindo do Centro da cidade.

A coleta de lixo é feita três vezes por semana em todas as ruas e nas pequenas lixeiras coletivas suspensas, ao longo da rua Ayrton Senna (a principal da vila). Há diferenciações nas condições de moradia, que estão relacionadas à renda e/ou à situação com a Cooperativa Habitacional.

O esgoto cloacal está para ser implantado e, enquanto as obras não são iniciadas, cada morador faz a manutenção das valas em frente a sua casa. Após períodos de chuva, algumas ruas são patroladas. A rede de água foi implantada, mas gerou protestos devido ao custo da instalação. A rede elétrica também é regularizada e há iluminação pública em toda a vila.

A Vila Elo Dourado apresenta os melhores índices de renda e escolaridade e as ocupações mais qualificadas a diferenciam das outras duas vilas; o número de desempregados é o menor e o de pessoas empregadas por domicílio é o maior entre as vilas. Dentre os problemas mencionados, os de maior gravidade são o do esgoto cloacal (cuja obra está aprovada) e o das casas às margens do arroio.

A Vila Quinta do Portal surgiu, em fins dos anos 1980, com a venda de terrenos por uma imobiliária que se dizia representante do proprietário das terras; formou-se, então, um loteamento clandestino em terras consideradas de preservação ambiental.

Os instrumentos de mediação e regularização aplicados na situação de um loteamento clandestino em área de preservação ambiental foram, por parte do Ministério Público, um inquérito civil com vistas a colher elementos para a ação civil pública e também para obter compromisso ou Termo de Ajustamento de Conduta, impondo obrigações aos infratores e sanções pelo seu descumprimento. A Procuradoria Geral do Município buscou a reparação dos compradores, logrados pelo agente imobiliário.

As determinações oscilaram entre a retirada de moradores, o controle de ocupação mais intensa e o plantio de árvores para minimizar o impacto do desmatamento realizado, o que gerou um variado grau de envolvimento dos moradores como agentes de fiscalização ou executores das determinações legais, criando divisões no grupo.

As ondas de ocupação\* que vão adensar e consolidar o loteamento, hoje em torno de 700 casas, são, em certa medida, resultado das idéias de um dos grupos de moradores que divulga a existência de lotes. Ao longo da pesquisa na Quinta Portal, certos aspectos foram mais marcantes, sendo o principal deles a menção à violência. Uma parte da vila vem sendo ocupada por grupos ligados ao tráfico de drogas, principalmente a área denominada Quinta do Portal II. Foi nesse local que também observamos uma quantidade maior de casas à venda. Relatos de assassinatos são ouvidos no ponto de ônibus, nos minimercados e, depois de um tempo de conversa, surge algum comentário, como a perda da própria casa para representantes do grupo, o que distancia cada vez mais a imagem dessa vila como um local tranqüilo, cercado de verde e de intensa vida comunitária.

Quanto à infra-estrutura básica, hoje a vila conta com rede elétrica, coleta de lixo três vezes por semana, abastecimento de água e rede de esgoto cloacal em processo de implantação. O transporte coletivo ainda é precário, contando com um ônibus alimentador a cada 40 minutos nos dias de semana e a cada hora nos finais de semana, sendo interrompido o serviço às 21h no domingo.

---

\* Na Quinta do Portal, o grupo de moradores é formado pelos que compraram os títulos na época da Imobiliária Terra Base e por aqueles que, depois da intervenção da Prefeitura, ou compraram os títulos sem saber da situação legal, ou ocuparam os terrenos, criando uma situação de conflito com os donos dos títulos que encontram os terrenos ocupados (o adensamento também era estimulado pelo então presidente da AM) e pelos grupos ligados ao tráfico de drogas.

Não há creche, escola e nem posto de saúde que possam ser alcançados a pé, o que resulta em uma série de dificuldades para obtenção de vagas escolares e consultas médicas nos equipamentos que se situam na vila mais próxima.

A Vila Quinta do Portal assume uma posição intermediária com relação aos indicadores sociais, residindo nela o maior número de pessoas vindas do interior do estado e também provenientes de outros bairros da cidade. A falta de escola, de creche, de posto de saúde, de um ônibus direto e com mais horários criam uma série de dificuldades para os moradores do local, que também têm sofrido a ação de grupos ligados ao tráfico de drogas.

Os problemas mais mencionados pelos moradores são: a rede de esgoto, que está disponibilizada apenas para metade da vila e a outra metade da obra, já liberada pela Prefeitura, mas ainda não efetivada; falta de posto de saúde, de escola e de creche; roubo freqüente de cabos dos telefones; falta de asfaltamento na rua em que passa o ônibus, provocando muita poeira; falta de uma linha de ônibus direta para o centro; e aumento da violência.

Tais problemas se relacionam à infra-estrutura urbana e condicionam a qualidade de vida dos habitantes do bairro. Assim como os dados anteriores mostraram diferenciações entre as vilas, também os problemas que os afetam variam em quantidade e intensidade, bem como quanto aos encaminhamentos e chances de solucioná-los.

## **O LUGAR, A IDENTIDADE E O TERRITÓRIO**

O lugar é o plano do vivido, onde as relações cotidianas se realizam e as horizontalidades\* ocorrem. Conforme Ferreira (2000), lugar não é “comunidade” ou “localidade”, mas o sítio de identidades significativas à atividade imediata. As vilas pesquisadas são consideradas em nosso estudo como lugares, pois nelas ocorrem um desenrolar de ações coletivas e específicas da história de formação, que são referências na construção da identidade dos moradores a partir de suas vivências, experiências anteriores e do que é vivido lá.

A identidade se forma na relação que o grupo de moradores estabelece com o espaço que ocupa, que, ao ser apropriado, converte-se em território, uma vez

---

\* Para Milton Santos (1997, p. 227), “[a]s horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”.

que são eles que controlam, em certa medida, a disposição dos objetos e lutam para exercer a territorialidade.

Segundo Berger e Luckmann (1985, p. 228),

Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. As sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas.

A dinâmica espacial que vai transformando a cidade é acionada e constituída por diferentes agentes. Aqui tratamos daqueles que são denominados por Corrêa (1997) como os dos grupos sociais excluídos, movidos por sentimentos nutridos nas vivências diárias em cada vila, no peso dado aos valores dominantes e também na relação estabelecida com o poder público.

Concordamos com Ferreira (2000) que o lugar é o terreno onde são vividas as práticas sociais; é onde se situa a vida cotidiana, é o espaço praticado. As práticas socioespaciais combinam o *habitus* e as novas razões práticas e têm ligação com o campo social. Os moradores das vilas periféricas deparam-se com uma série de problemas a serem enfrentados e com canais de comunicação/pressão perante o poder público a serem abertos e consolidados.

Tomemos, primeiramente, a definição de razão prática, em sua relação com os encaminhamentos específicos dados a cada situação. Eles estão, de um lado, já incorporados ao *habitus* e, de outro, são aqueles que serão apreendidos diante de novas situações criadas, principalmente, pelas normas dadas pelos governos (municipal, estadual e federal) no tratamento da condição, por exemplo, de um morador de loteamento clandestino.

Nossas práticas podem se distribuir entre dois pólos opostos: as que nos dão o sentimento de agir de maneira totalmente livre, porque são comandadas por uma lógica que nos escapa, que é a do *habitus*, tão evidentes que não há razão para explicá-las ou justificá-las; e as conscientes e expressamente regradas, codificadas por regras gramaticais, técnicas, morais, jurídicas etc. Somente a razão e a regra podem impor. (ACCARDO, 1991 apud SILVA, 2002, p. 119).

O conceito de *habitus* embasa nossas considerações na diferenciação dos encaminhamentos e arranjos espaciais que serão materializados nas vilas, uma vez que as lideranças, no caso de nosso estudo, especialmente presidentes de

AMs e da Cooperativa Habitacional, são antigos moradores que participaram do início daquele núcleo habitacional. Essas lideranças vão colocar a sua marca nas práticas que vão conformar as vilas e isso também tem relação com os vínculos territoriais construídos e retomados na memória, em que há uma valorização de ter não apenas participado, mas também colocado uma marca sua, o seu jeito, na história daquele lugar.

Bourdieu (1989, p. 61), retomando o sentido que imprimiu à noção de *habitus*, afirma que:

[...] eu desejava pôr em evidência as capacidades “criadoras”, activas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a idéia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana [...] – o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...] o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas sim o de um agente em ação.

O conceito de campo social completa a idéia de diferenciação e riqueza de combinações de práticas socioespaciais, uma vez que, embora possa haver semelhanças nos níveis de escolaridade e de renda entre os moradores de periferia, as aprendizagens, a bagagem cultural, as experiências, a forma de conceber a atividade política, a relação com a política partidária e o entendimento dos modelos de gestão, entre tantos outros aspectos, vão conformar maneiras distintas de lidar com os conflitos, o que significa ocupar uma posição diferenciada no campo social. O campo social é expresso através da idéia de:

Um espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na 1ª dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na 2ª dimensão, segundo a composição do seu capital (BOURDIEU, 1994 apud SILVA, 2002, p.118).

Além de Bourdieu, também Harvey e Lefebvre permitem uma análise sobre a prática, neste caso com ênfase espacial. As dimensões da prática espacial enfatizadas por Harvey (2001) são referências bastante importantes nas considerações quanto aos parâmetros de análise para o que foi expresso pelos moradores. Vejamos cada uma delas:

1. Acessibilidade e distanciamento referem-se ao papel da “fricção da distância” [...], a distância é tanto uma barreira como uma defesa contra a intera-

ção humana.[...] O distanciamento [...] é apenas uma medida do grau até o qual a fricção do espaço foi superada para acomodar a interação social.

2. A apropriação do espaço examina a maneira pela qual o espaço é ocupado por objetos (casas, fábricas, ruas etc.), atividades (usos da terra), indivíduos, classes ou outros grupos sociais. A apropriação sistematizada e institucionalizada pode envolver a produção de formas territorialmente determinadas de solidariedade social.

3. Domínio e controle do espaço refletem o modo como os indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extraleais, a fim de exercerem um maior grau de controle quer sobre a fricção da distância quer sobre a forma pela qual o espaço é apropriado por eles mesmos e por outros.

4. A produção do espaço examina como novos sistemas (reais ou imaginários) de uso da terra, de transporte e comunicação, de organização territorial etc. são produzidos, e como surgem novas modalidades de representação. (HARVEY, 2001, p. 202, grifos nossos).

Harvey (2001) também apresenta uma “grade” contendo as práticas espaciais, relacionando-as com as dimensões. Sua elaboração foi feita tendo como inspiração a teoria desenvolvida por Lefebvre em 1974. Dessas combinações, aquelas que mais se destacam para o nosso estudo são as das práticas espaciais materiais, o vivido; as representações do espaço, o percebido; e os espaços de representação, o imaginado; todos relacionados às dimensões da produção, da apropriação e do uso do espaço.

[...] se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social [...] a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo (BOURDIEU, 2003, p. 27).

O espaço praticado está expresso em vários trechos das histórias contadas. Elas mostram aspectos da prática social que caracterizam a construção do espaço das vilas, como a mudança de estratégia empreendida pelo então recém-eleito presidente da Associação, a fim de garantir a posse da terra e a permanência no local. No trecho que segue, destaca-se a dimensão da apropriação e do uso do espaço.

[...] então o Miguel chamava a Brigada, chamava a polícia, derrubavam as casas, então a gente não tinha nada aqui dentro, aí quando eu assumi a Associação eu disse: - Olha, eu não sou pago pra cuidar terra de ninguém. Aí os proprietários vinham aqui ó, vai fazendo aí, foi decretado pela justiça o cancelamento daqueles títulos da Quinta do Portal, foi cancelado pela justiça. Então, aí, na época ainda existia que iam tirar todo mundo aqui de dentro, aí eu assumi a associação, reuni uma assembléia de moradores ali e disse: - Olha, eu não sou pago pra cuidar terreno de ninguém, tanto é que a justiça, o juiz da 12ª Vara decretou que todos os proprietários que tivesse seus lotes no caso invadido, que tinham direito a ser ressarcido pelos Chaves Barcellos, então eu assumi. Enquanto não tiver gente morando aqui dentro nós não vamos conseguir nada, muito pelo contrário, acho que vamos acabar tendo que sair. Então eu reuni uma assembléia: - Se vocês tiver familiar com problema de moradia ou se tiver, é só procurar não trazer muito vagabundo e bandido aqui pra dentro, famílias direitinhas, né? Eu sei que de cento e poucas casas passou a 1600 famílias aqui dentro em quatro anos (Cláudio, morador da vila Quinta do Portal).

Como se vê, a relação existente entre o ser proprietário e o valor atribuído à pessoa e ao lugar está presente, incluindo aí o zelo e o resgate histórico que estaria relacionado à idéia de produção do espaço e também à dimensão relativa ao domínio e controle do espaço a partir das práticas espaciais materiais.

E, mas eu acho que a princípio nós é que devemos decidir o que é melhor. Eu, a princípio, eu sou contra que o Demhab assuma, eu acho que aí nós temos que ter uma outra forma [...] a princípio porque eles já pegaram tudo pronto praticamente, então é, geralmente eles urbanizam áreas e repassam e não é o que tá acontecendo, até porque a gente aqui já trabalhou com valores pra que fosse colocado os postes de luz, enfim, isso aí é uma coisa que a gente vai tê que futuramente, sim, discutir com mais profundidade [...] é importante ter a regularização, é importante que as pessoas também, né? A partir daí passe a valorizar o espaço que tem, né? Eu acho que isso tem muito a ver com a auto-estima das pessoas, também acredito que é por aí, até por questão de se sentir dono, né? Do seu lote, mas também de zelar por, pelas ruas, pela enfim por tudo mexer com a própria auto-estima da cada um porque parece que por enquanto as pessoas não se deram conta ainda, tá muito, não se deram conta da beleza que tem neste local aqui e da história, né? Porque isso aqui foi uma área de propriedade de fazenda, de, que tinha escravos, enfim, então toda uma história aqui que tá se perdendo que aquele espaço onde era a fazenda, onde tinha o cemitério dos escravos (Marcos, morador da vila Quinta do Portal).

Expressando preocupação com o futuro do bairro, no trecho abaixo ele avalia as ações empreendidas por parte do poder público municipal, bem como a responsabilidade da mesma pelos serviços a serem implantados, uma vez que está sendo promovido um adensamento populacional em um bairro que carece de infra-estrutura. Identificamos aí a dimensão do uso do espaço em combinação com o espaço percebido.

Até a gente tá preocupado com uma coisa, nós, uma reunião agora é quarta-feira e o Dmae, o Demhab, tá comprando uma área aqui na 8 pra trazer 150 família da zona sul, tá? Aí a gente se preocupou, né? E o Demhab ficou assim na discussão, eles se faz assim como quem não entendia mas a preocupação nossa é o seguinte: ó, das 150 família nós fizemos as conta, quanto vai dar? 700 pessoas, tá? E aí? E a saúde dessas pessoas quem é que vai tratar? Qual é, quem é que vai dá colégio pra essa criança? [...] então a gente tá preocupado, não contra que o Dmae, o Demhab que vai trazer esse pessoal, né? Mas nós propomos assim, ó: por que é que o Demhab não faz uma discussão junto com a SMAM, juntamente com a saúde, com a SMIC, da dos colégios [...] a SMED, né? Pra cada um assumir uma parte, não fazer como a senhora viu ali, se não fosse nós intervir na 16, na curva ali que entra a direita [...] no Recreio da Divisa, o que é que eles fizeram ali? Tiraram aquele pessoal lá do Cristal, chegaram ali e atiraram ali o pessoal [...] então o que é que a gente quer? A gente quer que se faça a estrutura tudo direitinho, né? E que se traga a SMED, se traga alguém da saúde que se comprometa de trazer alguma coisa, um posto, uma escola, né? Pra esse pessoal (Sadi, morador da vila Quinta do Portal).

O orgulho da experiência e do conhecimento prático do lugar perante técnicos e profissionais de áreas consideradas importantes, estabelecendo uma relação com o lugar, passa a idéia de domínio e controle do espaço.

[...] a Lomba é um complexo, cada comunidade tem a sua maneira e perigo, a Lomba, ela é assim, por natureza ela tem uma disputa tanto política, como social e ambiental também, entendeu? Por que ambiental? Porque o pessoal quer invadir aqui, isso aqui tem espaço vazio aos montes, então o que é que nós temos que fazer, auto controle disso tudo, isso gera um monte de trabalho e de comissões e de pessoas envolvidas, mas são pessoas relacionadas ao conselho, são pessoas relacionadas a participação popular, a participação da comunidade, participação social, tem secretarias que vem pra cá, a UFRGS vem pra cá discutir com nós porque ela sabe que nós, nós, porque eles são graduado sim, porque nós temos a experiência da comunidade de 15 anos, não é? (João, morador da vila Quinta do Portal).

Tratam-se de dinâmicas comuns a espaços periféricos, de estratégias que vão sendo apreendidas. Nas novas razões práticas que os moradores vêem diante de si, os arranjos socioespaciais para o uso, a apropriação e a adequação para a vida são marcantes:

E a gente passou os canos pro lado de cá e cada morador dava uma vara de cano e tinha morador que fez as conta, vem vindo, vem vindo e vai passar na minha frente e eu não vou dá nada porque ia pegar água, né? Aqui, não ia água pra ele, daí a água que passava na frente, má não deu cano não pega água, então nós ficava ali cavando aqueles valetão pra esconder os cano, né? E aquele cano que a gente colocou por baixo do asfalto, a gente furou o cano grossão do lado de lá e por dentro daquele cano, né, aí então a gente colocava os cano aqui e um ficava cuidando, né: óia os hôme, né? Óia os hôme, né? Aí a

gente fechava ali e saía correndo, né? Ó o Dmae! Aí fechava, os cara passavam mas eles já sabiam, né? E aí começou a luta, né? O negócio da água, vinham 2, 3 vezes por semana, as vezes, depois começou a vim duas, começou a vim uma, as vezes vinha um caminhão de 10 em 10 dias, aí tu saía aí correndo com balde, com bacia, com panela, com garrafa ou então as vezes vinham de madrugada, ficava acordado pra pegar aquela água, né? E foi indo e as vezes não vinha nada e nós trancava a rua, que é só uma avenida, né? Trancava rua ali, botava pedra, tábuas, pau, poste, tudo, mato, fazia sopa ali, sabe? Sopão assim, aí botava a criançada deitada no chão ali, aí trancava o ônibus, trancava carro, trancava tudo, não passava nada, nada mesmo e aí vinha a Brigada ali, mandava nós tirar, a gente não tirava, aí daqui a pouco alguém se metia e tirava, aí nós já trancava depois de novo e aí foi, foi indo assim (Sérgio, morador da vila Recreio da Divisa).

Ambos os trechos compõem um quadro da dinamicidade com que espaços vão sendo edificados, não só na materialização através das marcas das construções, mas na participação e no significado de sentir-se parte daquela história.

[...] bom, aí assim, a gente conseguiu colocar, abrir as ruas, a área nova que a gente costuma chamar, que é aquela área atrás dessas casas que tu enxerga, aquilo ali era banhado [...] uma área nova que a gente coloca como área nova, aquilo ali tinha açude, tinha um açude enorme e, açude de dá peixe [...] aquilo ali a gente na minha época eu mandei tapar tudo pra fazer área, então ali [...] era uma chácara no total e que na época quem ficou muitos anos ali foi o Charuto, foi muito conhecido na Lomba, né? Tinha os seus defeitos, então ele era muito conhecido, então quando a gente negociou a área e comprou a área [...], eu entrei na justiça contra ele, pra tirar ele e conseguimos, né? Ele foi despejado porque ele tinha um total de toda área, então ele tinha que entregar no momento de venda ele entregava e ele não quis, que ele tinha um comodato, o comodato morreria no momento de venda, ele se negou, aí a gente entrou na justiça e tirou ele aí tiramos, tinha uma plantação muito grande de aipim, era uma chácara [...] aí ele se negou de sair porque ele tinha um comodato, dava segurança e depois ele tinha 17 anos ali, né? Então ele se achava, mas daí a gente tirou, daí sobrou todo o espaço, era uma chácara grande [...] deu em torno de 30 e poucos terrenos de 10x27, grande, foi, aí a gente pegou, aí a gente teve que fechar o açude porque era um açude grande, fechamos pra montar aquele terreno da área nova, bom, daí pra cá se foi fazendo, colocando luz, colocando água, agora só tá o esgoto que já se conseguiu uma boa parte no orçamento, só que aí 2 anos atrás, eu fiquei 6 anos e entreguei, aí entrou a Jussara com o grupo dela, mas elas praticamente pegaram tudo pronto. (Neli, moradora da vila Elo Dourado).

Quanto às identidades, podemos estabelecer três canais identitários: o individual – presente nos relatos que, marcadamente, enfatizam o eu, com as vivências específicas, o *habitus*, os vínculos criados com o lugar, a maneira de ver o mundo, de relacionar-se e de solucionar os problemas do lugar, assim como as aprendizagens realizadas ao longo do processo, contadas de maneira

a diferenciar-se dos demais; o de grupo – mencionado por aqueles que participam de ações coletivas significativas, comungando idéias quanto aos encaminhamentos a serem dados para solucionar problemas, e valorizam a força do grupo; o de morador da vila – de acordo com a origem, a imagem construída e a infra-estrutura existente em relação às outras vilas.

A identidade está em constante construção e depende das relações estabelecidas com o grupo e com o lugar. Também as condições socioeconômicas e a localização da casa dentro da vila geram diferentes agrupamentos identitários que apartam e dificultam processos que necessitam da participação coletiva. A participação na AM e nas reuniões do OP representam importantes canais de aprendizagem quanto à gestão da cidade e ao exercício da cidadania, cujos encaminhamentos cotidianos podem reforçar as diferenças ou criar novas possibilidades de reconhecimento, de união e de ação coletiva.

## **PARTICIPAÇÃO**

A participação é um termo utilizado por um amplo leque de segmentos sociais com os mais diversos propósitos e com os mais variados níveis de aplicação como, por exemplo, em políticas públicas. Embora iniciativas como a do OP possam ser um início significativo, estão longe de ser observados comportamentos participativos verdadeiramente incorporados às práticas socioespaciais, que demonstrem o envolvimento e a aprendizagem dos moradores comuns das vilas, no sentido de ser um *habitus*.

O OP é visto como um avanço na relação entre os moradores de vilas e o poder público, sendo fruto da pressão dos movimentos sociais urbanos representados, especialmente, pelas reivindicações dos moradores dos loteamentos clandestinos e irregulares e das ocupações, rompendo com o clientelismo característico no trato entre os políticos e os moradores de vilas periféricas para a obtenção de infra-estrutura e equipamentos urbanos.

A história do OP, de sua gênese até o momento em que o modelo é consolidado, ao longo da 1ª gestão da Frente Popular (1989–1992), é relatada detalhadamente por Fedozzi (2000, p. 14), que afirma:

Longe de um cenário pré-determinado pela vitória das forças políticas de esquerda e seu discurso participacionista, a democratização do orçamento participativo de Porto Alegre é resultante de uma trajetória sócio-política, cuja reconstrução foi sinuosa, inusitada e complexa.

O ponto de partida é o cenário político do final da década de 70 e as expectativas e práticas dos novos atores populares\*, baseadas no associativismo comunitário e marcadas por uma política reivindicativa que pressiona o Estado e vislumbra a aproximação dos canais de decisão diante da retomada da democracia e do primeiro governo eleito. A política habitacional também é destacada, já que os atores populares que se articulam são aqueles que estão em situação irregular e/ou carecem de infra-estrutura urbana. Os conflitos e a inércia no processo de elaboração, aprovação e regulamentação dos Conselhos Populares, ainda na gestão do prefeito Alceu Collares (PDT), fazem com que os novos atores populares direcionem as expectativas por mudança para o primeiro governo da Frente Popular (PT e PCB)\*\*.

A construção do instrumento de gestão democrática, a crise de governabilidade enfrentada no início da gestão da Frente Popular, decorrente, em parte, do divórcio entre as obras demandadas e os recursos disponíveis, o longo processo de ajuste financeiro, de reaproximação com as comunidades, no sentido de realimentar a credibilidade por parte das comunidades no método adotado e a efetivação da experiência são detalhados por Fedozzi, que também aponta os limites do orçamento público na reversão das desigualdades.

[...] cabe ressaltar que, se o processo de *inversão de prioridades* ganhou efetividade através do OP, na medida em que a inclusão das camadas populares nas decisões locais possibilitou o estabelecimento de um processo de contra-tendências à *espoliação urbana*, a experiência de Porto Alegre parece demonstrar que a participação limitada aos marcos do orçamento público não é suficiente para o enfrentamento das desigualdades urbanas (FEDOZZI, 2000, p. 183, grifos do autor).

É importante destacar também que a freqüência dos moradores no OP é anual, ocorrendo um longo distanciamento de tempo entre a conquista dos recursos e o tempo da obra; da mesma maneira, se os representantes do local, por diferentes motivos, não freqüentarem as reuniões, a rede de informações se precariza e o entusiasmo pode se transformar em descrença.

\* Fedozzi (op.cit.) considera-os como “novos atores populares” devido às práticas empreendidas em relação ao Estado, no sentido do exercício da cidadania, rompendo com as velhas práticas paternalistas.

\*\* PDT: Partido Democrático Trabalhista; PT: Partido dos Trabalhadores; PCB: Partido Comunista Brasileiro.

O OP promove a aproximação entre o discurso técnico e o discurso do viver, entre o conhecimento, muitas vezes teórico da cidade, e as vivências na carência, as estratégias de sobrevivência. É um espaço público que se caracteriza, a nosso ver, com o que Gomes (2002) considera um desafio frente a uma realidade que o vai paralisando diante da ação demagógica dos governantes, de uma mídia criticamente dócil e da passividade da “massa”, enfim, um espaço público como lugar de uma participação ativa, normatizada e refundada como um espaço da política.

Um outro enfoque que consideramos muito importante no estudo da participação é o apresentado por Kunrath Silva (2001)\* que alerta para a tendência de desvalorização e secundarização da sociedade civil em muitas análises sobre os processos contemporâneos de participação social na gestão pública, reduzindo-os a exercícios ou experiências de inovação institucional. Ele aponta para a necessidade de se complexificar as análises, introduzindo a dimensão da ação coletiva\*\* e da sua construção social como fator constituinte dos processos participativos. De fato, no caso do OP, um intenso debate foi travado entre os atores sociais, e em nada se aproxima da imagem de um tipo de receita pronta e acabada, feita pelos técnicos da Prefeitura e apresentada à sociedade.

Os processos como a “participação popular” são condicionados, segundo Kunrath Silva (2001, p. 301), por um lado, pela trajetória histórica que determina características econômicas, urbanas, políticas, associativistas e culturais específicas que estruturam o campo de possibilidades e limites objetivamente dado à sua construção; e, por outro, pelos agentes sociais e governamentais que atuam na busca da participação, estando o êxito, em parte, na forma como eles desempenham sua ação organizativa e mobilizadora, também condicionada objetivamente pelas características histórico-estruturais.

---

\* A tese de doutorado a “Construção da participação popular”: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS”, de Marcelo Kunrath Silva, investiga quais são os fatores explicativos da atuação coletiva de segmentos da sociedade civil em canais de participação direta na gestão pública nos municípios de Gravataí, Porto Alegre, Viamão e Alvorada.

\*\* “A ação coletiva é vista como o resultado de processos complexos em que a intencionalidade e condicionamentos, tanto no sentido de possibilidades como obstáculos, que se articulam de forma variável de acordo com cada situação empírica particular” (KUNRATH SILVA, 2001, p. 27).

É uma rede complexa de relações que se estabelece entre cada um dos grupos e os representantes governamentais, permeada por características que podem ou não resultar em uma maior mobilização. Nesse sentido, situamos as vilas pesquisadas, os grupos de moradores envolvidos na construção de identidades individuais e coletivas naquele lugar, baseadas em heranças culturais, diferenciações econômicas, mesmo que pequenas, e que respondem de forma heterogênea à estrutura participativa.

Portanto, a interpretação de como se processa a participação popular em cada uma das vilas aponta para a retomada de aspectos como: a história de formação; as relações estabelecidas entre os moradores, seus representantes e os representantes governamentais; as opiniões e os valores atribuídos pelas lideranças – por exemplo, ao OP – vão influenciar nas determinações e ações empreendidas em cada uma das vilas.

Encontram-se situações que têm fragilizado os laços de confiança de moradores das vilas pesquisadas com relação ao mecanismo de gestão democrática existente em Porto Alegre. Retomamos aqueles que consideramos como os principais obstáculos:

- o descompasso entre a obtenção do recurso e sua aplicação;
- a inexistência de canais de comunicação mais fáceis de serem acessados, relativos a um cronograma das obras, aumentando a distância entre o morador comum e os planos da Prefeitura;
- a leitura que é feita pelas lideranças, já que são elas que fazem a “tradução” do significado de propostas como o OP, disputas pessoais pela liderança e a opção político-partidária podem, pelo que foi visto, configurar-se em uma série de impedimentos à presença dos moradores nas reuniões e ao cumprimento das etapas previstas para que o processo de participação tenha êxito.

Foi observada, nas três vilas, uma concentração de postos representativos, pois aqueles que estão na AM ou na Cooperativa Habitacional também representam os moradores em outros fóruns: COMATHAB, saúde, instâncias do OP, grupo do Plano Diretor, no Grupo de Planejamento Local (GPL), relacionado ao Projeto “Lomba do Futuro”, entre outros.

Quanto ao comportamento das lideranças, destacamos:

- quando a pessoa tem uma renda maior que a da média dos moradores e habilidade em conseguir doações, realiza ações beneficentes, vê a associação como um local de encontro e de assistência, ajuda na promoção de bailes e festas, even-

## Quadro 01. síntese: participação

	VILA RECREIO DA DIVISA	VILA ELO DOURADO	VILA QUINTA DO PORTAL
Frequência na Associação de Moradores	22,2% não frequentam; 23,9% frequentam; 52,2% fazem algum tipo de referência afirmativa.	30,0% não frequentam; 24,5% frequentam; 38,1% fazem algum tipo de referência afirmativa.	19,8% não frequentam; 23,0% frequentam; 57% fazem algum tipo de referência afirmativa.
Frequência no Orçamento Participativo	50,4% já foram; 48,7% nunca foram.	38,9% já foram; 58,4% nunca foram.	36,5% já foram; 62,6% nunca foram.
Observações quanto às motivações da participação	Interesse pelo povo e principalmente o desejo de melhorias no ambiente, que a vila “cresça”.	Trabalhar em prol de melhorias para a vila, mas também interesses pessoais foram mencionados.	Ser um dom, um prazer pessoal, dispôr de tempo, desejo de promover melhorias na vila, ter instrução e, portanto, um maior entendimento na busca de soluções.
Conquistas através do OP	Para 2000 – DEMHAB – levantamento topográfico cadastral da vila. R\$ 17.857,00. Para 2001 – DEMHAB – urbanização da vila até o limite do valor proposto, R\$ 275.478,00	Para 2002 – DMAE - rede de esgoto cloacal (1000m Rua Airton Senna) R\$ 150.000,00. Para 2003 – DMAE - coletor cloacal de fundo de lote (150m) R\$ 19.500,00; rede de esgoto (100m Rua Eucalipto) R\$ 13.000,00; rede de esgoto (200m Rua do Agrião) R\$ 26.000,00.	Para 2001 – DMAE - 1ª etapa da rede de esgoto cloacal, 2750m, R\$ 330.000,00. Para 2003 – DMAE - 2ª etapa da rede de esgoto, 1200m, R\$ 144.000,00. DEMHAB – Levantamento topográfico cadastral e pesquisa cartorial, R\$ 60.000,00.
Por que estão desmobilizados?	As obras de urbanização não foram iniciadas; após 4 anos de reuniões com representantes da Prefeitura, os recursos obtidos no OP para o início das obras não foram aplicados.	As modificações nas regras para a participação das cooperativas habitacionais no OP geraram conflitos com a CAR e desarticulação dos dirigentes da Cooperativa.	Disputa para a direção da Associação de Moradores, processo acirrado e conturbado acompanhado da mudança no estilo de conduzir o espaço da AM, gera o esvaziamento e a dificuldade de chamamento dos moradores.

Fonte: Dados da pesquisa de campo e dos Planos de Investimentos e Serviços do OP.

tos que têm um efeito aglutinador, bastante positivos para a aproximação entre os moradores, podendo ser um passo inicial na construção da participação;

- quando a liderança “aprende” a linguagem das secretarias municipais ou cria intimidade com os secretários, a ponto de ligar diretamente para sua casa quando há algum problema na iluminação, no abastecimento de água etc., sente-se valorizada e prestigiada, parecendo gostar mais das reuniões com os técnicos do que de conviver com os moradores;

- quando aprendem os caminhos e ações em benefício da coletividade, alguns líderes sentem ciúmes de outros que, eventualmente, têm mais empatia com os moradores ou agem de maneira diferente; tentam esvaziar ações nas quais não tiveram participação direta, ou agem sozinhos, indo buscar os meios para resolver problemas que os afligem.

## CONCLUSÃO

Cada realidade reúne elementos bastante diversificados que, ao longo de suas histórias, do que foi vivenciado, da apropriação do espaço, das resoluções, do reconhecimento daquilo que é necessário para, enfim, criar raízes, varia profundamente de vila para vila.

A condução da vida está imersa num jogo representado por um dia-a-dia pleno de carências materiais e infra-estruturais, de temores como a proximidade de atos violentos, de desconhecimento sobre muitas das etapas legais no processo de regularização da propriedade, de incertezas quanto à condição de proprietário, de especulações e preconceitos embalados pelos sentimentos de inveja, vaidade, ciúme e egoísmo\* presentes no convívio diário, alimentados ou não por aqueles que são vistos como uma liderança daquele lugar.

Consideramos que há duas questões de extrema importância resultantes deste estudo: de um lado, a construção de identidades que se manifestam através da existência de códigos e histórias comuns que unem uns e fazem separar outros, criando-se fronteiras imaginárias intransponíveis que não aparecem nos mapas,

---

\* Heller, na obra “Sociología de la vida cotidiana” (1991, p. 41), ao investigar as motivações particulares, pondera que: “[t]odos mis sentimientos guardan alguna *relación* com mi punto de vista particular como hecho motivante; [...] Los sentimientos puramente particulares son muy pocos. En primerísimo lugar se encuentra la envidia, la vanidad y la vileza; más bien en segundo plano se encuentran los celos y el egoísmo” (grifo do autor).

mas existem no dia-a-dia, dificultando o diálogo e impedindo as ações; do outro lado, a relação com o poder público municipal, especialmente diante de uma proposta gerada numa rede de ação tecida entre o Estado e os agentes sociais excluídos. Tal relação com o governo local e seu discurso técnico-político está presente no dia-a-dia das vilas, cooptando algumas lideranças, fazendo com que os representantes dos moradores assumam a fala social, afastando-os do grupo que representam ou, ao contrário, afastando-os do discurso técnico quando, descrentes, percebem ou desconfiam do uso político que pode ser feito daquela vida de carências.

A segregação socioespacial se dá de diversas maneiras, varia de uma vila para outra e atinge os moradores com diferentes formas de carências infra-estruturais e de equipamentos, que dificultam o acesso e a proximidade ao atendimento de saúde, à continuidade dos estudos, ao transporte coletivo, ao lazer gratuito, ao serviço de creche etc. Ela se aprofunda, à medida que pioram as condições econômicas, sendo imposta ainda pelos grupos ligados ao narcotráfico, que limitam horários e percursos dentro das vilas, mas pode ser referida também às identidades construídas dentro de uma mesma vila.

As dificuldades advindas do viver na periferia desafiam os moradores na busca por soluções. Quando vencem, se destacam a criatividade, as experiências e a motivação encontradas na formação de um grupo que elege as ações coletivas.

As práticas socioespaciais são constantes nos espaços da periferia, os arranjos são construídos e é defendida aquela territorialização, resistindo em um dia-a-dia que pede novas aprendizagens relacionadas ao diálogo com os representantes do poder público, ao entendimento do funcionamento do OP e à importância do Plano Diretor.

As ações coletivas não são uma constante, mas as solicitações feitas por outros agentes modeladores que signifiquem a ameaça de perda daquele espaço, possível propriedade particular, (re)articulam o grupo e fazem superar as “diferenças” nutridas pelas identidades. É nessa constante dinâmica que se constroem as vilas periféricas.

## BIBLIOGRAFIA

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1987.

- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. P. 84-91.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.
- \_\_\_\_\_. Uma leitura sobre a cidade. *Cidades*, Presidente Prudente, v.1, n.1, p. 11-30, jan./jun., 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajéorias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FEDOZZI, Luciano. *O poder da aldeia: gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
- FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Território*, Rio de Janeiro, n. 9, P. 65-83, jul./dez., 2000.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2001.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos demográficos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jun. 2003.
- KUNRATH SILVA, Marcelo. *Construção da “participação popular”*: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios de Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. 2001. 345 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LEFBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEMOS, Amália Inês Geraiges de. O sentido da cidade hoje: reflexões teóricas. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 2001. P. 433-443.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MORAES, Aldovan de Oliveira; ANTON, Flávio José. *Mapa da irregularidade fundiária de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/DEMHIAB, 2000.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1991*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1992.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1993*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1994.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1994*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1995.

- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1995*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1996.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1996*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1997.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1997*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1998.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1998*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 1999.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. *Quem é o público do Orçamento Participativo?* 1998. Porto Alegre: PMPA, 1999a.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 1999*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 2000.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Memória dos Bairros: Lomba do Pinheiro*. Porto Alegre: PMPA, 2000a.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 2000*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 2001.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 2001*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 2002.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 2002*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 2003.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro: Construindo a Lomba do Futuro*. Porto Alegre: PMPA, 2003a.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos. *Quem é o público do Orçamento Participativo?* 2002. Porto Alegre: PMPA, 2003b.
- \_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. *Plano de Investimentos de Porto Alegre 2003*: Orçamento Participativo. Porto Alegre: PMPA, 2004.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Rio de Janeiro: FASE, 2004.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Jailson de Souza e. Um espaço em busca do seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. In: *Território, territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB, 2002. P. 107-125.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Recebido em: 11/11/2007

Aceito em: 05/04/2008

# PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E REDUÇÃO DO PAPEL DO ESTADO

**CLOVIS ULTRAMARI**

Universidade Católica do Paraná  
Mestrado em Gestão Urbana  
ultramari@yahoo.com

**SAMIRA KAUCHAKJE**

Universidade Católica do Paraná  
Mestrado em Gestão Urbana  
skauchakje@gmail.com

## RESUMO

O presente artigo resulta da participação profissional dos autores no trato da questão urbana, mais especificamente na elaboração de projetos de investimento em municípios brasileiros diversos, em projetos de banco de boas práticas urbano-ambientais para disseminação de experiências municipais, e em pesquisas acadêmicas. O artigo contextualiza o cenário da gestão urbana nacional das duas últimas décadas, no qual a descentralização político-administrativa e a participação comunitária contam com um papel cada vez mais decisivo; apresenta um estudo de caso onde a organização da comunidade é levada a substituir o papel do Estado ao procurar atender às suas demandas; e, por último, discute o risco de inverter competências entre governo, terceiro setor e comunidade. A partir da concordância de que é absolutamente necessário descentralizar e oportunizar espaços de participação comunitária, o artigo conclui que há riscos para uma redução quase que total do Estado na gestão urbana. O estudo de caso apresentado diz respeito a uma comunidade de Curitiba/PR que se organiza para garantir o atendimento da água.

**PALAVRAS-CHAVE:** Descentralização. Participação comunitária. Políticas públicas.

## COMMUNITY PARTICIPATION AND THE DECREASING ROLE OF THE STATE

### ABSTRACT

The article draws upon the authors' experience in dealing with urban problems, notably with the development of investment programs for Brazilian municipalities and with the creation of urban/environmental data base projects of good practices. The paper starts out by contextualizing the urban national scenario of the last two decades, when administrative and political decentralization as well as community participation played an important role; it then presents the results of a case study in which community participation was called to replace the State in the fulfillment of urban demands; finally, it discusses the risk of changing competences between the spheres of government, third sector and community. Considering that it is absolutely necessary to decentralize decisions and to enhance democratic participation, the authors conclude that a decrease in urban management by the State, vis-à-vis market demands, is an extremely risky policy. The case study refers to a low income community in the metropolitan region of Curitiba, Brazil, that has organized itself in order to guarantee the provision of potable water.

**KEY WORDS:** Decentralization. Community participation. Public Policy.

### CONTEXTO

A partir de uma análise empírica e acadêmica\* de experiências municipais no Brasil com vistas a reduzir carências urbanas, reverter situações de risco sociais e ambientais, e diminuir as pressões sobre espaços ambientalmente frágeis, pode-se dizer que há uma situação que poderia ser vista com otimismo. Tal entendimento resulta de uma visão sobre experiências bem sucedidas e implementadas por inúmeros municípios brasileiros nos últimos anos e que parecem reverter um cenário tradicionalmente apresentado como de crise.

De fato, esse conjunto de experiências de gestão e de implementação – o qual pode ser chamado de Boas Práticas Municipais – revela novas perspectivas

---

\* A pesquisa acadêmica aqui citada pode ser acessada em versão integral no livro *O fim das utopias urbanas*, 2005, de Clovis Ultramari, publicado pela Editora Brasiliense.

para os espaços urbanos no Brasil e indica uma mudança paradigmática. Nabil Bonduk (1996), na coletânea **Habitat**, serve-se dessa nova perspectiva para definir dois momentos fundamentais para analisar a gestão urbana no Brasil. Uma primeira, chamada de “central-desenvolvimentista”, e uma segunda, que segue as posturas adotadas nas experiências discutidas neste artigo, a “ambiental-participativa”. A primeira se caracteriza pela falta de resposta às demandas por habitação popular (o que incentivou a ocupação de áreas de interesse de preservação), inexistência de quesitos ambientais na formulação de políticas e intervenções, ausência de fiscalização sobre a ação dos agentes financeiros, a absoluta prioridade do transporte individual sobre o coletivo, priorização dada aos esforços de zonificação das cidades e uma quase nula participação da comunidade direta ou indiretamente envolvida.

Na relação das características que comporiam a segunda postura, o município, agora chamado de poder local, é cada vez mais valorizado. Essa é a postura, por exemplo, encontrada na visão do Banco Mundial que, em muitos de seus documentos oficiais, reitera que a globalização não vai produzir um mundo governado por estruturas supranacionais e multinacionais, mas sim por municípios, os quais terão cada vez mais poder. Segundo o Banco, a tendência do século XXI será o crescente poder econômico e político das cidades para decidir seu próprio futuro. E essa parece ser também a perspectiva desejada pelas novas correntes que se propõem a resolver problemas urbanos no Brasil. Tal fato estaria diretamente ligado ao desejo popular de uma autodeterminação crescente que tem obrigado governos nacionais a devolver poder às cidades.

É nesse cenário de descentralização que se observa a valorização do município, a valorização da comunidade no encaminhamento de soluções urbanas e a recorrência de iniciativas que se mostram exitosas ao assimilar essas novas formas de gestão. Ainda segundo Bonduk (1996), podem-se sintetizar as razões dos êxitos observados em quatro aspectos: “1) a descentralização propiciada pela Constituição de 1988; 2) a consciência, hoje generalizada no país, de que teremos de correr contra o tempo para melhorar o mais breve possível as nossas condições sociais; 3) a busca da eficiência nas administrações locais e, sobretudo, a busca de soluções criativas, [...] 4) o máximo envolvimento possível da comunidade na formulação e na execução dos projetos” (BONDUK, 1996, p. 56).

A ressalva que se pode fazer sobre as possibilidades que envolvem esses quatro aspectos considerados é que as situações geradoras das condições sociais

e da qualidade participativa estão assentadas em relações culturais, econômicas e políticas que não podem ser decididas tão-somente em nível das localidades. Isso traz a desconfortável constatação de que a busca de um apropriado planejamento municipal e de uma eficiência na administração local se submetem, cada vez mais, a realidades cujo centro gerador se encontra em esferas que lhe são externas. Apoiados nessa ressalva, somos levados a confirmar que o resultado mais freqüente da busca desse tipo de planejamento e de gestão é que o discurso e a legislação que favorecem e fortalecem o poder local têm frágil adesão na prática político-administrativa.

Outra constatação que pode ser ensaiada como recorrente na retrospectiva para as duas últimas décadas é a forma como é criada, planejada e implementada grande parte dos projetos considerados como geradores de bons resultados: seja pela credibilidade junto à população, seja pela mudança nos indicadores sociais que provocam, seja pela permanência de seus objetivos ao longo do tempo; resultam de ações diversas, combinando esforços diversos numa multiplicidade de ações que envolvem o maior número de pessoas, setores e instituições. Assim, agrega-se à descentralização administrativa e à participação comunitária um terceiro fator que é valorizado pelos preceitos da gestão urbana contemporânea: a multidisciplinaridade na elaboração de projetos, a visão integradora das ações que deles resultam e a multiplicidade de pessoas e instituições envolvidas na sua implantação.

A partir da valorização desses fatores, a revisão do papel do Estado é, pois, evidenciada. Ao mesmo tempo em que é incontestável a necessidade de o Estado procurar parceiros externos à sua estrutura, propostas de intervenção reguladora, intermediadora e propositora de normas a serem realizadas pelo poder local aparecem com maior freqüência. Assim, observa-se uma revalorização do papel do Estado na área do planejamento: um Estado com funções renovadas e revalorizadas, mas sempre pensadas com a redução de algumas competências.

Por último, e como fator que pode ser observado com mais clareza nas mudanças recentes em termos de gestão urbana, sobretudo a partir da experiência empírica dos autores, é, como já afirmado, a participação da população nas iniciativas de governo. Tal participação ocorre de três formas distintas. Primeiro, pela participação da população de forma mais generalizada, por meio de orçamentos participativos ou regionalizados, assim como em conselhos municipais e em audiências públicas. Esses exemplos de participação institucionalizada, com

previsão de cenários e procedimentos construídos, têm deslocado uma tendência de reconhecimento da participação da sociedade civil configurada em movimentos sociais. Se essas formas não são excludentes, ao menos são conflitantes quanto ao seu significado histórico e à relação de proximidade e distanciamento com os agentes e com a lógica própria do Estado. Segundo, pela participação do usuário, o que significa um envolvimento mais próximo na implementação (e mesmo definição) de programas específicos. Terceiro, pela realização de parcerias entre Prefeituras e setor privado, o que constitui outra forma de participação: não aquela entendida como comunitária, mas sim a de alguns poucos representantes desse universo, caracterizados pela busca do lucro financeiro.

Assim, é recorrente a defesa da participação da população até mesmo na manutenção de um serviço ou infra-estrutura por ela e com ela implementados. Na realidade, porém, o que se observa é uma participação restrita ao planejamento (aprovação de Planos Diretores, definição de diretrizes setoriais, aprovação de legislações, dentre outros) e à execução (sobretudo no provimento de habitação popular)\*. Se estivermos corretos nessa afirmação, podemos arriscar dizer que em termos de gestão urbana é (relativamente) grande a participação de comunidades no planejamento, restrita na execução de ações e rara na manutenção de serviços e infra-estruturas básicas\*\*.

Do ponto de vista das comunidades envolvidas (reclamando mudanças emergenciais e com uma visão de mundo que, na maioria das vezes, tem como horizontes tão-somente o espaço onde vivem) e dos gestores urbanos (perplexos diante de situações complexas e partes de uma problemática estrutural), as iniciativas de gestão e de intervenção com forte apelo comunitário parecem constituir compromissos necessários e capazes de transformar processualmente e positivamente o caos e a crise. Estaria aí, talvez, uma espécie de alternativa à

---

\* Como exemplo desse raciocínio, tem-se que, até as décadas anteriores, companhias de habitação popular trabalhavam com duas linhas: construção com empreiteiras e autoconstrução. Mais recentemente, devido à escassez orçamentária, trabalha-se ora prioritariamente ora exclusivamente com autoconstrução.

\*\* A partir dessa contextualização, elaborada para um cenário passado recente e, arriscadamente, para um cenário atual e futuro, podem-se sumarizar as diversas formas e intensidades da participação comunitária na gestão urbana brasileira. Esse sumário é detalhado no artigo Mudanças e Continuidades na Gestão Urbana Brasileira, de Clovis Ultramari e Denis Rezende, publicado na Revista Paranaense de Desenvolvimento, do IPARDES, n. 111, julho/dezembro, 2006. Disponível para download em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>.

chamada “crise das emancipações” que Boaventura de Souza Santos (2001) fala ao descrever a crise aparente por que passam os projetos de revolução e socialismo contemporâneos. Frente ao fracasso de mudanças que seriam implementadas apenas por meio de revoluções, essa “crise de emancipações” poderia ser, em parte, enfrentada pela luta por direitos humanos, pela defesa do meio ambiente, pela luta por causas locais ou comunitárias, mais restritas espacialmente, menores em termos de população envolvida e mais factíveis a curto prazo. A maneira como Santos (2001) entende essa crise pode, pois, sugerir que seu enfrentamento está sendo feito, talvez temporariamente, pela busca de soluções parciais e pontuais.

Quer nos países centrais, quer em todo o mundo em desenvolvimento, as forças progressistas preferiram a linguagem da revolução e do socialismo para formular uma política emancipatória. E, no entanto, perante a crise aparentemente irreversível destes projetos de emancipação, essas mesmas forças progressistas recorrem hoje aos direitos humanos para reinventar a linguagem da emancipação (SANTOS, 2007, s/p).

Na seqüência, discute-se um caso específico onde esse fenômeno de busca de soluções pela perspectiva da ação pontual e participativa aconteceu: Assentamentos Moradias Pantanal, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A análise por meio de informações básicas coletadas, incluindo pesquisa no local e entrevista com agentes envolvidos na iniciativa, permitiu também confirmar ou relativizar a contextualização acima elaborada.

## ESTUDO DE CASO

A área estudada – invasão ocorrida em finais dos anos oitenta e que hoje constitui o ainda não totalmente legalizado Assentamento Moradias Pantanal – é integrante do perímetro urbano de Curitiba, localizando-se no sul da cidade. A área é fisicamente delimitada pelas cavas do rio Iguaçu e pelo pátio de manobras de trens da empresa Rede Sul Atlântica. Tais umbrais, físicos ou antrópicos, isolam e o singularizam do restante da metrópole. Em termos de volume demográfico, o Assentamento conta com diferentes cálculos. Segundo levantamento mais recente com vistas a programa de reassentamento, tem-se um total de 690 domicílios (IPPUC, 2000)\*.

\* Dados mais recentes, porém ainda não tabulados, indicam uma população próxima a 1.000 pessoas.

O processo que antecedeu a seleção dessa área como estudo – aqui não relatado integralmente por fugir do escopo proposto – permitiu, da mesma maneira que a própria coleta e sistematização de informações, uma discussão sobre aquilo que se busca neste artigo: a confirmação das limitações, potencialidades, os aspectos positivos e aspectos negativos do que se tem apresentado como marcos urbano-ambientais contemporâneos, com destaque para a participação comunitária e ação pontual. Ou seja, a partir de um cenário de gestão urbana em que a participação popular é priorizada, pôde-se discutir riscos e potencialidades dessa maneira de planejar, de intervir e de gerir.

Mais que a descrição de um estudo de caso, o que se busca neste artigo é entender as partes componentes das mudanças recentes na gestão urbana brasileira e largamente consideradas importantes. Além dos já discutidos anteriormente, a participação da comunidade, a ação pontual e a descentralização da gestão, têm-se: participação de Organizações Não-Governamentais em papel complementar e fiscalizador do Estado; a importância de se evitar remoções da população quando de ocupação de áreas inadequadas; a valorização de recursos sociais, naturais e financeiros locais; e o trabalho conjunto do técnico com a comunidade envolvida, dentre outros.

Para essa discussão, é importante o entendimento feito por Max Weber naquilo que diz respeito à importância dada a dois agentes na leitura das questões da sociedade: o Estado e o mercado. Agregou-se a essa priorização dada por Weber, o entendimento de Hector Ricardo Leis, que, em **A Modernidade Insustentável** (1999), insere ainda um terceiro agente que é aquele das Organizações Não-Governamentais enquanto definidor de novos cenários para a compreensão da chamada crise ambiental. “A atualidade de seu pensamento [o das Organizações Não-Governamentais em relação às questões ambientais] vem da antecipação teórica do fracasso das utopias que reivindicaram para o Estado ou o mercado a capacidade de transformar positivamente a sociedade em seu conjunto” (LEIS, 1999, p. 67).

Assim, deve-se inserir o estudo do Assentamento Moradias Pantanal num processo de atendimento de necessidades básicas urbanas a partir da compreensão de um contexto que ressalta o surgimento de novas formas de provimento e manutenção de infra-estruturas e serviços públicos. Não se objetiva discutir aqui esse fenômeno pela ótica dos movimentos sociais de luta por satisfação de suas demandas, mas sim pela ótica de como essas demandas são, ou podem ser

atendidas, alternativamente, isto é, não somente, ou marginalmente, pelo poder público. O próprio entendimento que se tem aqui de Movimentos Sociais é aquele indicado por Scherer-Warren (1999), que observa tais movimentos como Novos Movimentos Sociais, realizados meio a um processo de individualidades e condutas coletivas atomizadas, podendo-se mesmo falar em antimovimento social.

A disputa de entendimentos técnicos e políticos que se observaram no Assentamento Moradias Pantanal relativamente à apropriação e ao uso da cidade revelam a dificuldade de se construir uma agremiação única, ou mesmo majoritária para essa cidade. O desejo de ver adotado um planejamento e um ordenamento territorial por parte do poder municipal – a institucionalização de uma área de conservação\* –, vê-se enfraquecido frente a forças de ocupação do solo urbano segundo interesses emergenciais – ocupação à margem da lei dessa mesma área de proteção. Nem um nem outro tem qualificações para fazer de seus interesses consensos genéricos e amplos, constituindo, ao contrário, tão-somente um agregado de individualidades que não formam conjuntos homogêneos.

Importante aqui é o entendimento de que esses Novos Movimentos Sociais, ao fortalecerem o poder de comunidades, o faz com a redução do poder do Estado. Ao mesmo tempo, os “objetivos” de classe, tão caros para Castells (1973), que os vincula a estruturas econômicas e ao papel provedor e interventor do Estado, são agora substituídos por “ações” de classe. A classe social é substituída pelo sujeito popular (CHOCIAY, 2000). Aquilo que caracteriza os moradores do Assentamento Moradias Pantanal é, antes, a ação concertada na busca do provimento de demandas básicas que propriamente a constituição de um movimento de classe social. Nesse sentido, pode-se falar de um movimento popular, como o que é afeto mais às demandas por serviços e equipamentos coletivos que por projetos societários de cunho político e ideológico delimitado. Mesmo assim, é possível distinguir aí, as novas “redes de movimentos”, nas quais se destacam articulações desses movimentos sociais com Organizações Não-Governamentais na condução e discussão de problemas. Tais Organizações, na realidade, realizam um papel articulador entre movimentos e Estado, o que justifica sua nomeação enquanto redes.

---

\* O Assentamento encontra-se em uma Área de Proteção Ambiental (APA), assim constituída legalmente, em 1991, por decreto municipal.

Resumidamente, o Assentamento Moradias Pantanal contém a ação de três agentes que interessam ao debate deste artigo: 1. a ação do Estado – Prefeitura Municipal de Curitiba – não enquanto provedor de infra-estruturas e serviços básicos urbanos, mas sim como agente que não outorga a necessária oficialidade da ocupação, fazendo isso apoiado em discursos ambientais; 2. uma associação de moradores – Associação de Moradores da Vila Pantanal –, que mantém um serviço urbano (coleta, canalização e distribuição de água) com padrões que não correspondem àqueles recomendados pela técnica urbana; 3. uma universidade – Universidade Federal do Paraná – com ações voltadas à busca de soluções diretamente com a comunidade (como é o caso da construção do poço artesiano que deu origem ao serviço prestado pela comunidade), e, também, de controle do Estado, pressionando-o para o cumprimento de suas competências (como na demanda para que o Assentamento fosse legalizado); e 4. uma Organização Não-Governamental internacional – cujas ações e cujos princípios norteadores estavam ligados à questão geral da moradia, do uso do solo e da geração de renda.

A presença desses agentes agindo de forma ora concertada, ora oposta, constitui um exemplo de movimentos em rede. Se, por um lado, o Estado insiste no seu papel de regulador – e não mais de provedor –, por outro, a organização não-governamental reforça uma postura da comunidade que é contrária a essa regulação, mas que é, evidentemente, exigente de ações governamentais provedoras. Fica claro, pois, que essa comunidade não se organiza como classe social, política, ideológica ou revisionista de questões estruturais. A comunidade estaria então mais próxima tão-somente daquilo que Alexis de Tocqueville (2000) propunha como associativismo, evitando-se a “barbárie” decorrente da ação individualista, apenas.

O Assentamento Moradias Pantanal, ao tentar assumir para si a implantação e o controle de um serviço tradicionalmente ofertado pelo Estado (provisionamento de água tratada para uso público), formaliza uma ação conjunta que evitou os danos de um consumo de água contaminada, a “barbárie” aí observada:

Every individual being in the possession of rights which he is sure to retain, a kind of manly reliance and reciprocal courtesy would arise between all classes [...]. The people, well acquainted with its true interests, would allow that in order to profit by the advantages of society it is necessary to satisfy its demands. In this state of things the voluntary association of the citizens might supply the

individual exertions of the nobles [a análise do autor aqui refere-se ao período que antecede a Revolução Francesa], and the community would be alike protected from anarchy and from oppression (TOCQUEVILLE, 1835, p. 06).

O que se observou, pois, no Assentamento Moradias Pantanal são agrupamentos de interesses para o encaminhamento de soluções precisas. Foram ações próximas do pragmatismo que têm servido para justificar muitas das práticas neoliberais contemporâneas, ou seja, a sociedade tomando para si compromissos que acredita poder resolver melhor que o Estado ou simplesmente alimentada pelo descrédito e inoperância com o qual o caracteriza. Percebe-se aí o risco de defesa dessas posturas, por meio de sua apropriação pelo discurso neoliberal defensor da redução do papel do Estado, como se lhe fosse intrínseca a inoperância e como se fosse certa a melhor capacidade da comunidade em tomar para si o enfrentamento de forma pragmática de seus problemas.

Tal concerto entre os agentes aqui apresentados questiona a construção jurídico-política do Estado de Direito até então entendido como a única instituição social com competência para a garantia de direitos por meio da legislação e do planejamento de políticas. A despeito dos riscos que o estudo de caso nos revela, vale a ressalva de que, em princípio, quando o planejamento e a implementação são realizados participativamente, este formato não é desafiado, mas sim incrementado pelo qualitativo de Estado Democrático de Direito. O verdadeiro desafio ao Estado de Direito ocorreria se a competência e alocação de recursos públicos fossem guiadas por interesses de minorias, pela improbidade ou pela baixa capacidade de planejamento. Descartadas as duas primeiras possibilidades, resta, porém, se discutir o fato de o Estado, em sua competência para planejar o uso do solo, não implementar políticas habitacionais ou de não definir usos para áreas de interesse ambiental, como no caso do Assentamento Moradias Pantanal aqui estudado.

## **A RELEVÂNCIA DA ESCOLHA DO ASSENTAMENTO**

As informações e os dados sobre a organização do movimento para a ocupação da área conhecida como Moradias Pantanal ou mesmo sua inserção nos processos mais gerais de luta pela terra urbana são aqui descritos com o intuito de situar o fenômeno. Dados primários, secundários, entrevistas feitas com pessoas de relevância para o entendimento de como se deu a ocupação ou poderá se dar a consolidação da área e o atendimento a demandas urbanas visam,

todos, à compreensão da questão de acordo com essa segunda ótica. Tal ótica se aproxima daquela que entende a cidade como dicotômica em termos da legalidade da posse da terra: cidades legais e ilegais no todo urbano. Este artigo entende o fenômeno da luta pela infra-estrutura e pelo serviço de distribuição de água tal qual observada no Assentamento Moradias Pantanal como uma outra “oficialidade”, a que, indiferente ou em oposição a interesses do Estado, procura garantir algo básico a despeito da propriedade da terra. A oficialidade que aqui se discute é, pois, a do provimento de serviços e infra-estruturas públicas em áreas informais, onde a sua disponibilidade pode, também, contestar interesses ambientais.

A área em estudo conta com uma riqueza de fenômenos urbanos, sobretudo aqueles que, acredita-se, constituem novos paradigmas para o pensar e o gerir das cidades. Tais fenômenos são, sobretudo, aqueles que inserem a área do Assentamento numa forma emergente de provimento de infra-estruturas e serviços públicos até então de reconhecida atribuição do Estado, seja do poder municipal na oferta de serviços de saúde\*, seja do poder estadual ou de empresas que trabalham com concessão na coleta, no tratamento e na distribuição de água potável\*\*. O fato, por exemplo, de o Assentamento estudado localizar-se em Área de Proteção Ambiental do rio Iguaçu, aliado ao fato de ser uma área de invasão, sem titularidade da terra, implicou numa relutância por parte da empresa concessionária de água em prestar esse serviço. Trabalhos da Universidade Federal do Paraná, de modo alternativo àquele observado em áreas formais, desenvolve e implanta um poço artesiano e, assessorando tecnicamente a comunidade, constrói uma rede de distribuição de água. Tal fato mostra, pois, que outros agentes, externos à comunidade, mas trabalhando em parceria com ela, começam a reproduzir um papel tradicional do Estado e, como é o caso do Moradias Pantanal, combater posturas técnicas até então reservadas a setores ou agências desse mesmo Estado.

\* Em diversos momentos da pesquisa, a qual durou do início de 1999 ao final de 2001, foram observadas ações pontuais de atendimento médico na área, todas disponibilizadas por organizações não-governamentais que aí atuaram consorciadamente ou não.

\*\* Por determinação constitucional, os serviços básicos de saúde são de responsabilidade e competência municipais. Os serviços de água são, na maioria dos municípios brasileiros, aí incluído o município de Curitiba, realizados por empresas estaduais, a partir de uma concessão municipal. No caso estudado, o serviço, se provido de forma tradicional, tal qual nas áreas formais da cidade, deveria ocorrer por parte da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR).

Estavam, pois, presentes no processo de ocupação desse Assentamento, aspectos de interesse ao estudo e que são integrantes do que se observa como paradigmas contemporâneos das questões urbano-ambientais: 1. forte atuação do Terceiro Setor, comprovada com o envolvimento de organizações não-governamentais em áreas até então reservadas ao Estado; 2. envolvimento direto de técnicos das agências envolvidas com a comunidade, tal qual valorizado no discurso do Banco Mundial e de outras agências de financiamento e apoio, sendo mesmo considerada uma postura necessária para a confirmação do que chamam de Boas Práticas Urbanas; 3. utilização de recursos locais, como a mão-de-obra da comunidade na construção da rede de água e na própria obtenção desse recurso de forma independente do sistema de abastecimento da cidade; 4. rejeição de remoção da população moradora de áreas irregulares, princípio sempre presente nas manifestações das agências envolvidas ou da comunidade; 5. ações sociais integradas, confirmada em programas de geração de renda, saúde, educação informal e o próprio abastecimento de água que compunham uma multidisciplinaridade integrada nas propostas aí observadas; e, por último, 6. preocupação ambiental, constituindo, portanto, uma combinação de interesses socioambientais, igualmente valorizados por agências de financiamento e fomento.

Outra característica importante e que classifica o Assentamento Moradias Pantanal como relevante para estudos sobre um modelo de gestão urbana contemporânea é o fato de aí existir a oposição observada entre posturas conservacionistas e demandas por solo urbano e habitação não atendidas, uma vez que a ocupação se deu sobre uma Área de Proteção Ambiental. Convivem, no Moradias Pantanal, a priorização da questão ambiental, a priorização do encaminhamento de problemas sociais e as questões que norteiam discussões sobre o interesse social da propriedade\*. Outros fenômenos, que não constituem interesse precípua deste trabalho, que poderiam ser estudados especificamente, também estão presentes nessa área e poderiam melhor definir o que aqui se

---

\* Refere-se aqui ao direito conforme definido no Artigo 182 da Constituição Federal do Brasil: Art. 182. "A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1.º – [...]. § 2.º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. § 3.º – [...]. § 4.º – [...]"

chama de paradigmas da gestão e da urbanização contemporânea brasileira. Esses outros fenômenos seriam: segregações espaciais urbanas, distribuição diferenciada de infra-estruturas e serviços, violência urbana, atuação político-paternalista no atendimento a demandas urbanas básicas, valorização fundiária em áreas de invasão e transações imobiliárias à margem do mercado formal de terras urbanas.

## ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO

O momento de ocupação mais concentrada da atual área do Morádias Pantanal, 1991, ocorre justamente quando as ocupações no município de Curitiba atingem números recordes para a história da cidade. Dados da Central de Movimentos Populares indicam, para esse ano, um total de 12.000 famílias ocupando áreas (públicas e privadas) desocupadas em Curitiba. Justifica-se esse número elevado e temporalmente concentrado por dois motivos. O primeiro é o agravamento de condições que dificultam o acesso à casa própria. No universo de famílias que estavam interessadas em resolver seu problema de moradia por meio de ocupação liderada por movimentos populares, era crescente o percentual de famílias morando de favor, o que indica um agravamento da situação socioeconômica desse estrato da população.

O segundo motivo para o acirramento do cenário habitacional em Curitiba no ano de 1991 foi a própria organização dos movimentos populares líderes locais na ocupação de áreas urbanas de forma a garantir compromissos públicos da parte da Prefeitura\*. Dessa pressão, consubstanciada em um grande número de áreas invadidas, resultou a promessa de se indenizar o chamado Bairro Novo, uma área privada com 4.500.000 m<sup>2</sup> para morádias populares (promessa cumprida) e a promessa de ofertar 8.000 lotes/ano também para morádias populares (parcialmente cumprida nos três anos seguintes apenas)\*\*.

\* O prefeito da época era o Sr. Jaime Lerner, gestão 1988-91. Se, nessa década, começavam a rarear os investimentos federais para habitação popular, a década anterior havia se distinguido pela expressiva produção nessa área: foram produzidas 18.074 unidades convencionais, 6.654 lotes urbanizados e 1.867 regularizações fundiárias (IPPUC, 1999).

\*\* Informações obtidas junto à Central de Movimentos Populares, a qual liderava as conversações com o poder municipal, e que não participou oficialmente da invasão da área do futuro Assentamento Morádias Pantanal.

A ocupação do Moradias Pantanal, no entanto, apesar de poder ser contextualizada nesse cenário socioeconômico, não compõe o montante de ocupações que foram realizadas de maneira mais organizada. Isso indica não apenas uma invasão realizada por movimentos independentes, mas, o que é mais importante para a discussão deste trabalho, uma invasão que pode ocorrer sem o respeito a regras hoje constituintes da ação de movimentos sociais pela luta da terra mais organizados e comprometidos com reformas estruturais da cidade. Assim, Moradias Pantanal ocorre:

- sem uma organização prévia da ação de ocupação da área – o que poderia otimizar ganhos futuros e reduzir embates com o poder municipal e a força policial. A organização poderia também possibilitar negociações com o proprietário do imóvel invadido, assegurando, por exemplo, negociações que estabelecessem ganhos para ambos os lados (proprietário da área invadida e invasores), com a definição de áreas a preservar e áreas onde se poderia construir de modo formal\*;

- sem uma seleção de famílias que deveriam ocupar a área – não garantindo o atendimento prioritário àqueles que mais precisam de moradia;

- sem a correta seleção de terrenos que sejam urbanisticamente passíveis de ocupação – no caso, invadiram-se áreas passíveis de alagamento;

- sem procedimentos estratégicos hoje considerados importantes – ocupou-se uma área de parque, o que dificulta qualquer processo de legalização futura da terra;

- não se fez um plano de ordenamento prévio, o que dificulta o arruamento futuro e o conseqüente provimento de serviços como, por exemplo, transporte e coleta de lixo por caminhões.

## O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA OCUPAÇÃO

A partir de 1994, com o aval da reitoria, equipe de professores e alunos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e por meio da Coordenação de Movimentos Sociais dessa universidade, começa a trabalhar na área. O trabalho de discussão com a comunidade, sobretudo em reuniões semanais, possibili-

---

\* Pode ocorrer que proprietários de imóveis localizados em áreas de restrição ambiental – como é o caso do Moradias Pantanal – aceitem negociações com invasores, desde que lhe sobre parcelas onde seja permitido construir, o que não seria possível pela simples aplicação da legislação anterior a qualquer negociação.

tou a determinação de prioridades para o Assentamento. Assim, o problema da água, obtida inicialmente por poços comuns e por uma bica, de imediato, foi considerado o problema mais urgente para a comunidade. A construção do poço artesiano constitui, por isso, um marco no processo de organização da comunidade, constituindo mesmo um referencial que distingue o Assentamento de outros observados na cidade. É instalado um poço e a população participa de discussões, inclusive de caráter técnico, sobre a escolha da área de perfuração, a necessidade e a operação de bomba elétrica na captação da água do lençol freático, o armazenamento em caixa d'água e a forma de liberação para consumo. Essa infra-estrutura substituiu muitos dos antigos poços abertos pelos próprios moradores, de forma individualizada e sem qualquer adequação técnica, comprovadas pelos baixos indicadores de saúde posteriormente observados. A opção pelo poço artesiano para solucionar o abastecimento hídrico no Assentamento, em oposição a outras formas de oferta d'água, deu-se pela garantia de potabilidade, dadas as condições do terreno e da ocupação. Tal poço significou, de imediato, ganhos relativos à potabilidade da água, se analisada em relação à oferta de água pelas fontes tradicionais (bica e poços rasos individuais) até então utilizada pela comunidade\*.

Apesar desses resultados positivos inicialmente observados na manutenção do serviço, o associativismo comunitário responsável pela captação e distribuição da água aos moradores parece esgotar-se frente a uma sucessão de novos problemas. Dados relativos à saúde, decorrentes diretamente da potabilidade da água disponibilizada pela ação da comunidade e agora por ela mantida, pode esclarecer essa afirmação.

Tal situação pode indicar que, uma vez construído o poço, os resultados de saúde foram imediatos; no entanto, posições e capacidades diferenciadas entre a comunidade e os agentes sociais envolvidos, anteriormente citados (aos quais se acrescenta a participação não regular, nesse caso, de uma Organização Não-Governamental internacional), não permite a continuidade dos resultados positivos observados no início. Essas diferenças de posições e de capacidades trouxeram dificuldades nos momentos de instalar uma infra-estrutura e, em outro momento, de mantê-la, o que indica limitações na chamada rede social com afinidade temática, mas nem

---

\* Os problemas de manutenção do serviço de água pela comunidade têm exigido que a população volte a se servir da bica e dos poços caseiros rasos.

sempre ideológica e política (no sentido de valores e projeto societário). Esse fato fica claro na oposição de posturas entre Prefeitura de Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Associação de Moradores e Organização Não-Governamental no entendimento do uso do solo que se deve ter na área do Assentamento Moradias Pantanal, diminuindo assim as chances de se observar o compartilhamento de valores e objetivos que deveriam caracterizar as redes de movimentos.

Vale lembrar também que o fato de sermos tentados a visualizar uma redução do papel do Estado – tão comum hoje nos discursos das Boas Práticas urbano-ambientais e sempre fruto de novas parcerias e novos agentes – não deve ser aqui constatada com facilidade. Conforme entendido por Peter Marcuse (1999), não se pode confundir redução do poder público com redução do papel do Estado; enquanto a primeira é entendida como a redução de ações redistributivas e sociais, o papel do Estado, ao contrário, pode até estar evoluindo enquanto instrumento de apoio a interesses privados. Disso resulta que, na análise do Estado aqui discutido, ele ora se apresenta tênue, ora onipresente, ora fraco, ora poderoso.

Essas conclusões podem ser corroboradas também no caso do serviço de coleta de lixo, outra prioridade que foi determinada pela comunidade e que levou ao desenvolvimento de programas específicos que procuraram encaminhar soluções nesse sentido. Desenvolveu-se (como parte integrante do Programa da UFPR) um projeto de coleta seletiva de lixo que, a despeito de ser realizado com ações de educação ambiental – instrumento sempre fundamental para programas de coleta seletiva –, demonstrou uma baixa sustentabilidade temporal. Atualmente, o serviço de coleta de lixo é realizado pela Prefeitura de Curitiba e a maior dificuldade para realizar esse serviço a contento resulta do traçado das vias internas do Assentamento – o que não permite o trajeto interior por caminhões – e da falta de acesso à gleba. A solução hoje adotada é a da instalação de caçambas e está integralmente assumida como de responsabilidade da Prefeitura. Nessas duas prioridades de caráter ambiental (provimento de água potável e coleta de lixo) explicitadas pela comunidade por meio de seu envolvimento no Projeto “Exercendo a Cidadania” e pelo poder municipal, que aí atua de forma tão-somente emergencial, ficam evidenciados dois momentos distintos: um primeiro, em que a organização da comunidade parece ser capaz de assumir a prestação de serviços essenciais, confirmados em resultados positivos imediatos, e um segundo, em que os esforços parecem esmorecer e o Estado é chamado, mais uma vez, a atuar com seu papel provedor.

## ENTREVISTAS COM AGENTES ENVOLVIDOS

No intuito de balizar analiticamente as informações primárias e secundárias coletadas para o estudo do Assentamento Moradias Pantanal, elaborou-se uma série de entrevistas com pessoas-chave no seu processo de ocupação e de sua consolidação. A seleção dos entrevistados procurou abranger os agentes atuantes de interesse para este estudo: Estado (Prefeitura de Curitiba), Organizações Não-Governamentais com ações no Assentamento, Universidade Federal do Paraná, pela distinção de sua atuação, e comunidade (liderança informal, presidente de Associação de Moradores e presidente da Central de Movimentos Populares).

As entrevistas foram formuladas com o objetivo de esclarecer posicionamentos em relação a aspectos positivos ou negativos das intervenções urbanísticas para coleta e distribuição da água para uso da comunidade, realizadas num cenário de revisão do papel do Estado, de surgimento de agentes interventores novos e de adoção de discursos internacionais considerados adequados. Especificamente em relação ao chamado discurso internacional, confirmado mais no discurso que propriamente na ação de agências como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, pode-se dizer que constitui um corolário de idéias que, quando agrupadas num determinado projeto ou programa, constituiriam o que se chama de Boa Prática urbano-ambiental.

*A good practice is any experience guided by appropriate principles, objectives and procedures and/or advisable guidelines adjusted to a given regulatory perspective or a parameter on which there is a consensus, as well as any experience that has produced positive results by demonstrating its effectiveness and usefulness in a specific context. Generally speaking, however, the concept of good practices is used spontaneously to refer to any experience that can be subjectively qualified as successful from very different viewpoints, without having first established a series of minimum indicators that would permit their identification using objective criteria (OEA, 2005, p. 05).*

A observação desse corolário de idéias, ou seja, da adoção de um discurso na prática que poderia, pois, ser considerado como uma Boa Prática urbano-ambiental, revela-se pouco sustentável na continuidade de resultados positivos inicialmente constatados. Ou o corolário de idéias que compõe uma Boa Prática deve ser repensado ou a prática observada no Assentamento Moradias Pantanal, assim como outras situações para as quais ele possa ser generalizado, não corresponde com fidelidade ao idealizado. O fato, porém, é que aquilo defendido na discussão sobre Boas Práticas urbano-ambientais e que estaria

constituindo um conjunto de novos marcos para quem trabalha a gestão das cidades esteve sempre presente nas entrevistas realizadas.

Essas entrevistas permitem observar, além da descrição do processo de ocupação da área e de intervenção dos agentes externos, parceiros ou não da comunidade, uma oposição recorrente entre os diversos segmentos do universo que elas representam. A representação comunitária feita pela Associação de Moradores e que deveria sintetizar e consolidar os interesses dos que residem no Assentamento, por exemplo, frente a esses agentes externos, atomiza-se e deixa de ser a principal interlocutora com a UFPR. Desse modo, a ação serve-se de parcerias espontâneas, realizadas em nível quase individual e com pessoas que, antes de se caracterizarem como lideranças informais, caracterizam-se pela disposição de participar da ação em curso. “Gosto de trabalhar com a comunidade, mas não acredito mais em Associação. O povo acredita mais na gente que está fora disso. Hoje, a gente fica esperando a Universidade para falar de nossos problemas, para tirar nossas dúvidas” (moradora Fátima do Rocio de Paula Araújo, 2000).

## SÍNTESE

O que se relatou aqui foi o processo de ocupação de uma área da cidade de Curitiba, a qual contou com características que poderiam classificá-la como uma Boa Prática. O que se observou é que os princípios adotados são recorrentes nesta e em outras iniciativas consideradas Boas Práticas: repete-se a priorização de se trabalhar com áreas carentes da cidade, a relevância dada ao processo de discussão com a comunidade envolvida, a insistência em entender o solo urbano como de interesse social, a pressão para a tomada de posições por parte do Estado, o trabalho valorizado de organizações independentes da estrutura formal, dentre outros.

A ausência do Estado, no entanto, inviabilizou a sustentabilidade temporal das ações aí desenvolvidas. A construção do poço artesiano e da rede de distribuição da água com participação direta da comunidade em conjunto com os profissionais e estudantes da UFPR, por exemplo, não conseguiu reproduzir seus resultados positivos no tempo. Se o envolvimento da comunidade na manutenção de um serviço público poderia, em princípio, ser entendido como um avanço da participação popular, no Assentamento Moradias Pantanal ela se mostrou decepcionante: “A única solução é vir água pela SANEPAR [empresa estatal responsável pelo serviço de água e esgoto no Estado do Paraná]... Com a

SANEPAR, não se teria os problemas que temos hoje. A gente paga e daí tem”\* (moradora Fátima do Rocio de Paula Araújo, 2000). Essa situação, no entanto, não desmerece os ganhos trazidos pela ação das ONGs e da UFPR; ao contrário, seus resultados são reconhecidos por alguns entrevistados “Por conta do trabalho das ONGs, somos diferentes, sabemos nossas necessidades” (moradora Fátima do Rocio de Paula Araújo, 2000). Do mesmo modo, não se pode confundir uma aparente incapacidade organizativa de uma comunidade com o perfil daquilo que se propõe como o motivo que justifique a organização, no caso, manutenção do serviço d’água. Ficam, pois, passíveis de dúvida observações que afirmem a descrença na organização comunitária do Assentamento Moradias Pantanal: “A gente propunha uma água com qualidade e mostrar que a água que eles, a comunidade, se servia não era adequada. A comunidade não tem capacidade para absorver tudo o que falávamos. Propôs-se que uma pessoa assumisse a responsabilidade pelo poço. Não acredito que tal pessoa exista... a SANEPAR entrando a coisa muda” (professor Donizeti Antonio Giusti, 2000).

Se medidos em mudanças visíveis, concretas, os resultados das referidas ações são poucos; se medidos em termos de avanço processual, onde a comunidade se qualifica para apresentar demandas, os resultados são, pois, mais valiosos. O entendimento que se faz dessa situação não é o do simples fracasso de uma iniciativa comunitária em parceria com uma ONG; o desejo de repasse, por parte dos moradores, da responsabilidade pela manutenção de um serviço – distribuição de água em volume e potabilidade adequados – ao Estado é, antes de tudo, um progresso nas relações governo-sociedade.

Todavia, o desenho de parceria entre o Terceiro Setor, a comunidade e o Estado aqui não foi observado e talvez esteja aí uma das razões para o impasse que ora se observa nessas relações. O “sucesso” poderia estar fundamentado nessa parceria, onde a valorização do Terceiro Setor e da participação da comunidade não se faz no vácuo deixado pela defesa da redução do Estado ou na crença de sua inoperância. Não se pode dizer que, no caso do Moradias Pantanal, o não-envolvimento do Estado tenha ocorrido por esses motivos; mas sim pela postura de um Estado que, na forma da lei e no entendimento técnico, não permite a ocupação de áreas de conservação ou preservação. Nesse Assentamento, pelo caráter ambiental da área ocupada, estaria dificultada qualquer

---

\* A mesma posição foi observada em conversas com outros moradores.

ação conjunta entre o município que se fundamenta em padrões biofísicos para a não-ocupação da área e uma ONG que, ao reconhecer o direito universal à moradia, não singulariza o espaço a ser ocupado. “Sempre foi intenção da Prefeitura de Curitiba relocar os moradores da área chamada Moradias Pantanal. Nunca houve objetivo de consolidar a área. [...] Hoje, há muita gente morando na área e posturas realizadas pela Universidade Federal do Paraná dificultam essa postura da Prefeitura. Assentamentos como esse, no Parque Iguazu, abrem uma grave exceção” (arquiteto do IPPUC, Walter Rebelo, 2000). “A área, como todas as outras áreas carentes da cidade, não é servida. O poder público faz vistas grossas. Ela é igual às outras. Ela tem acesso a serviços e equipamentos próximos, mas não são feitos para ela” (professora Milena Martinez, 2000).

Por último, para o que nos interessa neste artigo, a discussão do Moradias Pantanal pode contribuir também para se conhecer a relação entre os resultados de uma Boa Prática para a comunidade diretamente envolvida e o todo urbano na qual está envolvida. A conjunção entre uma iniciativa com resultados julgados positivos e sua replicabilidade parece ser o fenômeno que une o pontual e o todo da cidade. Mais que transformar positivamente os padrões de habitabilidade de uma comunidade, o valor de uma iniciativa como as que caracterizaram o Moradias Pantanal estaria em multiplicar-se, em reproduzir-se como um modelo de princípios a serem buscados em políticas de governo para outras áreas da cidade. Se transformações aparentes foram poucas, ou até mesmo negativas pela consolidação de uma ocupação que terá poucas chances de constituir parte da chamada cidade legal, contribuiu-se como prática de governo, com erros e acertos, com o início da capacitação da comunidade para entender-se na cidade. “Por conta do trabalho das ONGs, somos diferentes, sabemos nossas necessidades” (moradora Fátima do Rocio de Paula Araújo, 2000).

Sobretudo, a discussão proposta se insere no debate sobre a necessária descentralização e participação sociocomunitária e a também imprescindível presença do Estado no provimento de serviços e garantias de direitos. Esses dois campos balizam práticas e discursos de gestão muitas vezes excludentes; contudo, na perspectiva de evitar os riscos, de inverter competências entre governo, terceiro setor e comunidade e de redução do Estado na gestão urbana, admite-se que a solução da tensão entre aqueles campos não estaria na escolha de ênfases num ou noutro, mas sim na sua constante articulação conflituosa, com soluções e práticas possíveis em cada contexto específico.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Gisele Maria dos. Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Departamento de Limpeza Pública. Entrevista concedida a Clovis Ultramar. Curitiba, 24 de setembro de 2000.
- ARAÚJO, Fátima do Rocio de Paula. Entrevista concedida a Clovis Ultramar. Curitiba, 04 de maio de 2000.
- BONDUK, Nabil (Org). *Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (Re) Produção do espaço urbano*. São Paulo: EdUSP, 1994.
- CASTILHO, Sebastião Ribas. Entrevista concedida a Clovis Ultramar. Curitiba, 19 de maio de 2000.
- CHOCIAY, Cláudia Regina. *Universidade Federal do Paraná e Moradias Pantanal: entre a teoria e a prática*. 2000. 75 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- CHOGUILL, Charles. Diez pasos para lograr una infraestructura urbana sostenible. *Revista La era urbana*, Washington, v. 5, n. 2, p. 18-41, jul.-dez., 1997.
- COMEC – COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. *Programa Habitar Brasil/BID – PEMAS*. Curitiba: COMEC, 1999.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. A reforma constitucional e as novas competências dos Estados e municípios. In: SEMINÁRIO PACTO FEDERATIVO E AS RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS, 1., 1995, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Prefeitura Municipal, 1995.
- FERNANDES, Almir. *Relatório Setorial final: Habitação de Interesse Social*. Curitiba: COMEC, 2000.
- FRANÇA, Elizabeth. *Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo*. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1988.
- GIUSTI, Donizeti Antônio. Universidade Federal do Paraná. Departamento de Geologias. Entrevista concedida a Clovis Ultramar. Curitiba, 18 de maio de 2000.
- GOMES, Adenival Alves. Central de Movimentos Populares. Entrevista concedida a Clovis Ultramar. Curitiba, 23 de maio de 2000.
- IPPUC. IPARDES. *Mapa da pobreza de Curitiba*. Curitiba, 1998
- FOLHA DE SÃO PAULO. *BIRD pode cancelar sua atuação na AL*. São Paulo, n. 25, 2000. Caderno Financeiro.
- \_\_\_\_\_. Setor de Pesquisa. *Ações dinamizadoras*. Curitiba: 1999.
- \_\_\_\_\_. *Áreas e sub-habitação no Município de Curitiba*. Curitiba: 1994.
- \_\_\_\_\_. *Áreas e sub-habitação no Município de Curitiba*. Curitiba: 1996. Formulário de Observação das Áreas de Sub-habitação. Abr. 2000.
- LEIS, Hector Ricardo. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- LYNCH, Barbara Deutsch. International Institutions for Environmental Protection: their im-

plication for environmental justice in Latin American cities. In: REUNIÃO INTERNACIONAL “DEMOCRACIA, IGUALDADE E QUALIDADE DE VIDA: O DESAFIO PARA AS CIDADES DO SÉCULO XXI”, 1., 1999, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1999.

MARCUSE, Peter. The process of globalisation. In: REUNIÃO INTERNACIONAL “DEMOCRACIA, IGUALDADE E QUALIDADE DE VIDA: O DESAFIO PARA AS CIDADES DO SÉCULO XXI”, 1., 1999, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1999.

MARTINEZ, Milena Maria Costa. *Exercitando a Cidadania: um programa em avaliação*. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Paraná. Departamento de Sociologia. Entrevista concedida a Clovis Ultramari. Curitiba, 05 de maio de 2000.

NOVAES, Washington; RIBAS, Otto; NOVAES, Pedro da Costa (Org). *Agenda 21 Brasileira: Bases para Discussão*. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

OEA. Informal economy in the Americas: current situation, policy priorities and good practices. In: INTER-AMERICAN CONFERENCE OF MINISTERS OF LABOR, 13., 11-13 abr. 2005, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires: OEA: 2005. Disponível em: <[www.oas.org/ddse/english/documentos/IIgrupostrabajo/doc15.doc](http://www.oas.org/ddse/english/documentos/IIgrupostrabajo/doc15.doc)>. Acesso em: mar. 2008.

REBELO, Walter. IPPUC. Entrevista concedida a Clovis Ultramari. Curitiba, 18 de abril de 2000.

SANTOS, Adair Sebastião dos. Entrevista concedida a Clovis Ultramari. Curitiba, 05 de maio, de 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos*. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura\\_dh.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_dh.htm)>. Acesso em: 15 fev. 2007. Documento não paginado.

\_\_\_\_\_. Crises da modernidade. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2001, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.forumsocialmundial.org.br>> Acesso em: 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

THE WORLD BANK. *World development report 199/2000: Entering the 21<sup>st</sup> century*. Washington: The World Bank, 2000.

TOCQUEVILLE, Alex de. *De la démocratie en Amérique*. Disponível em: <<http://www.mirror.org/books/gb.tocqueville.html>> Acesso em: 15 abr. 2000.

TORRES, Horácio A. El origen interdisciplinario de los estudios urbanos. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DEL PROGRAMA DE INVESTIGACIONES SOBRE EL CAMPO URBANO, 1., 17-29 out. 1996, Vaquerías. *Anais...* Buenos Aires: s/e, 1996.

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Movimentos Sociais. *Cadernos de Extensão*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 26-29, out., 1995.

Recebido em: 30/08/2007

Aceito em: 20/05/2008

# EURE

REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS URBANO REGIONALES

## TEMA CENTRAL: EXCLUSIÓN, SEGREGACIÓN, FRAGMENTACIÓN

### **La segregación, los guetos y la integración social urbana: mitos y claves**

*Francisco Sabatini y Isabel Brain* ..... 5

### **La dimensión económica de la pobreza y precariedad urbana en las ciudades latinoamericanas. Implicaciones para las políticas del hábitat**

*Lucy Winchester* ..... 27

### **Movilidad cotidiana, desigualdad social y segregación residencial en cuatro metrópolis de América Latina**

*Jorge Rodríguez Vignoli* ..... 49

### **Buenos Aires: la fragmentación en los intersticios de una sociedad polarizada**

*Marie-France Prévôt-Schapira y Rodrigo Cattaneo Pineda* ..... 73

### **Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad en la ciudad de México**

*Gonzalo A. Saraví* ..... 93

### **Violencia urbana: un asunto de ciudad**

*Fernando Carrión M.* ..... 111

<b>Historia de la universalización del acceso al agua y alcantarillado en Santiago de Chile (1970-1995)</b> <i>Géraldine Pflieger</i> .....	131
<b>EURE TRIBUNA</b>	
<b>EURE 1970-2008: breve genealogía de su trayectoria</b> <i>Felipe Link</i> .....	153
<b>EURE RESEÑAS</b>	
Víctor Ramiro Fernández, Ash Amin y José Ignacio Vigil <b>Repensando el Desarrollo Regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana</b> <i>Edgard Moncayo Jiménez</i> .....	169
Fernando Carrión <b>Colección Ciudadanía y Violencias</b> <i>Andreina Torres Angarita</i> .....	177
João Sette Withaker Ferreira <b>El mito de la ciudad global: el papel de la ideología en la producción del espacio urbano</b> <i>Vanessa Prado</i> .....	183
Silvia Gorenstein y Valentina Viego <b>Complejos productivos basados en recursos naturales y desarrollo territorial. Estudios de caso en Argentina</b> <i>Martín José Napal</i> .....	189
<b>EURE INFORMA</b> .....	193

# EURE

REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS URBANO REGIONALES

**Segregation, ghettos and urban social integration:  
myths and realities**

*Francisco Sabatini and Isabel Brain* ..... 5

**The economic dimension of urban poverty and precarious living  
conditions in Latin American cities. Implications for urban policy**

*Lucy Winchester* ..... 27

**Daily commuting, social inequality, and residential segregation  
en four Latin American metropolitan areas**

*Jorge Rodríguez Vignoli* ..... 49

**Buenos Aires: fragmentation in the interstices of an unequal society**

*Marie-France Prévôt-Schapira and Rodrigo Cattaneo Pineda* ..... 73

**Isolated worlds: urban segregation and inequality in Mexico City**

*Gonzalo A. Saraví* ..... 93

**Urban violence: A city phenomenon**

*Fernando Carrión M.* ..... 111

**The history of the emergence of universal access to drinking  
water and sewage networks in Santiago, Chile – 1970-1995**

*Géraldine Pflieger* ..... 131

**EURE TRIBUNE**

**EURE, 1970-1980: a brief genealogy of its trajectory**  
*Felipe Link* ..... 153

**EURE REVIEWS**

Víctor Ramiro Fernández, Ash Amin and José Ignacio Vigil  
**Rethinking regional development. Global contributions to a Latin American strategy**  
*Edgard Moncayo Jiménez* ..... 169

Fernando Carrión  
**Citizenship and violence collection**  
*Andreina Torres Angarita* ..... 177

João Sette Withaker Ferreira  
**The myth of the global city: the role of ideology in the production of urban space**  
*Vanessa Prado* ..... 183

Silvia Gorenstein and Valentina Viego  
**Natural resources production complexes and territorial development. Case studies from Argentina**  
*Martín José Napal* ..... 189

**EURE INFORMATION** ..... 193

Volume XXXIV Number 103 December 2008

# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

À revista **CIDADES**, podem ser propostos para publicação: artigos científicos, ensaios teóricos, críticas bibliográficas, entrevistas, traduções de textos clássicos e discussão de conceitos.

A aceitação de textos propostos para publicação será orientada pelos seguintes parâmetros:

Artigos científicos que interessem, sobretudo à reflexão teórico-metodológica, resultantes ou não de pesquisas empíricas e, nestes casos, com seus resultados finais.

Ensaio crítico sobre temas, obras, autores etc., que contenham clara contribuição dos autores dos ensaios.

Críticas bibliográficas que não se constituam, de fato, em notas ou notícias bibliográficas, ou seja, revelem capacidade de seus autores em contextualizar as obras analisadas no âmbito da produção intelectual.

Divulgação de textos clássicos, que tenham desempenhado importante papel na evolução do pensamento e da pesquisa sobre o urbano e a cidade.

Textos com sínteses sobre conceito(s) que importa(m) à compreensão da cidade e do urbano, nos quais se recuperem os autores que mais contribuíram para essa elaboração e/ou os consensos e dissensos existentes acerca dele(s).

Resultados parciais de pesquisas em andamento, reflexões teórico-metodológicas de caráter inicial ou textos que resultem de compilação bibliográfica, sem que se revele claramente a contribuição do autor, não serão aceitos para publicação.

## INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os artigos científicos devem ter, no máximo, 25 páginas (tamanho A4), digitados em formato Microsoft Word, com espaçamento 1,5 entrelinhas, fonte Arial tamanho 11 e sem recuos e espaçamento de parágrafos. Para as outras modalidades, as normas são as mesmas, com exceção da extensão máxima dos textos, que se define da seguinte forma: 15 páginas para discussão de conceitos e entrevistas, 25 páginas para traduções de textos clássicos e 6 páginas para críticas bibliográficas. Neste total de páginas, devem ser computadas tabelas, figuras e referências ou bibliografia.

Todos os textos devem ser enviados em três cópias impressas e em versão digital (disquete ou CD), acompanhados de uma folha em que conste: nome(s) do(s) autor(es), filiação acadêmica, data de elaboração do artigo e endereço para correspondência (postal e eletrônico).

Os artigos científicos devem ter obrigatoriamente um resumo de, no mínimo, 100 palavras e, no máximo, 150 palavras, em português e inglês. A critério do autor, poderá ser enviado um terceiro resumo em francês, espanhol ou alemão. O título e as palavras-chave (máximo 5) também deverão ser traduzidas para a língua inglesa e, se for o caso, para a outra língua estrangeira em que o resumo for apresentado.

As tabelas e figuras devem ser entregues em folha à parte, indicando no corpo do texto o local da sua inserção. As tabelas devem ser geradas no próprio Word. As figuras deverão ser encaminhadas impressas e no seu formato digital (JPG, GIF, TIF), numa resolução mínima de 300 dpi e não exceder o tamanho de 23 x 16 cm. Os originais devem ser enviados sem moldura, com escala gráfica e legendas legíveis. Somente serão aceitas figuras coloridas se o autor arcar com os custos de impressão das páginas respectivas.

As referências e citações devem seguir as orientações da ABNT. As notas devem ser inseridas no rodapé da página em que forem indicadas.

Será responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática do texto. Nos casos em que a Comissão Editorial e/ou membros do Conselho Científico indicarem a necessidade de revisão, os custos serão cobrados dos autores. Recomenda-se recorrer a especialistas para a correção dos resumos em outros idiomas e não utilizar *softwares* para a tradução.

O conteúdo e as opiniões expressos pelos autores dos textos são de sua exclusiva responsabilidade, não representando necessariamente a opinião dos membros da Comissão Editorial e do Conselho Científico da revista **CIDADES**.

A seleção dos textos será realizada por dois pareceristas do Conselho Científico. Nos casos em que não houver consenso no parecer, a arbitragem será decidida por meio de parecer de um membro da Comissão Editorial. No processo de seleção, consideram-se três situações: texto aprovado para publicação, texto reencaminhado ao autor para modificações ou texto recusado. Os textos, após modificados pelos autores, serão encaminhados aos mesmos pareceristas que avaliaram a primeira versão.

A revista não tem condições de pagar direitos autorais nem de distribuir separatas. Cada autor receberá três exemplares do número em que for publicado seu trabalho.

